Península

Revista de Estudos Ibéricos

D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular

Nº 6 / 2009

Instituto de Estudos Ibéricos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Propriedade
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Execução Gráfica
Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem
250 exemplares

Depósito legal
193991/03

ISSN
1645-6971

Índice

Advertência 7

PRIMEIRA PARTE – *D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular*

Aníbal Pinto de Castro, *D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo de «cartas familiares»* 11

António de Oliveira, *D. Francisco Manuel de Melo, historiador* 17

Isabel Almeida, *As subtis linhas da humana dissimulação* 61

Luís Fardilha, *O poema «Thetis Sacra»: uma incursão de D. Francisco Manuel de Melo no género épico* 69

Mafalda Ferin Cunha, *As* Cartas Familiares*: obra barroca, obra moderna* 77

Maria do Céu Fraga, *Um historiador "esquisito": a* Epanáfora Amorosa *de D. Francisco Manuel de Melo* 93

Maria Idalina Resina Rodrigues, *O* Fidalgo Aprendiz *no Teatro Nacional D. Maria II* 101

Vanda Anastácio, *Apontamentos sobre D. Francisco Manuel de Melo, a História da guerra da Catalunha e os papéis da Restauração* 111

Zulmira Santos, Algumas notas sobre o «amor», o «desengano» e o «artifício» nas *Obras Métricas* (1665) de D. Francisco Manuel de Melo 121

SEGUNDA PARTE – *Outros artigos e recensões*

Helena Lourenço, *Do Amor e da* Soledad *no* Amadís de Gaula*: ressonâncias no teatro vicentino* 133

Juan Montero, *La epístola de Montemayor a Sá de Miranda: texto y contexto* 151

Fernando Larraz, *El pasado y la memoria como fuentes de moral en la* La cabeza del cordero*, de Francisco Ayala* 163

Recensões 173

Abstracts/ Resúmenes 179

Livros recebidos 185

Normas 187

Advertência

Este volume da *Península. Revista de Estudos Ibéricos* está dividido em duas partes.

A primeira parte publica um conjunto de estudos apresentados no *Colóquio Internacional "D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular"* que teve lugar nos dias 23 – na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra –, 24 e 25 de Outubro de 2008 – na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – e cuja organização esteve ao cuidado do Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade (Universidade do Porto), do Centro de Literatura Comparada (Universidade de Coimbra) e do Instituto de Estudos Ibéricos (Universidade do Porto).

A segunda parte inclui artigos e recensões que, respeitando a vocação editorial da *Península*, se inscrevem no âmbito dos estudos das culturas e das literaturas ibéricas.

A Direcção e a Redacção

Primeira Parte

D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular

D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo de «cartas familiares»

Aníbal Pinto de Castro
Universidade de Coimbra

Não seria lícito à minha consciência de Universitário, que sempre estudou Literatura para seu prazer e sobretudo para a ensinar, faltar a este encontro com que um grupo de ilustres Colegas e alguns bons Amigos quiseram assinalar o IV Centenário do nascimento de D. Francisco Manuel de Melo.

Quando, não sem algum sacrifício, sobretudo de ânimo, dei o meu *placet* às Doutoras Zulmira Santos e Marta Anacleto para aqui vir hoje, perguntei-lhes que tema gostariam que eu abordasse; responderam-me que da epistolografia.

Com efeito, em 1664 saía em Roma, dos prelos de Filipe Maria Mancini, a Primeira Parte das *Cartas familiares escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos*. Reunira-as e publicara-as, em cinco centúrias, o Professor de Humanidades, António Luís de Azevedo, seu dilecto amigo, e apareciam oferecidas à Academia dos Generosos.

A 2.ª edição só viria a aparecer em 1752, mercê dos cuidados de Luís de Morais e Castro e a elas se juntariam outras, passados quase dois séculos e meio depois, encontradas por Edgar Prestage no decurso das suas exaustivas pesquisas acerca da vida e obra do Autor, para a ainda hoje modelar e insubstituível monografia que acerca dele escreveu[1].

Mais recentemente dispomos da edição muito completa, embora com alguns aspectos discutíveis, sobretudo no que toca à leitura e fixação do texto, de Maria da Conceição Morais Sarmento[2].

Constitui a carta um meio de comunicação comum, e raras vezes adquire por isso, não obstante o seu valor documental, grandes foros de qualidade estética, salvo raros casos, entre os quais avulta o do Padre António Vieira. E, neste nosso tempo sem tempo, essa dimensão estética vai definitivamente desaparecendo, perante a ânsia fulgurante com que cada vez se recorre mais às sofisticadas ligações electrónicas!...

---

[1] Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço Biographico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

[2] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares* (prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

Contudo a carta chegou a alcançar a dimensão e a altura de um verdadeiro género literário, que tem merecido ultimamente desvelada atenção por parte de eméritos estudiosos[3].

Tinha, aliás, a servir-lhe de modelo havia séculos as *Epistolae ad Familiares*, de Cícero, e a dar-lhe as honras do saber e do bom gosto humanístico, o *De conscribendis epistolis* de Erasmo, que, entre muitos outros, lhe fixara a teoria no período renascentista.

Entre nós todas as artes de Retórica, sobretudo ao individualizarem os estilos, deram elementos do maior relevo para a composição das cartas segundo os preceitos da melhor perfeição literária, que os epistológrafos iam adoptando, numa vasta produção que continua entre nós quase por estudar, até porque uma boa parte dela ainda jaz imersa no pó dos arquivos[4].

Só no século seguinte, Francisco José Freire iria dar, no *Secretário Português*[5], de 1745, regras organizadas de epistolografia, mas são bem conhecidas as suas dívidas para com os teorizadores italianos e sabe-se como, nestas matérias, a fixação canónica vem sempre depois da constituição da poética explícita. Todavia os ensinamentos não faltavam nos manuais, como pode ver-se na *Arte de Retórica*, embora posterior, de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares[6].

Convirá, por outro lado, não esquecer que D. Francisco fora aluno dos Jesuítas no Colégio de Santo Antão, de Lisboa, e que oportunas considerações nesta matéria não faltavam, desde 1619, nos Diálogos II e III da *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo[7], onde se recomenda que a carta tivesse «cortesia comũa, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela sutil e selo claro»[8]. A estas recomendações, em certa medida externas, o Diálogo III, «Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas»,enunciava preceitos mais concretos acerca da maneira de as escrever, a partir da definição «de Marco Túlio, a quem todos seguem»[9]. E não sofre dúvidas que D. Francisco os conhecia e requintava na sua aplicação.

Parece não ser de pôr em causa que, longe de as considerar simples cartas missivas, o mitente desde muito cedo teve a clara intenção de as dar à estampa, já para fazer prova de mais uma demonstração da sua arte de escrever nos mais variados géneros, já para fazer delas uma justificação e uma defesa da sua acidentada vida e das misteriosas causas das suas desgraças e da sua longa e dolorosa prisão. Misteriosas, pelo menos, para ele!...

O que, porém, mais impressiona o leitor seu contemporâneo como o actual, à distância de quase quatro séculos, é a sua discreta elegância de sentimentos e a sobriedade da sua expressão,

---

[3] Vejam-se entre os seus mais recentes investigadores, do ponto de vista literário, e entre muitos outros, os seguintes: Pedro MARTÍN BAÑOS, *El arte epistolar en el Renacimiento europeo 1400-1600,* Bilbao, Universidad de Deusto, 2005; *Art de la lettre Art de la conversation à l'époque classique en France. (Actes du colloque de Wolfenbüttel, octobre 1991)* (dir. Bernard Bray et Christoph Strosetzki), Paris, Klincksieck, 1995; Luigi MATT, *Teoria e prassi dell'epistolografia italiana tra Cinquecento e primo Seicento,* Roma, Bonacci editore, 2005; Nicola LONGO, *Letteratura e lettere,* Roma, Bulzoni Editore, 1999; *La Correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escritura epistolar. Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita* (eds. Carlos Sáez y Antonio Castillo Gómez), Madrid, Calambur, 2002; *La correspondance. (Actes du Colloque International)*, Aix-en-Provence, Université de Provence, 1985; Carmen CASTILLO, *La Epístola como Género Literario: De la Antigüedad a la Edad Media Latina*; Jamile TRUEBA LAWAND, *El arte epistolar en el Renacimiento Español*, Madrid, Editorial Tamesis, 1996; Amedeo QUONDAM, *Le "Carte Messaggiere". Retorica e modelli di comunicazione epistolare: per un índice dei libri di lettere del Cinquecento*, Roma, Bulzoni Editore, 1981.

[4] A obra de Andrée Crabbé ROCHA, *A epistolografia em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985, limita-se a uma enumeração incompleta de epistológrafos, sem dar do género uma visão teórica, por mínima que fosse.

[5] Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1745.

[6] Lisboa, na Oficina de Francisco Luís Ameno, 1701.

[7] Lisboa, Pedro Craesbeck, 1619.

[8] Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na aldeia* (Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho), Lisboa, Editorial Presença, 1991, 75.

[9] Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na aldeia,* 89.

numa simbiose que faz dele um verdadeiro paradigma de *honnête homme*, singular modelo de «cortesão prudente e discreto», como recentemente o denominou, em trabalho notável, o Doutor Paulo da Silva Pereira[10]. É como se, na impossibilidade de o fazer em conversa com os amigos, na sociedade em que se integrava, D. Francisco optasse pelo comércio epistolar, dirigido a cada um em particular e destinado a quantos lhe estavam próximos pela inteligência, pelo coração ou por simples relações sociais, fosse qual fosse a sua condição, a sua posição profissional ou o seu lugar nos quadros da magistratura ou da governação do Estado. Daí a escolha rigorosa a que procedeu, quase sempre ditada por critérios estéticos ou por estados de alma que não raro tocam os limites do lírico, como se conclui das afirmações que faz na carta proemial «aos leitores de suas cartas», em que promete outras colectâneas, também organizadas por centúrias. Só nos primeiros seis anos da sua prisão diz ter escrito vinte e duas mil e seiscentas. À data desta declaração, depois de 12 anos de prisão, 6 de desterro e muitos de desdita, o seu número ter-se-ia largamente acrescentado. É que as «cartas sérias e de negócios de Estado, em que podia descobrir-se algũa, se não agradável, útil especulação, não podem comunicar-se, nem o permitirá o lugar, ainda que a matéria o concedesse»[11]. Daquelas, incluídas nesta primeira colectânea, «as mais foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina. Só se deleitará de as ler a Fortuna, que as fez ditar, como quem nelas está vendo o dibuxo das façanhas de sua sem-razão. Em os assuntos há pouca variedade, porque sempre o humor da sorte estava fixo na melancolia»[12]. Escrevera-as «peregrinando pelo mundo e depois entre as maiores tribulações, preso em ũa Torre, falto de saúde, sem gosto, sem liberdade, deixado dos parentes, desemparado dos amigos...»[13] – como notou António Luís de Azevedo, na dedicatória da sua edição da Academia dos Generosos e aos Discretos. Causa espanto a produtividade epistolográfica de D. Francisco! Dias havia em que escrevia várias cartas, como se com esse enviar e receber quisesse enganar a lentidão do tempo. Aliás no *Escritório do Avarento*, exprime sem lugar a dúvidas a supremacia das cartas entre todas as formas de comunicação, quando diz, pela boca do *Português*, que «os epistolários têm por certo que de todos os actos do entendimento, nenhum é tão expresso retrato d' alma como a carta de cada um, por ũa natural reverberação do espírito que faz reflexo no papel de todos os afectos que no ânimo do homem estão guardados e só ali circunstantes; o que não é no livro, na prática, nem no discurso donde o artifício serve de liga ao mais fino ouro do melhor entendimento»[14].

E não há dúvidas de que, apesar do seu múltiplo e variado interesse, aí encontramos o denominador comum que a todas servia de argamassa, ora mais visível, ora mais subtil.

Com efeito, os sofrimentos morais e as dores físicas da sua prisão, primeiro na Torre Velha e depois no Castelo de Lisboa, constituem um *leit- motive* que nelas transparece a cada passo, insidioso, persistente, mas incapaz de quebrar a serena elegância do seu espírito ou de o impedir de mostrar em cada linha o estilo tornado mais atraente pelo recurso ao conceituoso comedido, mas sempre gracioso e discreto, do dizer, como se, em vez de escrever aos amigos ou simples conhecidos, com eles quisesse manter uma conversa viva e uma forma elegante de sociabilidade através das cartas.

---

[10] Veja-se a sua excelente tese de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob o título *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do 'cortesão prudente e discreto' na cultura barroca peninsular*, Coimbra, 2007.

[11] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* 52.

[12] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* 51-52.

[13] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* 33.

[14] D. Francisco Manuel de MELO, *Os Relógios Falantes e Escritório Avarento, Apólogos Dialogais Primeiro e Segundo* (Edição crítica de Maria Judite Fernandes de Miranda), *Revista da Universidade de Coimbra*, vols. XX-XXI (1968), 103.

Prova não menos convincente dessa preocupação em conceber as suas cartas mais como o paradigma de um género literário do que como transmissoras de notícias da sua vida ou da sua pessoa é a maioritária ocorrência de destinatários não explícitos, quase sempre ocultos sob a inicial N, ainda que não falte a indicação da sua condição social, estado religioso, lugar ocupado nos quadros do Estado ou circunstâncias daqueles contactos por escrito. Inúmeros são os exemplos dessa forma de endereçamento. Basta lembrar aqui um ou outro mais sugestivo, como «A um amigo, falando de dinheiro e de matérias económicas»[15], ou «De cumprimento a um grande senhor que se achava oculto na Corte»[16]; ou ainda «A um Conde. De pesares, considerando os trabalhos da vida»[17].

Daí o carácter elíptico de muitas delas, como nesta «A um ministro, sobre certo aviso»[18] ou «Em resposta a uma prelada a quem devia muitas obrigações»[19]; ou ainda «Dando ruim conta de negócios a um amigo que lhos havia encarregado»[20].

Mesmo assim, é vasto e variado o conjunto dos seus destinatários explícitos, onde deparamos com personalidades como, além do já citado António Luís de Azevedo, com outras da mais preclara nobreza, entre as quais D. António da Alcáçova, comendador da Ordem de Cristo e alcaide-mor de Campo Maior e Ouguela, António Álvares da Cunha, que fora um dos fundadores da Academia dos Generosos, João Rodrigues de Sá e Meneses, terceiro Conde de Penaguião, que fora camareiro-mor de D. João IV e de D. Afonso VI, o Conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, o Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, o Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, Duarte Ribeiro de Macedo, Gaspar de Seixas Vasconcelos, D. Rodrigo de Castro, D. Sebastião César de Meneses, o Conde de Vimioso, entre muitos, muitos outros.

Não esqueceu altas figuras politicas estrangeiras, incluindo Luís XIV, a Rainha D. Ana de Áustria e o Cardeal Mazarino, e até o Papa Inocêncio X, bem como vários embaixadores estrangeiros, a quem se dirigiu para alcançar a sua libertação.

Dos escritores, poetas e homens de Letras, correspondeu-se, entre outros, com D. Francisco de Quevedo, que foi para ele um verdadeiro mestre o *seu* Quevedo, Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, Padre Baltasar Teles, de quem fora discípulo em Santo Antão, Erício Puteano, Jacinto Freire de Andrade, Manuel de Faria e Sousa, Manuel Severim de Faria, D. Rodrigo de Castro, D. Vicente Nogueira, Jorge da Câmara, Luís Serrão Pimentel, para lembrar apenas os mais importantes.

Nestas cartas, ciceronianamente adjectivadas de *familiares*, abordam-se múltiplos assuntos do maior interesse, a começar pelo biográfico. Pelas suas páginas vai passando, como imagem, bem à maneira barroca, reflectida num espelho de fino aço, o dia a dia do prisioneiro, vivendo em cada hora a ansiedade dos acasos do cárcere e as incertezas nebulosas de um futuro que o presente envolvia no constante receio de desgraças maiores, fazendo da forçada ociosidade primores de galantaria. Para disso termos a certeza, basta ler queixumes como este de uma carta a Faria e Sousa, lamentando-se, com a infinita graça de uma metáfora pirotécnica, por ainda não ter recebido resposta a uma que escrevera a outro destinatário: «Escrevi há dias a N. e não vi resposta. Os foguetes dos presos, todos são de lágrimas; de reposta nenhum»[21].

De outras vezes o queixume é mais longo e menos gracioso. É o que acontece na carta a Pedro

---

[15] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 27, 76.
[16] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 30, 29.
[17] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 509, 486.
[18] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 36, 84.
[19] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 63, 104.
[20] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 98, 131.
[21] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta 12, de 25 de Outubro de 1637, 66.

da Cunha «queixando-se de sua fortuna». Veja-se este passo: «E pois tudo por cá corre tanto como há-de ser, não se esqueça, Senhor meu, de partir comigo tudo o que lhe dá contentamento ou nojo. Passo no meio de meus porfiosos trabalhos e vivo, não sei se mais neles, se por eles ou para eles. Deus me quer dar o cabedal por modos que eu não entendo. Quanto em mi conheço de forças, muito há que fora já gastado»[22]. E desafogando paixões com um amigo ausente, confessava-se «igualmente devedor à benevolência que à prudência de V. M., que de tão longe soube acudir-me com a triaga contra esta peçonha dos pesares de que vivo há cinco anos oprimido»[23].

Ao informar da justiça que lhe assistia o Doutor Diogo Marchão Temudo, juiz que tinha em mãos o seu processo, ponderava: «Quando Deus não seja servido de que eu descanse ainda de tantos trabalhos, como padeço nesta dilatada perseguição, e outros de novo se me ordenem, terei sequer por alívio o entender que assi será justo e que em minha nova condenação entraram ânimos inteiros e desejadores de acertar com a verdade»[24].

E ao Bispo do Porto, D. Pedro de Meneses, «pedindo-lhe que o ajudasse em seu despacho», fazia esta resenha bem triste da sua vida: «Há seis anos que estou preso; fui sempre pobre e peregrinei por esse mundo a fim de ser homem honrado, não tenho algum humano meio para me poder sustentar aqui. Com as premissas de que haveria de seguir o Conde N. ao Brasil, me acabei de destruir, empenhar e carregar de novas obrigações. Estes sinais foram de um, foram dos muitos, foram de todos. Eu não errei, nem cuidei ligeiro, havendo observado e crido»[25].

E noutra carta a um ministro, diz com graciosa ironia: «Não teve, nem vestiu mais formas aquele Proteu que esta minha fortuna; senão que esta, bem que as muda, nunca as melhora. Eu corro-me de dizer o que padeço, porque a variedade destes meus acidentes não só me deixará ofendido, mas mentiroso»[26].

É que, além da lembrança do passado e das tristezas do presente, não poderia eximir-se à ideia de que o futuro ainda podia ser bem pior!...

As suas dores e preocupações tinham sempre a moderá-las a clarividência da razão, pois, como acentuava logo a abrir essa mesma carta, «assi como é o maior mal do corpo aquele que não obedece às mezinhas, assi é o maior dos do espírito aquele que se não modera com a razão».

Noutros passos não falta a ironia. Como quando, falando a Girolamo Bataglino, Vice-Colector Apostólico acerca da redacção da *Historia de los movimientos y separación de Cataluña*, sublinha que «havendo de a pôr aos olhos do mundo, pus eu também os olhos por todo ele, buscando a quem pudesse oferecer a memória de um negocio assi importante à Cristandade, chea de verdades, observações e advertências em benefício público»[27].

Se me demorei talvez um pouco mais do que o razoável nestes aspectos biográficos, mormente nos que diziam respeito ao seu encarceramento e demora verificada no julgamento, foi para demonstrar como o seu espírito soube sempre encarar a desgraça com os ditames da razão e a elegância da sua expressão quando se dirigia a estranhos, numa demonstração da sua cortesania prudente e discreta, tão expressiva da sua identificação com o espírito mais primoroso do seu tempo barroco.

Mas outro aspecto gostaria ainda de sublinhar – a sua importância fundamental para a determinação da sua formação estética, do seu trabalho de criador literário e do seu estilo. Não posso

---

[22] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta de 22 de Agosto de 1648, 198.
[23] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta de 7 de Maio de 1649, 247.
[24] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta de 27 de Maio de 1649, 253.
[25] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta de 30 de Julho de 1649, 262.
[26] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta de 3 de Agosto de 1649, 263.
[27] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares,* Carta de 30 de Novembro de 1645, 113.

por economia de tempo, abordar agora a relevância desse contributo. Este copioso conjunto epistológráfico encerra, no entanto, elementos capitais para esse e outros aspectos da sua actividade de homem de Letras: as leituras feitas, desde os clássicos greco-latinos até aos seus contemporâneos, com especial relevo para os espanhóis e italianos em que Quevedo e Tasso pontificavam, passando pelos poetas e escritores portugueses de Quinhentos, entre os quais mostrava particular predilecção por Sá de Miranda, por António Prestes e por Camões, pelos cronistas e pelos críticos Este cabedal de leituras trouxe-lhe uma selecta preparação estética e literária, a partir da qual as suas inatas qualidades de gosto poético produziram suculentos e sazonados frutos, de delicado sabor e de requintada novidade.

Depois convém não esquecer a importância que nestas páginas vão adquirindo os elementos sobre a escrita da sua própria obra, desde simples composições isoladas, a *El Mayor Pequeño* ou ao *Fénix de África*, merecendo referência muito especial *As Segundas três Musas do Melodino*, as biografias de D. João IV e do Príncipe D. Teodósio, entre muitas outras.

O seu comércio epistolar com amigos, críticos ou simples conhecidos é, sob este aspecto, uma verdadeira mina de preciosas informações, para a melhor compreensão do seu perfil estético, do seu tempo de escrita, das características da sua obra e do seu tino crítico, sempre norteado por equilibrado bom gosto.

Do seu idiolecto e do seu contributo para a definição do estilo barroco na língua portuguesa, numa simbiose perfeita da beleza, com o lirismo e com a sociabilidade, dão prova suficiente e fundamentada os vários textos dos que no decurso desta conversa fui aduzindo e que seria inoportuno e supérfluo exemplificar neste momento e para este auditório.

Creio que o mais completo juízo acerca destas *Cartas Familiares* é, ainda hoje, o de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, no parecer para a impressão da primeira edição de 1644: um homem de excelente gosto e de requintado estilo, que não rejeitou nenhum dos assuntos ou temas que preocupavam ou simplesmente interessavam os seus contemporâneos. Um discreto de fino gosto que os acasos da vida encerraram longos anos em prisões, por motivos que nem ele próprio talvez conhecesse bem. *Quare*?

Hoje quis apenas mostrar, sobretudo aos mais novos, que o trabalho de as estudar, seguindo estas pistas ou optando por perspectivas novas não deixará desiludido quem se dispuser a realizar essa tarefa.

D. Francisco Manuel de Melo, historiador

António de Oliveira
Universidade de Coimbra

1. As concepções historiográficas de D. Francisco Manuel de Melo têm sido estudadas com o auxílio de conceitos operatórios diversos, na senda evolutiva da teorização da História, não sendo tarefa fácil representar mais uma vez o autor[1].

Lembrarei, por isso, a meu favor, a expressão de Umberto Eco, «como este recordou a si e a todos», ao explicar o porquê de *O Nome da Rosa*: «os livros falam sempre de outros livros e qualquer história conta uma história já contada»[2], pelo que em boa parte se tem de reencontrar o já

[1] *Vide* Maria Teresa AMADO, *A representação do poder em Francisco Manuel de Melo*, Coimbra, [s. n.], 1987, 2 vols., sendo o segundo um apêndice documental; Maria Teresa AMADO e João Luís LISBOA, *Teoria da História em Francisco Manuel de Melo*, [Lisboa]: Plátano Editora, 1983; Claude MAFFRE, «La *Guerra de Cataluña*: Don Francisco Manuel de Melo, écrivan et philosophe de l'histoire», *Arquivos do Centro Cultural Português*, III (1971), 371-400; Carminda Nogueira de CASTRO, *O conceito de História em D. Francisco Manuel de Melo e a questão da veracidade na «Guerra da Catalunha»*, Coimbra, [s. n.], 1948, diss. de lic., polic.; Joaquim Cândido da FONSECA, *D. Francisco Manuel de Melo, historiador: subsídios para um estudo completo*, Lisboa, [s. n.] 1937, 63 fl., diss. de licenciatura, polic., obra que não tive oportunidade de consultar; uma outra diss. de lic., apresentada na Universidade Complutense, Madrid, deve-se a Isidro Matías Cerro, *Historiografía del siglo XVII. Francisco Manuel de Melo: Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* (encontra-se citada e aproveita por José CEPEDA ADÁN, «La historiografía», em *El siglo del Quijote 1580-1680. I. Religión. Filosofía. Ciencia*. (Historia de la Cultura Española «Ramón Menéndez Pidal», dir. por José María JOVER ZAMORA), Madrid, Espasa, 1996, 81, a qual não pudemos consultar). A problemática foi igualmente considerada pelos autores que estudaram a sua obra geral, nomeadamente nas diversas histórias da Literatura, ou, especificamente, pelos autores que editaram textos históricos, alguns dos quais vão citados nas notas seguintes. Para o enquadramento historiográfico tenham-se em conta as histórias da historiografia, algumas delas adiante citadas. Destaque para a diss. de doutoramento de Maria Teresa AMADO, *A Língua do Ver na Espanha dos Áustrias: criação de memória e fixação de ideais*, Évora, [s. n.], 1997, polic.

[2] Umberto Eco, *Porquê «O nome da Rosa»*? Lisboa, Difel, 1991, 20-21. De modo semelhante havia-se já pronunciado D. Francisco Manuel de Melo no domínio dos versos. (Benjamin Nicolaas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo, 1608--1666: inventario general de sus ideas*, Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1966, 115; D. Francisco Manuel de MELO, *Hospital das Letras*, em *Apólogos dialogais (*Prefácios e notas do Prof. José Pereira Tavares Vol. II *Escritório Avarento. Hospital das Letras)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1959, 124). Seguimos esta edição para as referências destes apólogos, mas tivemos em conta também, no que diz respeito ao *Hospital das Letras*, a edição de Jean COLOMÈS.

dito, como por volta de 1637, aliás, já Descartes reconhecia saber desde o tempo do colégio, no tocante às diferenças de «opiniões dos mais doutos»[3].

D. Francisco Manuel ensinou a transformar a herança em novo saber, dando vida nova a alguns aspectos do conhecimento precedente. Mas fê-lo recorrendo, para além da reelaboração de síntese interpretativa, à sua formosa expressão literária, que o estudo de algumas das fontes historiográficas que utilizou permite ajuizar, não deixando de recordar no entanto, precisamente a propósito do acrescento do saber, que «não somos mais próximos dos outros de que nós mesmos»[4].

Pelo meu lado, procurarei percorrer, através de alguns pontos de referência, um caminho de síntese dos marcos historiográficos tradicionais aos termos inovadores de transição assumidos por D. Francisco Manuel de Melo.

2. O amor aos versos, em D. Francisco Manuel de Melo, remonta à idade da razão, como ele próprio recorda[5]. O afecto à História teria igualmente despontado cedo, certamente, dado que fazia parte, do ensino médio que frequentou, a cronologia, a história e a geografia, entre outras disciplinas visando a erudição[6], mas só tardiamente, já homem maduro, se afirmou como historiador[7]. Sintomaticamente, no entanto, os primeiros sonetos que publica, em 1628, retomam o tema da morte de D. Inês de Castro, unindo história e poética e, ao mesmo tempo, o espaço ibérico num momento de «hispanização do mito» que celebra, como acentuou Renata Belardinelli[8]. O tratamento poético de assuntos históricos continuou-o ao longo da vida em múltiplas criações, como os «romances historiales» e composições referidas a personalidades e actos históricos, denominando um dos conjuntos «La Lira de Clío»[9].

Ao tempo em que publicou *Doze sonetos...*, como se depreende da futura narrativa do naufrágio de 1627, já estava desperto às relações dos acontecimentos e a captá-los na tenaz memória que possuía, bem treinada desde o tempo de escolar, como impunham os métodos pedagógicos de então, não sendo imaginação vê-lo reunir documentação que corria manuscrita ou impressa sobre os grandes acontecimentos[10]. Que estava atento a eles, mostrou-o também por volta de meados

---

[3] Renato DESCARTES, *Discurso do Método e tratado das paixões da alma* (Tradução, prefácio e notas pelo prof. Newton de Macedo), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1943, 19.

[4] *Hospital das Letras*, 208.

[5] *Obras Métricas*, vol. I, 13.

[6] Francisco RODRIGUES, *A formação intelectual do jesuíta. Leis e factos*, Porto, Livraria Magalhães e Moniz, 1917, 45--46; Margarida MIRANDA, «A *Ratio Studiorum* ou a institucionalização dos estudos humanísticos», *Biblos*, 2ª série, V (2007), 122. D. Francisco Manuel de Melo, se efectivamente seguiu os estudos dos jesuítas, frequentou também o ensino superior, na parte correspondente a Filosofia (Filosofia, Matemática e Ciências Naturais), cujo ciclo, com Humanidades (Gramática, Humanidades e Retórica), deveria somar oito anos e sete meses de estudo (Miguel Correia MONTEIRO, *Os jesuítas e o ensino médio*, Lisboa, [s. n.], 2008, polic., cap. «Organização dos estudos inferiores»). D. Francisco alistou-se como militar voluntário aos 17 anos, seguindo então a carreira das armas, devendo ter ficado fora do plano curricular, provavelmente, apenas o ciclo de Teologia, o qual durava quatro anos.

[7] Aos 17 anos teria escrito, segundo Barbosa MACHADO, uma obra intitulada *Concordancias mathematicas de antigas e modernas hypotesis* (Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana* Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, 187); informação seguida por Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço biographico* (edição fac-similada da de 1914), Lisboa, Fenda, 1996, 33 e 597.

[8] Renata Cusmai BELARDINELLI, «I *Doze sonetos per la morte di Ines de Castro* di don Francisco Manuel de Melo, introduzione, lettura critica, commento e glossario [...]», *Arquivos do Centro Cultural Português*, XVII, (1982), 854.

[9] D. Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas* (Maria Lucília Gonçalves PIRES e José Adriano de Freitas CARVALHO, coords.), II vol., Braga, Edições APPCDM, 2006, 811 e s., de interesse para a história coeva do Autor. Muitas outras composições suas podem servir de fontes históricas, algumas das quais se encontram referidas em Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 608-609.

[10] Francisco Manuel de MELO, *Epanaphoras de varia historia portugueza [...]*, (edição fac-similada da de 1660, com introdução e apêndice documental de Joel SERRÃO), Lisboa, [s. n.], 1975 (?), 157; *Hospital das Letras...*, 194.

de 1631 ou pouco depois, ao servir-se da pena e da tinta para defender a honra da nobreza, em perigo de se tornar tributária[11] através de um disfarçado imposto, que a própria nobreza qualificava de «indecente», as denominadas meias anatas[12].

Os sucessos ocorridos em Portugal em 1637 e 1638, por sua vez, e na continuação da epidemia tributária que nele grassava depois da primeira «bancarrota» de Filipe IV, em Janeiro de 1627[13], e da política de reputação então seguida, exigindo cada vez mais homens e dinheiro[14], teriam acicatado o desejo de D. Francisco Manuel se dedicar à escrita de temas políticos e militares, publicando em 1638 *Política militar, en avisos de generales*[15], depois de em 1636 haver já solicitado a Francisco de Quevedo a crítica do manuscrito, como parece, numa atitude de procurar avaliar a prosa que elaborava por quem tinha autoridade profissional, antes de expô-la ao público[16], como

---

[11] Trata-se do primeiro exemplar conhecido da sua prosa, no ajuizar de Edgar PRESTAGE, o qual se intitula *Memorial ofreçido al Rey nuestro Señor sobre el donativo que se trata pedir a la nobleza del reyno de Portugal*, o qual ficou por concluir (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello...*, 57-58). Embora tivéssemos consultado o cód. 7674, da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), onde o manuscrito se encontra, seguimos, na parte da transcição, a que foi reproduzida por Maria Teresa AMADO, *A Representação do Poder*, II vol., 72-85. Pouco depois, ter-se-ia oposto a uma obra de João Pinto Ribeiro, *Discurso sobre os fidalgos, e soldados portugueses não militarem em conquistas albeas desta Coroa*, Lisboa, Pedro Craesbeek, 1632 (Francisco Manuel de MELO; *Tácito português. Vida, morte, dittos e feitos de El Rey Dom João IV de Portugal* (Prefácio e leitura do manuscrito por Raul Rego), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1995, 75). Para a censura da obra de João Pinto Ribeiro, referências em Maria Teresa Esteves Payan MARTINS, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001, 374.

[12] No estado em que se encontra, o escrito, como declara o autor em português, depois da cópia trancada do texto, «serve para ver algun prinçipio da nobreza e sua origem». O que o texto pretende evidenciar é a honra detida pela nobreza, mostrando com exemplos como esta sempre assim foi considerada das origens ao tempo de Filipe IV, com enquadramento inicial da história geral. Seguir-se-ia, por certo, a denominação do tributo e o desenvolvimento de «el justissimo desconsuelo con que la Nobleza deste Reyno se alla en la ocasion pressente quando con ymperio se le pide un cassi pecho, dorado con la vanidad, de alguno modesto nombre». Na anotação final do escrito *sobre el donativo*, o autor declarou: «Mais tenho escrito deste papel mas pasouse lhe a sezão e a mi a curiozidade».

Ser «pechero», tributário, era uma desonra. Este quase *pecho* deverá ser a meia anata dos ofícios, começada a executar, em princípio, em 21 de Maio de 1631, cuja preparação vinha de 1629. O seu regimento é de 12 de Setembro seguinte (José Justino de Andrade e SILVA, *Collecção chronologica da legislação portuguesa* compilada e anotada por [...] *1627-1633*. Lisboa, Imprensa de F. X. de Sousa, 1855, 203-204 e 220-225). O *Memorial* deveria ter surgido depois de uma destas datas. Neste mesmo ano foram lançadas outras imposições, como a repartição por empréstimo dos primeiros 500 000 cruzados, pedidos pelo poder régio em nome da defesa do ultramar, mas não passou de uma «repartição vocal» em relação à nobreza, a qual se não dispôs a cumprir, nem genericamente cumpriu. *(Vide* António de OLIVEIRA, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640),* Lisboa, Difel, 1991, 118 s. e 132 s.; idem, «Levantamentos populares no Algarve em 1637-1638», em *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII,* Coimbra, Instituto de História Económica e Social / Faculdade de Letras, 2002, 525-527). Depois de 31 de Janeiro de 1627, data da suspensão de pagamentos por parte da coroa castelhana, surgiu em Portugal uma epidemia de tributos até 1637. Em outras ocasiões, para além de 1631-1632, D. Francisco Manuel teria tido igualmente oportunidade de se pronunciar sobre as novas contribuições da nobreza.

[13] Já em 1596 se tinha verificado uma outra suspensão de pagamentos (*Vide* Modesto ULLOA, *La hacienda real de Castilla en el reinado de Felipe II,* Madrid, Fundación Universitaria Española, 1977, 818; Carlos Xavier de CARLOS MORALES, *Felipe II: el imperio en bancarrota. la hacienda real de Castilla y los negocios financieros del Rey Prudente*, Madrid, Editorial Dilema, 2008, 283 s.).

[14] «Tres são os fundamentos principaes, sobre os quaes se estriba a machina do governo politico, a que chamão, razão de estado, conselho, forças e reputação» (Sebastião César de MENESES, *Summa politica...*, Lisboa, Por Antonio Alvarez, 1649, 1).

[15] *Politica militar en avisos de generales* (Introdução e notas de Pedro de Brito), [s. l.], Granito, 2000. Pelo menos um exemplar desta obra encontrava-se entre os livros de D. Pedro II, em 4º, pergaminho, o qual foi avaliado em 400 réis. (Virgínia RAU e Eduardo Borges NUNES, *Inventário post-mortem del rei-Rei D. Pedro II.* (Edição e introdução de...), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969).

[16] A carta dirigida a Quevedo, datada de Madrid aos 4 de Outubro de 1636, refere apenas o envio de um «discurso». Mas acrescenta: «yo envío a V. M. este mi primero trabajo, por que se sirva de enviármele de suerte que no tema despues de su emmenda la censura de otro» (Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares*. (Prefácio e notas de Maria da Conceição Morais SARMENTO), Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1980, 58). Colomès supôs tratar-se da *Política Militar* ou

seria bastante comum. Solicitude que tomou quando recebeu num aquartelamento militar de Flandres o *Nuno Álvares Pereira* de Méndez Silva (1607-1670)[17], enviado pelo autor, ou quando se pôs ele próprio a tentar escrever a história de Portugal sob novos cânones[18].

A sua fama de escritor estava já firmada por esta altura, dado que em 1639, ao chegar a Flandres, a seguir à batalha do Canal, o governador ordenou-lhe que fizesse uma relação do sucedido[19] e, no ano seguinte, foi encarregado «de pôr em memória os progressos» da nova guerra de Catalunha, em que estava a participar[20].

Como é bem sabido, só em 1645 conseguiu concluir e publicar, sob pseudónimo, a *Guerra de Cataluña*[21], a sua obra histórica prima, no tempo de edição e no valor literário, depois das vicissitudes da prisão em Madrid e de se ter fixado em Portugal com a Restauração[22], tempo que de novo o

---

do *Memorial [...] sobre o donativo que se trata de pedir a la nobleça del Reyno de Portugal.* Este trabalho não estava acabado e, tal como se conhece hoje, não se encontrava em condições de ser enviado para apreciação. Sobre as relações entre D. Francisco Manuel de MELO e Quevedo, *vide*: Jean COLOMÈS, «Sur les relations de D. Francisco Manuel de Melo avec Quevedo», *Arquivos do Centro Cultural Português*, II, (1970), 573-577; Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo: 1608-1666: Textos y contextos del Barroco peninsular,* Palma, Universitat de les Illes Baleares, 1992, 77-114.

[17] Rodrigo MÉNDEZ SILVA, *Vida y hechos heroicos del gran condestable de Portugal D. Nuño Alvarez Pereyra [...]*, Madrid, Por Juan Sanchez, a costa de Pedro Coelho, mercador de libros, 1640. Publicada com carta introdutória de Francisco Manuel de MELO, a qual também se encontra, em português, em *Cartas*..., 84-87. É nesta carta que MELO indica ter comunicado o texto à Universidade de Lovaina, «aos sujeitos mais doutos que ali concorrem, principalmente em a História Universal e Cadeira de Boas Letras, que hoje ocupa o sapientíssimo Erício Puteano, sucesor e émulo de Justo Lípsio, que igualmente com o senhor Bispo de Ypre, ilustríssimo pelos seus ilustrres escritos, ficaram igualmente agradados deste de V. M.».

[18] Em referência aos dois primeiros livros de D. Teodósio, pede em 18 de Dezembro de 1648: «a grande mercê que eu lhe pedira fora os mandasse ver pelos professores de História e que V. M. nisso tivera parte, como seu estudo e engenho merecem» (*Cartas*, p. 215). Atitude também tomada, por exemplo, por Gaspar BARREIROS, em 1557, em relação a «Marcos de Bethania, mestre em Santa Theologia», a propósito das *Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro livros intitulados em M. Portio Catam de Originibus, em Beroso Chaldeo, em Manethon Aegyptio, & em Q. Fabio Pictor Romano*, Coimbra, Per Joam Alvares, 1561.

[19] Francisco Manuel de MELO, *Epanaphoras*, 353. D. Francisco Manuel recrutou em 1639 um dos terços para Flandres, tendo chegado ao destino depois de sofrer a derrota da armada no Canal de Inglaterra, como dramaticamente descreve (*Epanaphora Belica*). Arregimentou parte do terço no Norte do país e o resto em Castela. Foram então mandados recrutar quatro terços em Portugal. A D. Francisco Manuel não passou despercebido o facto, vacilando entre supor que havia necessidade militar ou por motivo das «revoluções» (*sic*) acontecidas pouco antes, em 1637-1638 (*Epanaphoras*, 359 s.). O «Norte do país», onde D. Francisco Manuel procedeu ao levantamento de tropa, compreendeu «Beira, Douro e Minho, Trás-os--Montes e parte de Alentejo». Para enquadramento com a actividade militar em Galiza neste momento, *vide* María del Carmen SAAVEDRA VÁSQUEZ, *Galicia en el camiño de Flandes*, A Coruña, Edicios do Castro, 1996, 179 s. Cf. infra, nota 333.

[20] *Hospital das Letras*, 194. Da Flandres passou a Madrid e, daqui, para a Junta da Cantábria (Vitória), no contexto da guerra contra a França (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 134). Em 5 de Junho de 1640 devia estar em Madrid, tempo de despachos relativos a mercês que solicitou pelos serviços prestados (Archivo Historico de Madrid [AHM], *Estado*, liv. 372; Archivo General de Simancas [AGS], *Guerra Antigua* [*GA*], m. 1334). Nesta data, com efeito, têm despacho, quanto ao que requereu: «hidalguia y habito que pide en Portugal», por motivo de ajuda de custo: se remeta à Junta de Portugal, em Madrid; sobre remuneração de serviços atrasados, remete-se para a mesma Junta; quanto «ao de tesoureiro»: «no ha lugar por que estan providos todos»; sobre «Lo del govierno de Bayona em Galicia se remita al Consejo de Guerra, aonde toca; se quiser ir servir, «se le de el sueldo que le toca por su reformacion en Flandes o Milan». (AHN, *Estado*, liv. 372, registo de consultas). Sobre a passagem da comenda em Portugal, ainda em 1640, doc. em Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 471, doc, nº 45, de 23 de Novembro de 1640. (Já em 10 de Dezembro de 1634 havia obtido um alvará de promessa de comenda (AN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 28, fl. 3 v.). A mercê só veio a concretizar--se em 1643 (Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello*, 490).

[21] Precisamente por esta altura, D. Francisco Manuel apresenta-se a um soldado e historiador cheio de fama, o conde Galeazzo Gualdo Priorato (1606-1678), como historiador de recente data, não obstante leitor de longo tempo dos temas históricos (*Cartas*, 101, datada de 11 de Junho de 1645; Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 211-212;). Em 1654 repete a mesma ideia, dirigindo-se a um amigo (*Epanaphoras*, 274 e também 349-350, 156-157 e 274 sobre matéria afim). Sobre Gualdo Priorato *vide infra*, nota 27.

[22] *Vide,* a propósito, Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, p. 133 e s. Em Madrid solicita diversas mercês em virtude da nova situação política portuguesa. Em 2 de Março de 1641, a Junta de Execução detalha as recompensas

aprisionou, mantendo-o em custódia, em mais do que um regime, de 1644 a 1662[23]. Foi neste período que pôde elaborar uma boa parte da sua obra, de cujo elenco se poderiam extrair em 1664, entre História[24] e Política, 39 títulos, dos quais se destacam 8 impressos em sua vida e 5 posteriormente[25].

3. A maior parte dos textos históricos que redigiu dizem respeito à história do seu tempo. Escrevia, como dizia do conde Gualdo Priorato (1606-1678), de «los vivos negocios de nuestros dias», «de homens viventes», como no caso da *Epanáfora Triunfante*[26], embora acrescente, por vezes, tratar de acontecimentos «do seu tempo mas já passado»[27]. História difícil de realizar em qualquer tempo de todos os tempos, porque até «a sombra dos vivos se respeitam», «enquanto as cinzas dos mortos não se temem», como dirá em 1669 Fernando Correia de Lacerda[28], que foi seu amigo, mas que Francisco Manuel de Melo soube bem contornar, sem deixar de manifestar o espírito crítico que de modo geral exerceu, tendo ele próprio feito parte de um grupo de autores encarregados das «repreensões e emenda de vícios e costumes da república»[29], cuja memória simbolicamente agrupou à sua volta e a seu modo no *Hospital das Letras*, embora nem sempre, pelo menos quanto à historiografia, tenha tido razão ou, pelo menos, estivesse bem informado[30].

---

concedidas a D. Francisco Manuel de Melo (*Memorial Histórico Español*, XXV, 669; Edgar PRESTEGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 147 s., com desenvolvimento e publicação de alguns documentos).

[23] Para as vicissitudes deste período, *vide* Edgar PRESTAGE, *D. Franciso Manuel de Mello*, 185 s.

[24] Incluindo os subgéneros. Muitos dos seus trabalhos, incluindo os de natureza histórica, conhecem-se apenas, no momento, pelo elenco geral dos seus títulos, como é bem sabido. Para a sistematização dos de índole historiográfica não podemos contar com a publicação de um conjunto de *Obras Históricas* por parte do Autor, o qual prometeu aos seus leitores, no primeiro de Abril de 1665. Estava então a cumprir um plano editorial que vinha pelo menos de 1664, devendo constituir o conjunto das obras históricas o primeiro volume a aparecer depois das *Obras Métricas* (Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, vol. I, 8). A morte, ocorrida pouco depois, em 28 de Agosto de 1666, não lhe permitiu continuar a concretização do plano inicial, de que também fariam parte as *Obras Políticas*, para além de outros conjuntos cujas nomenclaturas deixou exaradas (D. Francisco Manuel de MELO, *Obras Morales de Don Francisco Manuel a la Serenissima Reyna Catalina Reyna de la Gran Bretaña,* Parte Primera, Roma, por el Falco, 1664, nas duas páginas anteriores a «Tabla de los assuntos de la Vitoria del Hombre»). Foram então previstos 10 volumes, cujos conteúdos não seriam, precisamente, os agora considerados, como se passou, por exemplo, com a edição das *Obras Métricas* e, eventualmente, poderia ocorrer com os próprios títulos gerais. Cf. Luís de Sá FARDILHA, «Tempos e modos da edição lionesa das Obras Métricas em Francisco Manuel de MELO, *Obras métricas*, vol. I, XIX). «As obras históricas e / ou obras políticas» poderiam estar destinadas à oficina de «Juan Stanop», em Londres, segundo TEENSMA, *Ocidente*, LXIV, Fev. 1963, texto escrito em castelhano).

[25] Do elenco das suas obras consideradas inéditas constam muitos títulos que dizem respeito a temas históricos. *Vide*, para catálogo das suas obras, para além dos conjuntos apresentados por Edgar PRESTAGE e revisitados por TEESNMA (*D. Francisco Manuel de Mello (1608-1666) Varia bibliográfica.* Lisboa: Separata da revista «Ocidente», LXI, 1961; idem, *Materiais novos para a bibliografia de Dom Francisco Manuel de Mello*, *ibidem*, vol. LXIV, Fev. 1963, 94-99); Carolina Michäelis de Vasconcelos, *D. Francisco Manuel de Melo. Notas relativas a manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, 22-29. *Vide* também Teresa Amado, *Representação do Poder*, 3 e s.

[26] *Epanaphoras*, 482.

[27] *Epanaphoras*, 100-101. A oferta de a *Guerra de Cataluña* serviu-lhe de ensejo para solicitar troca de correspondência, oferecendo-se para enviar-lhe «as justas informaciones de los sucesos publicos de este Ocidente», com as quais bem poderia corrigir os erros contidos na segunda parte das suas *Memórias Universais* a propósito do tema da *Epanáfora Bélica* (*Epanaphoras*, 351). *Vide* supra, nota 21.

[28] Citado por Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, 204. («A Francisco Correa de Lacerda, Mestre de sua Alteza», dirigiu D. Francisco Manuel a *Epístola V*, «escrita em Parma, provavelmente na segunda metade de 1663», *Obras Métricas*, vol. II, 953). Perigo que vinha da Antiguidade: «Muy peligroso es escrivir las historias del siglo que corre, y del q̃ ha poco que passo; por estar ainda vivos los descendientes de las personas de quen se trata» (Baltasar ÁLAMOS DE BARRIENTOS, *Tacito español*, 246).

[29] *Hospital das Letras*, 82.

[30] No *Hospital das Letras*, 243 s., D. Francisco Manuel passa em revista uma longa série de historiógrafos, da Antiguidade ao seu tempo, mas nas páginas anteriores há referências a outros nomes que estão também ligados à escrita da História.

O estudo da história coeva, nomeadamente dos acontecimentos em que tomou parte[31], constituiu uma decisão de gosto e um imperativo metodológico, para além de uma tendência historiográfica do momento, impulsionada já em Espanha, nos meados do século XVI, pelo cronista régio Juan Páez de Castro[32], não obstante as histórias gerais, com origens míticas, irem até aos inícios do século XVII, pelo menos em Portugal[33].

A intensa actividade intelectual ajudou-o a vencer o tempo aprisionado, com manhãs enevoadas enquanto esteve nas torres que defendiam a barra de Lisboa, transformando-o em claro ócio criativo. As agruras do tempo e as grades do espaço marcaram, no entanto, o amante da liberdade e «peregrino do mundo», impondo limites e temas, pelo menos no campo historiográfico[34].

Da história pátria começou precisamente por escrever aqueles sucessos, como afirmou em 1654, «cujas informaçoens, eu não pedisse ao estudo dos livros, & só de minha lembrança facilmente os recebesse»[35]. Dificuldade em estudar, nas circunstâncias em que se encontrava, mas não se serviu apenas de recordações, como é óbvio, ao longo da escrita da história.

Embora indique parcimoniosamente as fontes utilizadas, sinal suficiente para os que professam a história reconhecerem o que é ou não seu, segundo considera[36], D. Francisco Manuel auto-avalia-se como «exigente em averiguar as origens e a verdade dos acontecimentos»[37]. O estudo das fontes que

---

As apreciações que faz de Ieronimo de Franchi Conestaggio, por exemplo, tanto no *Hospital das Letras*, 128-129, como na *Epanaphora Tragica*, 158), foram rebatidas por Giacinto Manuppela, em contexto alargado a outras apreciações também erradas (Giacinto MANUPPELLA, «*A lenda negra de Jerónimo de Franchi Conestaggio e da sua* Unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia *(Génova, 1585)», Revista da Universidade de Coimbra*, XXXI, 1985, 53-148. O artigo incorpora o essencial de dois outros trabalhos do mesmo autor, sendo um deles «Ieronimo de Franchi Conestaggio gentilhuomo genovese», em *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1957, 216-287).

[31] Não esteve presente na «guerra brasílica», narrada em *Restauração de Pernambuco* (1654), estando ainda preso em Lisboa. A composição está datada de 1659 (já regressado do exílio do Brasil) e foi incluída nas *Epanaboras* sob o qualificativo de triunfante. Conhecia, no entanto, bem o assunto (*Epanaphoras*, 482).

[32] Passar das origens e dos reis primitivos de Espanha para o presente, era um dos objectivos do referido cronista, no seu memorial intitulado *De las cosas necesarias para escribir la historia,* datado de 1555 (Pablo FERNÁNDEZ ALBADALEJO, «"Materia" de España y "edificio" de historiografía. Algunas consideraciones sobre la década de 1540», em idem, *Materia de España. Cultura política e identidad en la España moderna*, Madrid, Marcial Pons, 2007, 62-63). *Vide*, também, Jenaro COSTAS RODRÍGUEZ, *La historiografía hispano-latina renacentista*, 53-54.

[33] Frei Bernardo de BRITO (1569-1617), *Monarchia Lusytana. Parte Primeira que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso sñor Jesu Christo dirigida ao catholico rei Dõ Philippe II do nome rei de Espanha emperador do novo mundo*, Alcobaça, Mosteiro de Alcobaça, 1597. A segunda parte saiu em 1609. Os primeiros vinte livros da obra de Juan MARIANA (1536-1624, datas não seguidas por todos os autores), *Historiae de rebus Hispaniae lib. XXX* foram publicados em Toledo em 1592 e a obra completa, em latim, em Mogúncia, 1605. O próprio Mariana havia traduzido para castelhano a obra, pelo que os últimos 10 livros sairam primeiro em língua espanhola (*Historia General de España,* Toledo, P. Rodriguez, 1601, 2 tomos). Mais tarde Mariana publica um *Sumario* da obra, o qual é então acrescentado até 1621. (Seguimos Ed. FUETER, *Historia de la historiografía moderna*, Buenos Aires, Editorial Nova, 1953, 248). Esta edição não tem referências bibliográficas para além de 1913. Uma resenha sobre Mariana, a obra e bibliografia em José Luis Suárez García, ed., Juan Mariana *Tratado contra los juegos públicos*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2004, 21-39). *Vide* também José CEPEDA ADÁN, «La historiografía», 717 s. e 722 s.; Quintín Aldea Vaquero, Tomás Marín Martínez e José Vives Gatell, dirs., *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*, tomo III, Madrid, Instituto Enrique Florez, 1973, 1417-1418. Sobre histórias nacionais, *vide* Diogo Ramada CURTO, *A cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos, ritos e negócios*, Lisboa, [s. n.], 1994, 350 s., diss. de doutotramento, polic.

[34] *Cartas*, 277.

[35] *Epanaphoras*, 274.

[36] «Por huir al fastidio, y acomodarme a la suave novedad, omito las citaciones. Los sabios, bien sabrán conocer lo que es ageno, ò mio; los legos, no importa que no lo adviertan» (*El Fenis de Africa, Agustino Aurelio, obispo hypponense [...]*, Lisboa: por Pablo Craesbeeck, 1649, 2ª parte, prefácio; Benjamin Nicolaas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo*, 114).

[37] *Tácito*, 44.

utilizou para compor a *Guerra de Cataluña*[38] está feito e encontra-se começado trabalho semelhante para outras obras[39], deparando-se-nos a publicação de documentos em a *Epanáfora Política*. Conhecem-se também, por outro lado, alguns dos fluxos de informação e de circulação de obras. E não se desconhece que para a elaboração de *D. Teodósio* foram aparentemente colocados à sua disposição, através de «Reais ordens», os «arquivos do Reino e Estados»[40] e que se socorreu de múltiplas informações[41], para além da bibliografia[42]. O que lhe agradava, no entanto, era o testemunho presencial dos acontecimentos, a sua observação e reflexão, «lendo, conferindo, praticando»[43].

Com efeito, para além da bibliografia e das fontes que muitas vezes corriam manuscritas[44], lançou mão, como tanto gosta de lembrar quando historia acontecimentos coevos, em muitos dos quais tomou parte, da experiência da vida e do que soube sentir, ver, ouvir e guardar numa tenaz e pronta memória[45].

«Escrevo cõ toda a inteireza, o que vi muytas vezes, & quasi me passou pellas mãos», esclarece ao redigir a *Epanáfora Bélica*[46]. Dói-se por ser praticamente a última testemunha do relato da tragé-

---

[38] Joan ESTRUCH, «Las fuentes de *Guerra de Cataluña*, de Francisco Manuel de Melo», *Criticón*, 44, (1988), 7-24; *vide* também as suas anotações à edição de *História de los movimientos*; da sua tese de doutoramento, fundamental nesta questão, dado que procedeu a uma edição crítica da *Guerra de Cataluña*, de que presumimos estar reflectida na edição citada, só tivemos acesso ao seu resumo, que consultámos na BNP (Joan ESTRUCH TOBELLA, *Vida y obra de Francisco Manuel de Melo,* Barcelona, Universitat, 1985).

[39] Para fontes francesas do naufrágio de 1627, *vide* Jean-Yves BLOT e Patrick LIZÉ, eds., *Le naufrage des portugais sur les côtes de Saint-Jean-de-Luz et d'Arcachon (1627).* Relations de Dom Manuel de Meneses et Dom Francisco Manuel de Melo (Epanáfora Trágica) traduites par Georges Boisvert et autres documents, Paris, Éditions Chandeigne, 2000). A narrativa de Melo, «Même si quelques erreurs dues à une memoire défaillante se glissent dans sa relation, celle-ci est littérairement la plus achevé» (p. 11). Documentos de natureza militar publicados por Edgar PRESTAGE (*D. Francisco Manuel de Mello*, 434), indicam o naufrágio como ocorrido a 14 de Janeiro de 1627. A *Epanáfora II* está datada, através da carta prologal, de 5 de Fevereiro de 1657. O naufrágio ocorreu entre 12 e 13 de Janeiro de 1627.

[40] Francisco Manuel de Melo, *D. Teodósio II*. Segundo o códice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda (Tradução e prefácio de Augusto Casimiro), Porto, Livraria Civilização – Editora, 1944, 41). Facilidades concedidas que só poderiam ser satisfeitas através de interposta pessoa ou eventual saída da prisão sob palavra, numa espécie de menagem. Também Filipe IV, ao ordenar a história da monarquia a Francisco Ramos del Manzano, ou Olivares em relação a Malvezzi, entenderam, na sequência de outros exemplos, «a autoridade que os papéis de Estado» emprestavam aos escritos hitóricos. O conde-duque «deixou saquear o seu escritório» a Malvezzi e o monarca permitiu a Ramos «rebuscar a su antojo en los incomparables archivos reales de Simancas» (R. A. STRADLING, *Felipe IV y el gobierno de España 1621-1665*, Madrid, Cátedra, 1989, 438).

[41] Algumas delas solicitadas por cartas e ofícios (*D. Teodósio*, 41; Edgar PRESTAGE, *Dom Francisco Manuel de Mello*, 606). Em as notas do presente trabalho vão indicadas diversas fontes referidas por D. Francisco Manuel.

[42] Uma ordenação alfabética dos autores citados em algumas das suas obras encontra-se em José Manuel Teixeira dos PRAZERES, *D. Francisco Manuel de Melo. Subsídios para a história das suas ideias*, Coimbra, Secção de Textos, 1967, diss de lic., policopiada, 368 s. Para *D. Teodósio* indica 22 autores.

[43] *D. Teodósio*, 40.

[44] *Historia de los movimientos*, 308-309. Muitos dos «papéis» catalãos foram impressos em Portugal em 1641 e 1642 (Estruch). Um deles, em Lisboa e Barcelona, o de Gaspar Sala, *Epitome de los principios y progresos de las guerras de Cataluña en los años de 1640 y 1641 y señalada victoria de Momjuyque,* Barcelona, Lisboa, Pedro Lacavalleria, Antonio Alvarez, 1641.

[45] O presente «decreta sobre o passado em vista do futuro e nisso faz valer a memória sobre a investigação empírica e sobre qualquer pretensão de antiquário» (António Horta FERNANDES, *Entre a História e a Vida. A teoria da História em Ortega y Gasset*, Lisboa, Cosmos, 2006, 83).

[46] *Epanaphoras*, 359. Em 1639, ao chegar a Flandres, a seguir à batalha do Canal, o governador, que no momento era o cardeal infante D. Fernando, irmão de Filipe IV, ordenou a D. Francisco que fizesse uma relação do sucedido. O exemplar da primeira redacção que lhe foi entregue seguiu depois para a corte de Madrid, acabando o secretário de Estado e Guerra do infante, D. Miguel de Salamanca, que antes havia desempenhado em Flandres o lugar de Vedor Geral, por lhe pedir o original, em substituição da primeira via. Ao chegar a Aragão, em 1640, e antes de começar a guerra de Catalunha, voltou a refazer de início o relato do «conflito do Canal de Inglaterra». A prisão a que pouco depois foi submetido, agora apenas por ser português, como ajuíza, deu origem à confiscação de todos os seus papéis, os quais seriam, na sua informação, «os

dia marítima de 1627[47], embora a *Epanáfora Trágica* pareça conter inicialmente, para além da utilização bibliográfica, esboços de outros trabalhos ou, pelo menos, explanações mais extensas de enquadramento[48], constituindo as «digressões» nos seus trabalhos historiográficos, como ajuíza, «verdadeiros tropos históricos e não proluxos pleonasmos, pelo que nunca costumo desculpar-me deles»[49].

É a supremacia do ver e ouvir que leva a optar por Francisco Alcoforado em vez de João de Barros, ao aceitar a narrativa daquele como coeva dos companheiros do redescobridor[50], e a preferir a história do passado não muito longínquo, um benefício em favor da verdade do seu *D. Teodósio*[51]. Não utilizando muito as «antiguidades», que parece não gostar numa das suas dimensões[52], e conhecendo moderadamente o perigo dos textos sobre o passado antigo, ao mesmo tempo que não tinha disponibilidade física para documentalmente investigar o passado que não viveu, o padrão de verdade ficava assinalado pela experiência. A verdade da *Guerra de Cataluña* resulta, como presumia, de nela ter tomado parte, embora não seja bem assim, como está provado.

Mas para além da experiência dos campos e dos mares da guerra, existia um outro espaço de aprendizagem e de recolha privilegiada de informações, que era a corte, como Cabrera de Córdoba recordou e a que especificamente também recorreu D. Francisco Manuel. Espaço mais de ouvir do que dizer, onde se tornava preciso um grande espírito crítico para saber destrinçar o verdadeiro dos boatos, criados no próprio círculo do *mentidero* cortesão de Madrid e, certamente, de Lisboa[53]. Com

---

mais e melhores, que até então havia escrito». Mais tarde escreverá a terceira versão da *Epanaphora Bélica*, que é a que se encontra publicada (*Epanaphoras*, 353-354). Cf. *infra*, nota 72.

[47] *Epanaphoras*, 157.

[48] Como a evolução da organização da armada de Portugal no tempo filipino; as relações da monarquia hispânica com a Inglaterra; as descrições da Galiza ou de Biscaia ou a indicação dos aventureiros embarcados. A *relação* abre, de resto, com a apresentação de alguma bibliografia. Em o *Tácito...*, 46-48, há também uma digressão sobre o intrincado problema dos moradores da casa real, que bem poderia constituir o esboço de trabalho independente. Sobre os graus dos «moradores» da corte, *vide*, por exemplo, Sérgio da Cunha SOARES, «Nobreza e arquétipo fidalgo – A propósito de um livro de matrículas de filhamentos (1641-1724)», *Revista de Hitsória das Ideias*», XIX, 1998, 403-455; António de OLIVEIRA, coord., *Nova História de Portugal*, vol. VI (Da *Contra-Reforma à Restauração*), cap. sobre «As hierarquias da diferença», no prelo.

[49] *Epanaphoras*, 312.

[50] Na descrição da ilha da Madeira, datada de 1654 no texto editado, há erros de topografia, como apontou Álvaro Rodrigues de AZEVEDO ao anotar Gaspar FRUTUOSO, As *Saudades da Terra: História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873, como já indicou PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 298; outras apreciações negativas em António Gonçalves RODRIGUES, *D. Francisco Manuel de Mello e o descobrimento da Madeira (A lenda de Machim),* Lisboa, Eds. Bíblion, 1935). D. Francisco Manuel esteve quase um mês na ilha, em 1655, quando em viagem para o Brasil do desterro (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 276). Qual a influência na descrição da natureza, que poderia ter retocado? O que se refere à saudade é da responsabilidade de D. Francisco: «quero eu agora tomar sobre mi esta notícia». O arquipélago da Madeira, conhecido já no século XIV, recebeu os primeiros colonos entre 1419 e 1426 (Vitorino Magalhães GODINHO, *A expansão quatrocentista portuguesa,* Lisboa, D. Quixote, 2008, 3ª ed., 301 e s.).*Vide,* a propósito da *Epanáfora Amorosa,* Manuel FERRO, «Arquipélago de sonho, miragem do paraíso: a Madeira na épica portuguesa do barroco e neoclassicismo», *Biblos*, VI (2ª série), 2008, 271 s. e o estudo de Maria do Céu FRAGA apresentado neste colóquio e, adiante, notas 61 e 62.

[51] «No se puede negar, que mientras vivieron [os historiadores] mas cercanos a la edad, en que sucedieron las cosas que escrivieron, tanto son mas dignos de fe, que los que historiarõ muchos años despues, porque se pone duda en su verdad; donde se concluy, que quien escrieve lo que sucedio en su edad, merece mas credito» (Luis CABRERA DE CÓRDOBA, *De Historia para entenderla y escrivirla*, Madrid, Por Luis Sanchez, 1611, 37 v.).

[52] O prestígio das «antiguidades», numa das suas feições, era então muito grande, opondo-se-lhe Melo, pela voz de Lípsio (*Hospital das Letras*, 262). Mas na apreciação do *Nuno Álvares Pereira* de MÉNDEZ SILVA, não deixou de anotar: «Estimando, como é justo, o copioso aparato de antiguidades que V. M. neles nos descobre» (*Cartas...*, 86). E a propósito da descrição de Galiza não deixa de qualificar Gaspar Barreiros, censor de Beroso, como «eminentissimo antiquário» (*Epanaphoras*, 217). Definição de Antiquários e enumeração dos objectos que lhe correspondem em Luís CABRERA DE CÓRDOBA, *De Historia*, 63; Maria Teresa AMADO, *A Língua do Ver*, 236, nota 19. Sobre censuras a Beroso, ou melhor, a Annius ou Annio de Viterbo (Giovanni Nanni), *vide infra*, nota 205.

[53] Como já foi observado, a propósito da *Carta de Guia de Casados*, soube transformar a «arte exímia de cerzir mil

efeito, foram as necessidades práticas das suas pretensões na corte de Madrid, ou simplesmente a ociosidade, onde esteve umas dez vezes, segundo declara, que lhe permitiram alcançar, através da conversação, da prática e também do estudo, «os estilos, preeminencias, & privilegios» dos conselhos de Estado e da Guerra de Castela, fazendo-os preceder de uma indicação sumária dos 14 outros conselhos existentes. *Aula Política & Curia Militar* (1653)[54] redigida, «por mandado de um grande rogo», com o intuito de ser útil à organização dos conselhos da corte de Lisboa[55], dando mais uma vez testemunho de se colocar acima das fronteiras geográficas: «eu não sou natural senão da verdade», como fez um dia dizer à boa moeda de ouro denominada *português*[56]. Por sinal, escolheu por pseudónimo, para a edição francesa de *Guerra de Cataluña*, de 1654, «Le Sieur Cosmophile»[57].

4. Para além do ponto comum da contemporaneidade, com as conhecidas excepções[58], as obras históricas principais redigidas por D. Francisco Manuel, entre as quais se encontram as relações que denominou *Epanáforas*[59], apresentam a guerra como tela de fundo, como se estivesse

---

experiências próprias» «numa carta missiva escrita com todas as regras postuladas pela epistolografia, e dirigida a noivo amigo» (Maria Lucília GONÇALVES e José Adriano de CARVALHO, *História Crítica da Literatura Portuguesa* [Maneirismo e Barroco], Direcção de Carlos Reis, Lisboa, Editorial Verbo, 2001, 169. Sintetizei a expressão citada entre aspas. Método que aplica, com a sua especificidade, à História que professou, transformando os fios da documentação numa obra de autor e não apenas numa figuração de cerzidor, como em certo momento achacava a Virgílio Malvezzi (1595-1654), colocado por D. Francisco Manuel entre os que «buscam os que digam por eles o que por si não sabem fazer», embora também dele fosse devedor e o qualificase, noutro local, como «autor ilustre mas animoso». Cf., adiante, nota 250.

[54] *Aula Politica & Curia militar [...]*, Lisboa, Officina de Mathias Pereira da Sylva, & Joam Antunes Pedrozo, 1720, editada, com outras obras. Para «os fiadores da verdade do meu discurso», p. 3.

[55] *Aula Politica*, 2 e § CLIV.

[56] *Escritório Avarento*, 18. A mesma ideia encontra-se expressa em outros locais (*Cartas*, 100).

[57] Existe um exemplar catalogado na Biblioteca Nacional de Holanda (KB catalogus Boeken en Tijdschriften). Segundo Teensma, foi o próprio D. Francisco que fez a tradução (Benjamin NicolaasTEENSMA, «De France vertaling von de Guerra de Cataluña de Don Francisco Manuel de Melo (Roemond, 1654)», em *Forum Literarum. Miscelânea de Estudos Literários, linguísticos e históricos oferecida a J. J. von den Besselaar*, Amesterdam & Maarsen, APA – Holanda University Press, 1984, 133-150). Reproduzimos a informação do artigo, que se encontra catalogado na internet, dada por VISTARINI, *D. Francisco Manuel de Melo*, 128, nota 300. COLOMÈS havia antes indicado o exemplar de Roermond, que diz tratar-se de uma versão incompleta de *Guerra de Cataluña*, e localizado um outro na Biblioteca de Catalunha, Barcelona, afirmando, quanto ao pseudónimo, tratar-se de «Cosmopolite» (Jean COLOMÈS, *Le dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo.* Texte établi d'après l'édition princeps, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, 278, nota 356). Da «Biblioteca de Catalunya», como resposta a um nosso pedido sobre a localização da obra, recebemos gentilmente uma fotografia digital do verbete ainda manuscrito da catalogação, onde o autor tambem se encontra literalmente transcrito como «Cosmophile».

[58] Da contemporaneidade das suas obras exceptuam-se, como é óbvio, a biografia que compôs de S. Francisco (a de Santo Agostinho parte da história, mas não constitui propriamente o que se pode chamar história), assim como a matéria da *Epanáfora Amorosa* e uma parte do que redigiu sobre D. Teodósio ou compôs a propósito das genealogias dos reis. Quanto a *El Fenis*, esclareceu o autor: «Aviso, no se venga a moralmente buscar a mis escritos el hilo historial de sus acciones; porque mi intención, no es otra, que discernir, por algunas; sacando dellas nuestra dotrina, y su alabança». E ainda: «No ha sido mi proposito historiar la vida de San Agustin» (*El Fenis de Africa*, parte primeira, «Carta a los lectores»).

[59] Epanáfora, que significa relação, pode ser considerada um «subgénero historiográfico» (Joan ESTRUCH TOBELLA, *Entre la historia y la novela: la «Epanafora Amorosa» de Francisco Manuel de Melo*, Nápoles, Societá Editrice Intercontinentale Gallo, 1993, 1-2, sep. de «Annali dell' Istituto Universitario Orientale» Sezione Romanza XXXV, 1; José G. Herculano de CARVALHO, «Três notas filológicas a D. Francisco Manuel de Melo», *Revista Portuguesa de Filologia*, XIX, 1991, 242-247. O próprio D. Francisco Manuel explicita o que entende por *epanáfora* em *Cartas Familiares...*, 491, e no *Hospital das Letras*, 254. Os termos de uma *relação*, segundo o própro D. Francisco, costumavam estar «demarcados com pouca largueza», os quais estendeu, por exemplo, na *Epanáfora Triunfante*, tendo o cuidado de acrescentar a sentença, atribuindo-a à Antiguidade: «os escritores não só pintão para a vida do tẽpo, mas para a universalidade dos homens» (*Epanaphoras*, 481-482). Estava muito divulgada a comunicação dos eventos coevos através de cartas, avisos, relações ou gazetas, as quais podiam assumir um mais abstracto jogo crítico do espírito, como procedeu Trajano BOCCALINO (1556-1613), nas *Ragguali di Parnaso,* personalidade acolhida como «símbolo de inconformismo» por D. Francisco Manuel, segundo Giacinto MANUPPELA

seguindo «o cânone de Tucídedes»[60]. O tema amoroso foi considerado nas suas consequências públicas numa das relações sobre história de Portugal, dando-lhe um tom «entre a novela e a história», na designação de Joan Estruch[61], ou de simples história, «no mesmo plano das restantes Epanáforas», segundo Herculano de Carvalho[62], mas é ainda uma guerra, um rapto de mulher casada, «estimada como hũa maravilha de muytas maravilhas», que lhe dá origem e sequência através de raptos de corsários, vivências de cativos e a força heróica contra o temor do mar ainda não experimentado e da natureza não explorada.

As obras de índole histórica elaboradas no século XVII, pertencem a um mundo conturbado, a um século *turbulento*, como D. Francisco Manuel o qualifica ao dedicar a *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* ao Papa Inocêncio X[63]. Século que se pode estender, entre nós, de 1580 a cerca de 1680, data tópica de muitas viragens, anunciadoras de outros tempos, incluindo para a historiografia em geral, sendo, por exemplo, de 1681 o *De re diplomatica* de Jean Mabillon (1632-1707)[64] e, de 1683, o manuscrito do *Sigalíon* de Pedro Fernández del Pulgar[65]. Tempo já de «saber duvidar»[66] e de um novo discurso historiográfico com o alvorecer do iluminismo, tempo novo anunciado já em aspectos da produção histórica de D. Francisco Manuel[67].

(D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes*. Apólogo dialogal terceiro. (Edição fac-similada e leitura do autógrafo (1657), introdução e comentário por Giacinto MANUPPELLA), Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1962, 417-418).

[60] Na indicação de Albaladejo, citando, para além de D. Kelley, Arnaldo MOMIGLIANO, *La Historiografía griega*, Barcelona,Crítica, 1984, cap. 2 e 8. Para Juan Páez de Castro, na expressão de Albaladejo, «La contemporaneidad era después de todo el *habitat* de la *historia proprie nominata* y la guerra su paisaje más frecuente» (Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «"Materia" de España y "edificio" de historiografía. Algunas consideraciones sobre la década de 1540», 63). O acentuar da contemporaneidade em D. Francisco Manuel, já se encontra indicada, pelo menos, em Hernâni CIDADE, *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1975, 1º vol., 6ª edição, 417.

[61] Joan ESTRUCH TOBELLA, *Entre la historia y la novela,* 105. Por volta de 1654, D. Francisco Manuel decidiu pôr em execução um antigo projecto de tratar um feito da história de Portugal que tivesse «procedido, ou ilustrado, de afectos amorosos», sugerido pela leitura de relações elaboradas pelo cardeal Guido Bentivoglio, segundo declara (*Epanaphoras*, 275), mas com outras possíveis influências, como as de Agostino Mascardi e Bartolomé Leonardo Argensola, na proposta de Estruch (*ibidem*, 102-103), segundo uma linha historiográfica denominada por FUETER de «historiografia galante ou novelesca» (Ed. FUETER, *Historia de la historiografía*, 364 s., indicada já por Estruch). As *Relações* citadas do cardeal Guido Bentivoglio (1577-1644) haviam sido traduzidas para castelhano em 1638 e uma delas trata, efectivamente, «da fuga de França do príncipe de Condé para livrar a esposa do assédio de Henrique IV» (Joan ESTRUCH, *Entre la historia y la novela*, 103). O conhecimento das suas obras por parte de Francisco Manuel de Melo data antes da morte de Bentivoglio, dado que teve intenção de lhe oferecer, se tivesse sido Papa, a *Guerra de Cataluña* (*Hospital das Letras*, 195). Na biblioteca real portuguesa existia um exemplar das *Guerras de Flandres* e outro de *Relações*, 4º, pergaminho, sendo este avaliado em 200 réis no inventário *post-mortem* de D. Pedro II.

[62] José G. Herculano de CARVALHO, *Três notas filológicas a D. Francisco Manuel de Melo*, 247. Como simples novela a considera Gonçalves RODRIGUES, designando-a como «um dos poucos exemplos portugueses no século XVII dum género popularíssimo noutros países (António Gonçalves RODRIGUES, *D. Francisco Manuel de Mello*, 45).

[63] O Papa Inocêncio X governou a Igreja de 1644 a 1655. A dedicatória está datada de 10 de Outubro de 1645. Utilizámos a edição de Joan ESTRUCH TOBELLA, Madrid, Clásicos Castalia, 1996, onde a dedicatória ocupa as p. 62-63. O título desta edição é o que reproduzimos no texto.

[64] *De re diplomatica [...]*, Lutetiae Parisiorum, sumtibus L. Billaine, 1681.

[65] Pedro FERNÁNDEZ DEL PULGAR, *Sigalión o chiton de los chronicones fabulosos, y supuestos, que se han publicado en España, desde el año 1594 con titutlo de Historiadores Antigos. Manifestase que son ficciones de Autores modernos, y en especial el Chronicon de Auberto Hispalense. Fantasia en un Dialogo Jocoserio, dividido en dos partes, ante Sigalión Critico severo de Atenas.* Año 1683. Transcrição do manuscrito existente na Real Academia de la Historia, de Madrid, por Maria-Teresa AMADO, *A Língua do Ver*, vol. II, anexo II. Apreciação nas p. 401 e s. do I volume.

[66] Guy BOURDÉ e Hervé MARTIN, *As Escolas Históricas,* Lisboa, Publicações Europa-América, 2003, 63; Paul HAZARD, *Crise da Consciência europeia,* Lisboa, Cosmos, 1971, 37, para o pirronismo histórico.

[67] *Vide*, a propósito da nova época historiográfica em Portugal no século seguinte, Isabel Ferreira da MOTA, *A Academia Real da História. Os intelectuais, poder cultural e poder monárquico no século XVIII*, Coimbra, Minerva, 2003.

O século turbulento foi, na verdade, um período de profundas perturbações, as quais foram e têm sido expressas por diversos modos[68], salvaguardando-se, no tecido envolvente, as tramas espaço-temporais com desenhos diferenciadores do sentido aparente. De qualquer modo, no que concerne ao «agitado e alvorotado», ao «turvo e ao confuso», ao «desordenado», sinonímias que os dicionários indicam para turbulento, a guerra foi uma constante, para além dos movimentos sociais das turbas.

A Espanha, com efeito, teve de travar pelo menos 76 guerras ao longo do século XVII[69]. Portugal, por sua vez, esteve praticamente em guerra entre 1580 e 1668, tendo-a sofrido em todos os continentes[70]. Pela altura da derrota dos espanhóis nas Dunas[71], em 1639, onde navios de Portugal e militares como D. Francisco Manuel estiveram presentes[72], Quevedo observava que «Primero nos faltarán lagrimas que causas de llorar»[73]. Não tinham ainda chegado os finais de 1640 e decénios seguintes, dentro e fora da península – Catalunha, Portugal, Andaluzia, Nápoles, Sicília[74] – e

---

[68] Idade de ferro e de ouro, consoante os modos de aquilatar as vivências e as culturas. Tempo de guerras permanentes em procura de paz vantajosa, de conjunturas de peste, de modificação do clima a caminho de longa duração, época de crise, de contradições, de claros e escuros, de desengano, de declinação, para além de outras apreciações contidas em bibliografia numerosa. D. Francisco Manuel alude à melancolia, desengano, declinação (*Tácito*..., 53), «idade tanto de ouro como de ferro» (*Tácito*, 65) ou ao tempo «em que padeciam quase todos os príncipes da Europa intestinos e perigosos movimentos» (*Tácito*, 101). Para o desengano como tema moral, *vide* José Adriano de Carvalho, *Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Melo*, Lisboa, Edições Brotéria, 1964. Sep. de «Brotéria», vol. 78 (1964).

[69] De 1600 a 1701: 41 anos de confronto com a França, 34 com a Holanda, 14 com a Inglaterra, etc. (Antonio SIMÓN I TARRÉS, «La politica exterior», em *Historia de España* (Antonio Domínguez ORTIZ, dir.), tomo VI, Madrid, Planeta, 1988, 339.

[70] *Vide* enumeração em Armando da Silva Saturnino MONTEIRO, *Batalhas e combates da marinha portuguesa vol. VI 1626-1668*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1995, 420.

[71] Com mais propriedade, «batalla del fondeadero de los Downes» (Víctor SAN JUAN, *La batalla naval de las Dunas. La Holanda comercial contra la España del Siglo de Oro* Madrid, Sílex, 2007, 10).

[72] Francisco Manuel de MELO, *Epanaphoras*, 349-478, correspondente à epanáfora *Conflito do Canal de Inglaterra entre as armas espanholas e olandezas. Ano 1639. Epanapfora Belica. Quarta*. D. Francisco Manuel de Melo justifica a sua inclusão num volume sobre história portuguesa precisamente porque «grande parte das armas, ocupadas naquelle congresso, forão regidas por nossos Lusitanos. Forças, navios, & dispendios de Portugal, nos fazião proprio seu emprego» (*Epanaphoras*..., 350). A narrativa de Melo, com muitas preocupações autobiográficas, deve ser considerada no conspecto geral da luta de Espanha com os Países Baixos. *Vide*, a propósito, José ALCALÁ-ZAMORA Y QUEIPO DE LLANO, *España, Flandes y el mar del Norte (1618-1639). La última ofensiva europea de los Austrias madrileños*, Barcelona, Planeta, 1975; Robert A. Stradling, *La armada de Flandes. Política naval española y guerra europea 1568-1668*, Madrid, Cátedra, 1992, 146 s; María del Carmen SAAVEDRA VÁZQUEZ, *Galicia en el camino de Flandes*, 179 s.; Víctor SAN JUAN, *La batalla naval de las Dunas*; «Olivares procuró, con el mismo afán con que se aplicó a la imposible reconstrucción de la armada, que no se divulgase la transcendencia de lo ocorrido, cosa que casi conseguiría, silenciando los ecos de la batalla de las Dunas hasta nuestros mismos días» (José ALCALÁ-ZAMORA, *Razón y crisis de la politica exterior de España en el reinado de Felipe IV*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1977, 26 s.). A ser assim, fica explicado porque teve Melo de entregar a cópia ou borrão da primeira versão dos acontecimentos, ordenada por D. Miguel de Salamanca, tendo sido igualmente confiscada, com outros escritos seus, a segunda composição ao tempo em que foi preso por motivo do movimento do primeiro de Dezembro, como anteriormente repetimos. Cf. supra, nota 46.

[73] Citado em Víctor SAN JUAN, *La batalla naval de las Dunas*, 9.

[74] Para além dos acontecimentos em Portugal, pode ver-se: Xavier GIL PUJOL, «Felipe IV y la crisis de la monarquía Hispánica. Pérdida de hegemonía y conservación (1643-1665)», em *Historia de España en la Edad Moderna* (Alfredo FLORISTÁN, coord.),. Barcelona, Ariel, 2004, 513-538; J. H. ELLIOTT, «Revueltas en la monarquía española», em J. H. ELLIOTT, Roland MOUSNIER e outros, *Revoluciones y rebeliones de la Europa Moderna,* Madrid, Alianza, 1978, 123-144; J. H. ELLIOTT, *La rebelión de los catalanes. Un Estudio sobre la decadencia de España (1598-1640),* Madrid, Siglo XXI, 1986, 3ª ed. espanhola; Rosario VILLARI, *La rivolta antiespagnola a Napoli. Le origini 1585-1647,* Roma-Bari, Laterza, 1976; Pier Luigi ROVITO, *La rivolta dei notable. Ordinamenti municipali e dialectica dei ceti in Calabria Cita 1647-1650*, Napoli, Jovane Editore, 1998; Luis Antonio RIBOT GARCÍA, *La revuelta antiespagnola de Mesina. Causas y antecedentes (1591--1674)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1982: *idem*, *La Monarquía de España y la Guerra de Mesina (1674-1678)*, Madrid, Actas, 2002; *idem*, «Las revueltas Sicilianas de 1647-1648», em *1640. La Monarquía Hispánica en crisis* (Antoni SIMÓN I TARRÉS, ed.), Barcelona, Crítica, 1992, 183-199; Antonio DOMÍNGUEZ ORTIZ, *Alteraciones andaluzas*, Madrid, Narcea, 1973; *idem*, «La Conspiración del Duque de Medina Sidonia y el Marqués de Ayamonte», em idem, *Crisis y decadencia de la España de los Austrias*, Barcelona, Ariel, 1984, 115-153.

o reconhecimento, em 1648, da independência das Províncias Unidas, terminando com uma guerra iniciada oitenta anos antes.

D. Francisco Manuel de Melo nasceu e viveu, assim, em pleno tempo bélico, o qual não podia deixar de influenciar a sua vida e obra. Vida de batalha, na guerra dos outros e com a que pessoalmente lhe moviam, para além da luta interior que travou consigo mesmo[75]. Nasceu, com efeito, na véspera de um período de tréguas no continente de Portugal com os holandeses, mas não no ultramar, iniciado em 1609, e de paz com a Inglaterra, a qual vinha de 1604. Mas aos 17 anos, em 1625, ao alistar-se pela primeira vez como soldado numa companhia de aventureiros, a Espanha estava de novo em guerra muito activa na persecução de uma política de prestígio, de reputação. No ano seguinte serviu numa das galeras espanholas das seis que guardavam o Tejo[76] e em Setembro do mesmo ano, acompanhado de três criados, aconchego medieval que já tivera no primeiro alistamento, embarca também numa companhia de aventureiros da armada, que bem se sabe que são voluntários[77], de que era general D. Manuel de Meneses, seu mestre também em matérias para além das armas[78].

Há quem diga que foi para afastar as mágoas de amor que se alistou em 1625, sob o comando do capitão Diogo de Mendonça Furtado [79]. Não creio que tivesse sido bem assim, se bem que uma novela que teria escrito na idade crítica dos 18 anos, hoje desconhecida[80], possa alicerçar semelhante hipótese, não obstante o seu racionalismo, sendo pouco atreito às grandes efusões sentimentais, pelo menos quando adulto[81]. De qualquer modo, D. Francisco Manuel estava então a

---

[75] Maria Lucília Gonçalves PIRES, «O tema da «guerra interior» nas obras métricas de D. Francisco Manuel de Melo» em idem, *Xadrez de palavras. Estudos de literatura barroca,* Lisboa, Cosmos, 1996», 53-74; Sara AUGUSTO, A *Guerra Interior*: ficção narrativa alegórica, em *Estudos para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires, Maria Vitalina Leal de Matos*, Lisboa, Departamento de Línguas Românicas / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, 821-822.

[76] Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello...,* 432. D. Francisco tinha então 18 anos (*ibidem*, 434). Para este começo do currículo militar de D. Francisco, seguimos a documentação publicada por Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 431-434, docs. nºs 4-7. Continuação curricular em D. Francisco Manuel de MELO, *Política militar*, introdução de Pedro de BRITO, 16 s.; Paulo Silva PEREIRA, *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do «cortesão prudente e discreto» na cultura barroca peninsular*, Coimbra, [s. n.], 2007, 313 s., diss. de doutoramento. De 1626 até Outubro de 1638, serviu na «armada do Oceano e Coroa de Portugal» (AGS, *GA*, m. 1325, doc. 335). *Vide infra*, nota 332.

[77] Sinonímia em D. Francisco Manuel de MELO, *Historia de los movimientos*, 255. Mais adiante, na p. 273, equipara voluntário a soldado particular. O anotador da edição apresenta-o como «o voluntário que pagava os seus gastos», aduzindo também um texto de sentido idêntico de Diego Hurtado de Mendoza. No segundo embarque de 1626, em princípio de Setembro, na armada que tinha por general D. Manuel de Meneses, D. Francisco Manuel recebeu 2400 réis de soldo, mas os três criados que levou não recebiam soldo (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 434). Sobre estes vestígios medievais, embora a nobreza constituísse agora «o nervo da infantaria espanhola», *vide* René QUATREFAGES, *Los tercio españoles (1567-77)*, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1979, 296.

[78] Francisco Manuel de MELO, *Epanaphoras*, 268. Sobre a biografia de D. Manuel de Meneses, v*ide* também Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, Coimbra, Atlândida Editora, 1966, 310-312. Cf. infra, nota 85 e 160.

[79] Fernando CAMPOS, «D. Francisco Manuel de Melo: opções para o romance *O Prisioneiro da Torre Velha*», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, tomo XXXVI, 2004-2005, 128. A enamorada era a prima Branca Vilhena da Silveira (Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa III Os Seiscentistas*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 134 s.), que casou com o tio D. Gregório, 3º conde de Vila Nova de Portimão, e que foi a sua primeira mulher, na interpretação de Fernando Campos. D. Branca morre em 30 de Abril de 1649.

[80] *Las fineças mal logradas.* Título indicado por Barbosa MACHADO (*Bibliotheca Lusitana*, tomo II, 187) e conservado no elenco das sua obras por publicar em Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 599. Sobre a idade em que escreveu *Las fineças mal logradas*, pronunciou-se D. Francisco Manuel do seguinte modo: «Anno critico, e climaterico se não da vida, da quietação dos homens, tão bem por isso muitas vezes da vida», em carta indicada no local acima citado de Barbosa MACHADO, a qual igualmente se desconhece. *Las finezas malogradas* teriam sido escritas quando tinha 18 anos (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 33, nota 2).

[81] Joan ESTRUCH, *Entre la historia y la novela*, 107; sobre «um sentir moderado pela razão», *vide* Rui Manuel da Rocha RUFINO, *Sentir moderadamente,* 58 s.

caminho daquela idade estimada pelas damas como galante, e valorosa pelos inimigos, como enunciou e reforçou: «costumam ser Martes todos os filhos de Cúpido»[82].

Com imaginação idêntica à do romancista, no entanto, prefiro antes assinalar que por volta de 1625 percorria ainda Portugal o sentimento unido da nobreza que em 1624 acorreu em defesa da Baía, retomada no ano seguinte, sobre a qual o jovem D. Francisco Manuel teria escrito «um poema em oitava rima» para celebrar o evento, segundo alguns biógrafos, embora Edgar Prestage diga desconhecer os fundamentos em que se baseiam[83]. Até 1640, não haverá outro gesto militar uníssono, em comunhão com Espanha, como o de 1624.

No ano de 1625, a ameaça da armada inglesa era real, embora tivesse acabado por atacar apenas Cádis. Foram então levadas a efeito obras no presídio de Cascais, nas muralhas de Lisboa, abertura de trincheiras perto do palácio do governo, convocação de companhias específicas na capital, recrutamento de terços e armamento do país[84], azáfama militar que o próprio D. Francisco Manuel referirá ao tratar da *Epanáfora Trágica*[85].

Com a vibração militar do momento, embora não tivesse já o pai para guiá-lo[86], a varonia nobre e primogénita, para além da aventura, indicaram-lhe o caminho funcional, traçando a futura profissão de D. Francisco Manuel de Melo: as armas, a que se seguiria a diplomacia, funções acostumadas dos homens do seu estatuto social[87]. As Letras era uma outra via por que se lançavam os homens principais[88], mas embora esta rua fosse mais curta do que a das armas, como se exprime,

---

[82] *Epanaphoras*, 256 e 276.

[83] Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello*, 34, continuação da nota anterior.

[84] *Epanaphoras*, 175. Temia-se o ataque a Lisboa de «armadas inimigas» (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 431, doc. 4). Documentação sobre a defesa de Lisboa encontra-se publicada em Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos*, tomo III, 162 s. Em 23 de Novembro de 1626, a câmara de Lisboa deliberou a propósito dos 40 000 cruzados que emprestou ao governo «para a despesa do socorro de Cascais e das trincheiras que se fizeram o verão do ano passado» (Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos*, tomo III, 240). Crítica ao descuido de defesa e louvor à nova ordem de organização de companhias, a bem do comércio, foi registada por Duarte Gomes Solis, *Alegación en favor de la compañia de la India Oriental [...]*, [S. l.: s. n.],1628, fl. 285 r. Em 21 de Julho de 1626 foi autorizado que se despachassem para Portugal 15 000 armas, sob proposta do Conselho de Guerra (Biblioteca Nacional de Espanha [BNE] *ms.* 2848, n.º 3). Certamente para distribuir pelo reino, como decorre da ordem régia de 21 de Janeiro de 1626, enviada à comarca de Viseu, por exemplo, para serem repartidas mil armas de fogo e 800 picas (Alexandre de Lucena e VALE, *Um século de administração municipal: Viseu, 1605-1692*, [s. l. : s. n.], 1954, 87-88; sep. da *Revista Beira Alta*, 13; 1955, data da capa). Há múltipla documentação, a partir de 1622, sobre a reorganização militar do país. Para a distribuição das armas e seu pagamento, *vide* António de OLIVEIRA, «Contestação fiscal em 1629. As reacções de Lamego e Porto», em *idem*, *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*, 275-317.

[85]Vivência de naufrágio, não de batalha naval, a mais cruel entre todas as guerras, segundo o seu parecer experimentado (*Política militar*, 48), de que nos transmitirá uma das maiores, a do *Canal de Inglaterra*, em 1639. Uma análise da *Epanáfora Trágica* em Maria Lucília Gonçalves PIRES, «*Epanáfora trágica*. Viver e escrever a história», em idem, *Xadrez de palavras*, 175-186. Uma outra via, Jean COLOMÈS, *Critique et satire*, cap. I. D. Manuel de Meneses morre no ano seguinte ao do referido naufrágio. D. Francisco Manuel compôs então uma *Silva funebre*, a qual não incluiu nas *Obras Métricas*, como relembra Maria Lucília Gonçalves PIRES no trabalho acima citado, 180. Encontra-se publicada por Joan ESTRUCH TOBELLA, «Un poema gongorino (inédito) de F. M. de Melo», em *Manojueolo de estudios literarios ofrecidos a J. M. Blecua,* Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, 1983, 155-168, cit. pelo autor; Maria Teresa AMADO, *A Representação do Poder*, 201-211 («Silva funebre primera en la morte de Don Manuel de Meneses capitan general de la armada real de Portugal».

[86] *Cartas*, 57, datada de 4 de Outubro de 1636. O pai, D. Luís de Melo, morreu na Ribeira Grande em 13 de Fevereiro de 1615 (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 18).

[87] D. Francisco Manuel de MELO, *A Visita das Fontes*, 70-71.

[88] Dava então indicações sobre a escolha da profissão (armas ou letras) aos filhos dos outros, se o dele ainda não tinha nascido. (O autógrafo do diálogo *Visita das Fontes* está datado de 1657). O filho natural, D. Jorge Manuel, morreu em 1674. Segundo Barbosa Machado, teria nascido cerca de 1660, mas provavelmente muito antes, se efectivamente perdeu a vida em batalha. O embaixador D. Francisco de Melo tomou posse dos bens vinculados e de prazo na qualidade de seu parente mais próximo. (O testamento de D. Jorge não o nomeava). As casas da rua das Pedras Negras, em Lisboa, pertencentes à

a predilecção foi para a milícia, «a mais gabada coisa que há no mundo», embora tivesse tanto de honrosa como de martírio, como a experiência lhe ensinará, não deixando, no entanto, de associá-la às letras[89], numa figuração cultural entre a nobreza muito diversa do tempo, por exemplo, de Inácio de Loiola antes da defesa de Pamplona em Maio de 1521.

A sua carreira militar foi truncada em 1644, como bem se sabe[90], não obstante a falta de comandos que existia no Portugal Restaurado, estando D. Francisco, mais uma vez, envolvido pela malha da justiça[91], agora sob acusação formal de ter sido mandante da morte de um homem, uma vez

---

Universidade de Coimbra, faziam parte deste conjunto de bens. Entre 14 de Novembro e 6 de Dezembro de 1677 estava a tentar-se a realização da escritura, uma data que apenas mostra que estava já morto D. Jorge Manuel. Em 1570, um Duarte de Leão estava de posse destas casas (Simão de Figueiró, *Livro da fazenda e rendas da Universidade de Coimbra em 1570* organizado por [...] escrivão das suas rendas e bens e lido e publicado por António Gomes da Rocha Madahil, Coimbra, por Ordem da Universidade de Coimbra, 1940, 276). *Vide*, a propósito, o nosso trabalho sobre *A livraria de um canonista do século XVI*. Coimbra, 1966. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, XXII, 1970. Neste local se mostra também que Duarte Nunes do Leão, formado em Direito Civil e autor, entre outras obras, de *Descripção do reino de Portugal*, não foi ascendente de D. Francisco, como por vezes se diz, na esteira de Edgar Prestage.

[89] *Vide*, *A Visita das Fontes*, 238-239; *Epanaphoras*, 380. À física contrariedade entre as armas e as letras, postulada pelos soldados, se refere o autor, por exemplo, em *Epanapforas*, 381. Reconhecia, no entanto, «el defecto que suelen tener los señores en el escribir» e exprime que «holgara de hablar a todos los señores tan cuidadosos de sus personas, partes y costumes, como suelen ellos ser de sus estados, de sus casas, sus coches, sus caballos y libreas» (*Cartas*, 81-83). Sobre «o alcance nobilitante do saber», *vide* Paulo Silva PEREIRA, *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do «cortesão prudente e discreto»*, 367-374). Das Letras, de certas letras, não tinha boa recordação em 1657, data em que dava o seu conselho sobre a escolha da carreira aos homens principais. D. Francisco Manuel conhecia já muito bem certos letrados, tornados familiares pelos trabalhos em que se viu envolvido em 1644, e de quem não gostava (*A Visita das Fontes*, 73), assim como critica, talvez por volta de 1649, «os professores de letras civis» que foram colocados nas correições das comarcas e governo central, em favor do engrandecimento do poder régio (*Epanaphoras*, 27). As correições, caídas em desuso nos finais do século XV, foram renovadas, mas não iniciadas, por D. João II. Já constam das *Ordenações Afonsinas* (liv. I, t. XXIII).

[90] Edgar PRESTAGE indica a data de 19 de Novembro de 1644 para a sua prisão acusado de assassínio. Há cartas de 6 de Julho e de 4 de Novembro, datadas «De aqui», que sugerem já estar preso nesta data (*Cartas*, 97; Benjamin Nicholaas Teensma, *Dom Francisco Manuel (1608-1666) «Varia bio-bibliografica»*, Lisboa, 1961, 4, sep. da revista *Ocidente*, LXI, 1961).

[91] João Franco Barreto denunciou a falsa autoria de *La Victoria del Hombre*, mas não foi capaz de dizer a verdade sobre os motivos da prisão de D. Francisco Manuel, os quais, com ou sem razão, não podiam deixar de ser do domínio público. Ao não dizer nada de concreto, creio, no entanto, que Franco Barreto disse tudo: «per varios subçeços não esquizitos a sua idade, e proffição, lhe imputarão um crime de major imcomveniente que descreditto» (*Bibliotheca Luzitana*, tomo III, fl. 464 v.-465, exemplar fotocopiado da BNP; Virgínia Rau, *Cartas de D. Francisco Manuel de Melo a Duarte Ribeiro de Macedo*. Publicadas com um estudo introdutório por [...], Lisboa, Publicações da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 1968, 14.

O Conselho de Guerra, apoiado pelos governadores das províncias, solicitou ao monarca, em 27 de Março de 1654, a comutação do degredo do Brasil para uma das fronteiras portuguesas. Em vez de usar de clemência, cujas circunstâncias estão previstas nas *Ordenações Filipinas* (liv. V), embora houvesse crimes que não admitiam comutação ou perdão, o poder régio, pela mão do monarca, despachou na margem da consulta: «Eu trato de fazer justiça, não comodidades, e noto muito assi fazer se consulta sobre esta matéria, como pedirem no os governadores das armas».

Documentos conhecidos e há muito publicados e aproveitados. (A consulta, com data de 27 de Março de 1654, encontra-se publicada por Gastão de Melo de MATOS «Documentos inéditos sobre D. Francisco Manuel», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 6, Lisboa, 1955, 188. Fonte já aproveitado por Virgínia Rau, *Cartas*, 24). Renovo-a para sublinhar a qualificação dada por João Franco Barreto ao crime cometido, transcrita na nota anterior. Ao mesmo tempo aproveito para assinalar uma característica de D. João IV, «o seu sentimento de justiça», aplicado também, por exemplo, a D. Sebastião César de Meneses e ao irmão, Frei Diogo César, presos por inconfidência (colaboracionistas, em tempo de guerra, com os castelhanos). Não obstante a intercessão de altas personalidades em seu favor, o rei «a todos respondia com sincero pesar, não poder satisfazer-lhes os sus pedidos, pois que a isso se opunham os seus sentimenttos de justiça», não concedendo perdão mesmo na hora da sua morte. Só depois do falecimento, na regência de D. Luísa, foram soltos e sob fiança» (Aida Antunes PINHEIRO, *D. Sebastião César de Meneses*, Coimbra, [s. n.], 1963, 25-26, diss. de lic., polic.; Frei Rafael de JESUS, *Segundo volume da 18ª parte da «Monarchia Lusitana»*, 75-76). Era a «justiça, não as comodidades», de que o monarca tratava. O que bem pode explicar a atitude para com D. Francisco Manuel de Melo (e outros), o qual se aventurou à pena de morte, uma vez falecido o monarca, fugindo do desterro do Brasil em Março de 1658, «num jogo de perder ou ganhar» (Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello*, 291-292).

livre da acusação de assassinato[92]. Tempo em que se viu impedido de continuar nos efectivos teatros da guerra, embora sobre eles desse conselhos, como o da defesa da barra de Lisboa, por sinal cogitada a partir das observações que fez a partir do local onde então se encontrava preso, a Torre Velha[93]. E quando o perdão régio surgiu, na fase decisiva da Guerra da Restauração[94], D. Francisco Manuel de Melo não retoma as armas, depois de tantos anos sem as praticar. Colocou então o seu cosmopolitismo, cortesania e experiência de vida ao serviço da diplomacia de Portugal[95] e, mais uma vez, combate com a pena[96], colaboração que nunca recusou, mesmo quando na prisão.

D. Francisco Manuel, moralista e melancólico, pelo menos a partir de 1637, como acentua Prestage[97], era um militar, mas não um belicista. Na oração com que termina *El Mayor Pequeño*, pede o patrocínio do biografado não apenas para si, família real e pátria, mas também para a «católica

---

De acordo com as *Ordenações Filipinas*, a pena a aplicar aos condenados para o Brasil que não cumpriam o degredo era o da duplicação do tempo, no caso de condenação temporária, e a morte para os condenados para sempre. (*Ordenações Filipinas*, liv. 5, CXLIII). Sendo assim, D. Francisco arriscou a pena de morte, como referimos. Lembre-se que por decreto de 6 de Maio de 1654 foi notificado a L. A. de Mesquita, condenado pela Relação a degredo para o Brasil, «que a todo o tempo que constar que elle se sahio do dito degredo, ou for achado fora delle, morra morte natural». Era fácil, no entanto, um degredado sair do Brasil em virtude da condenação não estipular capitania onde residisse, norma jurídica que foi mudada em 18 de Janeiro de 1677, acabando com o genérico Brasil. Considere-se, na intrincada história de todo o processo de D. Francisco, que pelo menos no reforço da prisão em 1650 intervém o Secretário de Estado: «foi sua a ordem de minha reclusão», o que deve ter invocado uma razão de Estado e o conhecimento do monarca (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel e Mello*, 250). O secretário de Estado, que não era seu amigo, chamava-se Pedro Vieira da Silva. Dirigiu a devassa contra Francisco de Lucena, que o conduziu à morte, substituindo-o no lugar de secretário, depois de ter também intervido na repressão dos levantamentos do Algarve. (Para a sua biografia, *vide* Rocha MARTINS, «Pedro Vieira da Silva», em Os *Grandes vultos da Restauração de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, 406-412; D. Francisco Manuel de MELO, *Alterações de Évora / 1637* (introdução e notas de Joel Serrão), Lisboa, Portugália Editora, 1967, 122-123, nota; António de OLIVEIRA, *Movimentos sociais e poder*, 597-598, texto e nota). Por esta altura, D. Francisco tinha «grandes e grandes ministros» a seu lado (*Cartas*, 392), mas que lhe não puderam valer em 1654, impondo-se a vontade régia. Cf. nota 91, supra.

[92] *Vide* Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 185 s. e 423 s., doc. n.º 1, «Primeiro memorial».

[93] Sobre esta torre e as condições materiais do espaço onde se encontrava retido, *vide* Pedro de Aboim Inglez CID, *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

[94] Em 11 de Abril de 1660, ainda Dom Francisco Manuel «não estava livre de perseguições» (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 297). Tinha, forçosamente, grandes apoios políticos que certamente o livraram de nova prisão e de novo processo, vindo definitivamente a ser perdoado do desterro perpétuo e do seu quebramento (sendo este formalmente justificado por motivo de doença) em 30 de Julho de 1662, por ocasião da graça concedida ao tempo do advento do rei D. Afonso VI. Perdões acostumados ao tempo de «públicas alegrias e novos governos». Para além de dezoito anos de infortúnio (embora o texto da chancelaria aponte para vinte, mais ou menos), «por ter sido culpado na morte de Manuel Francisco Cardoso», Melo havia pago as penas pecuniárias em que havia sido condenado, obtido perdão das partes ofendidas, aspectos indispensáveis à obtenção de perdão, sendo considerado, ao mesmo tempo, o «seu zelo e suficiência», tornando-o digno de ser ocupado no «serviço público deste reino» (AN/PT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 47, fl. 261, registo; encontra-se publicado por Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa III Os Seiscentistas*, 223-224. O original da Chancelaria tem a anotação a lápis de estar publicado por «Teófilo nos Seiscentistas em 1916»). Recorde-se que a regência de D. Luísa havia terminado em 26 de Junho e que D. Gregório Taumaturgo, conde de Vila Nova de Portimão, morreu em «11 de Abril ou Maio de 1662» (Fernando Campos).

[95] Em 27 de Outubro de 1662 é-lhe dada a *instrução*, assinada pelo conde de Castelo Melhor, relativa à sua ida a Parma. Da mesma data é a *instrução* para Roma (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, p. 330 s.).

[96] Em 1664, sob pseudónimo, escreve as duas intervenções: *Declaracion que por el reyno de Portugal ofrece el doctor Geronymo de Santa Cruz [...]*, Lisboa, En la imprenta de Antonio Craesbeecky, 1663; *Demonstracion que por el reyno de Portugal agora ofrece el Doctor Geronimo de Santa Cruz [...]*, Lisboa, na officina de Antonio Craesbeek de Mello, 1664. A *Declaracion* encontra-se republicada em António Cruz, *Papéis da Restauração. Selecção e estudo prévio por [...]*, vol. 2º, Porto, Marânus, 1969, 105-142.

[97] Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 82-83. Pelas *Cartas familiares* «perpassa uma visão amargurada de um mundo mentiroso, mau, perigoso, cheio de "sem razões", maldito, enfim, um mundo pouco propício a uma vida tranquila, onde pairam as incertezas e as ameaças» (Rui Manuel da Rocha RUFINO, *Sentir moderadamente: a influência do pensamento senequista nas* Cartas Familiares *de D. Francisco Manuel de Melo*, Porto, [s. n.], 1996, diss. de mestrado, polic., 10).

paz» de todas as coroas cristãs[98]. Mas era a guerra a sua profissão e não admira, por isso, que ao voltar-se para a escrita de Marte[99] se ocupasse da teoria do mando do general, que vinha a propósito numa determinada fase da sua vida[100], da evolução da armada portuguesa em tempo filipino[101], ou do mundo turbulento ao ocupar-se da escrita da história coeva.

Não apenas, certamente, por ter vivido os acontecimentos, ao modo das *Histórias* de Tácito e não dos seus *Anais*[102], ou por considerar a vida como milícia, neste ponto o contraditório de ócio[103], mas também porque eram estas temáticas a que sobretudo se dedicavam os que professavam a história, recente ou mais antiga. Por outras palavras, eram os feitos militares, as acções gloriosas, heróicas, as que sobretudo faziam parte do objecto historiográfico de então.

5. Às «Histórias», explicitou Antonio de Solís y Ribadeneyra (1610-1686), na dedicatória a Carlos II, em 1684, da sua *Historia de la conquista de Mexico*, costumava a Antiguidade chamar «livros de reis». Os livros de história são os livros dos reis, «porque se compõem de suas acções e sucessos» ou porque «o seu principal ensino visa directamente a arte de reinar»[104].

A História, na verdade, era uma disciplina que fazia parte da educação dos príncipes. Para a educação do príncipe Baltazar Carlos, por exemplo, a quem D. Francisco Manuel, como seria de esperar, dedicou poesia laudatória[105], foi lembrado ao seu mestre, Juan Isasi Idiáquez, em 1634, que «la historia es una viva representación de lo passado que da documentos grandes y enseña para librarse de algunas cosas en que otros príncipes an sido notados»[106]. Para além desta lição, o príncipe tinha necessidade de conhecer a história dos seus reinos futuros, havendo composto o cronista-mor Frei António Brandão, em 1634, um *Directorio sacado de las vidas i hechos de los esclarecidos Reies de Portugal*[107],

---

[98] *El mayor pequeño vida, y muerte del serafin humano Francisco de Assis* / recuerdalas a la piedad universal D. Francisco Manuel, Lisboa, Por Manuel da Sylva, 1647, fl. 163.

[99] Como o autor se exprime em a *Política Militar*, cuja oferta ao conde-duque tem a data de 20 de Abril de 1638, os diversos livros existentes sobre matérias de guerra incidiam «sólo a la defensa u ofensa material, así en los ejércitos como en las plazas» («Al que leyre»). Os cuidados do capitão-general «no es tan proprio el arte del obrar como la del mandar obrar a los otros». Sobre a escrita teórica e prática das matéria de guerra, *vide* Rui BEBIANO, *A pena de marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)* Coimbra, Minerva, 2000; Luís Costa e SOUSA, *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos,* Lisboa, Tribuna, 2008, 53 s.

[100] *Vide*, adiante, nota 309.

[101] *Epanaphoras*, 165 s., narração necessária à compreensão dos acontecimentos focados, constituindo, ao mesmo tempo, uma crítica à organização e funcionamento das instituições de guerra do seu tempo, como sublinha Jean COLOMÈS, *Critique et satire*, 17 s.

[102] Demetrio ESTÉBANEZ CALDERÓN, *Diccionario de términos literarios,* Madrid, Alianza Editorial, 1999, 511, entrada «Historia e Historiografía».

[103] Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo*, 56; «La vida es milicia; la muerte batalla» (*El mayor pequeño*, p. não numerada).

[104] Antonio de SOLÍS Y RIBADENEYRA, *Historia de la conquista de Mexico, población y progressos de la America septentrional conocida por el nombre de Nueva España,* Madrid, en la imprenta de Bernardo de Villa-Diego, 1684. Consultámos a edição de 1863 incluída na «Biblioteca de Autores Españoles. Historiadores de Sucesos Particulares», tomo 2, sendo da p. 205 as citações referidas. O autor era «secretario de su Majestad, y su cronista mayor de Indias». FUETER considera que «El libro carece de valor historico» (*Historia de la historiografía*, vol. I, 332). Outras apreciações em Juan Luis Alborg, *Historia de la literatura española*, tomo II, Madrid, Editorial Gredos, 1993, 927-930.

[105] *Obras Métricas*, vol. I, 18 e 19.

[106] Fernando BOUZA, *El libro y el cetro. La Biblioteca de Felipe IV en la Torre Alta del Alcázar de Madrid*, Madrid, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2005, 150 e também 31; *idem*, «*Proprio Marte*. Majestad y autoridad en la Alta Edad Moderna», em *idem*, *Corre manuscrito* [...], Madrid, Marcial Pons, 2001, 308.

[107] BNE, *ms*. 2850, 74 fls. *Vide* Fernando BOUZA, *La herancia portuguesa de Baltasar Carlos de Austria: El Directorio de fray Antonio Brandão para la educación del heredero de la monarquía católica*, «Cuadernos de Historia Moderna», 9, 1988, 47-62 (corre na internet); António de OLIVEIRA, *D. Filipe III*. Lisboa, Temas e Debates, 2008, 265-266.

destinado à aprendizagem do herdeiro de Filipe IV. E caso mais sintomático se passou com o próprio Filipe IV, que já depois de ser rei procurou instruir-se através da História[108], chegando a traduzir Francisco Guicciardini[109], cuja *História de Itália* leu como leitor-autor e sob cifra política, e a formar uma biblioteca instalada na Torre Alta do Alcácer de Madrid, de cujo índice, elaborado em 1637 por Francisco de Rioja[110], se destaca a História como a disciplina mais representada, constituindo com a Poesia metade das matérias, com 1007 entradas, na sistematização de Fernando Bouza[111].

Com os estudos de História estavam intimamente ligados os de Política, indispensável à formação de um príncipe. A História «ocupa no pensamento de Lípsio lugar-charneira», na expressão de Martim de Albuquerque[112], e, naturalmente, em todos os que se dedicavam à política.

D. Francisco Manuel de Melo, que estudou a educação de D. João, duque de Bragança, não deixou de sublinhar que não foi educado para a majestade, atribuindo a D. João IV um deficiente conhecimento de política ou, pelo menos, do latim erudito para a alcançar, se bem que esta, como fez Filipe IV numa tendência então em voga, poderia ser aprendida pela experiência transmitida através das obras de História, não necessariamente já em latim, delas brotando uma nova ciência, a Política[113].

Não foi por acaso, certamente, que D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das Letras*, deu entrada aos livros de história a seguir aos políticos, nem que, por exemplo, a projectada academia palatina de Artes Liberais no *Alcázar* de Madrid, proposta nos meados da década trinta do século XVII, incluísse entre os temas da Política «las Historias y Respúblicas y Leys»[114]. Ou que o infante D. Fernando, indo a caminho do governo de Flandres, não deixasse de ordenar ao embaixador em Roma, então o marquês de Castelo Rodrigo, Manuel de Moura, que solicitasse autorização papal para ler quaisquer livros políticos, ainda que proibidos, argumentando, exactamente, que, por causa do governo em que estava investido, «lhe parecia ser necessário ler alguns deles»[115].

Compreende-se, assim, para de novo citar Solís Ribadeneyra, que os historiadores tivessem «por seu o magistério dos maiores ouvintes»[116]. A História, com efeito, «esta dedicada a la enseñança de los Grandes», repete, com outros, o Padre Pierre Le Moyne (1602-1671), religioso da Companhia

---

[108] Como ele próprio escreveu no *Epílogo* da tradução: «El leer historias también me pareceó punto muy esencial para conseguir el fin a que encaminaba mis deseos de alcanzar noticias, pues ellas son la verdadera escuela en que el Príncipe y Rey allarán ejemplares que seguir, casos que notar, y medios por donde encaminar a buenos fines los negocios de su Republica» (*Cartas de Sor María de Jesús de Agreda y de Filipe IV* (edición y estudio preliminar de Carlos SECO SERRANO, ed.), 2º vol., Madrid, Atlas, 1958, 232). Igualmente aproveitado por Fernando BOUZA, *El libro y el Cetro*, 148 s., e António de OLIVEIRA, *D. Filipe III*, 108 s. Era na História, repetia-se em 1730, na censura do Santo Ofício para publicação de um texto pretensamente atribuído a Manuel de Meneses, feita pelo Pe. Frei Manuel da Consciência, que os reis «podiam aprender os dictames mais acertados para o governo, as direcções mais prudentes para a vida, os arbítrios mais uteis para o bem comum dos seus Povos, os modos mais proprios para a observancia das suas leis, e os meios mais eficases para a conservação dos seus estados [...]. (*Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe Dom Sebastião [...]*, Lisboa, Officina Ferreyriana, 1730). Matéria comum nos diversos autores.

[109] Fernando BOUZA, *El libro y el cetro,* 147-148 e 152-154; *idem*, «*Proprio Marte*. Majestad y autoria», 303 s.; «Uma parte do labor de tradução» de Filipe IV incidiu também na obra do sobrinho de Francisco, Luigi GUICCIARDINI, *Descriptión de todos los Paises Bajos, conocidos también como Baja alemania* (1567), que aproveitou igualmente para sua formação (R. A. STRADLING, *Felipe IV*, 440, nota 36); António de OLIVEIRA, *D. Filipe III*..., 109. Sobre a apreciação historiográfica de Francisco Guicciardini, *vide* FUETER, *Historia de la historiografía*, vol. I, 84 s.

[110] Fernando BOUZA, *El libro y el cetro*, 39 s.

[111] Fernando BOUZA, *El libro y el cetro*, 77-78.

[112] Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado. A recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*, Lisboa, Quertzal, 2002, 33.

[113] *Tácito*, 5.

[114] Fernando BOUZA, *El libro y el cetro*, 75.

[115] Fernando BOUZA, *El libro y el cetro*, 71.

[116]Antonio de Solís y Ribadeneyra, *Historia de la conquista de Mexico*, 205.

de Jesus[117]. É através do conhecimento das histórias, dirá por sua vez Cabrera de Córdoba, que se alcança «a prudência, tão necessária na arte de reinar»[118], havendo-se já Maquiavel dedicado à história na medida em que interessava às suas concepções políticas[119].

Nada melhor do que a experiência, dirá por seu turno Botero (1540-1617), para aperfeiçoar a prudência «e o bom governo da república». E, como afirma, «a melhor experiência é a dos mortos. O homem aprende através do teatro da história com comodidade, à custa dos outros»[120].

A história passa, assim, a ser um guia das acções políticas, induzidas da experiência, que era a história[121], num momento em que a ciência nova, de raiz matemática e experimental, se começava a constituir[122]. «Os exemplos passam a ser matéria de observação», no dizer de Maravall[123], e da experiência, que é história, são induzidas as «leis» da política, nova ciência, as quais não são mais do que «uma experiência acumulada e transmitida através de exemplos»[124], chegando Sancho de Moncada, em 1619, a propor a criação de uma nova faculdade do saber para o efeito, necessariamente instalada na corte[125]. Os livros denominados de política irão proliferar, assim como os de história, de onde as experiências políticas deviam ser sacadas directamente ou pela via didáctica

---

[117] Pierre Le Moyne, *Arte de historia*. Escrito en lengua francesa por el Padre [...] y traducido en la castellana por el Padre Francisco Garcia [...], Madrid, En la Imprenta Imperial, 1676, 216. As conversas do mestre de príncipes, no domínio da História, «son con los Reyes, y sus Ministros, y con los Generales e los Exercitos». Por isso, o decoro não sofre «que ande con trage vulgar» (p. 216).

[118] Luis CABRERA DE CÓRDOBA, *De Historia para entenderla y escrivila*, 11.

[119] Ed. FUETER, *Historia de la historiografía*, vol. I, 79-80.

[120] João BOTERO, *Da Razão de Estado*. (Prefácio de Luís Reis Torgal. Tradução de Raffaella Longobardi Ralla), Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, 40-41. O que vai entre aspas tem uma parte que adaptámos. Não é pura citação.

[121] «A experiencia he a guia do entendimento, regra da vontade, alma da prudencia: sem ella nem na paz se pode governar, nem na guerra acertar» (Sebastião César de MENESES, *Summa politica*, 29). Sobre o autor, *vide* Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, cap. V, com bibliografia.

[122] Para o valor da expeeriência na elaboração do novo conhecimento, *vide*, por exemplo, Steven SHAPIN, *A evolução científica*, Lisboa, Difel, 1999, 94 s. Sobre experiência e história: Joel SERRÃO, «Introdução»,. em Francisco Manuel de MELO, *Epanapforas*, XLII s.; José Antonio MARAVALL, «Empirismo y pensamiento Político (Una question de orígenes)», em *Estudios de Historia del Pensamiento Español Serie III El Siglo de lo Barroco*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1999, 17-38; Modesto SANTOS LOPÉZ, «Experiencia e historia en el pensamiento político español del siglo XVII», em *Poder y Modernidad. Concepciones de la Política en la España Moderna* (Xavier PEÑA, coord.), Valladolid, Universidad de Valladolid, 105-125; José A. FERNÁNDEZ-SANTAMARÍA, *Razón de Estado y política en el pensamiento español del Barroco (1595-1640),* Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1986, 123 s. e 144). Considere-se, no entanto, que D Francisco Manuel, como por exemplo Saavedra Fajardo, «conhecia o risco de governar por exemplos». Para este, José A. FERNANDÉZ SANTAMARÍA, *ibidem*, 219 s.

[123] José Antonio MARAVALL, «La idea de la historia en Fray Pedro Simón», em *Historia del Pensamiento*, vol III, 458.

[124] Antonio PEREZ, *Suma de preceptos justos, necesarios y provechosos en Consejo de Estado al Rey Felipe III, siendo príncipe. Aforismos sacados de la História de Publio Cornelio Tácito*, (Intodución e notas de Modesto SANTOS), Madrid, Anthropos, 1991, XII. Na biblioteca real portuguesa existia um exemplar de uma edição francesa de Cornélio Tácito, em 4º, pasta, o qual foi avaliado em 800 réis no inventário *post-mortem* de D. Pedro II.

[125] José Antonio MARAVALL, «Un primer proyecto de Facultad de Ciencias Políticas en la crisis del XVII (El "Discurso VIII" de Sancho de Moncada», em *Estudiosde Historia*, vol. III, 117-149; Antonio PEREZ, *Suma de preceptos*, «Introdución» de Modesto SANTOS, «Hacia una ciencia política», XI e s. A marcha da história como instrumento da acção política, desde há muito que se encontrava aberta, nomeadamente, entre os espanhóis, com Sebastián FOX MORCILLO (ca. 1526-ca. 1560) ou Juan PÁEZ DE CASTRO (c. 1512-1570). *Vide* Maria TERESA AMADO, *A Língua do Ver*, vol. I, 355 e idem, *A Representação do Poder*, 80; Jenaro COSTAS RODRÍGUEZ, «La historiografía hispano-latina renacentista», 52-57. FOX MORCILLO foi autor, entre outras obras que lhe granjearam renome de neoplatónico, *De Historiae Institutione. Dialogus* (1557), a qual está publicada, em tradução portuguesa, por Maria TERESA AMADO, *A Língua do Ver*. Uma tradução espanhola encontra-se em Sebastián FOX MORCILLO, *Teoría de la historia y teoría política en el siglo XVI* [edited and with notes by] Antonio Cortijo Ocaña. Alcala: Universidad de Alcala, Servicio de Publicaciones, 2000, 318 p. [Parallel text in latin and spanish with notes in spanish]. Obra localizada nos ficheiros da British Library, que não conseguimos consultar.

dos aforismos[126]. «A notícia das historias da authoridade nos negoceos da republica, grangea respeito, como viva experiencia», explicitará, por sua vez, Sebastião César de Meneses, em 1649[127].

A experiência política extraída da História sairá, no entanto, dos figurinos historiográficos criados por Tácito. No desenvolvimento da contra-reforma política, e sobretudo depois de Maquiavel ter sido colocado no *Índice*, em 1559, o historiador Tácito transforma-se então em político, como se encontra explicado no *Hospital das Letras*[128] ou no *Epítome* de Manuel Faria e Sousa, em texto muito paralelo[129], tornando-se, para Justo Lípsio (1547-1606), uma «alternativa do *Florentino*, seu par ou sucedâneo», na expressão de Martim de Albuquerque[130], tendo-o temperado através da doutrina do neoestoicismo.

Justo Lípsio chamou a atenção para o valor político de Tácito já em 1572 e ao publicar as suas *Políticas*[131], em 1589, extraiu dele a maioria das citações contidas nesta obra[132], a qual é «uma tentativa de compromisso entre a moral e as condições da acção eficaz»[133].

Como se exprime D. Francisco Manuel de Melo, os seis livros sobre as *Políticas* tinham aparência não de um livro, «mas uma cadea de sentenças de sabios, dirigidas ao proveito dos príncipes e respúblicas», apreciação correcta que o denominado Lípsio, que é o próprio Melo, naturalmente aceita em conferência de especialistas que tratam da saúde dos livros, reunidos em hospital simbólico[134].

A obra de Justo Lípsio teve larga recepção em Portugal, encontrando-se um exemplar das suas obras na própria livraria do rei D. Pedro II, no qual, certamente, como já foi notado, não tocaria[135], encontrando-se igualmente as *Políticas*, na tradução castelhana de 1604, na biblioteca de Filipe IV.

Em Portugal, o «tacitismo puro» não teve grande aceitaçãol[136], procurando-se antes a teorização

---

[126] «La obra de Tacito encaja con la corriente barroca, que destaca ante todo el uso de la razón natural que busca en la historia modelos que puedan servir para resolver en las grandes materias de Estado» (Antonio PEREZ, *Suma de preceptos*, «Introdución» de Modesto SANTOS, XIII). Sobre razões que justificam a divulgação em Espanha de Justo Lípsio, *vide infra*, nota 136.

[127] *Summa Politica*, 32-33. Outras expressões semelhantes, tiradas da *Arte de Furtar* ou de Pedro BARBOSA HOMEM, *Discursos de la juridica y verdadera razon de Estado, formados sobre la vida y acciones del Rey don Juan el II de buena memoria, Rey de Portugal, llamado vulgarmente Principe Perfecto. Contra Machavelo y Bodino y los demas politicos de nuestros tiempos sus sequazes*, Coimbra, Nicolao Carvalho, 1626, em António de OLIVEIRA, *Movimentos sociais e poder*, 149, nota 34.

[128] *Hospital das Letras*, 212.

[129] Manuel de Faria y SOUSA, *Epitome de las Historias portuguesas dividido en quatro partes*: Por [...]. *Adornado de los retratos de sus reyes con sus principales hazañas*, Bruxelas, Por Francisco Foppens, 1677, fl. 3-3 v.

[130] Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 35.

[131] *Politicorum sive Civilis Doctrinae Libri Sex, quid ad Principatum maximè Spectant [...],* as quais foram traduzidas para castelhano nos princípios do século XVII: *Los seis libros de las políticas o doctrina civil de Justo Lipsio, que sirven para gobierno del reino o principado*, Madrid, Juan Flamenco, 1604, tradução de Bernardino de Mendoza. Há edição moderna de Javier PEÑA ECHEVERRÍA e Modesto SANTOS LÓPEZ, Madrid, Tecnos, 1997.

[132] Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 30, referenciando a contagem de Peter Burke. No índice dos autores citados, no início de *Politicorum sive civilis doctrinae libri sex,* Cornélio Tácito aparece destacado.

[133] Expressão atribuída a Christian LAZZERI, segundo Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 31, extraída de «Le gouvernement de la raison d'État».

[134] *Hospital das Letras*, 207. A obra de Lípsio escapou à censura portuguesa até 1597, mas não já ao índice de 1624 (Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*..., 71 s., onde e encontram explicados os motivos de tal situação).

[135] Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 164.

[136] Martim de ALBUQUERQUE, *Maquiavel e Portugal. Estudos de História das Ideias Políticas*, Lisboa, Aletheia Editores, 2007, 81. Sobre tacitismo, para além da obra referida, *vide* TIERNO GALVÁN, «El tacitismo en las doctrinas políticas del Siglo de Oro español», em *Escritos (1950-1960),* Madrid, Tecnos, 1971; Baltasar ÁLAMOS DE BARRIENTOS, *Discurso político al Rey Felipe III al comienzo de su reinado* («Estudio introductorio» de Modesto SANTOS), Madrid, Anthropos, 1990, 7 s. Para a recepção do tacitismo em Espanha, com bibliografia, *vide* Beatriz ANTÓN MARTÍNEZ, «El humanista flamengo J. Lipsio y el receptio del tacitismo en España», em *Humanismo y pervivencia del Mundo Clásico.* Actas del I Simposio sobre

de uma política cristã através de outros historiadores, como João de Barros[137] e, nomeadamente, por meio da história de D. João II[138], político então muito em voga, ou de outros exemplos extraídos de autores notáveis[139].

D. Francisco Manuel de Melo, moralista, opunha-se-lhe politicamente, embora tenha sido historiograficamente influenciado por Tácito[140] e Justo Lípsio[141], para além de utilizar com certa abundância as suas máximas no decorrer da argumentação de *Astrea Constante*[142].

Certamente que também escreveu um *Tácito Português*, a partir da «vida, morte, ditos e feitos» de D. João IV, experiência fundadora de nova política[143]. Redigiu igualmente *Verdades pintadas e escritas*, o que pressupõe uma psicologia da conduta. Mas esta obra, segundo Barbosa Machado, «constava de cem emprezas morais, debuxadas por sua mão, e ilustradas com discursos»[144]. Se os emblemas eram morais, só poderiam pertencer à política com o intuito da sua moralização, dada a má impressão que D. Francisco Manuel tinha dos políticos[145].

Afirmou Jean Colomés que D. Francisco foi «de la jeunesse à la mort, passionné de politique, aussi bien des idées théoriqies que de l'action gouvernementale publique ou secrète»[146]. Aparente-

---

Humanismo y Pervivencia del Mundo Clasico (Alcañiz, 8 a 11 de Mayo de 1990), (José M.ª MAESTRE MAESTRE e Joaquín PASCUAL BAREA, coords.), vol. I.1, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses Cádiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1993, 237-249. Sobre vias da «política cristã», *vide* Luís Reis TORGAL, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1982, 135 s.

[137] Fernando ALBIA DE CASTRO, *Aphorismos y exemplos politicos y militares: sacados de la primera Decada de Juan de Barros*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1621. Existia na biblioteca de Filipe IV. Sobre o autor, *vide* Martim de Albuquerque, *Um percurso da construção ideológica do Estado...*, 75 s. De João de Barros explicitou D. Francisco Manuel: «[...] porque se bem alguns críticos o caluniaram de casual e quase incivil, pela inteireza com que se não diverte a alguma apóstrofe ou aforismo político, basta que insensivelmente os deixe com grande arte embebidos na narração» (*Hospital das Letras*, 254).

[138] Pedro Barbosa HOMEM, *Discursos de la juridica y verdadera razon de Estado*; António de OLIVEIRA, «Para a história do embargo à publicação de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y acciones del rey Don Juan el Segundo*, em *idem*, *Movimentos sociais e poder*, 143-157; *idem*, «A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo» em *ibidem*, 159-171.

[139] Eugenio NARBONA, *Dotrina civil, escripta por aforismos: sacados de la dotrina de los sabios, y exemplos de la experiencia*, Madrid, por la viuda de Cosme Delgado, 1621.

[140] Jean COLOMÈS, *Critique et satire*, 179-181, na apreciação de *Historia de los Movimientos*; Joan ESTRUCH TOBELLA, «Introducción» à sua edição de *Historia de los movimientos*, 30; Marcelino MENÉNDEZ Y PELAYO, «La historia considerada como obra artistica», 22; Paulo Silva PEREIRA, *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do «cortesão prudente e discreto»*, 50 e 283 s.

[141] *Cartas*, 512; Benjamin Nicolaas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo*, 120-121; Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 117-125.

[142] «El Tacito, que todo lo dexó advirtido a los monarcas» (*Astrea*, 95). Cita também Lípsio nas suas *Políticas*.

[143] Sobre a existência de diversas cópias desta obra inacaba, *vide* Benjamin Nicholaas TEENSMA, «Um manuscrito desconhecido do *Tácito Portuguêz* de Dom Francisco Manuel de Mello», *Revista de Portugal*. Série A. Língua Portuguesa, n.º 201, XXVII, (Janeiro, 1962), 75-102. O mesmo autor deu depois indicação de uma outra edição de *Tácito*, que diz encontar-se em *1640. Revista bibliográfica*, vol. 1, Lisboa, 1940). Esta obra de Melo estava a ser escrita por volta de 1650 (*Tácito*, 50). Um *Tácito espanhol* havia aparecido em 1614, mas nada tem a ver com a estrutura da obra de Melo. Trata-se de uma tradução de obras de Tácito com aforismos tirados destas obras e impressos nas margens do texto traduzido (*Tacito español ilustrado con aforismos,* por Don Baltasar Alamos de Barrientos [...], Madrid, Por Luis Sâchez, 1614). Na livraria de D. João IV existia um exemplar desta tradução, em pergaminho, o qual foi avaliado em 1200 réis à morte de D. Pedro II.

[144] *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, 187-188. Continha 14 emblemas «com o mesmo corpo e letra e allegoria» dos que se encontravam em Diego SAAVEDRA FAJARDO (1584-1648), *Idea de un principe politico representada en cien empresas,* segundo carta de Melo citada por Barbosa Machado e datada de 14 de Dezembro de 1649. A obra de Saavedra havia já tido edições a partir de 1640 (Munique: Emprenta de Nicolao Eurico).

[145] Os emblemas destinar-se-iam, pelo menos, à educação do príncipe, a qual não poderia deixar de ser moral. Alguns deles, a darmos crédito à referida carta de Melo, que actualmente se desconhece, coincidiam com 14 dos de Saavedra, como indicámos em nota anterior. Outros conteúdos poderiam ser da natureza dos que o Prof. Vistarini expôs e interpretou a partir da poesia, na conferência que pronunciou neste colóquio.

[146] Jean COLOMÉS, *D. Francisco Manuel de Melo et la littérature française*, 491.

mente, basta considerar que no mesmo ano em que publicou a *Guerra de Cataluña*, embora continuando preso desde 1644, participou na polémica contra um texto anónimo escrito a pedido de Filipe IV sobre como recuperar Portugal, compondo para o efeito o *Ecco Polytico*[147]. Seguiram-se diversos trabalhos de índole histórica, elaborados ao mesmo tempo que outros de géneros diferentes, alguns deles solicitados pelo poder régio em datas diversas, como *D. Teodósio*, *Manifesto*[148], *Declaración, Demonstración*, *Astrea Constante* e *El Pueblo Lusitano*[149], tornando-o um escritor de intervenção na política oficial, actividade que parece que não desgostava, a crer na opinião que emitiu sobre o *Eco Político*[150], embora o trabalho tivesse sofrido críticas[151], levando-o de momento a cuidar de estudos seráficos, acabando, no entanto, na fase final da vida, por ser encarregado de missões diplomáticas. Mas a diplomacia era a arte da dissimulação, e, naturalmente, também a da prudência. E sobretudo, a política tinha por vezes seguir o que era útil, como já ensinara Lípsio, não se detendo na distinção «entre as coisas virtuosas e não virtuosas», objecto da Ética, não da Política[152].

Mas a política dos estadistas, ao desterrar a «franqueza e a verdade», sentenciou D. Francisco Manuel em *Guerra de Cataluña*, fez do engano ciência[153]. E ao considerar, em *El fenis de Africa,* que nem todos são convenientes para ministros, grandes ou príncipes, remata confiscando aos políticos qualquer ponta de moralidade, os quais, como homens, inventaram outra filosofia, «donde no ay distincion entre, util, y honesto»[154], o que denota não ter sido apagado, pelo menos em termos práticos, um certo maquiavelismo da realidade política que podia passar amparada por Séneca e Tácito, sendo este «uma tinha universal, pegada na cabeça dos monarcas»[155].

---

[147] *Ecco polytico*: Responde en Portugal a la voz de Castilla [...], Lisboa, por Paulo Craesbeck, 1645. A obra saiu só no ano seguinte, sem embargo da data no título, dado que as últimas licenças são de 16 e 17 de Janeiro de 1646 (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 208, nota). A dedicatória ao monarca está datada da Torre de Belém (S. Vicente do Restelo) a 11 de Junho de 1645. Sobre a apreciação do *Ecco* e dos polemistas portugueses que intervieram na matéria, *vide* Maria Teresa AMADO, *A representação do poder*, 126-132. O eco é a resposta, por questões, ao que diz o «papel anónimo». Um exemplar desta obra, em pergaminho, 4º, existia na biblioteca real portuguesa, o qual foi avaliado, à morte de D. Pedro II, por 200 réis.

[148] *Manifesto de Portugal*, Lisboa, Por Pablo Craesbeeck, 1647. Encontra-se republicado em António Cruz, *Papéis da Restauração*, vol. 2º, 84-103. Publicação por «orden de su Magestad». Mandado fazer pelo Conselho de Estado (*Cartas*, 308; *Epístola declamatoria*, 120, ed. de 1720). O poder régio mandou depois distribuir a obra pelo reino e conquistas, o mesmo acontecendo no estrangeiro, através dos seus embaixadores (*D. Teodósio*, 32). Foi o tempo, no entanto, como o autor anotou, «que eu (também por ofícios de meus émulos, era de novo condenado a perpétuo desterro para entre bárbaros, como homem indigno de viver em companhia dos outros» (*ibidem*).

[149] *Vide* Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 248; Maria Teresa AMADO, *A representação do poder*, 123-125, tendo publicado, no vol. II, *Astreia Constante* (fl. 81-115 v) e *El pueblo lusitano* (fl. 117-130).

[150] *Cartas*, 112; Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 209. No entanto, Melo esclareceu: «Não fui ministro, nem apeteço de o ser, nem Deus permita, que em dano público, minha honra se aumente, como sucederia, quando com insuficiencia manejasse algum negocio comum» (*Aula Política*, 6).

[151] *Cartas*, 239.

[152] Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 35, a quem pertence a expressão entre aspas. Para a problemática actual da ética nas Ciências Sociais, *vide* Sottomayor CARDIA, *Racionalismo, consciência metodológica*, Lisboa, INCM, 1996, 155 s. Sobre as ideias políticas de D. Francisco Manuel de MELO, *vide* Maria Teresa AMADO, *A representação do poder*, 29 s.; José Manuel dos PRAZERES, *D. Francisco Manuel de Melo. Subsídios para a história das suas ideias...;* Paulo Silva PEREIRA, *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do «cortesão prudente e discreto»*, 277 s. As *Cortes da Razão*, que Barbosa MACHADO intitula *Cartas* (sic) *de la Razón Idea politica* (*Bibliotheca Lusitana*, tomo, II, 188), não deviam constituir um texto de pura política (*Cartas*, 345 e respectiva anotação). No elenco das obras que apresentou em *Obras Morales*, Melo colocou *Cortes de la Raçon* entre as que denominou de «Exquisitas». As razões «são as melhores as que são para todos» (*Cartas*, 345).

[153] *Guerra de Catalunha*, 328; má impressão das «políticas», *Hospital das Letras*, 239.

[154] *El fenis de Africa*, 171.

[155] *Hospital das Letras*, 211. Martim de ALBUQUERQUE, *Maquiavel e Portugal*, 76 e 80.

Ao tempo ainda do seu longo e atribulado julgamento, na corte de Lisboa liam-se e ensinavam-se, como se exprime, as «artes e tretas aos Tácitos e Maquiavelos»[156]. E na *Aula Política*[157], justifica a secura do seu trabalho como um bem, em virtude de se encontrar «livre dos escuros laços da eloquência de Patérculo [19 a. C.-31 d. C] e das ambíguas sentenças de Tácito».

Estava a querer justificar, certamente, um estilo breve, repudiando o das prolixas crónicas, mas não o do estilo que impunham os aforismos e era usado na poesia, moral ou mesmo por alguns historiadores[158]. Estilo com brevidade, mas recheado, aos modos de Tácito[159], a partir da compreensão do autor.

A história não podia ser escrita de modo seco, limitar-se apenas a expor os factos, como acontece, por exemplo, com D. Manuel de Meneses, na «ocupação de cronista»[160]. Com efeito, a história «se quer vestida, e revestida de juízos, sentenças, secretos, malícias e discrições; porque, enfim, uma História nua, sobre desonesta, é desaproveitada»[161]. À seca expressão das relações, antecipação da escrita metódica dos finais do século XIX, uma escrita temperada pela mundividência do historiador.

---

[156] *Cartas*, 184; Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 224. Para uma apreciação contra Maquiavel e Bodin, *Hospital das Letras*, 213. Recorde-se, a propósito, que embora considerando que D. João II actuou «com grande severidade desacostumada» no caso dos Braganças, reconhece que, como príncipe cristão, «mostrou não confundir a rectidão com a política, distinguindo na pena os culpados dos inocentes» (*D. Teodósio*, 109). Um dado autobiográfico?

[157] Edgar PRESTAGE dá indicação de uma cópia manuscrita existente na Biblioteca Nacional do Brasil (BNB) com a data de 1653 (*D. Francisco Manuel de Mello*, 584, nota), onde declara supor tratar-se de uma cópia destinada ao príncipe. Na biblioteca real estaria também um manuscrito do *Tácito Português*, embora nenhuma das obras conste do inventário dos bens de D. Pedro II, provavelmente incluídas na parte em que as espécies que nela figuravam não puderam ser inventariadas individualmente).

[158] Em França sobressaiu Pierre MATHIEU (1563-1621), conhecido em Espanha como Pedro MATEO (Jean COLOMÉS, *D. Francisco Manuel de Melo et la littérature française*, 498-499, onde são indicadas obras do autor e as referências que lhe faz D. Francisco Manuel, o qual ainda cita, entre os historiadores franceses, René de Ceriziers, para além de outros anteriores, como Commynes). Na sua *Histoire de Louis XI* (1610), Pierre MATHIEU «fait suivre la narration d'une longue liste de sentences estraites des *Mémoires* de Commynes et classées par thèmes». «O estilo que uza, imitado de Tácito, suscitou admiradores e opositores», como se adverte no texto que estamos a aproveitar. Em Itália seguiu-o Malvezzi (Jean LAFFOND, «Le champ littéraire des formes brèves», em *Moralistes du XVIIe siècle De Pibrac à Dufresny* (.Jean LAFFONT, ed.), Paris, Robert Laffont, 1992, 6. *Vide* também Paulo Silva PEREIRA, *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do «cortesão prudente e discreto»*, 501; local onde se encontram dados, com bibliografia, sobre Malvezzi (493 s.).

[159] Como se exprimiu Martim de Albuquerque, seguindo Mark Morford: «Ninguém como Tácito escreveu história – em que pôs dinamismo, colorido, dramaticidade, pragma, tensão ética... – e a história, vinque-se bem, para Lípsio é *teatro, espelho, mestra e exemplo da vida*» (Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 33-34). O que já vinha da transmissão ciceroniana do *De Oratore* (Jenaro COSTAS RODRÍGUEZ, «La historiografía hispano-latina renascentista», em *Humanismo y pervivencia del Mundo Clásico*. Actas del I Simposio sobre Humanismo y Pervivencia del Mundo Clasico, I.1, 42-44).

[160] Redigiu boa parte da crónica de D. Sebastião e «escreveo em mar & porto, a restauração da Bahia, tambẽ por expresso mãdamento delRey: hũa, & outra erão historias secas, & de extraordinario estilo, porém fiel). Mesmas características na posterior relação que escreveu do naufrágio de 1627 (*Epanaphoras*, 268-269). A relação do naufrágio encontra-se republicada por Joel Serrão, em *Epanaphoras*, 582-601. O manuscrito da *Crónica de D. Sebastião* esteve localizado no convento de Alcobaça, segundo Barbosa MACHADO (*Bibliotheca Lusitana*, III, p. 312). Sobre a crónica que saiu sob o seu nome em 1730, na Oficina Ferreiriana, *vide*, para além de Barbosa MACHADO, o *Diccionário Bibliográphico*, de Inocêncio Francisco da SILVA e outros (vols. VI e XIII)) e Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. II, 153 e vol. III, p. 133-159, para D. Sebastião. *Vide* supra notas 78 e 85.

[161] *Hospital das Letras*, 212. Orientação comum dos historiadores de então, como transparece da opinião de Agostinho Manuel de Vasconcelos, parente de D. Francisco Manuel: a história não se pode escrever apenas com a verdade dos acontecimentos: «tiene sequedad» a história onde se não «descubran los consejos i se haga examen dellos». Recorde-se que D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, ao considerar a história como mestra da vida, entende que «ninguna parece mas justa de proponerse, que las de Principes excelentes, para que los imiten los que alcançan la gran fortuna de reinar» (António de OLIVEIRA, «Para a história do embargo à publicação da obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos», em *idem*, *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*, 148-149.

Esta tomada de posição, feita no contexto explicativo de como o historiador Tácito se tornou político, é autorizada por D. Francisco, no entanto, dentro das «artes de história», apenas pelo italiano Agostino Mascardi (1590-1640), único tratadista de história que parece citar, cuja *Dell´Arte historica trattati cinque* teve edições em 1636 e 1648, para além de outras[162]. De 1611 datava a obra de Luís Cabrera de Córdoba (1559-1623), *De historia, para entenderla y escribirla*[163], a qual certamente conheceu, como tem sido referido e cujas qualidades didácticas se impõem[164], se bem que os modelos possam ser criados a partir da leitura de obras histórias[165].

6. Se as obras de história se destinam a fornecer lições aos que detinham o poder, os que unicamente gozavam de honra heróica, se «o historiador passa a ser considerado um profissional com efectiva capacidade interventiva no governo da sociedade presente», na expressão de Teresa Amado[166], a selecção dos factos só poderia ir numa direcção.

É a D. Afonso VI que D. Francisco Manuel oferece as *Epanaphoras*, «como histórias heróicas», enquanto à rainha de Inglaterra dedica as Moralidades e ao infante D. Pedro, pela sua idade, as *Obras Métricas*. Alguns dos sonetos que publicou em *Obras Métricas* levam a qualificação de heróicos pela matéria que tratam, a qual igualmente se reflecte nas principais obras de história, onde, forçosamente, invoca «casos memoráveis», como naturalmente reclama para a *Guerra de Cataluña*[167].

Embora D. Francisco Manuel de Melo privilegie os factos praticados pelos heróis, necessariamente de natureza política ou militar, também neste ponto, no entanto, se afasta do sentir comum. Não são já os tempos de glória que apresenta em *Guerra de Cataluña*, mas o das «adversidades, sidiciones, trabajos y muertes» provocados por uma guerra civil[168]. Não tem sentido acrescentar glória aos que morrem ou ficaram feridos em Montjuic, quando adquirida «en tan siniestro día para

---

[162] Agostino MASCARDI, *Dell'arte historica trattati cinque*, in questa ultima impressione, con ogni diligenza rivisti, e corretti, Roma, per Giacomo Facciotti, 1636. Edição mais completa: 1648. Na BNE, encontra-se referenciada uma edição de 1655. Sobre a primeira informação, *vide* Maria Luisa DOGLIO, «Mascardi, Agostino», em *Dizionario Critico della Letteratura Italiana* (a cura di Vittore Branca), vol. II, Turim, UTET, 1973, vol. II, 547-549, artigo que consultei na internet. No *Hospital das Letras*, 246, Melo considera o tratado «livro de grande e bem logrado estudo».

[163] Esta obra de Luís Cabrera de Córdoba existia na biblioteca da Torre Alta, de Filipe IV, mas em 1637 foi catalogada na rubrica «Libros varios de diversas linguas», denotando ainda a dificuldade de classificação da sua matéria.

[164] Joan ESTRUCH TOBELLA, na introdução à sua edição de *Historia de los movimientos*, 26-28. Como objectivo do volume, Cabrera de Córdoba indicou: «Escrivo la importancia de la historia, la del buen historiador, las partes que ha de tener, las de la legitima, y perfeta historia, y como se hara tal» («Al teatro»). Sobre os tratadistas da História em Espanha, *vide* Maria TERESA AMADO, *A Língua do Ver*.

[165] Uma delas, referida em *Historia de los movimientos*, 294, foi a de D. Diego Hurtado de Mendoza (1503-1575), *Guerra de Granada [...]*, Lisboa, Giraldo de la Viña, 1627, 1ª edic., o qual imitou Tácito. («Escriviô la historia da ultima guerra de Granada seguiẽdo mucho el estylo de Tacito con excelente linguaje, i modo de dezir inimitable». «[..] es absolutamente la mejor que se escrivió en nuestra lingua», fl. A v. Esta edição contém um acrescento de Don Juan de Silva, conde de Portalegre, fl. 100 v.-102 v., o qual também escreveu uma «introducción». O manuscrito publicado, o «mas original», foi corrigido por Lavanha a partir da lição que possuía o conde de Portalegre. «Este texto es el que sigo sin alterarle en nada, i es el genuino i proprio de quiẽ en su introduciò habla aquel gran Conde», "Al Lector"). Outros historiadores, obviamente, foram influenciados por Diego de Mendoza. Manuel de Faria e Sousa enumera entre os seus mestres, depois de indicar nomes da Antiguidade: «[...] tengo delante a Don Diego de Mendoça en la de Granada, y a Antonio de Fuen-Mayor en la de Pio Quinto; y a Mariana en la General, y a Barros, y a Osorio, y a Mafeo, en la Indica, que son los que mas atinaron con el verdadero modo de historiar no imitei cada uno a todos los maestros, ni a uno solo en todo, y algunos dellos a uno en poco [...]» (*Europa Portuguesa*, 16.). Exposição integrada numa «Satisfacion apologetica a lo de que tuvo noticia averse notado por algunos en esta Historia quando salio la primera vez».

[166] *A Língua do Ver*, 242.

[167] *Historia de los movimientos*, 71. «El que ha de escrivir los sucesos de un Principe, lo q̃ primero ha de referirr, es los exercitos, fuerças y grãdezas q̃ passe en su Imperio [...]» (Baltasar ÁLAMOS BARRIENTOS, *Tacito español*, 193, aforismo I.37).

[168] *Historia de los movimientos*, 73.

su nación»[169]. Matéria triste[170], trágica, de guerra civil, mas que ainda assim pode servir de exemplo numa concepção determinista da sociedade: «Ah, señores, lleno está el mundo de historias y las historias llenas de sucesos que nos encaminan a la templanza»[171].

Bom senso do conde de Oñate, como consultor. Mas venceu o partido da guerra, o do não senso [172]. Desde o tempo de D. Fernando o Católico, ajuíza D. Francisco Manuel no *Eco político*, não sucederam «reboluciones, y levantamientos» que não tivessem sido motivados pelos que mandam[173].

A *Guerra de Cataluña*, como é arquisabido, é um modelo literário de história. Um outro «modelo linguístico e literário», é a *História do México*, de Solís[174]. Mas entre uma e outra há diferenças muito grandes.

Solís apresenta «um argumento de histórias grandes», «rico em façanhas triunfais e em maravilhosos golpes da fortuna», como já acentuou Eduardo Fueter[175]. Trata de heróis, «glorificando Cortés e esquecendo a tragédia dos Aztecas», como também já foi dito[176], enquanto Melo fala de soldados, no sublinhado de Picón, acerca de um século, na introdução que fez para a edição de 1912 da obra de D. Francisco Manuel[177]. Por outro lado, este não deixou de louvar Tácito, nos *Anais*, embora seja «coisa de muito admirar», como observa, o ter «descido a falar de coisas tão pequenas como a venda das hortas dos histriões e as valas do Tibre»[178]. Querendo imitá-lo, assumiu o compromisso, na obra sobre D. Teodósio, de «não esquecer nenhuma circunstância referente ao seu assunto, por medo de baixar, referindo-o»[179], se bem que reconheça que nem tudo serve à história[180].

As referências à história das coisas banais, na *Guerra de Catalunha*, não revelam cor local, são descrições tópicas[181]. Mas estão inseridas as instituições no meio geográfico e social a que respeitam e, sobretudo, tanto nesta obra, como na *Epanaphora Politica*, com muitos pontos em comum, revela-se um extraordinário cultor da história social, desejando que as memórias que apresenta, como projecta em *D. Teodósio*, sejam úteis não apenas ao Príncipe, mas também à Nação[182].

A *Guerra de Cataluña* é um título sincopado, como se sabe, que se usa por comodidade de cita-

---

[169] *Historia de los movimientos*, 384.

[170] *Historia de los movimientos*, 74.

[171] *Historia de los movimientos*, 164.

[172] Como já acentuou Joan Estruch, o voto do conde de Oñate apresentado por D. Francisco Manuel, embora revestido de retórica, corresponde à versão que dele faz J. H. ELLIOTT, *La rebelión de los catalanes*, 402-404. Os vassalos «públicamente pedían y deseaban la paz» (*Historia de los movimientos*, 74). Entre os conselheiros de estado, o 5º conde de Oñate (Íñigo Vélez de Guevara y Tassís) «fazia gala de certa independência», no ajuizar de J. H. ELLIOT, *El conde-duque*, 645.

[173] *Ecco*, fl. 8 v.

[174] Desta obra existia um exemplar na biblioteca dos reis portugueses, o qual, em pergaminho, foi avaliado em 1500 réis à morte de D. Pedro II. Por sinal, a «Historia de Catalunha por D. Francisco Manuel», em quarto e pergaminho, que fazia parte da mesma biblioteca, valia 200 réis.

[175] Ed. FUETER, *Historia de la historiografía moderna*, vol. I, 332.

[176] Enciclopédia Wikipedia, na internete.

[177] Jacinto OCTAVIO PICÓN, em «Introducción» à *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña* [...] nuevamente publicada pela Real Academia Española. Madrid, Libreria de los Suc. de Hernando, impresores y Libreros, 1912, LIV.

[178] *D. Teodósio*, 43.

[179] «No sólo sirven a la república las obras heroicas» (*Historia de los movimientos*, 73). O *Tácito*, por exemplo, é «obra do mais útil e não do mais grande», como esclarece (1-2). FOX MORCILLO, por sua vez, havia escrito em 1557: «não se há-de escrever tudo o que é verdadeiro e tudo o que aconteceu se nem for útil, nem deleitoso de modo a aliciar facilmente o leitor pela sua utilidade e pelo seu agrado» (*De Institutione*, 13). Transcrito de Maria Teresa AMADO, *A Língua do Ver*, 245, nota 49).

[180] Por incerta ou muito inconveniente. Para estes factos, «costumo valer-me da arte para tornar menos clara uma passagem se alguma surge em que devesse fazer omissão» (*D. Teodósio*, 43).

[181] *Historia de los movimientos*, 146.

[182] *D.Teodósio*, 200.

ção, mas que não revela o seu conteúdo, ao contrário do título estirado da primeira edição[183], o qual é composto por três partes, sendo as duas primeiras referentes à *Historia de los movimientos, y separacion de Cataluña.* A terceira, a guerra entre Filipe IV e a «Deputación General» deste Principado[184].

A obra, no seu conjunto, sofreu as primeiras grandes críticas no século XIX, vindas em primeiro lugar, segundo parece, a partir de França, segundo Teensma[185]. Em Espanha, uma das apreciações ficou a dever-se a Menéndez y Pelayo, proferida em 1883[186].

Embora entenda que a *Guerra de Cataluña* seja «una obra excepcional, o más bien única, de tétrica y solemne belleza, rica en amarguras e desengaños, aguzados con profundidades conceptuosas», não lhe atribui a categoria de história, mas antes a de um «folheto político de acerbísima oposición, hábilmente disimulada con aparencias de histórica mansedumbre». Em vez de censor, Melo apresenta-se como um «enemigo oculto», onde a «indulgencia tiene trazas de lúgrebe ironia». Por outro lado, é uma obra «donde encontró voz por caso único en nuestra literatura, la tremenda elocuencia de los tumultos populares».

Menéndez y Pelayo, no seu discurso sobre filosofia da História através da expressão literária, não podia advinhar que cerca de um século depois eram precisamente os levantamentos populares que estavam no centro da historiografia económico-social, dando nova visibilidade e importância à *Guerra de Cataluña* e às *Alterações de Évora* e não propriamente à história dos feitos militares e políticos, desvalorizada ao tempo da afirmação de novas correntes historiográficas, embora de novo aguerrida através da escrita dos modos da guerra e de quem a faz, de que a proliferação de biografias régias, de governantes ou militares são expressões diversificadas[187].

Os movimentos populares em Catalunha têm por causas próximas o aboletamento dos militares. Os soldados, em campanha ou a caminho dela, «não são os homens bisonhos nascidos nas aldeias ou tirados dos sectores artesanais ou de vagabundagem dos centros urbanos», como acentuou Yves-Marie Bercé[188]. O soldado, «nómada, guerreiro e ocioso de momento passa a pertencer a uma socie-

---

[183] Clemente LIBERTINO, *Historia de los movimientos, y separacion de Cataluña, y de la guerra entre la magestad catolica de Don Felipe el cuarto rey de Castilla, y de Aragon y la Deputacion General de aquel principado*, Lisboa, Paulo Craesbeek impresor de las Ordens Militares, 1645.

[184] Na dedicatória ao Papa Inocêncio X, intitula-a, como mais consentânea, *Historia de la separación del Principado de Catalunha y su primero rompimiento en guerra com el rey católico Don Felipe IV el Cuarto.*

[185] Benjamin Nicolaas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo*, 119, citando Eugène Rosseeuw Saint-Hilaire, *Histoire d'Espagne depuis les premiers temps historiques jusq'à la mort de Ferdinand VII.* Nouvelle éd., rev. et corr., T. XI, Paris, 1873, 61, nota. Esta edição encontra-se na Biblioteca Nacional de Holanda (BNH), mas os repertórios digitais indicam edições anteriores, a começar em 1837. Não tive oportunidade de verificar qualquer das edições.

[186] No discurso de ingresso na Real Academia de la Historia, intitulado *La historia considerada como obra artistica.* Encontra-se publicado nas suas *Obras completas*, vol. VII de *Estudios y discursos de crítica Historica y Literaria,* Santander, Aldus, S. A. de Artes Gráficas, 1942, 21-22. Este vol. é o XII da «Edición nacional de las obras completas de Menéndez Pelayo». Citação aproveitada, por exemplo, em Benjamin Nicolaas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo*, 120. Para a crítica de PUJOL Y CAMPS, *vide*, adiante, nota 240 e texto.

[187] A biografia, como subgénero historiográfico, difunde-se no século XVII sob a forma «sentenciosa e glosada» (Ángel Ferrari). Citado por Jean COLOMÉS, *D. Francisco Manuel de Melo et la littérature francaise*, p. 499, expressão extraída da obra de Ángel Ferrari Núñez, *Fernando el católico en Baltasar Garcián*, Madrid, Espasa Calpe, 1945. Pierre MATHIEU, que em 1624 viu traduzido em castellano *Pedazos de Historia y de Razon de Estado*, teria sido um dos iniciadores do subgénero, seguido mais tarde de Malvezzi, no ajuizar de COLOMÉS. A biografia foi cultivada em Portugal por diversos autores, entre eles D. Francisco Manuel de Melo. Sobre a a especificidade da sua abordagem, Luis Cabrea de Córdoba, *De Historia*..., l. 77 v. e s.).

[188] Yves Marie BERCÉ, *Histoire des croquants: étude des soulévements populaires au XVIIe siècle dans le sud-ouest de la France,* Genéve, Librairie Droz, 1974, 548 e s., «Les émeutes contre les gens de guerre», de onde é extraída a ideia. Sobre o levantamento de Jerez de la Frontera contra os soldados alemães, em 1664, *vide* Antonio Domínguez Ortiz, «Les mouvements populaires en Anadalousie au XVIIe siècle», em Jean Nicolas, ed., «Mouvements populaires et conscience sociale XVIe-XVIIe siècles», Paris, Maloine S. A. Éditeur, 1985, 295-296.

dade acima das leis, em contraste com a comunidade de onde saiu e se aloja, sedentária e pacífica», na formulação do mesmo autor[189]. Os bandos gerais relembram aos soldados a disciplina e, a lei, a obrigatoriedade do seu acolhimento, mas a fome e a situação de guerra potenciam a sua força e os desmandos fora e dentro das casas sossegadas que os acolhem. D. Francisco Manuel de Melo, que nos soube transmitir a desumanidade do recrutamento, em que por vezes se viu envolvido, condoendo-se[190], não calou as vexações dos soldados[191]. Opressões inicialmente multiplicadas pela forçosa mobilidade dos exércitos de Filipe IV, obrigados por vezes a passar de uma província para outra, consoante os exércitos franceses acometiam[192]. Muito pior aconteceu quando o exército se repartiu «em vários quartéis, consoante a capacidade dos povos», sendo então proibido aos advogados colocar acções contra «as queixas comuns dos soldados». Ordem que fez ceder o dique da contenção: «o último desconsolo do miserável é tirar-lhe a voz para pedir remédio», sentenciou D. Francisco Manuel[193]. A resposta não podia ser outra que não fosse a vingança da agressão, originando em cadeia a revolta[194] que culmina em revolução ao tempo da festa do Corpo de Deus[195].

Uns três anos antes, em Agosto de 1637, também em Portugal se verificou um sismo sociopolítico, com epicentro em Évora, tendo por causa próxima o exarcebamento de uma epidemia de tributos, vindo a luta para a rua, depois de uma série de descontentamentos públicos iniciados pelo menos no Porto, em 1629[196].

7. Desde a primeira linha do texto introdutório da *Guerra de Cataluña*, ou, se se preferir, desde a dedicatória, D. Francisco Manuel de Melo, com alguma obsessão, como ocorre também nas outras suas obras de história, não cessa de afirmar que só escreverá verdades. O mesmo acontece com os outros historiadores, incluindo os que tratam de prodígios[197], não deixando os tratadistas da História de insistirem neste ponto, seguindo velhos princípios, vindos já de Cícero[198]. O que cada historiador pretende é precisamente a reputação de verdadeiro. O autor da *História de Portugal Restaurado*, por exemplo, não desejava «maior recompensa que o reconhecimento de que até agora não saiu ao mundo história mais verdadeira, pois sem afeição, ódio, esperança ou temor, não perdoei a requisito algum, necessário para a história, que me ficasse para escrever [...]»[199]. D.

---

[189] Yves Marie BERCÉ, *Histoire des croquants*, 560.

[190] *Epanaphoras*, 360-361 e 398 s.

[191] «Publicabánse cada vez más y mayores delitos de la soldadesca, escribíanse procesos, sacábanse desde los púlpitos memoriales, hablábanse en las plazas, motejábanse en las conversaciones y acusábanse desde los púlpitos. Todo el escándalo y descontentamento de los nobles y plebeos tenia por objecto la opresión de su pátria [...]» (*Historia de los movimientos*, 97).

[192] *Historia de los movimientos*, 83; J. H. ELLIOTT, *La rebelión de los catalanes*, cap. 11, intitulado «La guerra con Francia».

[193] *Historia de los movimientos*, 98. «É a satisfação consequência dos justos benefícios, quando regularmente se parte. Ao contrário, dos injustos procede o queixume, dele a parcialidade, mãe da rebelião, ruína do seu Império» [do Príncipe] (*Tácito*, 43). Cf. J. H. ELLIOTT, *La rebelión de los catalanes*, cap. 14, «Un ejercito al que alojar».

[194] «Marchaban las compañias de unos lugares a otros y salián a recebillas armados los paizanos como a gente contraria (*Historia de los movimientos*, 105).

[195] *Historia de los movimientos*, 122. «La revolta dels pagesos va transformar-se en la revolución catalana –repetim, contra els desigs de Barcelona», segundo J. Reglà, *Els virreis de Catalunya*, 117. Transcrevemos de Joan ESTRUCH, *Historia de los movimientos*, 129, nota.

[196] António de OLIVEIRA, «Contestação fiscal em 1629. As reacções de Lamego e Porto», em *Movimentos sociais e poder*, 275-317.

[197] Gregório de ALMEIDA, *Restauração de Portugal Prodigiosa* [...], Lisboa, por Antonio Alvarez, 1643, 23-24.

[198] Em matéria de História, CÍCERO (*Orator* 62) havia já estabelecido «três regras fundamentais: não dizer nada de falso; ousar dizer toda a verdade; evitar a menor suspeita de parcialidade, inspirada pelo favor ou inimizade» (Jenaro COSTAS RODRÍGUEZ, *La historiografía hispano-latina*, 43).

[199] Luís de MENESES, *História de Portugal Restaurado*, Porto, Livraria Civilização, 1945,vol. I, 8.

Francisco Manuel, por sua vez, explicita que a *História de Cataluña*, lhe «grangeara opinião de verdadeiro»[200]. E numa carta, a um dos muitos amigos, desabafa: «Sofro muito bem o louvor à verdade da história que escrevi»[201].

A insistência em afirmar que se escreve verdade em História, ciência como saber organizado, e a satisfação dos autores em serem autorizados como verdadeiros, depois de sujeitos à crítica, a qual por vezes era muito contundente e desencorajadora, revelam que seria muito vulgar não apenas o erro, mas também o falso em matéria de História, traduzindo possivelmente a falta de verdade uma expressão social que não escapou a Baltasar Gracián[202].

Historiograficamente, com efeito, o século XVII amanheceu envolvido ainda no nevoeiro das falsidades do século anterior sobre a história antiga de Espanha e Portugal, vindas de Beroso e Ânio de Viterbo, popularizadas e acrescidas depois por historiadores naturais até meados de seiscentos[203]. São bem conhecidas, na verdade, as falsificações de alguns humanistas italianos[204], com infiltrações na historiografia portuguesa e espanhola, sentindo-se também D. Francisco Manuel de Melo na necessidade de joeirar a falsidade, socorrendo-se, entre outros, de Gaspar Barreiros[205]. Mariana (1536-1624), por exemplo, havia já negado, genericamente, a validade de Beroso, como acentua Caro Baroja, mas a primeira parte da *Monarquia Lusitana* conserva-se ainda no tempo da história de Portugal que vai do criação do mundo ao aparecimento de Cristo, como explicita o seu título, acima transcrito em rodapé. Posteriormente, os seus continuadores publicitarão documentos falsos, não importando, para agora, as razões deste acto em Portugal, acção que é igualmente praticada em Espanha[206].

Com esta actividade de falsificação, não admira, pois, que os historiadores se reclamem de verdadeiros e que a censura literária, agora também através do Desembargo do Paço[207], esteja activa, embora nem sempre atenta, quanto à produção historiográfica.

Assim, por exemplo, em 1629, o predicador régio Frei Francisco de Jesus, representava, em

---

[200] *D. Teodósio*, 32.

[201] *Cartas*, 112.

[202] Uma crítica à falta de verdade na sociedade, em Baltasar GRACIÁN, *El críticón*. Edición de Santos Alonso, Madrid, Catedra, 1996, terceira parte, 585 s.

[203] Julio CARO BAROJA, *Las falsificaciones de la historia en relación con la España*, Barcelona, Seix Barral, 1992, 99.

[204] Ed. FUETER, *Historia de la historiografía*, 149-151, referindo-se sobretudo a Annius de Viterbo, de nome Giovanni Nanni.

[205] Francisco Manuel de Melo serve-se de Beroso, mas com dúvidas, dado que tanto ele como Viterbo «são de suspeitosa fé, em seus escritos», baseando-se na censura do «eminentíssimo antiquário» Gaspar de Barreiros. Mas diz que tanto Beroso como Viterbo, certamente seguindo Barreiros «em o famoso livro de suas Memorias», foram adulterados por «João Aneo» (*Epanaphoras*, 217, ao descrever a Galiza). No mesmo local refere Florião do Campo (1495?-1558), com um «parece», quanto ao nome original de Pontevedra. Tem consciência da necessidade de estremar, «como he razão, as verdades das fabulas». A obra indicada de BARREIROS está datada de 1561 (*Vide* supra, nota 18).

[206] D. Francisco Manuel de Melo considera o cronista dos reinos de Castela (1629) e de Aragão (1637) e cronista-mor do rei (1640), José Pellicer de Ossau Salas y Tovar (1602-1679), como autor «fantastico, sobre incerto» (*Hospital das Letras*, 238). Por sua vez, R. O. JONES, considera que «no es muy crítico y ni siquiere muy escrupuloso en quanto a datos y pruebas» (*Historia de la literatura española, 2 Siglo de oro: prosa y poesía*, Barcelona, Ariel, 1992, 281). Forjou um cronicão (Julio CARO BAROJA, *Las falsificaciones*, 104-105). É autor, entre mais de 200 obras, de *Beroso de Babilonia en Chaldea, distinguido del Beroso de Viterbo en Italia: con la chronologia de los reyes antiquissimos de Asiria, y Babilonia*, Valencia, por Geronimo Vilagrasa, 1673.

[207] Diogo Ramada CURTO, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa Universidade Aberta, 1988, 81 s; António de OLIVEIRA, «A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo» em idem, *Movimentos sociais e poder*, 159-171; Maria Teresa Esteves Payan MARTINS, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001, 373 e s. Em 1646 foi dado parecer negativo à impressão da obra de Traiano Boccalini, *Comentarii sopra Cornelio Tacito*, que corria manuscrita, em virtude da «malignidad» que continha sobre «Carlos V, Filipe II e, de modo geral, contra os espanhóis» (Fernando BOUZA, *El libro y el cetro*, 27, onde se encontram examinados outros exemplos).

contexto do parecer emitido sobre o embargo à obra de Agostinho Manuel de Vasconcelos, intitulada *Vida y acciones del rey Don Juan el Segundo*, sobre o «descrédito em que se encontrava a nação perante as estrangeiras por causa das histórias que nelas se escreviam a seu propósito, não respeitando as leis rigorosas que deveriam guardar»[208]. Por algum motivo os bolandistas desenvolveram a diplomática, Fernández Pulgar escreveu *Sigalión*, os historiadores se sangravam em protestos de escreverem apenas a verdade e a lei cominava penas contra todos os falsários, quer fossem de moeda, selos, documentos, «drogas, pedras e medicinas»[209].

O falso encontrava-se facilmente nas *Relações*[210], em Histórias Gerais ou em documentos destinados a fazer prova, estando já alguns historiadores precavidos quanto a alguns falsos, embora os falsários se adaptassem a contornar a nova crítica documental[211].

Um destes tipos de falsificação, embora ingénuo em relação aos subsumidos nos exemplos anteriores, encontramo-lo ao tempo das alterações em Portugal de 1637-1638, precisamente quando o conde de Basto negociava com Olivares o tipo de perdão a conceder aos revoltados. O conde de Basto argumentou historicamente a favor de um perdão geral sem excepções, que desejava que fosse concedido, mas a prova documental de um perdão deste tipo que apresentou foi facilmente rebatida como falsa pelos acessores de Olivares, senão por ele próprio, até pela biblioteca que possuía, caindo a possibilidade de invocar um exemplo anterior[212].

Foram as «muito falsas opiniões» que corriam sobre os acontecimentos de Catalunha, segundo D. Francisco Manuel, que o levaram a escrever o seu livro, supondo ser capaz de fazer conter o amor ou o ódio das facções ideologicamentente divergentes[213]. Proeminalmente, adverte o leitor para não continuar a folhear o livro, se não for a verdade que procura. A matéria de deleite novelesco havia ficado de fora, ao contrário da *Epanáfora Amorosa*[214].

---

[208] Reproduzo em síntese a partir do parecer publicado em António de Oliveira, «Para a história do embargo à publicação da obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos», em idem, *Movimentos sociais e poder*, 155.

[209] Gaspar BARREIROS, *Censuras*, Cij e Ciij.

[210] *Hospital das Letras*, 218.

[211] Ed. FUETER, *Historia de la historiografía*, 362. Falsos eram igualmente muito textos de autores com autoridade, a começar por D. Francisco Manuel de Melo. João Franco Barreto, na entrada que redigiu sobre D. Francisco Manuel para a sua *Bibliotheca Luzitana*, colocou a verdade acima da amizade ao denunciar a verdadeira autoria de *La Victoria del Hombre*, achaque furtivo que contagiou também, por exemplo, o bispo, estadista e inquisidor Sebastião César de Meneses, entre muitos outros em Portugal e Espanha, por exemplo. Com efeito, na *Summa Politica* encontram-se «vários passos retirados ou plagiados de Ramírez de Prado. Por outro lado, mais de 60% da obra é decalque de um tratado de Scipione de Castro», segundo Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, 147 e 155, apresentando o confronto entre textos em 203 s.). Para *La Vitoria del Hombre, vide* Jean COLOMÉS, *D. Francisco Manuel et la littérature française*, em «V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros Coimbra 1963. Actas. Volume III, Coimbra, [s. n.], 1966, 491-511. Para outros deslizes de Melo, Valeria TOCCO, «Andanças do barroco: apontamentos sobre Giovan Battista Marino e Portugal», em *Estudos para Maria Idalina Rodrigues, Maria Lucília Pires, M. Leal de Matos*, 931-933. Doença que sofreram, entre outros, os próprios historiadores, estando apontados, no que diz respeito à história de D. Sebastião, alguns casos em Joaquim Veríssimo SERRÃO, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, 14.

[212] António de OLIVEIRA, *Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638*, em «Movimentos sociais e poder», 592. É relativamente fácil encontrar dados não fidedignos em obras de caracter histórico de então, por vezes simplesmente forjados. Ainda do tempo de D. Francisco Manuel é *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, Lisboa, na officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, de Simão de VASCONCELOS (1597-1671), que por vezes sofre deste achaque, para além, ao mesmo tempo, de ter sido censurada depois de impressa (Zulmira Santos, «Em busca do paraíso perdido: a Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil de Simão de Vasconcelos, S. J.», em José Adriano de Feitas Carvalho, dir., *Quando os frades faziam História*, 145-178).

[213] *Hospital das Letras*, 195. *Vide*, a propósito, Antoni SIMON I TARRÉS, *Les orígenes Ideològics de la Revolució catalana de 1640*, Barcelona, Publicaciones de l'Abadia de Montserrat, 1999.

[214] Para a «história verdadeira», respeitando a verdade, e a fingida, *vide* a introdução de José Adriano de Carvalho a

A verdade em história, dadas as implicações morais que se extraía dos exemplos, não dizia respeito apenas aos factos. Segundo Morcillo, a força para impor a moralidade era tanto maior quanto o autor era reconhecido como «orador de talento, prudentíssimo e versado na vida pública»[215]. E, naturalmente, tido como verdadeiro. A sua autoridade representava uma das primeiras forças para ser imposta a moralidade, dado que o historiador não actuava ao modo de confessor[216], deixando ao leitor a conclusão da experiência que apresentava, tornando-se o leitor em co-autor: «yo con lo que refiero, tú con lo que persuades», sentenciava D. Francisco Manuel de Melo[217]. O mesmo sucedia para a conduta política. Verdade nos factos e verdade na doutrina deles extraída.

Mas o que era a verdade? Dentro da filosofia popperiana, só nos é permitido falar numa «aproximação à verdade», ninguém estando seguro de que «algo seja verdadeiro»[218], embora haja hoje novas medidas de verosimilhança[219]. Com menos fundamentação, sem dúvida, mas citando Séneca, já Méndez Silva, em 1639, no entanto, explicitava que «quem trabalha por não errar está mais próximo da verdade»[220], embora pela mesma época (1637), Descartes considerasse que «mesmo as histórias mais féis» «omitem quase sempre as mais baixas e menos ilustres circunstâncias, donde resulta que o restante não parece tal qual é»[221].

Para não cair no erro, o historiador tentava ser, com exemplos formais em séculos anteriores, «um escrivão da verdade»: «La verdad es la que dicta, yo quien escribe», convence-se D. Francisco[222]. E para a conhecida gravura que o primo elaborou para rosto de *D. Teodósio*, D. Francisco Manuel encontrou um dístico que duplicava o sentido da imagem, sobressaindo a ideia, para o que agora nos importa, de que «pinta a Verdade o que lhe dita a Memória»[223]. Noutro local, afirma: «Hablo como historiador, según las noticias de lo que he visto y oído», ao evitar pronunciar-se, embora pintor de almas, sobre a integredidade de certo personagem[224]. «Vi por miz ojos», «oy despues por mis oydos», insiste em *Astrea Constante*, invocando acontecimentos da batalha do Canal, em 1639[225].

Mas aqui, no ver e ouvir, começam as primeiras dificuldades. D. Francisco Manuel sabia muito bem que a informação dos olhos podia ser bem duvidosa, sobretudo quando averiguada pelo temor[226], como reconhecia que os mesmos factos podiam ter versões diferentes[227]. Mas era «com

---

Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, (introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Freitas de Carvalho), Lisboa, Presença, 1992.

[215] *De Institutione*, 4, segundo texto transcrito, de onde aproveitamos, por Maria Teresa AMADO, *A Língua do Ver*, 234, nota 15. Mesma ideia em Geronimo de S. JOSÉ, *Genio de la Historia,* 381-382 (*ibidem*, 384-385; a autora publica também a versão manuscrita, de 1639, cotejada com a impressa).

[216] Christian LAZZERI, «Os moralistas franceses do século XVII: a supremacia do amor-próprio e do interesse», em Alain Caillé, Christian Lazzeri e Michel Senellart, dirs., *História crítica da Filosofia Moral e Política*, Lisboa, Editorial Verbo, 308; Jean LAFOND, «Le champ littéraire des formes brèves», textes établis, presentés et annotés par [...], em Jean Lafond, dir., *Moralistes du XVIIe siècle*, Paris, Éditions Laffont, 1992, 55 s., que se inicia com a rubrica «Sénèque et Tacite, modèles sans lendemain».

[217] *Historia de los movimientos*, 66.

[218] Kurt HÜBNER, *Crítica da razão científica,* Lisboa, Edições 70, 1993, 179. Para a verdade formal como construto, Sottomayor CARDIA, *Racionalismo, consciência metodológica*, 2007, 98 s.

[219] Hermínio MARTINS, «Verdade, realismo e virtude» em *Conhecimento prudente para uma vida decente:* Um Discurso sobre as Ciências *revisitado* (Boaventura Sousa SANTOS, org.), Porto, Edições Afrontamento, 2003, 386-387.

[220] Prólogo de *Vida y hechos heroicos del gran condestable de Portugal D. Nuño Alvarez Pereyra.*

[221] Renato DESCARTES, *Discurso do Método*, 9.

[222] *Historia de los movimientos*, 72.

[223] *Cartas*, 246-247.

[224] *Historia de los movimientos*, 154; *D. Teodósio*, 43-44.

[225] *Astrea Cconstante*, 113v.

[226] *Historia de los movimientos*, 382.

[227] *Epanapforas*, 374.

o socorro dos olhos», com o testemunho ou intervenção, que «a faculdade do entender, acima do sentido do ver, fortificava o juizo[228], tornando certo e evidente o que o historiador narrava, tornando a História uma ciência. Dos sentidos e da percepção, os conceitos e os juízos.

O nome de ciência, segundo D. Francisco Manuel de Melo, «só cabe onde há certeza e evidência», embora o senso comum entenda que «toda a doutrina que se aprende e ensina parece ciência»[229]. A muitos dos saberes aplica D. Francisco a palavra ciência. Assim, a nova «guerra reduziu-se a termos de ciência», a conhecimento como regulação: «a ordem alcança mais do que a fortaleza», reproduzindo saber antigo ou a própria experiência[230]. A previsão não pode assentar em «discursos sobre matérias incertas»[231], como expõe em estilo breve e frases concisas.

Para escrever certezas no domínio da História, disciplina que Descartes inclui nas «Diversas considerações sobre as ciências» do *Discurso do Método*, devia recorrer-se à aplicação geométrica e numérica. «De todas as ciências humanas verdadeiras, é a Matemática a que tem a maior reputação, dado que nas outras ciências se prova com a força da razão, enquanto que a Matemática recorre à infalibilidade das demonstrações, que consistem em conta, peso e medida»[232]. Com esta transcrição não literal, não é difícil encontrar a matriz galénica da natureza como um livro escrito em caracteres matemáticos. Como Copérnico (1473-1543)[233], Bacon (1561-1626) ou Galileu (1564-1642), D. Francisco está voltado para a experiência, que para si é História, de que a invenção, «uma nobre parte do talento das pessoas», se por um lado lhe permite, tradicionalmente, traçar nos livros «figuras, disfarces, tropos e símbolos»[234], por outro, recorrendo a alegorias, pode reduzir «as linhas, círculos, corpos e ângulos» da matemática às diversas nomenclaturas militares de «linhas, circunvalações, corpos e baluartes com seus ângulos», para além da correspondência das escalas geométricas e do tesouro dos números. A nova frente contra os castelhanos deu-lhe oportunidade, por volta de 1663-1664[235], de quantificar despojos, demonstração matemática irrefutável da declaração especulativa que antes havia feito.

Para esta modernidade na demonstração da História, teria contribuído o Padre Baltasar Teles (1595-1675), filósofo antes de se tornar historiador, de quem D. Francisco Manuel se declara amigo e discípulo[236]. Conhecedor profundo de Aristóteles, soube deixar influenciar-se «pelos sábios e

---

[228] *Demonstración*, fl. 1-1 v. Para o sentido da verdade em D. Francisco, *vide* Joel Serrão, «Introdução», *Epanaphoras*, XXXIII-XXXIV.

[229] *Hospital das Letras*, 266-267.

[230] *Historia de los movimientos*, 333 e também 194. Sobre o novo exército, *Epanaphoras*, 178-184. «No século XVII, a palavra ciência [...] tendia a designar qualquer corpo de conhecimento correctamente constituído (isto é, o conhecimento de verdades universais e necessárias)» como entende Steven SHAPIN, *A Revolução Científica*, 27, nota.

[231] *Historia de los movimientos*, 182.

[232] *Demonstración*, fl. 1-1v.

[233] «Por isso disse bem a nosso intento aquele clérigo da Polónia – Copérnico, ou como lhe chamam-que a Terra e os homens era sempre o que andava ao redor, não já o céu, o Sol nem as estrelas» (*Escritório Avarento*, 28. Na fala do *Vintém*.

[234] *Hospital das Letras*, 189.

[235] Batalhas: Ameixial, 1663; Castelo Rodrigo, 1664; Montes Claros, 1665. Sobre batalhas da Restauração *vide*, entre outros: Gabriel do Espírito SANTO: *Restauração 1640/1668*. Colecção História de Portugal. Guerras e campanhas militares, Lisboa, Quidnovi, 2008.

[236] *Cartas*, 502-513. Texto redigido para a *História Geral de Ethiópia a Alta, ou Preste Joam, e do que nella obraram os padres da Companhia de Jesus* composta na mesma Ethiopia, pelo Padre Manoel d'Almeyda [...] abreviada com nova releyçam, pelo Padre Balthezar Tellez, Coimbra, na officina de Manoel Dias, 1660; há edições modernas). Baltasar TELES é autor também da *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas conquistas d'este reyno, os religiosos que na mesma Provincia entràram [...]*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645-1647, 2 vols. Trata-se de «uma leitura exageradamente providencialista da história, segundo Nuno Gonçalves da Silva, *Baltasar Teles, cronista da Companhia de Jesus*, em José Adriano e Feitas Carvalho, dir., *Quando os frades faziam História. De Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcellos*, Porto, Centro Interuniversitário da Espiritualidade, 2001, 98.

pensadores profanos da sua época», na expressão de José Sebastião da Silva Dias, o qual o considera também «a cabeça mais livre e lúcida da Companhia de Jesus, desde a morte de Pedro da Fonseca, até à quarta década do século XVIII»[237].

E se, no *Hospital das Letras*, D. Francisco andava de candeias às avessas com Descartes, provavelmente, segundo Teresa Amado, pela oposição acção-racionalidade[238], na *Visita das Fontes* explicita já a aquisição do conhecimento a partir da dúvida que passará a ser um método[239].

Com estes pressupostos, pode causar estranheza a crítica que lhe endereçou, a propósito da *Guerra de Cataluña*, Pujol y Camps em 18 de Abril de 1886, denunciando inverdades que continha[240].

A veracidade da obra decorria da frequente afirmação nesse sentido do autor e do facto dele ter participado nos acontecimentos, embora o tenha feito só numa parte do final de 1640, na trajectória do marquês de Los Vélez de Saragoça a Tarragona, sendo Melo preso pouco depois de 24 de Dezembro[241].

O conteúdo da crítica de Pujol y Camps, feita dentro de um modelo historiográfico com conteúdos e conceitos prevalecentes ao tempo em que escreveu, é bem conhecido, como também se sabe a estupefacção de Vítor Balaguer (1824-1901), a quem coube responder ao discurso académico onde foi proferido[242], e as reacções de defesa[243].

A *Guerra de Cataluña* contém erros, muitas vezes devidos às fontes que utilizou e que os novos editores assinalam, contém silêncios, pequenos anacronismos e uma ideia de estrutura, mas não a que propôs Pujol, continuando a ser, para além de um modelo literário, uma boa fonte histórica que, como todas, tem de ficar sujeita aos cânones da crítica histórica por parte de quem a pretende aproveitar[244]. Mal feito fora que ao longo de quatrocentos anos não tivessem surgido novidades quanto à matéria. O que importa salientar, naturalmente, é o valor histórico no momento em que foi redigida. E quanto a este aspecto, o juízo está feito por Joan Estruch, o qual exarou: «estamos en condi-

---

[237] José Sebastião da Silva DIAS, *Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII)*, «Biblos», XVIII, (1952), 254. (Há reed. recente: Porto, Companhia das Letras, 2006). *Vide* ainda Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 32-33, onde se encontra também o desenvolvimento da matemática em Santo Antão.

[238] *A representação do poder*, 49.

[239] *Visita das fontes*, 243, 552 (nota 349). Outra aparente influência, *D. Teodósio*, 44. Sobre o ambiente português seiscentista em relação a Descartes, *vide*, com bibliografia, António Alberto Banha de ANDRADE, «Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII», em *idem*, *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa,* Lisboa, INCM, 1982, 169 s.

[240] *Melo y la revolución de Cataluña en 1640. Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública de D. Celestino Pujol y Camps el día 18 de Abril de 1886*, Madrid, Imprenta y Fundación de Manuel Tello, 1886; uma apreciação crítica sobre PUJOL em J. H. ELLIOTT, *La rebelión de los catalanes*, 526-527.

[241] *Historia de los movimientos*, 235, 310 e 319. Los Vélez saiu de Saragoça em 8 de Outubro de 1640. Ia já em Tarragona, a caminho de Barcelona, quando o general recebeu oficialmente a comunicação do sucedido em Portugal no primeiro de Dezembro e a ordem para prender alguns dos comandos portugueses do seu exército, contando-se entre eles D. Francisco Manuel. A prisão em Castela e as vicissitudes por que então passou não lhe permitiram que escrevesse de imediato a relação dos acontecimentos de que inicialmente havia sido incumbido. Em 1645, porém, com maior distanciamento dos sucessos e num contexto político ao avesso, foi capaz, como escreve, de expor aos pés do Papa «as vigílias de alguns anos de estudo, juntas em um livro» (*Cartas*, 111). Da prisão em que se encontrava havia solto uma das obras primas em termos literários centrada na história da guerra da Catalunha, das origens à batalha de Montjuic.

[242] Celestino PUJOL Y CAMPS, *Melo y la revolución de Cataluña en 1640*, 101. Víctor BALAGUER é autor de *Historia de Cataluña y de la Corona de Aragón: escrita para darla a conocer al pueblo recordándole los grandes hechos de sus ascendientes en virtud, patriotismo y armas y para difundir entre todas las clases el amor al país y la memoria de sus glorias pasadas*, Barcelona, Salvador Manero, 1860-1863, 5 vols.

[243] Jacinto OCTAVIO PICÓN, «Introducción» de *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*. Uma apreciação recente (1996) favorável da *Guerra de Cataluña*, de Melo, em José CEPEDA ADÁN, «La historiografía», 802-804.

[244] «A obra de Melo não é uma obra histórica: é antes a manifestação de uma ideia política habilmente desenvolvida» (Celestino PUJOL Y CAMPS, *Melo y la revolución*, 37).

ciones de afirmar que la obra de Melo es sustancialmente verídica, la más verídica e imparcial de cuantas se escribieron entonces sobre aquellos hechos. Sólo pueden reprochársele de que algunos de ellos no son imputables a Melo, sino a las fuentes de que se sirvió»[245].

Julgamento que parece ser final e que se encontra no sentido das intenções declaradas por D. Francisco Manuel de Melo como historiador, ao procurar seguir, a exemplo da Poética, as «leis severas e rigorosas que não faltam à História, tanto nos preceitos dos antigos, como crítica dos presentes»[246].

8. Os possíveis erros e falsidades contidas em alguns textos históricos podiam surgir por muitas razões. Uma delas, bastante corrente, era devida à adulação, «enfermidade própria dos que historiam»[247], no entender de D. Francisco, embora, por sua conta, na *Epanáfora Triunfante*, descarte à partida a doença: «Eu conto os casos como elles forão, pella pauta da verdade; não como quererão que fossem a adulação ou o queixume»[248]. A necessidade de medrar, de editar obras ou de escrever por encomenda particular, ou simplesmente a paixão, eram ídolos tão poderosos que levavam os homens, como se exprimiu D. Francisco, «a sacrificar por eles as coisas mais preciosas que temos, que são a vida e o entendimento»[249]. Um destes exemplos que aponta no *Hospital das Letras* é o de Malvezzi em duas obras, tendo-lhe valido uma delas uma série de mercês, postos e honras[250].

Pela doença da lisonja, no entanto, roçou D. Francisco Manuel em 1638, ainda jovem, na dedicatória da *Política Militar*, mas, como acentuou Teensma, «mostra-se sereno, prudente e sincero»[251] no discurso proferido por volta de 1660-1662 na Academia dos Generosos sobre «el descontentamento de algunos autores quejosos de los príncipes, por falta de premio»[252]. A história da sua vida prova que tinha asco à lisonja[253] e podemos afoitamente aceitar que não pintou com ódio ou amor[254], «não escreveu com pena parcial a algum partido»[255] e não calou o erro ou o louvor[256], procurando ser objectivo, referindo os factos como sucederam[257], não impondo, apenas escrevendo-os, para seguir tópicos da sua auto-avaliação[258]. Imagem de «independência e serenidade»[259] que, contudo, nem sempre humanamente conservou, como ao desculpar, em nome de antiga cola-

---

[245] *Vida y obra*, 3. A obra clássica de hoje sobre a revolta de Catalunha é a de J. H. Elliott, *La rebelión de los catalanes*. Este autor adverte que Melo «depende demasiado da su imaginación y no es de fiar», mas remete apenas para Celestino PUJOL Y CAMPS.

[246] *D. Teodósio*, 43.

[247] *Cartas*, 85.

[248] *Epanaphoras*, 375.

[249] *D. Teodósio*, 243.

[250] *Hospital das Letras*, 261-262. Os técnicos de saúde do hospital diagnosticaram e prognosticaram grave padecimento a um dos textos, denominado *Sucesos principales de la Monarquia de España en el año de mil i seiscentos i trinta i nueve*, Madrid, en la Enprenta Real, 1640. A outra obra, que guindou o autor a embaixador na Grã-Bretanha e a conselheiro de guerra, intitula-a D. Francisco Manuel *Vida do conde-duque*. Deve tratar-se de *Retrato del privado christiano politico: deducido de las acciones del Conde Duque*, Nápoles, por Octavio Beltran, 1635. Tradução do italiano. Há edições de Bolonha e Nápoles, onde se acrescenta: *escrito alla Catholica Maestá di Fillipo III il Grande*. Sobre a embaixada extraordinária a Inglaterra, *vide* J. H. ELLIOTT, *El conde-duque de Olivares*, 629-632.

[251] *Don Francisco Manuel de Melo*, 117.

[252] *Obras Métricas*, vol. II, 1020-1025.

[253] *Cartas*, 82.

[254] *Tácito*, 111.

[255] *Epanapforas*, 252.

[256] *Historia de los movimientos*, 73.

[257] *Historia de los movimientos*, 154.

[258] *D. Teodósio*, 45.

boração, alguns actos do marquês de Los Vélez, em relação aos quais fontes catalães (ou mesmo castelhanas) dos mesmos factos não confirmam[260], ou «fingir uma atitude de imparcialidade desmentida pelo seu silêncio unilateral», no ajuizar de Colomés[261]. Por vezes disfarçava com o estilo, quando as circunstâncias o exigiam, embora procurando manter «uma cristã e verdadeira imparcialidade, entre amigos e inimigos»[262]. Mas muito mais parcial se comportou D. Luís de Meneses, acima referido, em relação a D. Afonso VI, não obstante reivindicar o prémio da veracidade.

Algumas das obras de História escritas por D. Francisco foram solicitadas pelo poder régio ou o próprio rei. Matérias públicas, na maioria dos casos, onde poderia estar ancorado um sentimento pátrio em tempo de guerra. Acrescente-se à encomenda do poder a possível rogativa de amigos em relação a outros trabalhos, como poderia ter sido o caso de *El Fenix de Africa*, se não foi o rei[263], ou a própria deliberação de se oferecer para redigir relações de actos militares levados a efeito por comando amigo, como a relação da armada que a Companhia Geral do Comércio enviou ao Brasil em 1649[264] ou outras tentativas historiográficas[265].

De qualquer modo, na apreciação destas obras não nos podemos alhear da sentença que ele próprio proferiu em relação a outros: os historiadores que «escrevendo por mandado de príncipes desarrazoados, não vemos que fizessem Historia, mas uma apologia»[266]. Os que escreviam, sublinhe-se, «por mandado de príncipes desarrazoados», o que parece fazer crer que não eram assim os seus patrocinadores, régios ou não.

---

[259] Benjamin Nicholaas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo*, 115.

[260] Bem identificados na edição de *Historia de los movimientos...* a cargo de Joan Estruch, por exemplo. Considere-se que D. Francisco Manuel de Melo, em *D. Teodósio...*, 146, deixou exarado, em relação ao quinto marquês de Los Vélez y Molina, D. Pedro Fajardo Zúñiga y Requesens: «Tão grata memória devo aos seus benefícios que, sem receio, prefiro a gratidão a qualquer juízo, com grande desculpa por tão boa causa violentado». D. Francisco Manuel de Melo, no local referido, dá-o apenas como «adiantado-mor do reino de Múrcia, homem notável destes tempos e que, podendo ser conhecido pelas suas virtudes, o foi mais pelas suas desgraças em todos os postos que ocupou até seu recente e malogrado fim». O general e vice-rei da Catalunha, por sinal, não tinha experiência militar (J. H. Elliott, *La rebelión de los catalanes...*, 440). Noutro local, o mesmo autor considera que «as suas credenciais eram sobretudo de natureza política, mas ia ter à sua disposição técnicos militares para o aconselharem». Por outro lado, «Olivares julgaria que seriam precisos mais dotes políticos do que militares para a pacificação de Catalunha» (*El conde-duque...*, 641-642; resumimos a citação). O próprio D. Francisco Manuel de Melo explicitamente declara que foi escolhido «para aconselhar e assistir» Los Véllez e que detinha grande poder «em aquelle Exercito, igual ao dos mayores Cabos delle; sem meu parecer mandava hum só passo, quem o governava» (*Epistola*, 124).

[261] *La critique et la satire*, 44.

[262] *D. Teodósio*, 45.

[263] *El Fenix de Africa* (1648) foi escrito a pedido do próprio rei, na opinião de TEENSMA (*Don Francisco Manuel de Melo*, 138) ou, de acordo com a indicação que este autor dá de Prestage, do conde camareiro-mor João Rodrigues de Sá. A cota que indica a este propósito para PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 229-230, não corresponde à asserção.

[264] *Relaçam dos sucessos da armada que a Companhia geral de Comercio expediu ao Estado do Brasil, o ano passado de 1649*, Lisboa, na Officina Craesbeekiana, 1650. Encontra-se republicada por Joel Serrão, *Epanaphoras*, 540-551. Relação publicada anónima, a qual, como decorre da análise interna do documento, parece ter sido escrita, como sugere Teresa Amado, por um novo D. Francisco Manuel ou, então, é preciso duvidar da atribuição da sua autoria (Maria Teresa AMADO, *A representação do poder*, 106-107). O general da armada da Companhia Geral do Comércio era o segundo conde de Castelo Melhor, D. João Rodrigues de Sousa, a quem Melo havia prometido «ser aqui o gazeteiro de seus sucessos» (*Cartas*, 390, datada de 28 de Abril de 1650; sobre o assunto, *vide* também 393 e 472-473).

[265] Segundo Barbosa MACHADO, a obra que ficou manuscrita intitulada *Relaciones del oriente*, que «continha os sucessos do primeiro ano do governo na Índia do Conde de Linhares», foi «dedicada ao Duque de Maqueda, e Naxera, a cuja instancia compoz esta obra» (*Bibliotheca Lusitana*, tomo II, p. 187).

[266] *Hospital das Letras*, 250. A acusação envolve sete historiadores, os quais nomeia. Por volta de 1614, teorizava Luis Cabrera de Córdoba: «Las historias estan por cuenta, y cargo de los Principes». É o Príncipe que elege o historiador e lhe dá o tema. «La materia no la inventa el historiador, ni la escoge». O historiador põe a prudência e a eloquência (*De Historia*, 16 v e 27-27 v).

9. Um dos trabalhos aceites por D. Francisco Manuel foi o de historiar os fundamentos da nova dinastia entronizada em Dezembro de 1640, cuja memória merecia, a todos os títulos, que fosse fixada de imediato, fora da instituição do cronicado-mor do reino[267]. As dinastias, como os edifícios, assentam em alicerces e foi por estes que a história da nova dinastia reinante principiou. Coube a D. Francisco Manuel, com efeito, a incumbência pessoal de historiar a vida de D. Teodósio, II de nome e VII duque de Bragança. A do príncipe D. Teodósio, morto em 13 de Maio de 1653, ficará a cargo de João Nunes da Cunha, por mandato da rainha regente[268] e a do rei D. João IV será prosseguida por D. Francisco Manuel.

Da história de D. Teodósio, elaborada por D. Francisco Manuel, conhecem-se apenas os três primeiros livros da primeira parte, os quais, como é bem sabido, encontram-se editados, traduzidos em português, desde 1944, supondo-se, com algum fundamento, que se trata apenas de uma parte do texto que foi redigido.

Os críticos têm sido unânimes em considerar o texto destes três livros como trechos de uma obra de história de qualidade inferior às outras do mesmo género do autor ou, quando muito, «pouco acrescenta ao valor de Melo como historiador»[269].

Podem ter razão. Não teria sido esta, porém, a opinião de D. Francisco, ao tempo do entusiamo dos começos, o qual esperava que *D. Teodósio* viesse a ser «uma das mais notáveis escrituras da nossa pátria»[270]. «La obra será grande por la materia», repetirá em carta ao Dr. Juan Baptista Moreli, pseudónimo de autor conhecido[271]. Tinha razão D. Francisco, a julgar pelo projecto que elaborou.

D. Teodósio não é propriamente uma biografia, mas antes uma história de Portugal, como o subtítulo, bem explicita: *História própria e Universal do reino de Portugal e suas conquistas [...]*»[272] e escrita, como depois o autor dirá do *Tácito Português*, com maior razão, fora do costume das «proluxas crónicas pasto da vulgaridade»[273].

---

[267] Era cronista-mor, desde 9 de Janeiro de 1644, Frei Francisco Brandão (Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. II, 30; António da Silva REGO, «Introdução» em *Monarquia Lusitana*, parte quinta, Lisboa: INCM, 1976, [XI s.]. Foi autor da 5ª e 6ª parte da *Monarquia Lusitana*, referente ao reinado de D. Dinis. O reinado de D. João IV, da autoria do cronista-mor Frei Francisco de Jesus (nomeado em 1681), só ficou pronto a publicar em Setembro de 1687, data da censura e aprovação. Veio a editar-se, no entanto, apenas em 1940-1942 e 1958 (Frei Rafael de JESUS, *Primeiro volume da 18ª parte da «Monarchia Lusitana»*, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. I, 1958; Frei Rafael de JESUS, *Segundo volume da 18ª parte da «Monarchia Lusitana;* manuscrito original publicado por M. Lopes de Almeida, Damião Peres, César Pegado [editores, também, do *Primeiro volume*], Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, vols. I e II, 1940-1942). Rafael de Jesus foi ainda autor da 7ª parte da *Monarquia Lusitana*, correspondente a D. Afonso IV, publicada em 1683, para além de outras obras.

[268] 1º conde de S. Vicente, antigo vice-rei da Índia e membro da Academia dos Generosos. Segundo Edgar Prestage, chegou a juntar, para o efeito, «alguns documentos dos quais se aproveitou o Pe. Manuel Luís [1608-1682], da Companhia de Jesus, para a vida do mesmo príncipe que compoz na lingua latina» (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 319, nota 4). O príncipe D. Teodósio nasceu em 8 de Fevereiro de 1634. *Vide*, a propósito, Fernando Castelo-Branco, «Teodósio, Príncipe D.», em Joel SERRÃO (dir.), *Dicionário de História de Portugal*.

[269] Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, vol. II, 181.

[270] *D. Teodósio*, 19.

[271] *Cartas*, 278. Trata-se de pseudónimo de Frei Fulgencio Leitão.

[272] O título da primeira parte da obra, segundo o códice de Évora, que Augusto Casimiro publica em fac-símile e transcreve em tradução (*D. Teodósio*, 25), é o seguinte na língua original: *Theodosio del nombre segundo, Principe de Bragança: duque setimo de su Estado, natural Señor de los Portugueses. Historia propria, e Universal del Reino de Portugal, y sus Conquistas en Europa, Africa, Asia, y America, con sufficiente noticia de los sucessos del mundo, el tiempo de la vida deste Principe*. Escrita de orden del muy Alto, y muy Poderoso Rey nuestro señor Don Juan el Quarto, su Hijo, y Padre d la Patria. Ofrecida a su Magestad, por D. Francisco Manuel. Parte Primeira. Dividida en ocho libros. Quare? Año Christiano 1648 P. *Mortalia vivunt ope calami*. Todo debaxo la correccion de la Sta. Me. Iglesia Catli.a Ap.ca Romana (*D. Teodósio*, 151).

[273] *Tácito*, 1. Continua a citação: «depois que passado o tempo da contemporização cada pena se fez atrevida». Da «guerra brasílica em brevíssimo modo» tratou na *Epanáfora Triunfante* (*Epanaphoras*, 482).

Os reis, que neste exemplo são apenas uma ideia, não têm vida privada, ou pelo menos tem afectação pública a sua vida privada. A sua vida reflecte a vida da nação, assim como esta espelha a do príncipe. Por estas razões, a vida deste é a vida da nação[274]. No caso presente era forçoso que assim fosse, dado que os reis que governaram na maior parte do tempo da vida de D. Teodósio deixaram de ser reis de Portugal, estando simbolicamente abolidos da sua história, em consonância com a cronologia dinástica reinante, como pictográficamente continuam ainda hoje, e desde 1655, ausentes da galeria de retratos régios da sala de actos grandes da Universidade de Coimbra[275]. Assim, os reis naturais sempre governaram Portugal, incluindo obviamente D. Teodósio, sendo o direito à coroa, como era, indiviso[276].

A nova história de Portugal, cuja área se estende pelos quatro continentes, é também, ao mesmo tempo, uma história integrada no mundo. Ao mesmo tempo que expõe a história de Portugal e suas conquistas onde quer que estas se localizem, são feitas igualmente referências aos principais acontecimentos mundiais, seleccionados com os critérios do seu tempo, como que ao modo de uma história pontifícia, de que no momento estava sob crítica a *Quinta parte de la Historia pontifical y catolica* [...] por Fray Marcos de Guadalaxara y Xavier[277].

Manuel de Faria e Sousa, por exemplo, preferiu fazer uma história de Portugal por continentes. Mas uma das críticas que lhe foi feita a propósito da sua *Europa Portuguesa* foi precisamente de que nela «no ay sino portugueses y más portugueses». A resposta de Faria e Sousa aos seus críticos nada teve de cosmopolitismo, característica de D. Francisco, defendendo-se pela centralidade do enunciado do título da obra. Mal feito fora, como responde, se, por exemplo, o Padre Juan Mariana, que prometia no título da sua obra «una Historia General de España», «despues cuydasse en ella de poco mas que de lo tocante a Castilla»[278].

---

[274] «Os príncipes não têm nenhum dia como homens» (*Astrea,* 95).

[275] Os retratos régios da Sala dos Capelos, até D. João IV, foram pintados em Lisboa por Carlos Falch (ou Falque) a partir de 1655 (Vergílio CORREIA, *Obras.* Vol. I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1946, 178 e 187-189; Vítor SERRÃO, *A pintura Proto-Barroca em Portugal (1612-1657),* vol. II*, Os pintores e as suas obras,* Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, 489). Ainda em 1730 (?) se escrevia: «O tempo, em que se introduzirão os tres Reys de Castella [...] não tem historiador particular em Portugal (*Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Sebastião* [...]. Composta por Manoel de Menezes [...]. Segunda parte, Lisboa, Na Officina Ferreyriana, 1730, prólogo; encadernada com a primeira parte, com paginação separada). Mas em 1734, pelo menos, já se encontra a indicação sumária da história dos Filipes por ordem cronológica antes do desenvolvimento do primeiro de Dezembro (Fernando de Meneses, *Historiarum Lusitanorum ab anno MDCXL usque ad MDCLVIII [...]*, tomus prior, Lisboa, in Aedibus Josephi Antonii da Sylva, regiae Academiae Typographi, 1734).

[276] Frei Rafael de JESUS, na «Vida de D. João IV», que constitui a 18ª parte da *Monarquia Lusitana*, começa, no tomo I, com as origens da Casa de Bragança e nela integra os aspectos da história do período filipino que seleccionou.

[277] Marcos Gualarajara y Javier, *Quinta parte de la historia pontifical y catolica [...]*, Madrid, por Melchior Sanchez, 1652. Outra edição, da mesma data e local, segundo parece. De 1630 há duas edições (*Quinta parte da historia pontifical*), datadas de Barcelona e de Madrid, com aprovação de 28 de Junho de 1629. Consultámos a edição do título que começámos a desenvolver, acrescentada por Iuan de Tamayo Salazar, depois da crítica a que foi submetida em virtude da brevidade com que foram tratados alguns assuntos. D. Francisco Manuel utilizou a obra de Frei Marcos em as *Epanaphoras*, 204, e louvou através de um soneto, onde parece aludir a alguma crítica, o «Doctor Bavia» (Luís Bavia, 1555-1628) autor da 3ª e 4ª partes da referida história (*Obras Métricas,* 28). A mesma metodologia de integração enuncia o título do capítulo II da chamada segunda parte da *Crónica de D. Sebastião*, pretensamente atribuída a Manuel de Meneses: «Do estado do Mundo, e do Reyno de Portugal, quando ElRey D. Sebastião passou o governo delle, e do que ordenou logo no princípio» (Officina Ferreyriana, 1730). Também Rafael de JESUS, «Vida de D. João IV», apresenta no cap. 9, numa metodologia de integrar os principais sucessos do mundo na história de Portugal, uma «Sumaria recordação dos Princepes Christãos, Ecclesiasticos, e seculares; e dos sucessos com q̃ governarão seus estados desde o anno de 604. ate o de 1640». Enumera Sumos Pontífices, Imperadores do Ocidente, Reis Católicos de Espanha, Reis Cristianíssimos de França e Reis da Gran Bretanha. No cap. 10º continua com outras enumerações (Inquisidores Gerais, Prelados, Governadores...).

[278] Manuel de Faria e SOUSA, *Europa portuguesa*, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Melo, 1678, 26. Trata-se do primeiro volume, «segunda edicion correta, ilustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas que es labor nuevo por su autor».

Destas críticas, e ainda bem, estava livre D. Francisco Manuel, colocando-se como que acima de uma história nacional[279], tendo projectado para o tempo de D. Teodósio três volumes ou partes, cada uma dividida em oito livros: o primeiro abrangeria o período de 1567[280] a 1579; o segundo, de 1580 a 1582; o terceiro, de 1582 a 1630[281]. Seriam, assim, 62 anos de história de Portugal, tantos quantos os da vida de D. Teodósio[282], embora os livros que se encontram editados, «confrontados com os acontecimentos do mundo e das nossas armas»[283], não ultrapassem o ano de 1573, reinando D. Sebastião e tendo D. Teodósio seis anos incompletos[284].

A parte final do texto publicado de D. Francisco Manuel, que diz respeito ao tempo de D. Sebastião, teve por base, como explicitamente refere, um manuscrito de João Cascão, cronista do senhor D. Duarte[285], intitulado *Relação da jornada de El- Rei D. Sebastião, quando partiu da cidade de Évora,* o qual se encontra editado desde 1887, sendo fácil averiguar o modo como o utilizou[286].

D. Sebastião chegou à Tapada de Vila Viçosa no dia 12 de Fevereiro de 1573, depois da visita ao Algarve. D. Teodósio não teria ainda seis anos, mas D. Francisco Manuel atribui-lhe sete e fá-lo participar nas cerimónias da recepção régia efectuada no palácio, tendo, pela primeira vez, beijado a mão régia, pedida «com extrema serenidade [...], que depressa convinha alcansá-la quem tão cedo devia obedecer-lhe[287]. Um começo de poder simbólico de quem um dia herdará a suposta sucessão, depois de libertado de Alcácer-Quibir.

Na narrativa de João Cascão, tal como se encontra publicada, D. Teodósio não aparece citado entre os presentes na cerimónia da recepção, nem em outro momento[288]. D. Francisco é

---

[279] A história eclesiástica, sobretudo a apoiada nas *collectiones conciliorum*, «est universalle en ce qu'elle se pense en termes tridentins d'histoire regroupant dans le seine de l'Eglise l'histoire depuis a naissance du Christ», em contraste com a nova história das pátrias que se estava a desenvolver. Para França, Bernard CHÉDOZEAU, «L'histoire religieuse au XVIIe siècle. L'histoire de l'Église, au histoire ecclésiastique, et les *collectiones conciliorum*», *Littératures Classiques*. Le temps au XVIIe siècle, 43, Automne 2001, 180.

[280] D. Teodósio nasceu em 28 de Abril de 1568. D. Sebastião tomou conta do governo em 20 de Janeiro de 1568, ao fazer 14 anos(*D. Teodósio*, 205).

[281] *D. Teodósio*, 46-47.

[282] Morreu em 26 de Novembro de 1630.

[283] *D. Teodósio*, 47.

[284] *D. Teodósio*, 240. Ao longo do texto, no entanto, este período cronológico é ultrapassado ao tratar, por exemplo, dos filhos e netos do sexto duque de Bragança, D. João, e de D Catarina, com excepção da primeira linha (*D. Teodósio*, 148). D. Duarte, por exemplo, morreu em Março de 1627.

[285] Filho do infante D. Duarte, irmão de D. João III, e de D. Isabel, filha do quarto duque de Bragança, D. Jaime. Morreu em 28 de Novembro de 1576. D. Sebastião fez a viagem enquadrado por D. Duarte e o duque de Aveiro, para além dos fidalgos da comitiva.

[286] Conhecem-se duas versões, uma da Casa do Cadaval e outra dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT), ambas actualmente publicadas. A primeira encontra-se em Francisco de Sales LOUREIRO, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve; as alterações das linhas de força da política nacional; texto do cronista João Cascão*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, edição que utilizámos. O texto da TT está publicado na *Revista das Sciências Militares*, vols. II (1886), vol. IV (1887), vol. V (1887) e vol. VI (1888), por António Alfredo Barjona de FREITAS e José Manuel RODRIGUES, estando explicitadas as diferenças entre os dois manuscritos por Sales LOUREIRO (14-16 e 19-20), cujas indicações bibliográficas seguimos (10-11 e 19). Esta versão, no que diz respeito ao Algarve, foi republicada, com abundante referência histórica e bibliogáfica, em Alberto IRIA, «D. Sebastião e o Algarve, donde partiram os primeiros socorros para o cerco de Mazagão» em *Da importância geopolítica do Algarve na defesa marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII,* Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, 48-160. Trata-se da primeira viagem de D. Sebastião ao Algarve no inverno de 1573. Esteve outra vez no Algarve, no Outono deste ano, estando já em Sagres em 19 de Setembro e, em Évora, de regresso, em 9 de Outubro.

[287] *D. Teodósio*, 240.

[288] D. Francisco afirma ainda que a viagem de D. Sebastião demorou «alguns meses» (238). A narrativa de João Cascão começa em 2 de Janeiro e termina em 14 de Fevereiro, cerca de mês e meio, portanto. Cf. Joaquim Veríssimo SERRÃO,

seguro no aproveitamento da crónica, embora, por exemplo, a duração da viagem não coincida com o indicado por Cascão nem confirmado pelo estudo dos itinerários régios. Teceu, no entanto, judiciosas considerações sobre os objectivos da viagem ao Algarve, que ainda hoje devem ser ponderados[289], embora julgue que se tivesse revelado inútil, uma vez reduzida «a touradas, jogos de canas e gastos extraordinários, sem que nunca se descobrissem os benefícios que visara»[290]. Não se esqueceu de indicar que na volta passou pela vila de Cheles, em Castela[291], considerando a incursão um capricho de jovem, a qual Barbosa Machado explica como forma de encurtar caminho[292].

Para além da história de Portugal integrada na história de D. Teodósio, D. Francisco Manuel prometeu ainda a história do período da vice-realeza da princesa Margarida, o que poderia ser culminada na história posteriormente desenhada de D. João IV, na vida deste enquanto duque. O estudo dos reis de Portugal desde a sua fundação, considerados pela via da expressão e ensino através dos símbolos, havia-o começado já[293], devendo surgir, assim, um conjunto de trabalhos sobre os reis de Portugal e da nação, um novo serviço prestado ao poder reinante e à pátria, que bem poderia, segundo solicitou no Prólogo de *D. Teodósio*, suprir os defeitos da sua vida. Petição e interesse, no entanto, que não afectou a sua imparcialidade de historiador e que não lhe trouxe, afinal, ganhos visíveis no andamento do processo criminal que lhe havia sido movido em 1644.

10. Para que D. Francisco Manuel tivesse procurado historiar a vida de D. João IV, ou provavelmente até a vida de D. Teodósio, foi necessário que tivesse ocorrido, como é óbvio, o movimento do primeiro de Dezembro de 1640, sobre o qual, para além do que se encontra em o *Tácito*, escreveu a sua prefiguração através de uma história dos movimentos sociais que o precederam.

Como é arquisabido, a primeira relação incluída no primeiro volume das *Epanaphoras de varia Historia Portugueza* tem por título *Alteraçoens de Evora*, conhecida também por *Epanaphora politica Primeira*. O texto constituiu, até há uns trinta anos, a melhor fonte sobre a revolta que estalou em Portugal em 1637. Cerca de um século depois de a *Guerra de Cataluña* sofrer a acusação de que se não tratava de uma obra histórica, a *Epanáfora Política* saltou para o palco dos levantamentos populares, muito em voga nos anos 60-70 do século passado, representando-se como um

---

Itinerários de el-Rei D. Sebastião (1568-1578), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1987, 2ª de, 264-277. Para a viagem de Setembro-Outubro, *ibidem*, 298-300.

[289] *D. Teodósio*, 238.

[290] *D. Teodósio*, 237.

[291] *D. Teodósio*, 238.

[292] *Memórias para a história de El-Rei D. Sebastião*, parte III, cap. XX, 485, segundo citação de Francisco Loureiro (75, nota 26), de onde aproveitamos. Cheles é um município raiano, na actual província de Badajoz. Era senhor de Cheles, segundo Cascão, «D. Francisco [Manuel] e sua mulher D. Teresa de Lima é irmã do alcaide de Mourão, onde agora reside». Ao tempo do casamento do duque de Bragança, futuro D. João IV, Afonso de Lucena, morgado de Francisco de Lucena, estava casado com «Dona Maior, Senhora de Cheles (António de Oliveira CADORNEGA, *Descrição de Vila Viçosa*. Introdução, proposta de leitura e notas por Heitor Gomes Teixeira, Lisboa, IN/CM, 1982, 72). A mãe era aparentada com os duques de Bragança e do senhor de Cheles, D. Diogo Manuel, segundo documento transcrito por José Emídio AMARO, *Francisco de Lucena. Sua vida, martírio e reabilitação. Subsídios para a história do reinado de D. João IV,* Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1943, 87).

[293] Em *D. Teodósio*, 236, refere o «tratado genealógico dos reis de Portugal». No segundo memorial ao monarca, publicado por Camilo, afirma: «Apenas tive notícia de que V. M. gostaria de ver escritas as vidas dos sereníssimos reis portugueses, que corressem com suas medalhas pelo mundo, logo me dispus a fazer a V. M este serviço; cuja execução esta bem próxima [...]» (*Carta de guia de casados*, Porto, Typ. Pereira da Silva, 1873, 28.). E em *D. Teodósio*, 32, explicita: «Continuei logo compondo a história dos reis portugueses, que brevemente, espero, sairão à luz».

clássico de conflitos sociais[294], os quais, como Melo os qualificou ao tratar das alterações de Évora, constituíram como que um «fausto & elegante preludio, da redenção Lusitana»[295].

Entre estas duas obras está a mesma personalidade que as concebeu. D. Francisco era um nobre e, como tal, em caso de conflito armado estaria sempre ao lado dos exércitos reais, que o mesmo é dizer da nobreza. Por ambas as obras, no entanto, perpassa uma humanidade que se insurge contra as prepotências do poder, advertindo-o bem das cautelas com que devia proceder para evitar conflitos como os que tratava.

Assim, por exemplo, a descrição que faz da reunião democrática dos revoltados em Évora, nomeadamente do funcionamento da congregação e do modo como que se convocavam, é justificada, no sentido da história madre da experiência política, «para que se veja até donde alcança a industria dos oprimidos: & para que a todos os Príncipes sirva de aviso a fim de que cuidem de remediar a opressão dos Vassallos, antes que elles se disponhão ao remedio della».

Clarividência de quem igualmente defendia a origem popular do poder, teoria comum ao tempo da circunstância, «embora alguns príncipes», esquecidos do pacto original, como sublinha, «fizeram crime aos vassalos do uso da razão», «julgando por uzurpadores da república todos aqueles que em si recolhem o poder que eles enjeitam, ou esperdiçam»[296].

Certamente que nesta obra de D. Francisco, como em outras de natureza histórica, há silêncios e alguns pequenos erros ou lapsos que hoje não são difíceis de apontar[297]. Sabe-se bem, por exemplo, qual a exacta tarefa que o corregedor de Évora executava quando o levantamento eclodiu em 21 de Agosto, a inventariação das fazendas. Beja, cidade, ao contrário do que aponta, também se levantou[298] e conhecem-se agora, com alguma minudência, os nomes das terras que aderiram à contestação, mas não ainda, certamente, a sua totalidade[299].

---

[294] Neste domínio, escreveu Joan ESTRUCH, «no encontraremos en la historiografía española o portuguesa de la época relato alguno que pueda comparársele» (Joan ESTRUCH, «Historia social e historia personal en la *Epanáfora Política*, de F. M. de Melo,» *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Playo*, LXXI (Enero-Diciembre 1995), 104. *Vide*, também, de Joel SERRÃO, «As alterações de Évora (1637) no seu contexto social», em D. Francisco Manuel de Melo, *Alterações de Évora*, XIII s.

[295] *Epanaphoras*, 151.

[296] *Tácito*, 55-56.

[297] No *Tácito*, por exemplo, indica que Francisco de Lucena exercitara o lugar de secretário de Estado, em Madrid, durante 36 anos, número já corrigido para 26 anos, no cúmulo com o ofício de secretário das Mercês, por José Emidio AMARO, *Francisco de Lucena...,* 143. Foi nomeado secretário de Estado no Conselho de Portugal em Madrid em 23 de Agosto de 1614, por aposentação no ofício do seu tio Fernão de Matos, sob condição de o monarca o poder mandar ir servir a Portugal outro ofício, sem indemnização, quando o houvesse por bem, assim como não tratar «das cousas tocantes a pessoas e casa do Duque de Bragança» (José Emídio AMARO, *Francisco de Lucena*, 97, publicando a carta de nomeação). Foi este secretário de Estado que em 1629 foi recebido no Porto com um motim (António de OLIVEIRA, «Contestação fiscal em 1629. As reacções de Lamego e Porto», em *Movimentos sociais e poder*, 295 s.). Saiu de Madrid, para as diligências que lhe foram incumbidas na província de Entre Douro e Minho, em 28 de Novembro de 1629. Passou depois para a secretaria das Mercês, em Portugal, sendo colocado em 1631, no seu lugar de Madrid, Diogo Soares com o título de secretário de Estado, Fazenda e Justiça. As alterações na divisão das secretarias foram levadas a cabo em Setembro deste ano. Para lapsos cometidos em *D. Teodósio*, *vide* supra nota 288 e texto da respectiva página.

[298] *Vide* António de OLIVEIRA, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640),* Lisboa, Difel, 1991, 170 e nota; António de OLIVEIRA, *Movimentos sociais e poder*, 499, nota 58; e sobretudo Emília Salvador BORGES, «O motim popular de Beja em 1637», *Ler História*, 43, 2002, 5-37, a partir da documentação camarária da cidade. Melo diz, primeiro, que Beja e Elvas «guardàrão inesperada moderação» para em seguida afirmar «que faltarão de seguir a opinião de toda a Provincia» (*Epanaphoras*, 67). Quanto a Elvas, o cabido, sé vacante, «contribuiu fortemente para que a cidade se não rebelasse, ao mesmo tempo que ajudou a pacificar os lugares levantados da área da sua jurisdição eclesiástica» (António de OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, 170). Sobre a matéria, *vide* os índices dos meus trabalhos já referidos, voc. Elvas.

[299] António de OLIVEIRA, *Poder e oposição política*, 168 s., onde se publica um mapa dos levantamentos, depois reproduzido em mais do que um local.

Tenha-se em conta que no tempo em que D. Francisco Manuel esteve em Évora, a correspondência oficial circulava de Lisboa para Madrid através de correios ordinários e extraordinários, pelo que não podia ter acesso a ela, sendo hoje em parte conhecida[300]. Nem tão-pouco acedeu à correspondência oficial sobre a preparação militar, embora tivesse observado em Badajoz o estado da força em prevenção, mas não, por muito retirado do caminho de Madrid, o que se passava na área do Conselho de Guerra sediado em Ayamonte, embora dele apresente alguns aspectos. Mas tinha informação, ou soube depois – D. Francisco escreveu uma dúzia de anos após os levantamentos e publicou o texto em 1660 –, que no reino do Algarve se estavam a passar acontecimentos de muito maior gravidade do que no reino de Portugal[301]. Para além do que observou e certamente ouviu, utilizou documentação da época, alguma da qual publica.

Évora, como se sabe, foi a primeira cidade a manifestar-se. Pelo exemplo dos começos, pela importância do lugar, nela residindo nobreza alta, entre ela um antigo dirigente do país, governador e vice-rei, o conde de Basto[302], assim como pela referida obra de D. Francisco Manuel, Évora tornou-se epónimo das alterações, embora no Alentejo a situação social e política em Portalegre talvez tenha sido pior[303], havendo-se levantado mais de metade da área geográfica de Portugal continental, com ecos pelo menos nos Açores. Mas foi com a nobreza de Évora que o governo de Madrid abriu directamente diálogo.

D. Francisco Manuel tomou pessoalmente parte nestes acontecimentos em dois momentos distintos. Primeiro, como agente da Casa de Bragança sediado em Madrid, entregou ao conde-duque e outras personalidades correspondência de D. João, duque de Bragança, a reiterar a sua lealdade no início dos levantamentos, não deixando de estar atento, como impunha a sua perspicácia e as funções que desempenhava, às atitudes de Olivares[304]. A segunda deslocou-se a Évora, tendo estado também em Vila Viçosa, ao tempo em que acompanhou o conde de Linhares, sendo depois encarregado de transmitir oralmente ao governo de Madrid o resultado da missão em que esteve integrado e, certamente, a opinião sobre a situação, uma vez instado a pronunciar-se.

A ida a Évora no séquito do conde de Linhares explica-se pelo papel que recentemente havia representado em favor da casa de Bragança e pelas funções que temporariamente desempenhou junto do conde, quando este arribou a Málaga, vindo do vice-reinado da Índia.

Foi D. Francisco Manuel de Melo, andando embarcado na Armada de Portugal desde Outubro de 1636, o encarregado, nos finais do ano, de lhe prestar socorro[305], acabando por servir na Capitaina da Índia em Málaga e deslocar-se à corte de Madrid, autorizado por Linhares, em 20 de Janeiro de 1637, a fim de solicitar mercês pelos serviços prestados e despesa do acompanhamento militar de oito criados que levou[306]. Por esta altura era confidente do conde-duque[307], lisonjeando-o na

---

[300] Há documentação referenciada por registo de correspondência ou por cotas de arquivo em Espanha que se perdeu ou se encontra por localizar.

[301] *Epanaphoras*, 86. *Vide*, a propósito de todo o movimento, António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares no Algarve em 1637-1638», em *Movimentos sociais e poder*, 513-687.

[302] *Vide* Rafael VALLADARES, *Epistolario de Olivares y el conde de Basto (Portugal 1637-1638)*, [Badajoz], Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones, 1998.

[303] António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares no distrito de Portalegre, em *Movimentos sociais e poder*, 499.

[304] *Epanaphoras*, 70-74. Melo diz ter «cartas para ElRey, Conde Duque, & outros grandes Ministros de Portugal, & Castella» (*ibidem*, 73).

[305] Cf. Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo*, 117.

[306] Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello...*, 80-82 e documentos que publica. Acontecimentos cantados em epístola dirigida a D. Francisco de Quevedo («Epístola VI, La Fistula da Urania» (*Obras Métricas*, vol. II, 962-968).

[307] Assim refere o relatório do embaixador veneziano Giustiniani, correspondente aos anos de 1634 a 1638, publicado, em excerto, por Gregorio MARAÑON, *El conde-duque de Olivares (La pasión de mandar)*, Madrid, Espasa – Calpe, 1980,

Política Militar en avisos de generales, assim como a «grandiosa casa de Linhares»[308], parecendo, deste modo, inculcar o desejo de um posto elevado a caminho do Brasil[309], dado que, na data em que escreve *Política Militar*, o castigo dos exceptuados do perdão geral no movimento de 1637--1638 em Portugal estava decidido e praticamente terminado no tocante ao crime contra o Estado[310].

A guerra no interior da corte, que, como bem definiu D. Francisco, não era «menos crua, ou menos artificiosa, que a verdadeira guerra»[311], venceu desta vez a oposição existente nas secretarias dos assuntos portugueses em Madrid, tendo o conde de Linhares perdido a graça régia e D. Francisco Manuel, bem provavelmente, a crescença na graduação militar. Mais tarde, pelo menos em 1649, D. Francisco encarregar-se-á de explicar bem as facções políticas e as lutas entre os adversários que conduziram Linhares à desgraça[312], o qual teve outros companheiros de infortúnio por vezes bem maior que o seu, no conjunto dos comandos enviados ou indigitados para o Brasil[313].

Lutas cortesãs pelo poder em momento de revolta aberta entre o povo, cujos levantamentos demoraram muito tempo a serem apaziguados, a denotar a gravidade da situação.

A pacificação das alterações em Portugal e Algarve fez-se recorrendo a diversos processos, mas nunca os exércitos cantonados em Badajoz e Ayamonte entraram em Portugal como país a reconquistar, sujeitando-o à lei das armas, embora a defesa dos portos algarvios tivesse sido reforçada e, em certo sentido, a principal área revoltada do país (Alentejo e Algarve) acabasse por ficar envolvida por forças militares[314].

Quanto à ocupação do Algarve, Melo precisa que inicialmente foi acordado, com o governador do reino, «em que algũas companhias castellanas passassem o rio e se viessem alojar nos lugares maiores». O marquês de Valparaíso, um dos conselheiros de guerra de Ayamonte sob comando geral do duque de Medina Sidónia, pressionou a entrada, no entanto, de «seis mil infantes, em lugar das companhias que se lhe haviam consentido», actuando o duque de modo mais «rigoroso e absoluto» do que o de Béjar, em Badajoz[315]. Contingente de guarnição manifestamente exagerado, a julgar pelo que hoje se conhece, se bem que se temesse o socorro dos amotinados pela via marítima a partir de país inimigo de Espanha. Guarnições reforçadas estando já o reino do Algarve fiscalmente reduzido à situação anterior aos levantamentos.

109, nota 13. Notícia aproveitada já também por Colomès. Sobre a presença na corte nesta data, escreveu D. Francisco Manuel: «[...] neste tempo eu residia na corte, pretendendo com melhor fortuna para os negocios alheyos, que para os meus proprios, & não sem algũa inteligencia, & graça com grandes Ministros» (*Epanaphoras*, 73).

[308] Como então era vulgar, D. Francisco deu a ler o manuscrito, antes de o publicar, ao conde de Linhares.

[309] D. Francisco tinha então trinta anos e era «de boa estatura» para militar, segundo se ajuizava quando um pouco mais novo (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 440). Era mestre de campo de um terço de infantaria espanhola, havia ganho visibilidade política ao transmitir a Olivares as suas observações sobre a revolta de Portugal em 1637 e o conde de Linhares ainda continuava a preparar-se para embarcar para o Brasil, sendo então tratado como «virrey y capitan general del Estado del Brasil, empresa y restauración de Pernanbuco». Ao mesmo tempo, aparece ainda, na dedicatória da *Política Militar* que estamos a seguir, como «Capitán Generale del Mar Océano, sucesor y lugar teniente de la Serenísima Princesa Margarita, en la Capitania General del Reyno de Portugal», para além do exercício de cargos palatinos. Havia sido, em tempos anteriores, governador de Tânger (1624-1628) e vice-rei da Índia por seis anos e alguns meses, cujo cargo havia terminado em 8.12.1635.

[310] António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638», em idem, *Movimentos sociais e poder em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras / Instituto de História Económica e Social, 2002, 513-687.

[311] *Epanaphoras*, 106.

[312] «Fizeram-no General do Mar Oceano e foi gozá-lo em um castelo preso quatro anos, por culpas imaginárias, sem que tomasse posse, nem tal se pensasse» (*Ecco politico*, fl. 12 v).

[313] *Epanaphoras*, 104 s. É bem conhecido o que se passou com D. Fradique de Toledo Osório, marquês de Villanueva de Valdueza, ao recusar a segunda ida ao Brasil.

[314] António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares no Algarve», 573-574.

[315] *Epanaphoras*, 6, 136-137.

A documentação disponível não permite quantificar quantos soldados espanhóis entraram no Algarve para reforço das guarnições dos portos, existindo, desde Filipe II, presídios militares estrangeiros em Portugal[316], embora se conheçam alguns indicadores para certos lugares algarvios[317]. Sabe-se, no entanto, que o castigo dos revoltados, quanto aos crimes de Estado, foi resolvido pela figura do perdão geral com exceptuados, sendo estes condenados pela justiça, embora em toda a área revoltada tivesse actuado a ameaça do «temor das armas»[318]. No Algarve, por exemplo, actuou Pedro Vieira da Silva, «Doutor em leis e Desembargador dos Agravos», de quem Melo falou de modo muito comedido: «nesta ocasião deu grandes sinais da prudência e da modéstia com que havia de exercer o supremo lugar de Secretário de Estado, que agora exercita». Recorde-se que foi este secretário que interveio no aperto da prisão de Melo, em determinado momento, como acima referimos[319].

Sendo assim, D. Francisco Manuel não participou militarmente na repressão das sedições de 1637-1638 em Portugal, como é óbvio, e a pacificação dos levantados, incluindo os do Algarve, não se fez através da força viva do exército espanhol[320]. Portalegre, por exemplo, foi convencida a submeter-se, precisamente sob argumento, oferecido pelo duque de Bragança, de ficar sujeita à lei das armas, se o exército tivesse de entrar em Portugal.

Não pode, por isso, D. Francisco Manuel de Melo ser acusado de que «eluda describir en forma dramática la represión de las tropas castellanas que acabaron violentamente con la sublevación de Évora», como já foi publicado por reconhecida autoridade sobre a vida e a obra de D. Francisco Manuel[321]. Ideia igualmente acolhida por outros especialistas, espaldadas em textos de historiadores que não puderam utilizar a documentação hoje conhecida[322].

Nunca o duque de Bragança, sob o ponto de vista formal, apoiou as alterações, como seria de esperar. Pelo contrário, na opinião oficial do governo de Madrid, tendo mesmo conseguido que nas suas terras alteradas não houvesse exceptuados do perdão geral[323]. Outros senhores, que D. Francisco Manuel de Melo nomeia, actuaram também na pacificação das suas terras. E há mesmo um, que qualifica de «grande amigo» numa carta datada de 18 de Setembro de 1637, que por sinal é seu parente[324], que se propôs militarmente pacificar «os rumores populares», dispondo, ao que parece, de «pouca gente e mal disciplinada», havendo sido sensatamente dissuadido por Melo.

Em determinado momento da revolta, mas apenas em certo momento, os interesses da nobreza,

---

[316] Para outros pontos do país, v*ide*, a propósito, António de OLIVEIRA, *A guarnição castelhana de Coimbra ao tempo da realeza de D. António (1580-1595)*, em vias de publicação.

[317] Para Lagos e outros lugares, *vide* António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares do Algarve», 577-579. Foram previstos, inicialmente, dois mil homens para repressão e segurança dos portos, contingente depois diminuído. Muitos dos soldados, pelo menos, chegaram aos seus postos por mar.

[318] António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares no Algarve», 563 s. O duque de Medina Sidónia, comandante general do exército que se encontrava em Ayamonte, não entrou no Algarve. Como bem diz Melo: «[..] se consultava cõ o Duque, que desde Ayamonte dispunha o que julgava mais conveniente» (*Epanaphoras*, 137).

[319] *Vide* supra, nota 94.

[320] Os portugueses «fácilmente templaron su orgullo a vista de las armas de Mérida, año de treinta y siete» (*Guerra de Cataluña*, 196).

[321] Joan ESTRUCH, «Historia social e historia personal en la *Epanáfora Política*», 91.

[322] Entre outros exemplos: Antonio Bernat VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo*, 121; R. A. STRADLING, *Felipe IV*, 1ª ed. inglesa, 1988, 241; I. A. A.Thompson, *Guerra y decadencia: gobierno y administración en la España de los Austrias,* Barcelona, Crítica, 1981, 191 (1ª ed. inglesa, 1976); e o mesmo em José Ramos Coelho, *História do infante D. Duarte* [...], I, Lisboa, Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1889, 249-250; mais sensato, seguindo a *Epanáfora Política*, Luís Augusto Rebelo da Silva, *História de Portugal nos século XVII e XVIII*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, 450 s.

[323] António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1638», em *Movimentos sociais e poder*», 501.

[324] *Cartas*, 64-65. O amigo é D. Álvaro de Melo, segundo Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo*, 117.

como reconhece D. Francisco, eram iguais aos do povo, embora expressos de outra maneira. Não só a nobreza, como agência de controlo que era, não actuou com presteza, como outras estruturas repressivas do aparelho régio não agiram inicialmente[325]. Não admira, por isso, que Madrid passasse a temer de modo mais intenso a nobreza portuguesa, como tende a sugerir uma série de actos régios[326].

Sendo assim, as informações que D. Francisco Manuel diz ter prestado a Olivares, sendo forçosamente verdades, não se teriam revestido de favor especial em relação à casa de Bragança. A narrativa, datada de Setembro de 1649, é favorável, no entanto, a esta casa, chegando mesmo a considerar que em Vila Viçosa, ao tempo do levantamento, gente de fora não só aclamou «a liberdade do reino, mas a transferência dele, a seu Senhor», imagem de que se poderá duvidar[327].

É possível, no entanto, que tivesse sido cauteloso quanto à nobreza em geral e sabe-se, a crer no que diz num dos memoriais enviados ao monarca, que chegou a transmitir ao duque de Bragança «os secretos e expedientes que se tomavam nas juntas e conselhos acerca» das alterações[328]. E fê-lo, saliente-se, em idade ainda jovem e em tempo que não passava de «um requerente que em tudo dependia do bom semblante» do conde-duque, como se não esqueceu mais tarde de sublinhar[329]. Mas não é muito crível que Olivares, nos finais de 1640 ou nos inícios do ano seguinte, lhe recordasse que lhe não prestara em 1637 informação cabal, sem que disso tivesse resultado consequências gravosas para D. Francisco, então preso como comando militar de que se não teria inteira confiança, não voltando ao exército da Catalunha, uma vez solto. Deve ter-se em conta que D. Francisco Manuel parece que nunca gostou de Olivares[330], apeado do governo em Janeiro de 1643, salvo talvez episodicamente em 1637, como referimos acima, ao contrário de Filipe IV, de quem fala, aliás, com alguma dorida simpatia em o *Tácito*[331]. Foi a seguir às alterações que D. Francisco Manuel esteve preso em Lisboa, em 1638, por ordem do corregedor da cidade, devido a actos praticados ao tempo em que, como Mestre de Campo, recrutava em Lisboa para o terço de Martim Afonso de Ataíde, com destino ao exterior do país[332]. No decorrer desta

---

[325] Para o papel da nobreza, com diferenças entre Alentejo e Algarve, *vide* António de OLIVEIRA, «Levantamentos populares no Algarve em 1637-1638», em *Movimentos sociais e poder*, 549 s.

[326] «Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1638», 501-502.

[327] *Epanapforas*, 42. António de Oliveira Cadornega (*Descrição de Vila Viçosa*) conta com pormenor o sucedido, considerando a acção «uns risquicios» em relação a Évora, mas não faz referência ao relato de D. Francisco Manuel, embora conhecendo-o. As pessoas que entraram de fora logo desapareceram, segundo conta. Cadornega chegou a Angola em 1639, com uns 15 anos. A pormenorização dos acontecimentos, a não tê-lo como «escritor fantástico» (70), deve ter sido baseada em alguma fonte, possivelmente manuscrita, embora declare, em 1683, não aumentar o relato, «como testemunha de vista», por outro autor há pouco tempo (1660) ter tratado o assunto. E repisa: «Só digo do que vi e faz a meu propósito» (102). E páginas anteriores, havia reiterado: «Que isto, que passou há mais de quarenta anos, haver em partes tão remotas quem o tenha no sentido como se o tivera presente, não são cousas estas que as forma a Ideia, senão quem o viu e teve juízo pera o discursar e ter na memória» (91). Há memórias assim, ainda hoje, no Alentejo popular. O que miudamente escreve anteriormente, como as festas do casamento de D. João duque de Bragança, passou-se, no entanto, em 1633, havendo Cadornega nascido em 1624. Como as relata, alguém as viu por ele. *Vide,* sobre o casamento, Hipólito RAPOSO, *Dona Luisa de Gusmão*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1947, livro terceiro.

[328] «Memorial a El-Rei D. João IV», em *Carta de guia de casados* [...]». Nova edição, com um prefacio biographico enriquecido de documentos ineditos por Camillo Castello Branco, Porto, Typ. Pereira da Sylva, 1873, 18.

[329] *Ibidem*, 18.

[330] *Epístola*, 124.

[331] *Tácito*, 50 e 84.

[332] «Em 1638 foi preso o Mestre de Campo do Terço de Lisboa (AGS, *GA*, m. 337, 6 de Março de 1638). Em 2 de Abril de 1638, o Conselho de Estado remeteu ao Conselho de Portugal uma sua pretensão (AHN, *Estado*, liv. 372, fl. 21 v.) Ao longo de alguns meses, esteve preso na Torre de Belém, onde escreve um soneto intitulado «Fuegos de la noche de San. Juan», em *Obras Métricas*, vol. I, 65, soneto XCIII). Desta fortaleza passou para o castelo de Lisboa, onde certamente se

situação teve de proceder à sua defesa, sendo conhecidos alguns documentos sobre a matéria, embora não esclareçam, com clareza, o crime de que foi acusado[333].

11. O século XVII historiográfico em Espanha acaba bem pela época em que sobe ao trono Carlos II (1665), tempo já dos «inovadores»[334]. A caminho destes, sem dúvida, estava já D. Francisco Manuel de Melo, falecido no ano seguinte ao de Filipe IV. O Conservadorismo de D. Francisco já foi qualificado, por Óscar Lopes, «como inteligente e dinâmico»[335]. O que equivale a considerá-lo um conservador com tendências viradas para o futuro, o que se comprova no campo historiográfico[336].

A escrita da história do seu tempo, por onde andaria a história da própria vida, constituiu desde início uma das finalidades da nova situação de vida. Certamente que ao longo da sua actividade de historiógrafo perpassam concepções de providencialismo[337], organicismo e pragmatismo, com cânones vindos da antiguidade e do humanismo. Soube, porém, aproveitar do seu tempo as novas figurações que conduziram à formação do chamado estado Moderno e trazer para a compreensão da história, roçando as ideias da experiência e da matematização do real, uma imagem, onde a sombra e o claro marcam a cena, mas já como que pré-iluminada a fim de achar a verdade através de novos cânones, «procurando concertar a novidade e o exemplo», como se exprimiu no pre-

---

encontrava já antes de 14 de Agosto e, de certeza, em 20 de Outubro de 1638, data de um despacho do Conselho de Guerra e aceite e rubricado por Filipe IV (AGS, *GA*, m. 1325, doc. 335) e mesmo antes do dia 7, *Cartas*..., 74, já citado em *Obras Métricas*, vol. I, 65, nota). Da prisão compôs um soneto «al rey Don Felipe el Grande por la victoria de Fuenterrabía» (7.9.1638), intitulando-o depois da Restauração apenas como «A un rey por una vitoria» (BNP, *cód.* 7644, soneto 9, 177; *Obras Métricas*..., vol. I, p. 30); em 14 de Janeiro de 1639, a vice-rei manda ao provedor dos Armazéns que proceda, na forma do seu regimento, contra os oficiais e soldados que, tendo assentado praça nos mesmos Armazéns para servirem el-Rei, e tendo já recebido soldo, passaram à leva que fazia D. Francisco Manuel (JJAS, *Collecção chronologica 1634-1640*, 186). D. Francisco Manuel foi a Lisboa recrutar para o terço de que foi encarregado Martim Afonso de Ataíde (AGS, GA, m. 1325)». Transcrevemos, com alterações, uma anotação que redigimos para a primeira redacção do vol. VI de «Nova História de Portugal», editorial Presença, na parte que nos diz respeito, que se encontra no prelo. A maior parte dos documentos referenciados encontram-se aproveitados em Jean-Frédéric SCHAUB, *Le Portugal au temps du comte-duque d' Olivares (1621-1640). Le conflit de juridictions comme exercice de la Politique,* Madrid, Casa de Velázquez, 2001, 282-283. Deparámos com os referidos documentos, sendo então alguns microfilmados ou transcritos, quando iniciámos os trabalhos que levámos a cabo sobre os levantamentos populares.

[333] Acrescente-se que o monarca mandou ver o memorial, apresentado por D. Francisco, ao Conselho da Guerra em 14 de Agosto de 1638, relativo à prisão deste ano. O Conselho apreciou-o em Outubro de 1638. O rei, em 20 de Outubro, concordou com o Conselho, rubricando a sua decisão: «esta bien». Mas nada ainda ficou resolvido em definitivo, como diz a resolução do conselho: «Aviendose conferido esta materia en el Consejo. el duque de Villahermosa dijo que por el de Portugal se avia dado quenta de lo referido a V Md y consultado a V Md por aquella via y que por ser leve culpa del suplicante para averle preso sendo V Md servido se dira lo que ay en ello theniendo aôra por conveniente que se de orden a la senora Princesa informe para que con mas noticia se sepa la causa de dicha prision y ajustado todo puede V Md tomar la resoluçion que mas convenga a su real serviçio si bien el conoçimiento dello no le pareçe toca ni pertençe a este Consejo. El Consejo se conforma lo que diçe el duque.V Md mandara lo que fuere su real voluntad. En Md a [espaço em branco] de otubre de 1638». Seguem-se três rubricas, de oito membros que tinha o Conselho. D. Francisco Manuel estava bem preso por esta burocracia. Em 7 de Dezembro, porém, estava já solto, mas continuava no castelo ainda no dia 3, segundo a data das suas cartas. Em 25 de Dezembro são-lhe passadas cartas pela vice-rei para recrutar em Pinhel e Viseu e, certamente, para outros lugares (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Mello*, 468-469, docs. 40-42). Para 1639, *vide* supra, nota 19.

[334] José CEPEDA ADÁN, «La historiografía», 821 s.

[335] Óscar LOPES, «D. Francisco Manuel de Melo», em *Os Grandes portugueses* (Hernâni Cidade, dir.), vol. II, Lisboa, Arcádia, 1961, 80.

[336] [...] «muitas vezes, os praticantes seiscentistas detinham tanto de antigo como de moderno» (Steven SHAPIN, *A revolução científica*, 28).

[337] Sobre necessidade e contingência, *vide* Joel SERRÃO, «Introdução», em *Epanaphoras*, LIV s.

fácio a *D. Teodósio*[338]. A ele se deve uma concepção de História de Portugal inserta no mundo, a qual talvez tenha levado quatro séculos a desabrochar.

Adverte a «ciência prudente» de hoje, que a natureza, e não apenas o ser humano, tem historicidade. Em sentido diferente, mas que dele se pode aproximar, explicitava já D. Francisco Manuel que o «mundo era um animal vivente», mudando-se com «a idade, os costumes e a natureza».

As raízes da cultura, atravessando os sistemas, mergulham fundo na seiva das nações, «provindo o homem do tempo» (Prigogine)[339]. Mas continua a ser a experiência mais recente, a história do nosso tempo, a que gostava de estudar D. Francisco Manuel de Melo, a que prepara o futuro, para o qual os homens, ainda hoje, têm dificuldade em passar, cerebralmente presos ao núcleo do pretérito. Incapacidade encoberta às vezes por uma harmoniosa retórica «vestida de palavras antes fermosas que úteis»[340], explicava D. Francisco, cheio de sabedoria e experiência. Saber multímodo, em que a História e a Política, convivendo com outras muitas ciências, fizeram dele um homem cimeiro na cultura peninsular do século XVII.

Relembrá-lo não é mais do que cumprir um seu desejo «de que algum vindouro, depois dos seus dias, honrasse o seu nome, quanto ele procurava», «eternizar & engrandecer o dos passados»[341]. Concluía então a apresentação da vida e obra de D. Manuel de Meneses. Forma não usual de terminar uma trágica narrativa de um naufrágio, a inculcar a resilência do autor, ao escrever em tempo «quase de outro mundo», o do Brasil do exílio, certamente em hora de desengano, mas já com outra força anímica dos inícios da desventura maior da sua vida, a qual o levava a não desejar nada do mundo «senão do que dele sobeja, o esquecimento»[342]. Dor superada pelo recurso à escrita[343], de que os textos históricos, que procurámos percorrer, depois de tantos outros, são candeias da luz da verdade.

---

[338] *D. Teodósio*, 43.
[339] Ilya PRIGOGINE, *O nascimento do tempo,* Lisboa, Edições 70, 1999, 22.
[340] *Epanaphoras*, 120-121.
[341] *Epanaphoras*, 272. (As primeiras aspas não reproduzem citação literal).
[342] *Cartas*, 114, datada de 9 de Dezembro de 1645.
[343] «[...] yo no soy el hombre / en que el rey quiera mandar» (*Obras Métricas*, vol. I, 138).

As subtis linhas da humana dissimulação

Isabel Almeida
Universidade de Lisboa

Ao lidar com um texto inacabado (a respeito do qual persistem insolúveis dúvidas filológicas)[1], um texto estranho (que biografia de D. João IV propôs, numa época desperta para o potencial panegírico do género? Melhor: que quer dizer a eleição e a evidência do modelo de Tácito, quando tão agudos melindres rodeavam a fama do historiógrafo latino?)[2], um texto que, integrando a obra de D. Francisco Manuel de Melo, mantém com seus pares (desde logo, com *D. Teodósio II*) nexos tensos, divergindo e contrastando; um texto assim obriga-nos a indagar e a conjecturar; obriga-nos, afinal, a prestar atenção crítica aos nossos passos, ou a cultivar a arte desde sempre mais fugidia: *nosce te ipsum*.

Pergunto como leio, que coordenadas me situam: o lugar é o de quem lê à distância – distância no tempo, carregada de implicações em qualquer esforço de composição de um quadro contextual. Com efeito, leio acreditando que os textos significam e que, independentemente do alcance universal ou do eco subjectivo achado em cada um, importa buscar uma perspectiva histórica que atenda a condições próprias de produção de sentido. «Quare?» – a interrogação obstinadamente reiterada por D. Francisco, de olhos postos nos *Salmos* bíblicos[3], ao longo dos anos

[1] É revelador dos problemas de fixação deste texto o artigo de B. N. TEENSMA, «Um Manuscrito desconhecido do *Tácito Portuguêz* de Dom Francisco Manuel de Mello», Separata da *Revista de Portugal*, vol. XXVII, 1962.

[2] Sobre o texto de D. Francisco, lembremos o cap. VII, «Critique politique dans le "Tácito Portuguez"» do ensaio de Jean COLOMÈS, *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, Presses Universitaires de France/Fondation Calouste Gulbenkian, 1969, 253-272; sobre a divulgação de Tácito e do tacitismo, cf. Beatriz ANTÓN MARTÍNEZ, *El Tacitismo en el siglo XVII en España. El proceso de* receptio, Valladolid, Secretariado de Publicaciones/Universidad de Valladolid, 1991; *Idem*, «*Velut theatrum hodiernae vitae*: la *similitudo temporum* y el auge de Tácito en los siglos XVI y XVII», *Euphrosyne*, nova série, XXVIII, 2000, 285-295; Maria Teresa CID VÁZQUEZ, *Tacitismo y razón de Estado en los "Comentarios Políticos" de Juan Alfonso de Lancina.* Memoria para optar al grado de Doctor, Madrid, Universidad Complutense de Madrid/Facultad de Derecho, 2001; Martim de ALBUQUERQUE, *Um percurso da construção ideológica do Estado. A recepção lipsiana em Portugal: estoicismo e prudência política*, Lisboa, Quetzal Editores, 2002.

[3] Pergunta, por exemplo, o Salmo 41, 6, na versão da Vulgata: «Quare incurvaris anima mea et conturbas me?»

de cativeiro em Portugal, pode resultar tão fina quanto fecunda, e ganha redobrada pertinência como guia de apreciação de um texto com as características do *Tácito Português*.

Trata-se de um texto assumido pelo autor? Sim, pois D. Francisco menciona-o quer no *Hospital das Letras* (c. 1654) quer no rol definido nas *Obras Morales* (1664). Que o tenha deixado inédito (ou, se a decisão foi alheia, que nesse estado o haja visto permanecer), é já relevante: para quem com tanto afinco e orgulho procurou os prelos e fez da oferta e da circulação de livros esteio de uma sociabilidade aristocrática e base de uma criteriosa rede de contactos, protecções ou esperanças de favor, o pormenor conta[4]. Alegar-se-á, porém, ter sido, essa, fortuna comum de muitos escritos, manuscritos apesar de encomendados por membros de alta estirpe ou não obstante pretenderem dirigir-se-lhes; alegar-se-á que não chega a constituir fenómeno bizarro na cultura barroca, bem pelo contrário. Mais que tudo, impressiona o facto de D. Francisco Manuel de Melo guardar duradoura memória deste trabalho imperfeito.

O *Tácito Português* deve remontar ao começo da década de 50[5]. Evocado com «O grão Teodósio II de Bragança» e «El Cesar de Ambos Mundos», num lote heterogéneo como o que entra na «famosa matraca»[6] debitada no *Hospital das Letras*[7], ou indexado no seguimento de «El Theodosio» e antes da «Segunda Parte de las Epanaforas», entre as empresas «Historicas» da regrada taxonomia de «Libros y Obras no estampadas» que abre *Obras Morales* (onde «El Cesar de Ambos Mundos», num eloquente balanço, é transferido para o conjunto das «Politicas»…)[8], o estatuto que D. Francisco lhe confere não se resume ao de uma fugaz experiência abandonada. Tanto bastaria para o realçar. Todavia, volve-o sobremaneira intrigante uma densa ambiguidade, própria da natureza movediça do seu terreno de origem: uma natureza propícia a contaminações entre campos de recorte delicado – precisamente, a história e a política, aquela dedicada ao registo do passado, esta empenhada em decantar, para lá de estratégias de acção, especulações sobre o rosto e o reverso do poder.

Observemos com cuidado: ajustando-se à predilecção barroca pelo tropo da antonomásia e assinalando uma concepção do mundo como teatro, jogo de máscaras, malha de analogias, metamorfoses e ilusões, *Tácito português* designa a *Vida e feitos de D. João IV*, sem excluir a possibilidade de nessa acomodação ou subtil renascimento se espelhar também D. Francisco Manuel de

---

[4] Além do que os paratextos das obras mostram, as *Cartas Familiares* de D. Francisco são férteis em informação sobre ofertas, trocas, empréstimos, pedidos de aquisição de livros. A este assunto prestam atenção Edgar PRESTAGE (*D. Francisco Manuel de Mello. Esboço Biographico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914), Luís Sá FARDILHA e José Adriano de Freitas CARVALHO («Tempos e modos da edição lionesa das *Obras Métricas*», «Poesia de circunstância e circunstâncias sociais», *in* Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas* (Edição coordenada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Freitas Carvalho), vol. I, Braga, Edições APPACDM, 2006, XV-XXII, LI-LXIV).

[5] *Tácito Português* não é referido na conclusão de «El Estampador a los Críticos, y Cultos Ingenios», incluída no *Pantheon de la Imortalidad del Nombre: Itade*. Poema Tragico de D. Francisco Manuel. Al Conde Camarero Mayor. Dividido en dos Soledades. Hacele Publico Paulo Craesbeeck. Quare? Lisboa, En la Officina Craesbeeckiana. Con licencia, Año 1650. Ali fornece-se uma lista de obras impressas e de outras «que estan para estamparse màs en breve», mencionando «El Theodosio», mas não o *Tácito Português*. A cronologia deve, no entanto, explicar a ausência: quando a edição foi preparada, a redacção do último não teria ainda ganho corpo.

[6] Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo. Texte établi d'après l'édition princeps et les manuscrits, variantes et notes*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970, 100.

[7] Do extensíssimo rol desfiado das obras do Autor, retenha-se o seguinte excerto: «*O Grão Teodósio II de Bragança*; *El César de Ambos Mundos*; *o Tácito Português*; *o Aparato Genealógico dos Reis de Portugal*» (Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 101).

[8] Nas *Obras Morales*, estabeleceu D. Francisco um elenco de «Obras y Libros Impressos» e outro de «Libros y Obras no estampadas». Neste segundo grupo, considerou vários conjuntos: entre as «Históricas», contam-se «El Theodosio. El Tacito Portuguez. […] Aparato Genelogico (sic)»; entre as «Politicas», figura «El Cesar de Ambos Mundos» (*Obras Morales de Don Francisco Manuel a la Sereníssima Reyna Catalyna Reyna de la Gran Bretaña. Parte Primera*, Roma, el Falco, 1664).

Melo, novo Tácito ou Tácito Português. Não espanta, semelhante mutualismo entre obra e autor: o nome de Tácito tão intensamente se associou a quanto produziu, que esse elo metonímico acabou vingando. Provável se afigura, daí, que D. Francisco deliberasse actualizar este vínculo, e com estupendo impacto. Alusivo, remissivo, anfibológico, o título que escolheu valia (vale!) como um desafio: na Europa seiscentista, paradoxalmente, dada a controvérsia que agitava a recepção do seu legado, Tácito fazia falar.

É revelador o processo da redescoberta desta voz latina: mínima na Idade Média, ganhou alento no início de Quinhentos e explodiu a partir de meados desta centúria, graças a iniciativas como as de Justo Lípsio e de quantos em esteira idêntica avançaram[9]. Por um lado, e numa altura em que o lugar-comum (autêntico sinónimo de «cousa notável»…) atraía vontades e fascinava entendimentos, a curiosidade por Tácito radicava no gosto pela palavra sentenciosa e lapidar, susceptível de prolífera fragmentação tópica; por outro lado, associava-se ao reconhecimento de que a teoria política travejada durante séculos ia sendo corroída e negada por uma realidade complexa como a que, *v.g.*, nos *Annales* ou nas *Historiae* se pintava – uma realidade arredia a padrões morais, éticos e religiosos de verdade.

Quadrando a um tempo de crise e desengano, a ligação a Tácito acarretava consequências múltiplas no pensamento político e no apuramento de uma noção de história. Num ponto convergiam as opiniões: distinto de Tito Lívio e da sua segurança decorosa, Tácito, audaz na recusa da adulação (o que acirrava uma ferida insanável na historiografia…), perturbava pelo discurso capaz de devassar o ânimo humano e os meandros sociais («não serve o discurso ao caso, antes o caso serve ao discurso, sendo contado como acaso tudo o que se conta»)[10], destro a escalpelizar gestos públicos, procedimentos enviesados de gente de mando, leis de uma crua antropologia onde pontificavam a dissimulação e a violência. Não custa concluir: em alguns casos, Tácito terá sido investido para encobrir um maquiavelismo que a tradição peninsular quinhentista por norma repudiou e que no século XVII irregularmente ou superando relutâncias logrou conquistar espaço[11]; noutros casos, o mergulho no íntimo de figuras, o desnudar dos bastidores da História espevitaria a reflexão sobre a razão de Estado e incentivaria o debate doutrinário e ideológico acerca deste pilar tornado nevrálgico numa arquitectura de ordem e de centralizado poder[12].

Repare-se: mais do que por quanto em si continha – o «deuil de l'âge d'or»[13], a insinuação de uma funda «déchéance»[14] –, a obra de Tácito inquietava pela dupla interpretação e aplicação que permitia e que será expedito condensar num esquema silogístico:

1) Tácito representara um mundo dominado pela tirania; a tirania era reputada um antimodelo; Tácito seria condenável enquanto potencial (maquiavélico…) inspirador de condutas negativas;
2) Tácito representara um mundo dominado pela tirania; a tirania não passava de um antimodelo; Tácito seria aconselhável porque, ao mostrar negativamente o império romano, ati-

---

[9] Cf. Arnaldo MOMIGLIANO, «The first political commentary on Tacitus», *The Journal of Roman Studies*, vol. 37, 1-2 (1947), 91-101; Peter BURKE, «A survey of the popularity of ancient historians, 1450-1700», *History and Theory*, vol. 5, nº 2 (1996), 135-152.

[10] Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 107.

[11] Cf. Martim de ALBUQUERQUE, *Maquiavel e Portugal (Estudos de História das Ideias Políticas)*, Lisboa, Alêtheia, 2007.

[12] Ver Stéphane BONNET, «Botero machiavélien ou l'invention de la raison d'état», *Les Études Philosophiques*, nº 3, Paris, PUF (2003), 315-329.

[13] Marc FUMAROLI, *L'âge de l'Éloquence. Rhétorique et «res litteraria» de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, Paris, Albin Michel, 1994, 67.

çava a repulsa por antivalores e, pedagógico, contribuía para esconjurar ameaças à saúde da *res publica*.

Em suma: a uma energia singular correspondeu uma recepção tão dinâmica quanto vária. O interesse pela obra de Tácito foi secundado pela propagação de antologias, por uma mole de traduções, comentários e novos textos filiados de modo directo ou indirecto no seu magistério? Contudo, em simultâneo e em inextricável enleio, a onda tacitiana e tacitista suscitou arrepio e escândalo, gerando polémica e um mapa instável de reacções. Lembremos Saavedra Fajardo, que se pronunciou contra a divulgação indiscriminada de Tácito, reservando o *nulla obstat* para o acesso de público erudito[15]; lembremos Antonio de Herrera, dividido entre a apologia e o ataque[16]; lembremos como a Companhia de Jesus recuou no tocante à aceitação que concedera ao autor latino, e como a fulcral *Ratio Studiorum* de 1598, ostensivamente ciceroniana, reviu o *corpus* paradigmático preconizado doze anos atrás, silenciando Cornélio Tácito[17]. Consoante a circunstância, um mesmo leitor adoptaria perspectivas diversas, e D. Francisco não discrepou desta flutuação.

Prova-o a disparidade de vozes que dialogicamente soam no *Hospital das Letras*: a demorada e miúda discussão travada no contracenar das personagens leva a que (através de Bocalino) se vitupere Tácito como «chapado velhacão, lisonjeiro e adulador como mil que andam por esses paços»[18] ou que (através de Lípsio) se aplauda como «gigante», «patriarca dos estadistas»[19]. Ora, apesar da diferença, cabe ao acre Bocalino elogiar a «proveitosa diligência»[20] de Tácito e recriminar, por errónea, certa incursão exegética do seu tradutor e escoliasta mais consagrado – Justo Lípsio[21]. Tem curvas e excepções, a conversa que se urde, e não se cinge a um exercício de esgrima primário: assim ocorre, globalmente, na obra de D. Francisco, como num sobrevoo –lacunar – se ilustra[22].

No *Manifiesto de Portugal* (1647), é a matéria das narrativas de Tácito (mas não o autor e seu crivo) que se põe em xeque ao recordar «la memoria de aquella inhumana politica, que aprendida de Tiberio, Neron, Comodo, y Caligula, con los más enormes Romanos, se difundió a otros, que igualmente corrompieron y infamaron el nombre Christiano con obras gentilicas»[23]. Adiante, na «Epanaphora Politica», o zelo de sondar senhores e vassalos, com suas dobras e manobras, ressuma a assimilação do exemplo latino («Com tal pensamento, houve algum, que particularmente me encarregasse sua justificação, em que obrei tanto, que em vez de o obrigar, o fiz ingrato. Por ser,

---

[14] Marc FUMAROLI, *L'âge de l'Éloquence…*, 69.

[15] Cf. Maria Teresa CID VÁZQUEZ, *Tacitismo y Razón de Estado*, 48-62.

[16] Cf. Maria Teresa CID VÁZQUEZ, *Tacitismo y Razón de Estado*, 33-34.

[17] Cf. Ladislaus LUKÁCS S.I., *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, Nova editio penitus retractata, vol. V, *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu (1586, 1591, 1599)*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1986.

[18] Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 106.

[19] Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 105.

[20] Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 107.

[21] «Lípsio – As dores de Tácito só eu as entendo, porque sempre tive para mim que só eu o entendia.» (Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 105).

[22] Lembrou-me a Senhora Doutora Evelina Verdelho, a quem agradeço, que na poesia e nas Orações académicas é detectável uma pluralidade de referências a Tácito. Vejam-se, por exemplo, duas quintilhas da Carta «a João de Saldanha estando doente e retirado em Santarém»: «Chamo o Séneca, e ei-lo posto,/o Tácito e o Tolomeu;/todos vem com ledo rosto,/que nenhum me dá desgosto,/nem por saberem mais que eu.//Digo àquele que mentiu:/cala-se-me; e digo àquele/que enganou e que fingiu;/e a estoutro que nada viu/de quanta cousa que há nele.» (Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*. Edição coordenada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Freitas Carvalho, vol. II, Braga, Edições APPACDM, 2006, 567).

[23] *Manifiesto de Portugal. Escrito por D. Francisco Manuel.* En Lisboa, De orden de Su Magestad, y con todas licencias. Por Pablo Craesbeeck. Año 1647, f. 5.

como diz Tacito, costume dos Principes, & Grandes, aborrecer os serviços, ou boas obras, que lhes saõ feitas, despois que requerem algũa notavel satisfação.»)[24], mas não impede um rasgo desdenhoso sobre a caducidade de velhos mestres do Conde Duque Olivares: «Os livros politicos, & historicos que professara, lhe havião deixado algũas maximas improporcionadas ao humor de nossos tempos; dõde procedia intentar algũas vezes, cousas asperas, sem outra conveniẽcia, que a imitação das antigas: como se os mesmos Tacitos, Senecas, Paterculos, Plinios, Livios, Polibios, & Procópios, que as aconselhârão, & escrevèrão, sendo hoje viventes, não mudâraõ a opinião, à vista da diferencia que fazẽ os annos, os interesses, & os costumes dos homens.»[25] Ao invés, na «Epanaphora Tragica», o gosto pela leitura de Tácito brilha no panegírico de D. Manuel de Meneses, «hum dos grãdes homens, que deu Portugal, de muytos tempos a esta parte»[26]; *mutatis mutandis*, citar Tácito, como *auctoritas* ou fonte aforística, havia entroncado, na *Astrea Constante*, na construção de um louvor de D. João IV[27], o mesmo sucedendo em *D. Teodósio II*[28]. Que verificamos? Antes e depois de 1650, D. Francisco mostra-se frequentemente benigno para com o historiógrafo; não ignora, porém, quão relativo e por vezes extremado podia ser o voto sobre ele.

À sombra de Tácito, história e política aproximavam-se e cruzavam-se. Di-lo o *Hospital das Letras*, e é ainda do *Hospital das Letras* um trecho enigmático, vizinho de uma intervenção em que Quevedo deplora: «não gozou o mundo o resplendor de sua doutrina». Reza assim a fala do «Autor»: «Deixai-me que creia antes foi providência altíssima relevar-nos tantos anos do uso de suas máximas. Mas, porque do mesmo modo que se afirma da antiga Roma que, por alimpar a república, tornou a admitir os médicos em razão da muita gente que sem eles vivia e multiplicara os trezentos anos de seu desterro, segundo quer Dionísio Halicarnasso, assim também parece que, por castigar a república com os efeitos de máximas rigorosas e insuportáveis alvitres, permitiu Deus ressuscitasse a escola de Tácito e visse a gente suas obras, para ser castigada na observância de seus escritos.»[29]

Não sabemos por completo se Tácito sai desta tirada reprovado ou agregado aos «médicos», mas certo é que, sendo classificada como terrível a república que sua historiografia regista, se assevera que a do presente a «ressuscita»: as «máximas rigorosas», os «insuportáveis alvitres» seriam reverberação de uma Roma doente; a volta de Tácito acompanhava o regresso dos achaques do Império, que cumulavam de oportunidade a disforia dos seus escritos. Certo, pois, é que está em causa a *similitudo temporum*, que enlaça um pólo pretérito e outro moderno, ambos merecedores de punição[30]. Tal ideia – não esqueçamos – gozava de vigor axiomático, e na dedicatória do *Tácito Espa-*

---

[24] Dom Francisco Manuel de MELO, *Epanáforas de Vária História Portuguesa por […]*, Introdução e Apêndice Documental por Joel Serrão, fac-simile da ed. de 1660, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, 128-129.

[25] Dom Francisco Manuel de MELO, *Epanáforas de Vária História Portuguesa por […]*, 120.

[26] Dom Francisco Manuel de MELO, *Epanáforas de Vária História Portuguesa por […]*, 271. Lê-se, um pouco antes (p. 267): «O seu Autor latino era Tacito, o Grego Tucìdides; & dos Poetas vulgares, estimava pella variedade o Ariosto: confessando sobre os heroycos, a eminencia do nosso Camoẽs».

[27] Tácito é recordado como «tan zelador de la Magestad, como de la utilidad de los Princepes», e de D. João IV diz-se: «No olvidava [el Rey] los exemplos, pero quiça, no los seguia, acordado de la dotrina de Tacito que tiene por condenable en el Princepe la admission de la costumbre del vulgo […]». *Ap.* Maria Tereza AMADO, *A representação do poder em Francisco Manuel de Melo.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de História Cultural e Política Moderna da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 2 (Apêndice documental), Coimbra, 1987, transcrevendo as fls. 88v e 89 do Códice 8577 da BN Lisboa.

[28] Cf. D. Francisco Manuel de MELO, *D. Teodósio II.* Segundo o Códice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda. Tradução e prefácio de Augusto Casimiro, Porto, Livraria Civilização, 1944, 43, 126, 176.

[29] Jean COLOMÈS, *Le Dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, 106-107.

[30] Trabalhos de Beatriz ANTÓN RODRÍGUEZ têm evidenciado a importância deste conceito, que marca quer a obra de Tácito quer a sua recepção. Por um lado, adverte esta autora, «mientras el historiador denigra a los príncipes difuntos y

ñol, Baltasar Álamos de Barrientos repetira, peremptório: «Otros son los hõbres, o los nombres, pero no las costumbres.»[31]

Escolher Tácito como vulto tutelar de uma obra historiográfica destinada a ocupar-se do tempo de agora (terreno perigoso)[32], nada tinha de inocente. Sê-lo-ia menos ainda mercê da *imitatio* a que D. Francisco se entregou, em lances engenhosos graças aos quais foi moldando, inconfundível, o seu *Tácito Português*. Dois textos – pacientes no *Hospital das Letras* – ocupariam posição soalheira no seu horizonte: *Tácito Español*, de Baltasar Álamos de Barrientos; *Le Tacite François*, do jesuíta René de Ceriziers.

Do livro de Álamos de Barrientos[33] – tradução, com glosa e aforismos, de quatro obras de Tácito –, livro publicado pela primeira vez em 1614 e copiosamente reeditado, viria o apelo de uma identificação: tal como o castelhano elaborara a sua versão em cativeiro (entre 1590 e 1598…)[34], D. Francisco traçou na prisão o seu *Tácito Português*. À superfície, porém, falam mais alto as diferenças: Álamos de Barrientos traduziu um Antigo, com sua galeria de míticos imperadores; D. Francisco focou o soberano em funções; o volume de Álamos de Barrientos saiu tarde, oferecido ao Duque de Lerma, Valido de Filipe III de Espanha, quando já o autor gozava do perdão deste rei e quando o eventual desejo de *vendetta* sobre Filipe II, por interposta *persona* (Tibério)[35], se havia sublimado; D. Francisco gizou o *Tácito Português* após tentativas – frustradas, sempre – de obtenção da clemência do Restaurador.

Longe de privilegiar o tempo remoto, o *Tácito Português* veicula uma imagem do rei D. João IV, e essa opção emparelha com a que Renée de Ceriziers, «aumosnier du Roy», tomara ao redigir *Le Tacite françois avec les reflexions chrestiennes et politiques sur la vie des rois de France*[36]. Ceriziers fizera coexistir luzes e máculas, ora apontando a «imbecillité» de Thierry II[37], ora deplorando a inadequação de «Louys V. Dit le Faineant» («Si Louys n'avoit perdu son sceptre, nous n'aurions

---

cumple el programa de Trajano, en realidad, mediante la *similitudo temporum*, está ejerciendo sibilinamente una acerada crítica de la nueva dinastia» («La *linguae continentia* de Tácito: los Antoninos e Hispânia», *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 26, nº 1 (2006), p. 77); por outro lado, a ideia de que, em nome das semelhanças históricas, seria lícito comparar tempos distintos, estimulou o interesse pelos textos de Tácito enquanto prefigurações do presente, vendo-se em Tibério o emblema do tirano ou do rei que desse rumo perigosamente se aproximava (Beatriz ANTÓN, «*Velut theatrum hodiernae vitae*: la *similitudo temporum* y el auge de Tácito en los siglos XVI y XVII», *Euphrosyne*, nova série, XXVIII (2000), 285-295). Devo a Belmiro Fernandes Pereira, a quem agradeço, a leitura destes artigos.

[31] «A Don Francisco Gomez de Sandoval y Rojas […], *in Tacito Español, Ilustrado con Aforismos, por Don Baltasar Alamos de Barrientos*, Madrid, Luís Sánchez, 1614.

[32] No «Discurso para Inteligencia de los Aforismos, uso, y provecho dellos», Baltasar Álamos de Barrientos explica, seguindo Tácito: «1. *Que es muy peligroso escrivir las historias del siglo que corre, y del que ha poco que passo, por estar vivos los decẽdientes de las personas de quien se trata* [I Lib. 4 de los An. af. 193] 2. *Y que diziendo mal en las historias y cõversaciones de las acciones particulares de uno, no solamẽte se ofende a aquel, y a su casa; mas aun todos aquellos que por semejança de costumbres creen, que se les puede aplicar; y que por esto se escriven, y dizen* [Af. 194].» (*Tacito Español, Ilustrado con Aforismos, por Don Baltasar Alamos de Barrientos).*

[33] *Tacito Español, Ilustrado con Aforismos, por Don Baltasar Alamos de Barrientos.* Dirigida a Don Francisco Gomez de Sandoval y Rojas Duque de Lerma Marques de Denia &c. Con Privilegio. En Madrid por Luis Sãchez, a su costa y de Juan Habrey. Año M.DC.XIIII.

[34] Por razões políticas, Álamos de Barrientos caiu em desgraça, juntamente com António Pérez, no reinado de Filipe II de Espanha.

[35] O tradutor não terá perdido o ensejo de advertir, numa carta a António Pérez, a correspondência que via entre Filipe e Tibério.

[36] *Le Tacite François avec les Reflexions Chrestiennes et Politiques sur la Vie des Rois de France. Du S.re de Ceriziers Ausmonier du Roy*, A Paris, Chez la Veuve I. Camusat et Pierre le Petit, Imprim. Ordinaire du Roy, rue S. Jacques à la Toisõ d'or, Avec Privilege du Roy, 1648.

[37] *Le Tacite François*, 107.

rien à dire de lui. Ce pauvre Prince possedoit si peu les vertus d'un Roy, & peut-estre celles d'un Mari, que Blanche mesme sa femme le quitta, & qu' Emine sa mere entreprit de le sauver aupres d'Adeleide son Ayeule veuve d'Othon premier»)[38], ora rotulando Philippe III como «Prince à la vérité hardy, mais peu sage; entreprenant, mais peu heureux dans ses entreprises»[39], ora afirmando, de Jean I – «Jean qui avoit appris sous son Pere, plutost à estre mal-heureux que Monarque, commença son Regne par un acte, qui luy promit une longue suite de disgraces»[40]. Não será despiciendo que *Le Tacite françois* venha agregado, como num díptico, a *Reflexions Chrestiennes*, texto que, ao revisitar o assunto do primeiro, altera o ângulo de análise: com honrosas excepções, *Le Tacite françois* prima pelo cáustico diagnóstico das falhas, dos erros e das fragilidades dos reis de França; nas *Reflexions Chrestiennes et Politiques* prefere-se um olhar pio ou benigno, que não apaga sempre condenações mas as suplanta através de um juízo edificante.

O trabalho de Ceriziers foi impresso com a chancela régia; o *Tácito Português*, imperfeito, quedou-se, durante séculos, inédito. Comparando-os com minúcia, percebemos que o *Tácito Português* acolheu a verve de *Le Tacite François*; das *Reflexions Chrestiennes et Politiques* falta ali rasto, embora não porque este texto fosse alheio a D. Francisco: se o não projectou no *Tácito Português*, fê-lo em *Teodósio II*, de tal maneira que parecem, ambos, formar uma réplica (invertida, na cronologia) da obra de Cériziers. E isso diz muito acerca de cada um e do modo como se articulam entre si.

D. Teodósio II e *Tácito Português* unem-se por gritantes afinidades temáticas e por uma óbvia comunhão de tópicos: tratam de elementos máximos da Casa de Bragança, Pai e Filho; perscrutam família, educação, predilecções, códigos de comportamento. Mas enquanto em *D. Teodósio II* (c. 1649) as fraquezas brigantinas surgem contempladas por uma lente de bondade cristã, que as desculpa ou mitiga, no *Tácito Português* (c. 1650) a imagem de D. João IV resulta manchada por vícios que fazem dele, em larga medida, um negativo dos encómios já endereçados a seu pai.

Não fossem o *Tácito Português* e *D. Teodósio II* contíguos no tempo de produção, menos convidariam a uma comparação. Lado a lado, ou frente a frente, porém, confirmam quanto Margarida Vieira Mendes advertiu num estudo sobre a arte barroca[41]: cumpre considerar a circunstância, antes de rotular de meramente inconstante ou contraditório um autor e uma obra. Apreciado em contexto, cada texto possui sua oportunidade, sua especificidade retórica – seu *aptum* calculado, desejado. Assim se percebe no *Tácito Português*, probabilíssima expressão do desalento provocado pela ineficácia persuasiva de *D. Teodósio II*, em cuja apresentação D. Francisco se esmerara e da qual muito terá esperado, segundo vincou nas *Cartas Familiares*[42].

O *Tácito Português* espalha suspeitas, fomenta perplexidades como as que acusaram Afrânio Peixoto ou Jean Colomès[43], sensíveis ao que neste texto é a denúncia de desequilíbrios, carências, irresoluções, conflitos: a imensa «soberba» de D. Catarina, a deficiente preparação do jovem D. João,

---

[38] *Le Tacite François*, 184.

[39] *Le Tacite François*, 270.

[40] *Le Tacite François*, 308.

[41] Cf. Margarida Vieira MENDES, «Baroque Literature Revised and Revisited», *in* Miguel Tamen and Helena C. Buescu, *A Revisionary History of Portuguese Literature*, New York and London, Garland Publishing, Inc., 1999, 58-78.

[42] Cf. D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares* (prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, 246-247 («A António Luís de Azevedo» – 5 de Maio de 1649).

[43] Cf. Afrânio Peixoto, «Nota preliminar», in D. Francisco Manuel de MELLO, *Tacito Portuguez. Vida, e Morte, Dittos e Feytos de El-Rei Dom João IV*. Segundo apógrafo inédito da Biblioteca Nacional, com introdução, informação, notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1940, VII-XVII; Jean COLOMÈS, *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, Presses Universitaires de France/Fondation Calouste Gulbenkian, 1969, 253-272.

os atritos com seu Pai, as querelas domésticas com D. Luísa, a flexibilidade perante o domínio filipino e a demora frouxa em encabeçar a revolução de 1640. Mais: em parte considerável desta *Vida e feitos de D. João IV*, do monarca pouco se narra directamente; o palco é povoado por outros actores, e no labirinto político calha ao rei o papel sombrio e perverso de quem foge à responsabilidade de governar e decidir, como quando se relata a queda do secretário Francisco de Lucena.

Assim, o *Tácito Português* dá que pensar, pela direcção que abraça, pelos modelos que elege: a dívida para com *Le Tacite François* e a recusa de influência das *Reflexions Chrestiennes et Politiques* conferem-lhe uma indesmentível acrimónia; força demolidora vem-lhe igualmente da assunção da agudeza com que no *Tácito Español* se explorara a *similitudo temporum*. E, emblemática, a explícita colagem de D. João IV a Tibério indica um modo de ver impregnado de desconfiança, extensivo a todo o texto: «Quando o artificiozo Tiberio renovou em Roma a dura Ley da Magestade leza, que os tempos e inconvenientes tinhão sepultada, não se fulminava em Roma com mayor ancia que então em Lisboa, nem eram mais iniquos aquelles Decretos e fições [sic] com que compravão os escravos para testemunharem contra seus senhores, que cá as torpes deligencias com que se sobornavão, ao mesmo fim, criados e dependentes; ao sangue e á amizade se atreveo o coração: tão solto andava o veneno.»[44]

Ambicionaria o autor um *ethos* oracular, pronto a «contradizer» lisonjas e a arriscar uma lição de integridade («Eu desejo caminhar por esta estrada, e se por ventura não achar por ela a razão, de quem sou tão amartelado que estimo pela melhor sentença do Séneca aquela malícia com que ele declara «que os príncipes a aborrecem porque é a cousa mais poderosa que eles na Terra», é verdade que conheço também que muitos fazem a sua vontade e lhe põem nome de razão […]»[45])?

Perante a memória limpa de D. João IV, patente na *Declaración que por el Reyno de Portugal ofrece el doctor Geronimo de Santa Cruz* (1664?), apetece perguntar: o *Tácito Português* que nas *Obras Morales* se promete conservaria a letra e o espírito da versão hoje disponível? Mercê da passagem do tempo e da mudança histórica, D. Francisco, caso tivesse concluído o texto, limaria arestas? Reinando D. Afonso VI, seria recomendável um novo olhar sobre seu pai? No *Tácito Português*, porém, tal como se encontra, tudo leva a crer que D. Francisco ousou ser rei de si próprio. «Quem será tão atrevido que interprete as sutis linhas da humana simulação, e queyra introduzir a linha de seu juízo?»[46] Apesar dos protestos de inocência, talvez aí D. Francisco Manuel de Melo se haja atrevido a ser este.

---

[44] D. Francisco Manuel de MELLO, *Tacito Portuguez. Vida, e Morte, Dittos e Feytos de El-Rei Dom João IV*, 140.

[45] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares*, 209-210 (a um varão douto, duvidando-lhe de certa opinião – 8 de Novembro de 1648). Altero a pontuação do texto citado, em busca de sentido.

[46] D. Francisco Manuel de MELLO, *Tacito Portuguez. Vida, e Morte, Dittos e Feytos de El-Rei Dom João IV*, 92.

O poema «Thetis Sacra»: uma incursão de D. Francisco Manuel de Melo no género épico

Luís Fardilha
Universidade do Porto

Como se sabe, D. Francisco Manuel de Melo meditou longamente a edição das suas obras[1]. A publicação tardia dos muitos trabalhos que produziu, apesar de não ter sido desejada, permitiu-lhe pensar e propor um mapa de conjunto, destinado a orientar o modo como deveriam sair dos prelos para as mãos dos seus leitores[2]. Os dois volumes das *Obras Morales* e o volume das *Obras Métricas* representam o início da execução desse projecto, o qual, por razões de todos sabidas, não pôde ir além destas escassas primícias. Ainda assim, temos de reconhecer que a organização destes primeiros volumes, tendo sido meditada ao longo duma vida, não pode deixar de obedecer a critérios bem definidos, pelo que o modelo organizativo a que obedecem terá seguramente um sentido e um significado susceptível de decifração. Pela sua amplitude, complexidade e organicidade, merece particular atenção o volume das *Obras Métricas*.

A base em que assenta o princípio orientador de todo o conjunto, a divisão por Musas, remonta a 1649 e à edição de *Las tres Musas del Melodino*. A ideia inspiradora, tê-la-á o autor encontrado em Marcello Macedonio[3], de acordo com uma passagem do apólogo «Hospital das Letras»:

> *Bocalino*. Assim seja, e acabe também o Senhor Dom Francisco de Quevedo com as suas Musas, e faça nove, sem temor de que se diga, por este nove fora nada; antes ficando sòmente seis, pode

[1] Sabemos que D. Francisco Manuel de Melo ponderava, pelo menos desde 1647 – dois anos antes da edição *princeps* de *Las Tres Musas del Melodino* (Lisboa, Oficina Craesbeeckiniana, 1649) –, publicar «alguma obra» no estrangeiro (cf. carta a um amigo, de 24 de Julho de 1647, em *Cartas Familiares* (prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, 155) e que mantinha esta intenção em 1649 (cf. carta a um amigo ausente, de 7 de Maio, em *Cartas Familiares*, 249). Por outro lado, o plano de edição que gizou para o conjunto das suas obras e que incluiu nos paratextos da «Primera Parte» da edição romana das *Obras Morales* (1664) é bem ilustrativo da sua preocupação com o modo como desejava que os seus trabalhos literários chegassem ao público.

[2] O plano de edição que gizou para o conjunto das suas obras foi incluído nos paratextos da «Primera Parte» da edição romana das *Obras Morales* (1664).

[3] Marcello MACEDONIO, *Le nove Muse di Marcello Macedonio raccolte e date alla stampa da Pietro Macedonio suo fratello all'ill.mo e rev.mo sig.re il sig.r cardinale Borghese*, Nápoles, Tarquinio Longo, 1614.

> dizer algum velhaco, vendo tal meia dúzia, que nem é inda poeta das dúzias senão das meias dúzias que é menos ametade.
>
> *Quevedo*. O invento não foi meu, mas do Macedónio, poeta italianno, que nesta maneira publicou suas obras.
>
> *Autor*. Certo que não sabia eu que o Quevedo tinha tal pensamento, quando constituí em título de As três Musas, essas poucas obras, que andam impressas com o meu nome[4].

De acordo com esta arquitectura global, podemos encontrar nas *Obras Métricas* de 1665 três coros de três Musas cada, sendo o primeiro conjunto a reprodução praticamente exacta da obra que saíra da oficina Craesbeeckiana 16 anos antes[5], a que se acrescentou *El Panteón* na edição lionesa. A segunda parte apresenta como característica unificadora mais evidente a utilização da língua portuguesa. Apesar de ter permanecido inédita até 1665, D. Francisco pensara publicar no estrangeiro a sua obra poética em português muitos anos antes, quando estavam para aparecer à luz as primeiras três Musas castelhanas. De facto, numa carta datada de 7 de Maio de 1649 e dirigida «a um amigo ausente», podemos ler:

> Eu tenho aqui um volume de versos portugueses, e tanto, que parecem escritos há duzentos anos. Desejo estampá-los limpamente e com o meu nome, à diferença dos castelhanos, que creo sairão à luz brevemente com algum suposto. Muito quisera que a impressão se fizesse nessa terra, mas à falta de correcção me detenho. Se a assistência de V. M. desse lugar à emenda e a alcançar o fim da obra, não me seria dificultoso mandar lá o original, bem castigado, para que V. M. dispusesse sua estampa; e com ele faria ir os efeitos do seu dispêndio[6].

Como esta vontade do autor não teve efeito, as Musas portuguesas saídas dos prelos de Lyon abarcam a totalidade da produção poética em português do autor, sem limitações cronológicas. Mesmo os textos mais recentes aí são incluídos, nomeadamente os que resultaram da participação de D. Francisco nas actividades da Academia dos Generosos, como exaustivamente aponta Antonio Bernat Vistarini[7].

«El Tercer Coro de Las Musas del Melodino», última parte das *Obras Métricas*, recolhe sobretudo produções em castelhano posteriores à organização do volume editado em 1649, ou que aí não tinham aparecido.

Se atentarmos em cada uma das três partes em que se organiza a edição de Lyon, poderemos verificar que cada conjunto repete, com alguma necessária adaptação, o mesmo modelo organizativo. A primeira Musa de cada conjunto («El Harpa de Melpomene», «A Tuba de Calíope» e «La Lira de Clío») recolhe exclusivamente sonetos (mesmo se na sétima aparece uma estranha designação de «Epigramas»...); as segundas Musas («La Cítara de Erato», «A Sanfonha de Euterpe» e «La Avena de Tersícore») apresentam igualmente uma clara unidade genológica, sendo a Cítara preenchida com romances, a Sanfonha com éclogas e cartas, enquanto a Avena reúne tonos e romances, o que, segundo explica Vistarini[8], acaba por constituir um mesmo género lírico, uma vez que os

---

[4] Jean COLOMÈS, *Le dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*, texte établi d'après l'édition princeps et les manuscrits, variantes et notes, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970, 66-67.

[5] As diferenças são mínimas: a dedicatória, que era assinada em 1649 por Henrique Valente de Oliveira – o editor que tinha custeado a impressão – e datada de 5.10.1649, é agora subscrita simplesmente por «El impresor» e não está datada; a outra diferença consiste na supressão de um texto dirigido «Al lector».

[6] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares*, 249.

[7] Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco peninsular*, Palma de Mallorca, Universitat de les Illes Balears, 1992, 169-170.

[8] Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo (1608-1666),* 171, n. 409.

tonos não são mais do que romances musicados. Por fim, as terceiras Musas de cada conjunto abrigam uma grande variedade de formas poéticas que contrastam, pela diversidade, com a homogeneidade das restantes secções. O modelo organizativo a que obedece a edição de 1665 das *Obras Métricas* prolonga, pois, multiplicando-a, aquela que tinha sido ensaiada em 1649 com *Las Tres Musas del Melodino*.

Se descontarmos os textos em prosa, verificaremos que cada uma das terceiras Musas dos três coros encerra com uma composição longa, estruturalmente autónoma e que teve, ou poderia ter, uma vida editorial própria. Assim, o primeiro coro fecha com o *Panteón*, que tinha sido editado em 1650, em Lisboa, enquanto o coro das Musas portuguesas termina com o *Auto do fidalgo aprendiz*, o qual haveria de ter, depois desta primeira edição nas *Obras Métricas*, uma fortuna editorial autónoma, tendo sido objecto duma publicação isolada uma década depois, em 1676, em Lisboa[9]. Tendo em conta o princípio de regularidade a que obedece a arquitectura global destas *Obras Métricas*, ganha um relevo particular, pela posição que nelas ocupa, o poema «Thetis Sacra», que encerra o último coro de Musas castelhanas. Tal como foi publicado, este texto não parece corresponder, nem pela extensão, nem pelo significado, às outras composições que ocupam o último lugar na distribuição proposta por D. Francisco Manuel de Melo. Sabido, no entanto, que neste último terço das *Obras Métricas* foram reunidos alguns dos trabalhos mais recentes do autor, é legítimo perguntarmo-nos se a posição de fecho estaria reservada para este poema, porque ele deveria ser mais extenso e mais elaborado, tendo sido incluído à última hora, numa versão ainda provisória e longe da perfeição inicialmente pensada e que justificaria o destaque de figurar em posição de fecho, não apenas de um dos coros, mas de todo o conjunto[10]. Se equacionarmos a hipótese de que este deveria ser o poema épico que não encontramos em toda a vasta produção reunida no volume, poderemos propor uma boa razão para esta posição de destaque.

A realização dum poema épico deveria corresponder, para os poetas que se submetiam ao princípio da imitação dos antigos, ao culminar da carreira literária, de acordo com uma progressão semelhante à de Virgílio, o qual chegara à epopeia depois de se ter iniciado na humilde poesia bucólica e de ter aperfeiçoado a técnica e aprofundado o saber na elaboração das *Geórgicas*. Não surpreenderia, assim, que um polígrafo da dimensão de D. Francisco Manuel de Melo, que via na carreira das Letras uma alternativa à interrompida carreira das Armas[11] por que inicialmente se

---

[9] Para uma informação completa sobre a tradição impressa do *Auto do Fidalgo Aprendiz*, deverá consultar-se a recente edição crítica desta obra preparada por Evelina Verdelho: D. Francisco Manuel de MELO, *O Fidalgo Aprendiz*, (introdução, notas e índice de formas de Evelina Verdelho), A Coruña, Universidade da Coruña, 2007, em especial as páginas 72-91.

[10] O autor manifesta ter consciência das imperfeições que a edição de Lyon apresenta, assumindo-as, no texto dirigido «A los lectores de mis Obras Métricas», onde comete ao leitor – numa fórmula que pretenderá, com agudeza, conferir uma dimensão positiva a esses «defeitos» – a responsabilidade de «completar» a sua obra: «Pero, de todas suertes, ya me prometo, oh letor mío cortesísimo, que si en esta escritura hallases algunos destos breves defetos, te des por obligado a detenerte a emendarlos, porque el autor no solo te pide que corrijas las letras, mas que realces las palabras y retoques las sentencias, pues desta suerte quedará más veces tuyo este mi libro, no ya tanto porque le hás comprado y porque le hás entendido, mas porque le habrás perfeccionado.» (Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas,* edição cordenada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Freitas Carvalho, Braga, Edições APPACDM de Braga, 2006, 8). O estado «imperfeito» duma obra sua não constituía impedimento para que Francisco Manuel de Melo a fizesse imprimir, como ilustra o caso da «Tragedia. La escena en los Montes de la Luna», que levava no final a indicação «No se acabó» na edição isolada de *Las Tres Musas del Melodino* (1649), uma situação que se manteve na publicação lionesa das *Obras Métricas* (1665).

[11] Poderia resultar produtivo, na perspectiva aqui aludida, submeter Francisco Manuel de Melo a uma «crítica da carreira», de acordo com propostas avançadas nos últimos anos por estudiosos de universidades norte-americanos que tiveram a sua expressão inicial no volume *European Literary Careers: the author from Antiquity to the Renaissance* (Toronto, University of Toronto Press, 2002). Uma tentativa pioneira de aplicação a um autor português dos seus instrumentos teóricos

tinha decidido, desejasse encerrar as suas *Obras Métricas* com um poema épico. Poderia a «Thetis Sacra» ser essa obra?

Tanto a «alegoria do poema», revelada no final da composição, como os elementos mais salientes da sua estrutura externa permitem, pelo menos, pôr a hipótese. Na sinopse aposta às 102 oitavas publicadas em 1665 pode ler-se:

> La idea deste Poema Misto es cantar com todos los adornos de la poesía cristiana la piedosísima acción que obraron los portugueses en el descubrimiento del Oriente, haciendo, por manos de sus sacerdotes, celebrar la primera misa que jamás en el mundo se había celebrado sobre el mar, cuyo ejemplo seguieron después las naciones católicas. Discúrrese por los monarcas cristianos que dilataron la fe y se engrandecen los reyes y príncipes de Portugal que más se emplearon en las conquistas de los infieles, haciendo venerar por nuevas regiones el nombre de Cristo, guardar su santa ley y conocer su santísima cruz[12].

O primeiro apontamento que a explicação de D. Francisco Manuel de Melo suscita será a classificação da «Thetis Sacra» como «poema misto». Esta designação, longe de nos afastar do âmbito da poesia considerada épica, coloca a obra em relação com um grupo de composições que geralmente são incluídas neste domínio. Com efeito, se procurarmos precisar o significado da expressão «poema misto», poderemos encontrar alguma resposta no discurso crítico produzido pelo próprio autor. Percorrendo o apólogo *Hospital das Letras*, encontraremos a referida designação atribuída a duas obras. A primeira surge-nos a propósito do poema *Araucana* do poeta espanhol Alonso de Ercilla y Zúñiga. Referindo-se ao autor, Bocalino comenta que este, «compondo um poema misto, cuidou que o fazia heróico»[13]. A observação permite desde logo inferir que as categorias «heróico» e «misto» estariam muito próximas, a tal ponto que o próprio poeta, na hora de compor uma obra sua, poderia equivocar-se. Por outro lado, vemos atribuída a condição de «misto» a um poema que anda incluído entre as produções épicas na generalidade das histórias literárias. Infelizmente para nós, D. Francisco Manuel de Melo não explicita as razões da reclassificação que propõe para a obra de Ercilla, deixando-nos na dúvida quanto ao que o levava a considerar a *Araucana* um poema «misto». No entanto, a segunda alusão a esta categoria que aparece no *Hospital das Letras* permite fazer alguma luz sobre este aspecto. Tratando de D. Francisco Rolim de Moura, o Autor faz as apresentações: «Estes são os seus novíssimos do homem, Poema misto, e ainda místico, com muitas partes de moral e heróico»[14]. O esclarecimento que a personagem do apólogo dá a respeito da obra parece apontar no sentido de que a classificação seria atribuída a poemas que combinavam uma estrutura externa e um estilo de características épicas com um conteúdo de ordem predominantemente moral ou religiosa. Sendo assim, haveria que considerar como igualmente «mistos», pelo menos, o *Poema del Angélico Doctor Sancto Thomaz*, publicado por Manuel Tomás em 1625, e a obra de Miguel da Silveira *El Macabeo*, um poema saído à luz em 1638. Quanto ao primeiro, no seu *Hospital das Letras* D. Francisco Manuel de Melo apenas se lhe refere como um livro «em verso», enquanto Miguel da Silveira não lhe merece mais do que uma severa crítica quanto à desproporção entre o estilo elevado que emprega e a humildade dos assuntos a que o aplica. A condição genológica do poema é omitida.

---

pode encontrar-se num ensaio de Hélio J. S. ALVES sobre Jerónimo Corte-Real: «Corte-Real, a Evolução da sua Arte», Porto, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2 (2005), 171-199.

[12] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1019.

[13] Jean COLOMÈS, *Le dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*, 43.

[14] Jean COLOMÈS, *Le dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*, 79

Desta breve indagação na obra crítica de D. Francisco Manuel de Melo poderemos retirar que a categoria de «Poema misto» que o autor atribui à sua «Thetis Sacra», embora podendo definir algumas características de conteúdo específicas, situa-a, sem margem para dúvidas, no quadro das obras poéticas que a história literária tem considerado dentro do género épico.

Regressando ao texto explicativo que as *Obras Métricas* oferecem, talvez seja possível encontrar justificação para a designação de «poema misto» no assunto proposto. Segundo a descodificação proposta na «alegoria do poema», este teria como objecto a exaltação de um acontecimento do domínio religioso: a celebração da primeira missa sobre as águas oceânicas. Um tema que pertence ao domínio do sagrado, portanto. Contudo, o canto deveria ter «todos os adornos da poesia cristã», o que nos parece indicar o propósito do autor de se servir da forma poética mais elevada, isto é, a estrutura e o estilo épicos. Em abono desta interpretação, podemos delimitar nas 102 oitavas que integram a «Thetis Sacra» as partes obrigatórias de qualquer poema épico. Para além do verso decassílabo clássico e da adopção da oitava rima como forma estrófica, é possível definir, com razoável segurança, os elementos que integram a estrutura externa característica do poema épico: proposição, invocação, dedicatória e narração encontram-se no poema, ainda que a sua posição no interior da obra nem sempre corresponda àquilo que poderíamos esperar. É o que se verifica, especialmente, com a Proposição. Por um lado, poderemos considerar que as duas primeiras estrofes contêm a apresentação da matéria a desenvolver no canto, uma vez que nelas se alude à intenção de substituir o canto profano, inspirado por Apolo, por um novo canto, divinamente inspirado, em que o orbe celebre o Criador. No entanto, o texto não é explícito quanto à «fábula», passando imediatamente, a partir da terceira estrofe, à invocação e, depois, à dedicatória. Contudo, as estrofes 7 e 8 retomam a proposição, referindo, agora com clareza, que a conquista dos mares para Cristo, simbolicamente representada pela realização da primeira eucaristia que os portugueses celebraram a bordo duma embarcação constitui o objecto do canto:

He de cantar el triunfo misterioso
de aquella voz que infierno y mundo abate,
cuando en odio, del reino tenebroso
se armó de Pan al pérfido combate,
cuya gloria en progreso argumentoso
llena del orbe el último remate,
el día, que con término preciso,
ser adorado de las aguas quiso.
Después que en la mayor divina cena
fue por tres veces devorado un mismo
celeste recental, que amor condena
al último sagrado parasismo,
donde, por nuestra culpa, fue su pena
asunto del cruento barbarismo,
cuando figura, y cuando figurado,
fiel cordero, hombre Dios, alto bocado[15].

Entre estas duas proposições – ou estas duas partes da proposição… – podemos encontrar, como referimos já, a invocação e a dedicatória. Cada uma ocupa duas estrofes. Na terceira e quarta oitavas, o poeta solicita a inspiração da Virgem Maria, em versos que são bem elucidativos quanto

[15] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1002.

aos processos de que o autor se serve para, evocando a tradição literária do género épico, pô-la ao serviço da doutrina cristã:

Musa de Olimpo, no del Helicona
de nueve hermana, mas de nueve reina,
cuya planta es guirnalda que corona
al serafín, que más fulgores peina,
en quien el sol sus rayos perfecciona,
por quien, monarca de las luces, reina,
la menor que a tu cerco no haga ofensa,
centella, para pluma, me dispensa.
Tú, que estrella del mar, el mar, la tierra
te llaman, decorando tu alto oficio;
pues jamás, como Jano, o abre, o cierra
Neptuno su cancel, crudo o propicio,
sin que acierte la voz, cuando más yerra,
buscando en ti benigno el beneficio,
hoy te busco, y a la tetis, que hoy consagro,
con milagros inspira en su milagro[16].

Em linha com o assunto proposto para objecto do poema, nestas estrofes ressalta o propósito de D. Francisco Manuel de Melo de «cristianizar» o estilo épico, fazendo reverter os elementos mitológicos ornamentais destinados a elevar a linguagem e a adequá-la à dignidade das matérias versadas nas epopeias pagãs em motivos de exaltação e de glorificação das realidades cristãs. A referência à Virgem Maria como «musa de Olimpo, no del Helicona» é um exemplo flagrante deste procedimento.

Como acontece com a proposição, também a invocação se repete noutros momentos do poema. Nas estrofes 33-35, de novo o poeta se dirige à Virgem Maria, sob a designação de «Musa sacrosanta», solicitando-lhe que o «anime» e o «conduza» na realização da «empresa» em que se lançou. A inspiração mariana é ainda invocada uma última vez, nas estrofes 79-80, para que a Virgem conceda ao poeta «preciosa voz y un alto alento, / por quien recite la divina hazaña / del Verbo que en patíbulo incruento / su carne en pan convierte y la acompaña»[17]. É verdade que a invocação reiterada às Musas em momentos-chave dum poema épico não constitui uma singularidade da obra de D. Francisco. No entanto, vista a curta extensão do texto, não deixa de ser surpreendente. Servirá, pelo menos, para ilustrar a devoção mariana do autor…

A dedicatória, a D. Fr. Pedro de Sousa, confessor de D. Afonso VI e tio do Conde de Castelo Melhor, ocupa as estâncias 5 e 6 e contém uma referência circunstancial que pode ajudar a datar a composição deste poema. Os versos da sexta estrofe, nos quais se refere «bien que os tarde la mitra que os prepara / pues la que tarda más es la tiara»[18] parecem conter uma alusão à nomeação de Fr. Pedro de Sousa para o bispado de Angra do Heroísmo e ao arrastamento do processo de confirmação na cúria romana. Sabendo-se que o tio do Conde de Castelo Melhor haveria de falecer em 14 de Janeiro de 1668 sem que tivesse chegado a Bula de confirmação[19], poderemos

[16] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1001-1002.
[17] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1014.
[18] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1002.
[19] Cf. António de Sousa de MACEDO, *D. Afonso VI* (edição de Eduardo Brazão), Porto, Civilização, 1940, 93-94 e Diogo Barbosa MACHADO, *Biblioteca Lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 1967, III, 620.

sugerir, sem arriscar muito, que esta «Thetis Sacra» deverá ter sido um dos últimos trabalhos poéticos de D. Francisco Manuel de Melo, se não mesmo o último, uma vez que deixou o mundo dos vivos em 24 de Agosto de 1666.

É possível que o desejo de prestar uma homenagem ao tio do seu protector político tenha levado o Melodino a publicar na edição lionesa das *Obras Métricas* uma versão ainda embrionária deste seu «poema misto». Como se compreende, é na narração que se torna mais visível a imperfeição da obra. A julgar pela sinopse e pelo que o autor pôde escrever, o poema deveria organizar-se em torno de dois núcleos narrativos: um, centrado na acção dos «monarcas cristianos que dilataron la fe» e dos «reyes y príncipes de Portugal que más se emplearaon en las conquistas de los infieles, haciendo venerar por nuevas regiones el nombre de Cristo, guardar su santa ley y conocer su santísima cruz»; o outro assunto polarizador da acção seria «la piedosísima acción que obraron los portugueses en el descubrimiento del Oriente, haciendo, por manos de sus sacerdotes, celebrar la primera misa que jamás en el mundo se había celebrado sobre el mar»[20]. No texto publicado, não é difícil detectar a presença destes dois segmentos, ainda que apenas em relação ao segundo exista um esboço de acção.

O processo de expansão da fé cristã pelo mundo é sumariamente enunciado nas estâncias que preenchem o espaço entre as duas primeiras invocações – 8 a 32 – e inicia-se com a evocação da instituição da eucaristia, na última ceia, avançando, depois, para a pregação dos apóstolos, a acção de Constantino, a conversão da Ibéria e da Gália, culminando na vocação missionária da Lusitânia. Aqui chegados, o poeta interpela directamente, uma a uma, as personalidades da história nacional que, na sua perspectiva, mais contribuíram para dilatar a fé cristã no mundo, cumprindo, assim, o destino providencialista de Portugal. À razão de uma estância para cada um, são chamados ao poema o rei D. João I, o Infante D. Henrique, o Infante Santo D. Fernando, D. Afonso V, D. Manuel e D. Sebastião[21]. D. João III aparece em último lugar e está-lhe reservado um tratamento um pouco mais desenvolvido, porque o poeta lhe atribui a responsabilidade por ter tornado o oceano um mar cristão:

> Edificaste sobre su desierto
> salado campo, de mil leños, ara
> que, desatada al golfo, desde el puerto,
> la fe del puerto con el golfo atara;
> no sólo diste al mar un norte cierto,
> sol siempre firme, luna siempre clara,
> mas diste modo por que el mar profundo
> adorase al autor del mar y el mundo[22].

A evocação destas figuras não se integra em nenhum fio narrativo, por ténue que fosse. Surge no poema como uma galeria que o poeta percorre rapidamente, como se não fosse mais do que um sumário onde quis fixar os pontos a desenvolver num momento mais adiantado do trabalho criativo.

A parte do texto ocupada pela evocação da primeira eucaristia marítima parece ter sido objecto de maior desenvolvimento. Tratado nas estâncias 36 a 102[23], o assunto é desenvolvido já através dum esboço de acção. Talvez numa sugestão camoniana, começa-se pela descrição da partida das

[20] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1019.
[21] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1004-1005.
[22] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1006.
[23] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1007-1018.

naus e, enquanto estas se afastam da barra do Tejo, Deus encarrega a Fama de convocar todos os seres para o sacrifício eucarístico que será celebrado em pleno oceano:

> Mas outra providencia, que su espanto,
> que a todo espanto y providencia humilla,
> introduciendo su decreto santo,
> por honra de su inmensa maravilla,
> manda a la Fama que, no en voz, sí en canto,
> al orbe suene, de una a la otra orilla,
> de donde llame, incite, atraiga, asombre,
> al serafín, al ave, al pez, al hombre[24].

A sugestão da convocatória dum concílio universal constitui um evidente aceno à tradição das epopeias clássicas, mas serve, sobretudo, para sublinhar o significado transcendente da assembleia eucarística pela primeira vez celebrada sobre as águas, as quais são, assim, conquistadas para a fé cristã. Respondendo à chamada, todos os seres se dirigem para o local do sacrifício eucarístico, realizado numa nau transfigurada em templo. A descrição da celebração preenche a última vintena de estâncias, precedida da derradeira invocação à Virgem Mãe de Deus e encerra com a sugestão dum cortejo triunfal, em que a mesma nau que antes se metamorfoseara em templo sagrado se transforma, agora, no carro alegórico da Fé triunfante.

Não sabemos se o texto da «Thetis Sacra» que podemos ler no fecho das *Obras Métricas* corresponde ao projecto inicial de D. Francisco Manuel de Melo. Acreditamos, contudo, que o poeta terá pensado este seu «poema misto» como um exercício literário de maior fôlego[25], destinado a provar as suas capacidades nos terrenos exigentes da poesia épica. Não nos custa imaginar que este conjunto de 102 estâncias deveria ser alargado, dando lugar a uma divisão em cantos onde uma acção unificadora pudesse ser desenvolvida, de modo a conferir maior coesão narrativa à obra. As circunstâncias terão levado o autor a publicar em 1665 um simples embrião da sua obra, um esboço a desenvolver. Um poema imperfeito que, no entanto, poderia contribuir para enriquecer a variedade das *Obras Métricas*, um valor estético especialmente apreciado pelo nosso autor.

---

[24] Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas*, II, 1008.

[25] Tendo em conta a dedicatória a D. Frei Pedro de Sousa, O.S.B., poderá especular-se que o texto, uma vez «perfeito», se destinaria a assinalar a esperada assunção do cargo de Bispo de Angra do Heroísmo pelo tio do Conde de Castelo Melhor, facto que, como já deixámos assinalado, não viria a ocorrer nem em vida de D. Francisco Manuel de Melo, nem do próprio D. Frei Pedro de Sousa.

As *Cartas Familiares*: obra barroca, obra moderna

Mafalda Ferin Cunha
Universidade Aberta

As *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo, editadas em Roma, em 1664, constituem o primeiro conjunto de cartas escritas em português, intencionalmente coligido e publicado sob a supervisão do seu autor.

Já antes desta data se haviam destacado outros epistológrafos portugueses, mas grande parte destes autores, que versaram essencialmente assuntos políticos, militares, geográficos, religiosos ou outros, tinha deixado as suas cartas dispersas e inéditas[1]. Mesmo D. Francisco de Portugal (1585--1632), poeta e autor de 114 missivas, de carácter predominantemente pessoal, dirigidas a D. Rodrigo da Cunha, não havia publicado a sua correspondência.

O que poderá, pois, ter motivado D. Francisco Manuel de Melo e António Luís de Azevedo, o editor, a reunir e publicar, sob o nome de *Cartas Familiares*, cinco centúrias de epístolas do primeiro? Buscar responder a esta questão, será procurar determinar não só as funções que foram atribuídas à obra, no século XVII, como aquelas características que lhe terão assegurado o favor junto do público dessa época. Tentarei identificar umas e outras e, dado que estamos, hoje e aqui, ainda a lê-la e a estudá-la, buscarei também determinar o seu valor e interesse para o leitor contemporâneo.

Recuando a Petrarca e ao Humanismo, comecemos por apontar o lugar e o valor conferidos às cartas familiares no século XVII. Tendo redescoberto as *Cartas Familiares* de Cícero, Petrarca, ele próprio autor de uma colecção destas cartas, foi um dos principais artífices da revalorização do género epistolar, confinado, durante a Idade Média, aos rígidos códigos das *artes dictaminis* e a finalidades eminentemente pragmáticas associadas à actividade de chancelarias laicas e religiosas e de outros escritórios responsáveis pela emissão de documentos. A carta surgiu então como um espaço, ainda que certamente codificado, de manifestação de uma personalidade única, a do seu

[1] Andrée ROCHA, na sua obra *A Epistolografia Portuguesa,* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda (2ª edição), 1985, 7-147, apontou nomes como o Infante D. Pedro, Frei João Álvares, Lopo de Almeida, Frei João Claro, Pêro Vaz de Caminha, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Diogo do Couto, Frei Bernardo de Brito, D. Vicente Nogueira, etc.

autor, e de apresentação de uma experiência singular. Por outro lado, ao formalismo das *artes dictaminis,* que regulava os modos de expressão a utilizar pelos correspondentes, de acordo com as relações hierárquicas existentes entre eles, veio contrapor-se, nas cartas familiares, o uso de uma expressão coloquial, embora vigiada, que derivava, em grande parte, do modelo ciceroniano[2]. Acresce que, para o grande humanista italiano, se as colecções de cartas familiares brotavam do gozo de um relativo desafogo das árduas tarefas do homem cívico, empenhado na *res publica*, elas caracterizavam-se também pela inclusão de breves apontamentos filosóficos ou de reflexões morais[3]. É assim que, nas cartas familiares de Petrarca, perpassa uma marcada influência das doutrinas estóicas de Séneca (autor, igualmente, de um conjunto de cartas familiares que se impôs pelo seu valor moral, as L. Annaei Senecae *Ad Lucilium Epistolae Morales*), que o vate italiano faz decorrer da sua concreta experiência pessoal e da sua personalidade[4].

Um pouco mais tarde, Erasmo, na sua obra *De Conscribendis Epistolis*, de 1522, ao traçar, como outros humanistas, uma tipologia das cartas, com base nas categorias da retórica clássica, considerou a carta como um género dúctil e proteiforme que convinha plenamente ao homem vário e à infinidade dos seus humores[5].

Foi, certamente, devido a esta abertura do género que, entre os séculos XV e XVI, se destacaram vários e prestigiados epistológrafos. Entre eles contam-se, por exemplo, Pietro Bembo, Luís de Vives, Aldo Paolo Manúcio, Frei António de Guevara e Justo Lípsio, os dois últimos bastante conhecidos e citados por D. Francisco Manuel de Melo. Frei António de Guevara publicou, em 1542, as suas *Epístolas Familiares*, obra que, embora escapando, muitas vezes, ao tom despreocupado e coloquial que se esperava de um conjunto de cartas assim intitulado, constituiu um largo sucesso, tanto em Espanha, como na Europa, e Justo Lípsio iniciou, em 1586, a publicação das suas cartas, cujo bom acolhimento se deve associar não só ao valor moral das suas considerações assentes nas doutrinas estóicas, como à revalorização da prosa de Séneca a partir de meados do século XVI[6].

É preciso não esquecer, neste processo de redescoberta e de alargamento das potencialidades da carta, que, a par da produção de textos literários no domínio da epistolografia, outras obras e instituições, como os numerosos secretários, principalmente de origem italiana e espanhola, que circularam na Europa entre os séculos XVI e XVII[7], e os colégios de jesuítas, contribuíram para a divulgação da prática epistolar. Nestes últimos, onde se formaram muitos homens de corte (como foi o caso de D. Francisco Manuel de Melo, estudante em Santo Antão), a aprendizagem da redacção de missivas fazia parte das matérias curriculares, seguindo os modelos clássicos de Cícero, para as cartas familiares, e de Séneca, para as cartas morais[8].

---

[2] Gonzalo PONTÓN, *Correspondencias. Los origenes del arte epistolar en España,* Madrid, Biblioteca Nueva, 2002, 39-43.

[3] Gonzalo PONTÓN, *Correspondencias,* 188-189.

[4] Ugo DOTTI, «Introduction» a *Pétrarque. Lettres Familières*, Paris, Les Belles Lettres, 2002, XXXVII-XXXIX.

[5] Marc FUMAROLI, «Genèse de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Pétrarque a Juste Lipse», *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, nº 6 Juillet/Aout 1978, 888-890.

[6] Karl Alfred BLÜHER, *Séneca en España. Investigaciones sobre la Recepción de Séneca en España desde el Siglo XIII hasta el Siglo XVII* (versión española de Juan Conde), Madrid, Editorial Gredos, 1983, 405-407. Marc FUMAROLI, «Genèse de l'épistolographie classique...», 894-899, reforça esta ideia, ao considerar que Justo Lípsio, afirmando, como Erasmo, o principio da espontaneidade e da manifestação de uma individualidade na redacção das cartas familiares, cultivou, nas suas epístolas, um estilo onde se manifestam, simultaneamente, traços de ensaiada eloquência, marcas da linguagem oral corrente e figuras que preludiam o discurso engenhoso.

[7] Estes textos chegaram também a Portugal. Ver José Adriano Freitas DE CARVALHO, nota 7 ao Diálogo III de *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues LOBO, Lisboa, Editorial Presença, 1992, 95.

[8] Geneviève HAROCHE-BOUZINAC, *L'Epistolaire*, Paris, Hachette, 1995, 56-58.

Por último, no que diz respeito concretamente a Portugal, há que fazer referência aos diálogos II e III da *Corte na Aldeia* (1619), de Rodrigues Lobo, dedicados à redacção de cartas. Neste texto, a prática epistolar é encarada como o correspondente escrito da arte de conversar, que deve ser apanágio do cortesão discreto, polido, amável e agradável (por isso se procura caracterizar a «carta cortesã e bem escrita», configurada de acordo com o modelo de coloquialidade proposto por alguns humanistas[9]), e, ainda, como uma técnica a adquirir pelo homem político, em sentido lato, que pretende estabelecer e firmar relações sociais com outros homens[10].

Em suma, desde o Humanismo, e por uma convergência de diversos motivos, que o género epistolar se via renovado, enriquecido e prestigiado. A iniciativa de António Luís de Azevedo e de D. Francisco Manuel de Melo só pode ser plenamente entendida tendo em conta este pano de fundo, mas vejamos concretamente que motivos ambos apontaram para a recolha e a publicação das *Cartas Familiares*.

António Luís de Azevedo, ao dirigir-se, no início da obra, à Academia dos Generosos de Lisboa, aponta, como motivo de interesse do livro que organizou, a sua novidade («... aquela [maravilha] de ser o único livro de cartas que se publicou em nosso idioma...», *Cartas Familiares*, p. 48[11]), aspecto a relacionar com a observação que, logo adiante, faz aos Discretos: «Vi primeiro muitos volumes de Cartas que escreveram os antigos e modernos, assi latinos, como italianos e espanhóis e franceses. Confesso que nenhũas me pareceram melhores»[12]. Ou seja, para o editor, as cartas de D. Francisco Manuel de Melo, além de constituírem uma novidade no panorama das letras portuguesas, superam a tradição, afirmando-se como duplamente originais. Por outro lado, para António Luís de Azevedo, a obra vale enquanto retrato de um grande homem, constante no infortúnio (no que pode subentender-se o estabelecimento de uma aproximação entre a obra de D. Francisco Manuel de Melo e as epístolas de Séneca), e enquanto prática de um estilo que não é «culto», nem «enigmático», mas sim «claro, breve, sentencioso e próprio; sem afeite, sem rodeos, nem metáforas», conformando-se ao falar, de acordo com as indicações de Justo Lípsio, segundo o próprio editor observa e, acrescentaria eu, de acordo com o modelo das cartas familiares de Cícero.

D. Francisco Manuel de Melo, por seu turno, valoriza as suas epístolas, na carta prévia dirigida aos leitores, enquanto testemunho da sua experiência pessoal e da sua personalidade e enquanto prática de um estilo assente em «frases naturais, palavras sãs e modos comuns»[13], regressando também, deste modo, à coloquialidade como modelo. Para além destas palavras iniciais, na carta 303, dirigida a António Luís de Azevedo, já depois de este lhe ter sugerido a publicação das suas missivas, confessa achar-lhes «algum jeito» e aponta como critérios que poderão agradar ao público, na composição da obra, a variedade e a brevidade: «O livro vai sem ordem escrito, tendo por mais agradável aqui a variedade, e me parece que poderá levar quatrocentas epístolas, que, como as mais são breves, não fará fastioso volume».

---

[9] Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia,* 90-92 e nota 2 de José Adriano de Carvalho, 90-91.

[10] Para tal, ele deve conhecer as regras da escrita de missivas, desde os seus aspectos exteriores (cuidados com a caligrafia, como preencher um sobrescrito, onde colocar o nome do destinatário, como o nomear, como dobrar o papel e selá-lo, etc.), à tipologia do género, sua estrutura retórica, temáticas possíveis ou aconselháveis e marcas estilísticas habituais. Ver Diálogos II e III da referida edição da *Corte na Aldeia* (nota 7).

[11] Todas as citações das *Cartas Familiares*, neste trabalho, provêm da edição de Maria da Conceição Morais Sarmento (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981). Seguimos esta edição apenas por comodidade.

[12] *Cartas Familiares*, 49.

[13] *Cartas Familiares*, 51-52.

É assim que, na sua primeira edição, as cartas de D. Francisco Manuel de Melo surgem agrupadas em conjuntos de cem peças, independentemente da data em que foram escritas, o que constitui uma espécie de ordenada desordem, que propicia a variedade[14].

Ainda que as qualidades que o nosso polígrafo encontrou nas suas cartas, ao considerar que elas tinham «algum jeito», não tenham sido por ele esclarecidas (teriam que ver com o seu estilo? com os temas abordados? com as finalidades que poderiam servir? com o facto de revelarem o homem na sua diversidade de disposições e relativa incoerência, aspectos que tinham sido apreciados por Petrarca e Erasmo, por exemplo?), das suas palavras e das de António Luís de Azevedo, pode, contudo, concluir-se que o interesse e o apreço destes homens barrocos pelas *Cartas Familiares* se fica a dever, em grande parte, ao facto de nesta obra se actualizarem três critérios estéticos extremamente prezados na sua época: a novidade, a variedade e a brevidade, a que podemos juntar outros que se tornam evidentes ao longo da leitura desta extensa colecção, como a sua finalidade eminentemente pragmática, associada à revalorização da retórica antiga, e a sua oscilação entre o circunstancial e particular e o universal ou paradigmático e, ainda, no que diz respeito ao estilo, as suas marcas de coloquialidade e sábio equilíbrio entre ornamento e despojamento.

Fixando-nos concretamente na obra, busquemos onde se revelam estes valores.

As *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo estabelecem laços evidentes com a tradição literária acima referida. Como prova deste facto surge, de imediato, o título da colecção, que evoca as obras de Cícero, Séneca, Petrarca, Frei António de Guevara, entre outros, e que, simultaneamente, manifesta o conhecimento que o seu autor e o seu editor tinham das tipologias do género epistolar na época e das marcas atribuídas às cartas familiares[15]. Mas, ao redigir e editar as suas cartas, D. Francisco Manuel de Melo não teve por objectivo primordial a imitação dos modelos consagrados, nem o ajuste das suas peças a catalogações predefinidas[16]. O seu objectivo, nesta obra, foi antes, tal como afirmou no prólogo, apresentar-se como o singular e notável produto do «debuxo das fantasias da sem-razão da Fortuna», ou seja, centrar a atenção do receptor no seu retrato de ser único que retira a sua excepcionalidade de um percurso biográfico particularmente carregado de sofrimento e marcado pela injustiça.

---

[14] Este aspecto é rasurado numa edição como a de Maria da Conceição Morais Sarmento, que ordena cronologicamente as cartas. A organização das cartas em centúrias, tal como aparece na 1ª edição, poderá resultar de uma influência de modelos alheios – as cartas de Justo Lípsio, por exemplo, estavam divididas em conjuntos de cem unidades.

[15] Note-se, apenas de passagem, que estas tipologias nem sempre eram inteiramente coincidentes e que podiam ser algo incoerentes, para além de que a prática as ultrapassava largamente, justapondo e amalgamando características de diversos tipos de cartas. Por exemplo, Rodrigues LOBO, na *Corte na Aldeia*, ao definir «carta familiar», retomando Cícero, faz equivaler as designações carta familiar e carta de negócio. Por outro lado, tendo em conta o que nesta obra se diz acerca de diversos tipos de cartas, verifica-se que as *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo englobam não só cartas de negócio como cartas entre amigos: «Três géneros de cartas missivas assina o mesmo Túlio, aos quais alguns costumam reduzir muitas espécies delas. O primeiro é das cartas de negócio e das cousas que tocam à vida, fazenda e estado de cada um, que é o para que as cartas primeiro foram inventadas, que, por tratarem de cousas familiares, se chamaram assim. O segundo, de cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantaria, que servem de recreação para o entendimento e de alívio e consolação para a vida. O terceiro, de matérias mais graves e de peso, como são de governo da República e de matérias divinas, de advertência a príncipes e senhores e outras semelhantes», Francisco Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia,* 90.

[16] Aliás, quando D. Francisco Manuel de Melo se refere a Cícero, Séneca, Plínio o Júnior, Frei António de Guevara, ou Justo Lípsio, no decurso das suas epístolas, não é para apontar nem as marcas nem a qualidade das cartas destes autores. Por exemplo, associa Cícero ao tratamento do tema da amizade (retoma o *De Amicitia*, Carta 434, p. 443) e da associação eloquência / virtude e valor cívico (citando: «Vir bonus dicendi peritus», Carta 535, p. 503); de Séneca aponta várias considerações filosófico-morais (embora numa carta a António Luís de Azevedo, possivelmente a respeito das suas próprias epístolas, diga: «Guarde V. M. os lugares do Séneca, que quando chegarmos embora a impressão, eu os pedirei, como sempre...», Carta 474, p. 465); de Frei António de Guevara aponta uma anedota por ele contada (Carta 261, p. 274).

Foi, aliás, como revelação da personalidade e experiência do seu autor que D. Francisco Manuel de Melo definiu, pela boca do Português, no *Escritório Avarento*, o género epistolar: «De todos os actos de entendimento nenhum é tão expresso retrato da alma, como a carta de cada um, por uma natural reverberação do espírito, que faz reflexo no papel de todos os afectos que no ânimo do homem estão guardados e só ali circunstantes...»[17].

Muito revela D. Francisco Manuel de Melo nas *Cartas Familiares* acerca da sua vivência única, desde os aspectos mais prosaicos, que não raro têm que ver com dificuldades económicas (é frequente que verse a pobreza e escassez do seu alimento) ou com diversas carências materiais sentidas na prisão (solicita que lhe comprem chapéus, que lhe enviem um alfaiate, que lhe tragam um pente de cana para eliminar os piolhos, etc.), às mais profundas e graves reflexões sobre a sua sorte pessoal, em que oscila entre a esperança de melhoras e a amarga resignação, em tudo semelhante ao desespero. Assim, são muito significativas as comparações e metáforas que D. Francisco Manuel de Melo utilizou para se pintar: Tântalo, Job, S. João Evangelista (pregando no deserto), Lázaro (o pobre da parábola evangélica, que aguardava as migalhas caídas da mesa do rico), baixel na tempestade, náufrago, pássaro preso no visco, pássaro encerrado em gaiola que constantemente embate nas grades, edifício arruinado, valezinho afogado, ave de ruim agouro, cousa monstruosa (devido ao sofrimento passado), enterrado vivo. A estas se soma uma variedade de qualificativos que confirma o mesmo retrato de homem sofrido e injustiçado: afligido, perseguido, assombrado, desvalido, desafortunado, encantado (por um mau feitiço, entenda-se), desgovernado, prostrado, abandonado, arruinado, despedaçado, pequenino, parvo, fraco, temerosíssimo, despido, abatido, indefeso, mísero, mofino, desditoso, confuso, morto.

Juntemos a estas afirmações sobre si próprio, a forma como pintou a sua vida – desterro, martírio, tempestade, tormenta, borrasca, dilúvio, dilatada perseguição, infelicíssimo jogo, trabalho, combate, labirinto, caos – e estaremos perante o desenho nítido de um homem capaz de emocionar pelo sofrimento. Este atinge o maior paroxismo entre 1648 e 1650, anos muito conturbados na vida de D. Francisco Manuel de Melo[18] e que correspondem ao maior volume de cartas recolhidas. Certo que muitas destas imagens e metáforas são recorrentes na literatura barroca e o seu uso e abuso exauriu-lhes o valor expressivo, mas, no caso de D. Francisco Manuel de Melo, a concreta e autêntica experiência biográfica de que elas decorrem e a que elas aludem confere-lhes real ressonância.

Perante este retrato, e para evitar leituras ingénuas, cumpre não esquecer que, conforme D. Francisco Manuel de Melo declarou, as *Cartas Familiares* representam uma selecção, feita pelo próprio autor, a partir de um número muito mais vasto de missivas[19], e que as cartas publicadas

---

[17] D. Francisco Manuel de MELO, *Apólogos Dialogais*, vol. II, *Escritório Avarento, Hospital das Letras*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1959, 53. Note-se que Justo Lípsio, na sua correspondência aos belgas, definiu a carta exactamente nos mesmos termos («Speculum animi liber, vetus verbum fuit, sed verissime de epistolis dicetur», *in Tertia ad Belgas*, 1614, *apud* Geneviève HAROCHE-BOUZINAC, *L'Epistolaire*, 97).

[18] Tendo sido transferido da Torre de Belém, em Lisboa, para a Torre Velha, na margem sul do Tejo, em 1646, entre 1649 e 1650 as condições de prisão de D. Francisco Manuel de Melo endureceram, sendo-lhe vedados os pequenos passeios e saídas anteriormente autorizados; a sua saúde degradou-se e o fidalgo viveu momentos de profunda inquietação, ou de verdadeira agonia, enquanto aguardava o resultado do seu apelo da sentença da Mesa da Consciência, recebida em 1648, pela qual vira a sua pena aumentada, confirmado o exílio para a Índia e confiscada a sua comenda. Sustentando-se de temores e esperanças, estas últimas devidas à confiança que depositava nos seus influentes amigos e numa carta de intercessão de Luís XIV, viu-se entregue ao verdadeiro tormento da espera. Finalmente, em 1650, para seu grande desespero, o Supremo Tribunal confirmou a sentença de exílio, transferido embora da Índia para o Brasil. Perdida esta causa, empenhou-se então em obter uma transferência da Torre Velha para o Castelo de Lisboa, que lhe foi concedida (Edgar PRESTAGE, *D. Francisco Manuel de Melo* (Tradução do inglês por António Álvaro Dória), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933).

[19] Na carta aos leitores das suas cartas, o autor afirma que redigiu, só nos primeiros seis anos da sua prisão, vinte e duas mil e seiscentas cartas (*Cartas Familiares*, 52).

foram «alimpadas» antes de virem à luz, conforme o autor afirmou na Carta 295, de 1649, dirigida a António Luís de Azevedo. Se esta operação visou eliminar nomes e referências a factos concretos que poderiam ser demasiado comprometedores (por isso grande parte dos destinatários das cartas não são nomeados), ela também terá envolvido um trabalho retórico mediante o qual o autor terá reforçado aspectos da sua personalidade e actuação, que lhe conviria acentuar, e terá modificado ou eliminado traços inconvenientes para a sua imagem pública e para os fins pragmáticos que pretendia atingir por meio da edição das cartas. Sendo o pragmatismo uma dimensão fundamental da literatura do barroco[20], torna-se claro que as *Cartas Familiares* funcionaram como um longo discurso no âmbito do género judicial e demonstrativo, por meio do qual o autor se apresentava como um homem honesto, inteligente, sensível, culto, urbano e profundamente injustiçado, que poderia atrair a simpatia e a piedade de leitores influentes e, assim, contribuir para a sua libertação e reabilitação pública. Comprovando estas funções das cartas de D. Francisco Manuel de Melo, observe-se, por exemplo, todo o afã de escrita entre os anos de 1648 e 1650. Destes anos, D. Francisco Manuel de Melo publicou mais de duzentas e cinquenta cartas datadas, dirigidas a diversos destinatários. Muitas foram enviadas a ministros, parentes, amigos, secretários, religiosos, prelados e professores, sem mais especificação. Entre os nomeados encontramos, para além de D. Ana de Áustria, Rainha Regente de França[21], outras personalidades de monta, religiosos e leigos, desempenhando cargos públicos relevantes (um qualificador do Santo Oficio, bispos, juizes, embaixadores, cortesãos estreitamente ligados ao Rei, letrados, políticos, etc.)[22].

Foi devido a estas características e funções da obra que Juan Estruch Tobella considerou que as cartas familiares de D. Francisco Manuel de Melo não constituem, afinal, o espelho da alma do seu autor. Para este estudioso, o fidalgo português situou-se perante as suas epístolas como perante a sua restante obra literária, onde a efusão sentimental e a expressão do íntimo foram constantemente submetidas a um rígido controlo racional que apresenta escassas fissuras. O objectivo deste controlo seria apresentar ao público contemporâneo e à posteridade o retrato que D. Francisco Manuel de Melo quis difundir de si mesmo[23]. A justeza destas afirmações é inegável, mas, no meu ponto de vista, é também inegável que nas *Cartas Familiares* se encontram autênticos gritos pungentes e confissões sentidas, ainda que a par de uma quase contínua hiperbolização do infortúnio

---

[20] Como viu Maria Lucília Gonçalves PIRES, seguindo as propostas de M. H. Abrams, é possível classificar «de essencialmente pragmática a poética barroca, tendo em conta o relevo que confere à figura do leitor e aos efeitos que a obra literária nele deve produzir», *in* «Da poética barroca», *Xadrez de Palavras*, Lisboa, Cosmos, 1996, 23.

[21] E de D. João IV, embora a carta dirigida a este soberano não figure na primeira edição das *Cartas Familiares*.

[22] São eles: o Padre Mestre Frei F. D. M., Qualificador do Santo Oficio da Inquisição Romana e Catedrático de Controvérsia no Colégio de Propaganda Fide, António Pereira da Cunha, Secretário do Conselho de Guerra no reinado de D. João IV, Luís da Silva Teles, Francisco de Sousa Coutinho, embaixador na Holanda e depois em França (a quem dirige quatro cartas), o Conde de Briena, Secretário de Mandamentos de D. Ana de Áustria, o Conde João Rodrigues de Sá e Meneses, Camareiro-Mor, (a quem dirige catorze cartas), Pedro da Cunha, trinchante-mor do Rei D. João IV, o Doutor Gregório de Valcaçar de Morais, Senador de Lisboa, Monsieur Lanier, residente de França em Portugal (a quem redige duas cartas), Manuel de Sousa Pacheco, o Arcediago Francisco de Sousa de Meneses (a quem dirige três cartas), o Doutor Diego Marchão Temudo, seu juiz, D. P. de Meneses, Bispo do Porto, o Doutor Juan Baptista Moreli (na verdade Frei Fulgêncio Leitão, autor do livro *Reducción y Restituyción del Reyno de Portugal a la Serenissima Casa de Bragança*), João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castel-Melhor (a quem dirige duas cartas), Manuel Severim de Faria, Chantre de Évora (a quem redige três cartas), o Padre Mestre Frei Timóteo de Ciabra Pimentel, primeiro jesuíta e depois carmelita (a quem escreve em duas ocasiões), o Bispo D. Frei Dionísio dos Anjos, o Bispo Capelão-Mor D. Manuel da Cunha, D. Vicente Nogueira, Referendário Apostólico e Duarte Ribeiro de Macedo. Durante este período, redigiu ainda D. Francisco Manuel de Melo diversas cartas a António Luís de Azevedo, onde a par de notícias sobre a produção das suas obras escritas, circulam queixumes e apelos.

[23] Juan ESTRUCH TOBELLA, «Retórica y confesión personal en las *Cartas Familiares* de Francisco Manuel de Melo», *in Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa / Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, 80-83.

vivido pelo seu autor. Mas que homem não desesperaria e não se lamentaria perante tantos anos de prisão e demoras da justiça? Parece-me, portanto, pouco judicioso atribuir apenas a uma finalidade retórica e a um simulacro de autenticidade queixas tão exactas e justificadas como a seguinte:

> Não tenho já que vender, nem que empenhar, nem dinheiro para dar a barcos, nem grãos a hóspedes. Que será de mi? Estou sobretudo doente de achaques que requerem cura e neste tempo. Tenho dívidas, tenho legados a que dar satisfação. Ando em vésporas de fazer jornada larga e incerta. Que me mandem castigar no corpo, se o mereço, santo, justo e bom; mas n'alma, nem na honra, nem em a conciência não parece idóneo. (Carta 357, de 1650, A um amigo, sobre negócios vários, p. 359.)

Estas considerações não invalidam, de forma alguma, a constatação das evidentes finalidades pragmáticas das *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo. Toda a carta, calcada, desde as origens, sobre as categorias da eloquência e sobre os processos da retórica, espera um leitor e visa um resultado, o que, no caso deste fidalgo, encarcerado durante longos anos, se torna particularmente visível. Assim, o autor não só multiplicou epístolas e destinatários na tentativa de actuar sobre a marcha do seu processo judicial, como se serviu da carta para, simplesmente, se manter presente e interventivo na sociedade da qual se viu involuntariamente afastado. Este forte e evidente anseio de comunicar e actuar, permite compreender perfeitamente o seu patético temor de ser esquecido e a angústia dos passos onde constatou as limitações de uma intervenção que depende inteiramente da palavra escrita e enviada (por exemplo, observa, em 1650, a um ministro: «Eu lhe escrevo, mas um dedo de vista vale mais que um palmo de carta», Carta 361, e a um amigo, também em 1650: «Mas esta voz clama em deserto e necessita de muitas que, se não clamarem, acordem em povoado...», Carta 306)[24].

Consequentemente, nas cartas de D. Francisco Manuel de Melo regista-se uma ampla variedade de actos de fala: o fidalgo informa (o que é curioso; embora preso, muitas novas não lhe escapam e parece até que chegam, com relativa abundância e celeridade à prisão), julga (no que considera a distância a que se encontra do mundo ora uma vantagem – «Eu, ainda que de longe, vejo daqui, apesar dos anos e das distâncias; vejo e distingo», afirma na Carta 350, de 1650, dirigida a um secretário – ora uma desvantagem – «Quem vê de longe muitas vezes se engana», diz na Carta 263, de 1649, endereçada «A um amigo»[25]), formula pedidos de intercessão a favor de amigos, de protegidos ou de indivíduos de quem conhece a delicadeza da situação (pede por um moço pobre e preso, por vários outros presos entregues, como ele, a justiças lentas, por militares não devidamente recompensados, por senhoras em situação vulnerável, etc.), aconselha (e gosta bastante de aconselhar noivos e recém-casados, em moldes idênticos aos da *Carta de Guia de Casados*, como se verifica nas cartas 313 e 347[26]), consola (e são várias as cartas de pêsames ou aquelas onde conforta os que viram o seu desempenho público insuficientemente recompensado), felicita (por ocasião de nascimentos, de casamento, de subida a novos cargos), oferece (os seus serviços, as suas obras literárias ou alguma prenda que acompanha a carta), deplora (insucessos, partidas, falecimentos), elogia (os seus benfeitores, as obras literárias de outros autores), corrige (as mesmas obras literárias), agradece (favores, visitas, cartas), desculpa-se (da falta de tempo, da impossibilidade de bem obsequiar, da incapacidade de agradecer devidamente), assim se revelando um indivíduo eminentemente sociável e um conversador nato.

---

[24] *Cartas Familiares*, 364 e 313.
[25] *Cartas Familiares*, 354 e 276.
[26] *Cartas Familiares*, 316-317 e 351.

Torna-se evidente, em muitos destes actos realizados nas cartas e através delas, o recurso a fórmulas de cortesia consagradas, tanto na escrita como na oralidade, entre os homens familiarizados com os códigos de uma sociedade galante. É verdade que a literatura de comportamento social, no contexto de uma reflexão sobre as normas de convivência, sempre conferira muita importância à prática dos gestos e cerimónias e ao regulamento das formas de saudar, receber, despedir-se, visitar, etc.[27], e que em obras como o *Galateo Español,* de Lucas Gracián Dantisco, e a *Corte na Aldeia,* de Rodrigues Lobo, o uso das cortesias e das fórmulas de tratamento hierárquico fora abordado no contexto das regras para a prática de uma epistolografia cortesã. Certamente que D. Francisco Manuel de Melo conhecia estas obras e seus ditames, assim como as fórmulas corteses registadas nos secretários.

Logo na carta que prefacia as *Cartas Familiares,* D. Francisco Manuel de Melo revela, graciosamente, aos seus leitores, que conhece e aprecia os costumes urbanos («Senhores: Assi como pede a cortesia que saiamos a receber a porta de nossas casas, com algũa cortês demonstração a nossos hóspedes, manda a urbanidade que, com algũa advertência, vamos a encontrar nossos leitores ao princípio de nossos livros»)[28] e, ao longo da sua colecção de missivas, tocando, como disse Rodrigues Lobo, pela voz do Prior, «o cantochão da cortesia, em cujo contraponto há cem mil galantarias e extremos»[29], o fidalgo presenteia os seus destinatários com diversas expressões de recebimento, oferta, pedido, agradecimento, desculpa e despedida que primam pelo uso de encarecimentos.

Vejamos algumas destas fórmulas, nas *Cartas Familiares*, onde, por vezes, por detrás do convencionalismo surgem as marcas da história pessoal e da escrita do seu autor.

De oferta:

> Senhor meu: a liberdade dos presos, o dado dos escassos e a parvoíce dos discretos. (Carta 458, A um amigo, p. 456.)

De pedido:

> Senhor, nenhum miserável pode ser cortesão. Apenas servi ontem a V. S., já lhe vou pedir hoje que me pague. Mas por certo a paga que eu peço também é serviço; porque dar ocasião a que V. S. faça ũa cousa tão boa e justa, quem duvida que é servi-lo? (Carta 243, ao Bispo do Porto D. P. de Meneses, p. 261.)

---

[27] O *Galateo Ovvero de Costumi* (1558), de Giovanni della CASA, visou, entre outras finalidades, a formação do homem «costumato e piacevole e di belle maniere» e no *Galateo Español* (1593), de Lucas GRACIÁN DANTISCO, que poderá considerar-se como uma tradução e adaptação para castelhano da obra italiana, o capitulo IX é dedicado às diversas cerimónias e sua oportunidade. Entre outros aspectos, o autor focou os cumprimentos e gestos que se fazem por obrigação ou devido aos merecimentos alheios, as formas de acolher visitas, de dirigir a palavra a distintos interlocutores, os beija-mãos e seu código, o uso dos títulos. Na *Corte na Aldeia*, obra filiada na linhagem bibliográfica dos galateos, segundo José Adriano de Carvalho (ver «A leitura de *Il Galateo* de Giovanni della Casa na Península Ibérica: Damásio de Frias, Lucas Gracián Dantisco e Rodrigues Lobo», Separata da *Revista Ocidente*, vol. LXXIX (1970), 157), Rodrigues Lobo manifestou idêntica preocupação pelas regras de uma retórica que deve reger os títulos, os tratamentos, as cerimónias da mesa e dos encontros em público, a etiqueta da conversação, etc..

[28] *Cartas Familiares,* 51. A respeito deste acolhimento feito ao leitor no início da obra, note-se que, na *Corte na Aldeia*, no Diálogo XII, intitulado «Das cortesias», o prior observa que, para bem acolher uma visita, é necessário dominar os modos de recebimento, assento e despedida, afirmação que se reflecte nas *Cartas Familiares* não apenas «à entrada», mas em muitas missivas, tanto quando o autor enuncia a sua alegria pelo facto de estar a estabelecer uma ligação com o seu correspondente, como quando, ao terminar, oferece os seus serviços, manifesta a sua gratidão ou procede ao elogio daquele de quem se despede.

[29] Rodrigues LOBO, *Corte na Aldeia,* 238.

De desculpas e agradecimento:

> Provei a responder a V. M. e não soube. Procurei, sequer, crer a V. M. e não posso. Que hei logo de fazer para não ficar todo ingrato e ignorante? Calar-me? Isto fiz. Isso faço. Ou ao menos pedir a V. M. seja o próprio que por mi se responda. Ou não seja tão discreto que lhe não possamos responder. (Carta 212, A um grande letrado, p. 232.)

De agradecimento:

> Já houve quem dissesse que o muito obrigar era espécie de tirania. Mas para quem se acha bem no cativeiro, favor será lançar-lhe mais um grilhão. Com o ferro desta alabarda me ferrou V. M.: tanta graça se me fez na que se fez a este sargento. (Carta 350, A um Secretário, p. 354.)

Como é evidente, nestas fórmulas concentram-se, de acordo com os gostos do tempo, numerosos jogos de palavras e conceitos. Por exemplo:

> Sei o que de novo devo a V. S., e sei que o dever-lhe não é novo; muito mais novo será o pagar--lhe, segundo o pouco que eu posso, e o menos que se costuma pagar grandes obrigações. (Carta 469, Ao Conde Camareiro Mor, p. 462.)

> Meu Senhor D. N.: Um corvo há em casa da Senhora Condessa que eu julgo pomba, quando me traz estas cartas de V. S., estimadas e desejadas de mi como um ramo de oliveira, contra as fúrias do dilúvio de toda a semana; porque em verdade, que, para a fraqueza do meu espírito, já qualquer ocupação é tromenta desfeita. (Carta 467, A um governador, p. 460.)

As *Cartas Familiares* revelam, deste modo, os costumes da época e reflectem as circunstâncias particulares de que brotaram, mas repare-se que, nesta obra, do particular e preso a indivíduos, momentos e factos concretos, D. Francisco Manuel de Melo chega a reflexões de interesse e valor universais. De facto, o fidalgo é capaz de extrair, daquilo que imediatamente observa e experimenta, considerações maduras e abrangentes acerca da natureza do homem e do valor da vida humana, bem como acerca de outros temas, que, para além de se revestirem de um valor primordial na sua biografia, como a amizade ou a justiça, são sempre actuais. Noutros casos, a reflexão dirige-se para temas privilegiados no tempo do autor, como a vida na Corte (dominada por mentiras, aparências e dolos), o contraste cidade / campo (preferindo claramente D. Francisco Manuel de Melo a vida na cidade), o peso do exercício dos cargos civis e a parca recompensa pública atribuída aos honestos, a mudança (o tempo tudo altera), os poderes da Fortuna.

Partindo da sua própria experiência, D. Francisco Manuel de Melo produz também diversas reflexões acerca do comportamento do homem afligido por contrariedades e infortúnios e acerca dos caminhos para a superação do sofrimento. Considera, assim, que é natural e inevitável que, perante a dor, o homem experimente primeiro uma viva dilaceração e que, só depois, busque e encontre defesas na filosofia, observação que o leva a questionar ou mesmo a negar a justeza dos fundamentos das doutrinas estóicas. Afirma, por exemplo:

> Duramente (a meu ver) ou mentirosamente, quiseram os Estóicos vender-nos por constância a insensibilidade. Não diriam bem as almas de ferro com corpos de barro... (Carta 411, de 1650, A um ministro amigo p. 398.)

A presença do pensamento de Séneca, e eventualmente de Justo Lípsio, em considerações deste tipo torna-se evidente, mas D. Francisco Manuel de Melo, ainda que louvando a virtude da paciência, acerca da qual escreveu mesmo «um livrete» que não chegou a terminar[30], e o papel da razão na condução dos actos humanos, acaba por considerar que os afectos, que os estóicos pretendiam controlar até ao ponto de os eliminar, constituem, afinal, a essência do homem e da humanidade («nunca tive por homem aquele que se nega aos afectos da natureza», Carta 509, A um Conde, s.d.[31]). Por outro lado, incapaz ele próprio de superar definitivamente o sofrimento pelas virtudes estritamente humanas da fortaleza e conformidade, recomenda o abandono confiante à cristã Providência Divina[32].

Sobre a amizade, eixo de qualquer colecção de cartas familiares, e que, para D. Francisco Manuel de Melo, sem família próxima, afastado do mundo e necessitado de quem dele se recorde, o visite e o auxilie, assume enorme valor, a ponto de considerar, em carta dirigida a um ministro, em 1650, que «padecer no silêncio dos amigos é mais do que morrer»[33], tece várias reflexões, que poderão provir de leituras directas de Cícero ou de apropriações posteriores e correntes da obra deste autor[34].

A amplitude temática das reflexões de D. Francisco Manuel de Melo, bem como a diversidade de actos de fala registados nas *Cartas Familiares*, constituem marcas evidentes da variedade nesta obra. Uma variedade que, contudo, como o próprio autor disse na carta-prólogo, está menos nos temas («Em os assuntos há pouca variedade, porque sempre o humor da sorte estava fixo na melancolia»[35]), do que na expressão. A dor tornou-o prolixo a respeito do seu próprio caso (afirma na Carta 292, de 1649, A um amigo grande letrado: «Veja-se agora, sendo tal o humor que me ministrou a eloquência, que tais haverão sido 2600 cartas que por conta terei escrito nos seis anos de minha prisão! São largas, são proluxas, como aquela dor que lhe serve de motivo.»[36]), mas a impressão de redundância, a nível temático, nas *Cartas Familiares*, é compensada pela diversidade de registos da língua portuguesa que nelas se encontra. De facto, ainda que D. Francisco Manuel de Melo tenha apontado como características do seu discurso as 'frases naturais, palavras sãs e modos comuns', de acordo com o estilo médio ou natural da carta familiar e da carta cortesã, a verdade é que, sob o ponto de vista da língua, as epístolas do fidalgo português são bastante ricas e variadas, seja porque buscou uma adequação aos seus diversos destinatários e às circunstâncias particulares que presidiram à redacção de cada uma das cartas, seja porque possuía um gosto natural pela palavra e suas potencialidades expressivas, ou, ainda, porque o ágil e gracioso manuseio da língua lhe permitia, de novo, afirmar as suas qualidades de homem mundano e cortês.

---

[30] *Cartas Familiares*, 307.

[31] *Cartas Familiares*, 487.

[32] Sobre senequismo na epistolografia de D. Francisco Manuel de Melo, ver Rui Manuel da Rocha RUFINO, «Sentir moderadamente. A influência do pensamento senequista nas *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo», Tese de Mestrado em História da Cultura Portuguesa, Época Moderna, Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1996. Outros autores como Benjamin Nicolas TEENSMA em *Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666, Inventário General de sus Ideas*, Gravenhage, Martinus Nijhoff-s', 1966, 43-47 e Giacinto MANUPELLA em «Acerca do cosmopolistismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo», *in Brasília*, Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1961, 62-63, detectaram, no conjunto da obra deste autor, dissonâncias e oscilações, de acordo com as vicissitudes do seu percurso biográfico, face ao pensamento estóico em geral e de Séneca em particular. Este facto levou Rui Manuel da Rocha Rufino a falar de um senequismo vivencial ou sensibilizado.

[33] *Cartas Familiares*, 315.

[34] Considera, por exemplo, que a amizade se estabelece entre indivíduos que partilham semelhanças, que ela deve ornar-se de muitos olhos, pois o amigo olha pelo amigo, que o verdadeiro amigo é outro eu.

[35] *Cartas Familiares*, 52.

[36] *Cartas Familiares*, 299.

Desde o tom grave e do período mais amplo à frase curta e sincrética ou elíptica, desde o gracejo malicioso ao mais amargurado, desde o uso de pregões à velada ou descoberta citação de excertos da obra de grandes autores (portugueses e não só; entre os primeiros Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes e Fernão Mendes Pinto), desde o tom coloquial, que reproduz a conversa espontânea e que pode mesmo derrapar, deliberadamente, para o nível de língua popular, ao discurso marcado por jogos de palavras e conceitos, desde a sentença breve e lapidar ao maior prosaísmo, todos estes registos convergem nas *Cartas Familiares*.

Comecemos por observar que o discurso sentencioso, associado à relação circunstancial / universal, marca muitas passagens da obra. É conhecido o apreço que gozaram, durante o período barroco, formas breves como a sentença, a máxima, o aforismo e o apotegma. Estas formas, não raro ligadas a uma cultura erudita, enunciavam verdades de validade universal e atraíam a atenção e a admiração dos leitores pela sua concisão e precisão, mas também, eventualmente, pelo seu carácter elíptico ou misterioso[37]. Nas cartas de D. Francisco Manuel de Melo, as afirmações sentenciosas pontuam o discurso que se refere a situações concretamente vividas ou testemunhadas pelo autor:

> Estando hoje para entrar na liteira, me deram um papel de V. M.. Não podia ser melhor o anúncio de que me espera bom ano, que começando ele, lembrando-se V. M. de mi. Se assi foram bons como são muitos os nossos anos, bem nos pudéramos mandar destes presentes. […] Tristes de esses a quem a idade só serve de peso e não de doutrina, porque a estes, dá-lhes a dor e tira-lhes a experiência. (Carta 450, A Luís Martins de Sousa, s.d., p. 452.)

De características formais idênticas à sentença, a frase curta e concisa surge como outro dos registos favoritos de D. Francisco Manuel de Melo, que a utiliza com propriedade e elegância. Tal como a sentença, pode convidar o leitor à decifração daquilo que é silenciado ou meramente aludido, característica bastante prezada pela poética barroca[38]. Repare-se na perfeição desta carta, inteiramente construída a partir da justaposição de várias frases curtas (e que recorda, inevitavelmente, o final da *Carta de Guia de Casados*):

> «A um parente moço que se partia para a guerra.
> P.I. Ide com Nosso Senhor. Lembrai-vos sempre dele e de quem sois. Falai verdade. Não aprofieis. Perguntai pouco. Jogai menos. Segui os bons. Obedecei aos maiores. Não vos esqueçais de mi. E sede embora Plínio Júnior, que se tudo isto fizerdes, ainda sereis mais. Deus vos leve, defenda e traga. Torre, sábado. (368)

Quanto ao rifoneiro português, há que dizer que D. Francisco Manuel de Melo o conheceu e utilizou oportunamente, revelando assim o seu gosto por mais uma forma breve, esta de carácter popular e oral e de sabor a tempos antigos. Reconhece-lhe utilidade e expressividade («... que às vozes das velhas sempre achei muita serventia...»)[39], e certamente valor estético, e por isso se serve dele.

Cremos que se pode aproximar este apreço por provérbios e ditos do gosto que o autor manifestou pelo uso de vocábulos relacionados com actividades manuais, agrícolas ou outras (por exemplo, *esbagulhado*, *esbagoado, matalotagem*), de plebeísmos ou formas populares (*escambo*,

---

[37] Alain MONTANDON, *Les Formes Brèves*, Paris, Editions Hachette, 1992, 26-30.

[38] Nas palavras de António Luís de Azevedo, dirigidas aos Discretos no início da obra, a concisão, que é apanágio da língua de D. Francisco Manuel de Melo, não se confunde com a obscuridade, mas pode gerar o conceito (*Cartas Familiares*, 50-51).

[39] *Cartas Familiares*, 156.

corocha, *tramposo*, *maranha)*, ou, ainda, de arcaísmos (*esbrabejar*, por exemplo)[40]. Embora não muito frequente, o recurso a estes vocábulos corresponde, possivelmente, a um desejo de cultivar e promover a riqueza da língua portuguesa, pelo que D. Francisco Manuel de Melo não enjeita também, no outro extremo da escala, o léxico requintado da literatura do seu tempo, usado, igualmente, com moderação. Deste modo, observamos que, evitando excessos e, simultaneamente, alargando o leque das formas de expressão, D. Francisco Manuel de Melo logra uma hábil combinação entre variedade e contenção, em tudo conforme aos preceitos (mais do que à prática real) da poética barroca.

Gracejos e malícias são também um traço muito característico das *Cartas Familiares* e funcionam adequadamente como contraponto de queixumes e lamentos repetidos. Lembremos como o riso, associado à exploração das virtualidades da língua e à arte de desenvolver uma conversa aprazível, era apreciado e celebrado na época. Já Baldassare Castiglione tinha dedicado boa parte do Livro II da sua obra *Il Cortegiano* (1528) ao louvor de chistes, comentários oportunos e ditos e contos graciosos. Este autor considerou o riso um elemento importante na vida social, na medida em que amenizava situações, divertia e dava provas do entendimento fino e maleável dos que o provocavam e dos que compreendiam as graças. Lucas Gracián Dantisco, no *Galateo Español*, relacionou também riso e exploração das virtualidades da língua e observou que a *gracia o donaire* de um cortesão dependia largamente da sua arte de motejar no tom e momento exactos[41].

São estas capacidades que D. Francisco Manuel de Melo exibe nas *Cartas Familiares*. Tom jocoso e gracejos são perfeitamente oportunos e adaptados aos seus destinatários. Por isso os encontramos com maior frequência e intensidade nas cartas de galantaria dirigidas a destinatárias, parentas ou religiosas, com quem se permite brincar gostosamente, e a amigos e parentes próximos. Os artifícios que provocam o riso são geralmente de três qualidades: a deformação, pelo exagero, da situação referida (processo que pode conduzir à caricatura), o tratamento grave de assuntos ligeiros e os jogos de palavras assentes na homonímia e na polissemia. Aprecie-se a seguinte, dirigida a uma dama *que estava doente de uma queda*:

> Pudera V. M. antes que caísse aconselhar-se com um caído; mas, pois caiu sem conselho, sinal é que caiu por sua vontade, e destas quedas não se dão pêsames. São perigos das alturas, quanto mais que para quem em tudo é tão alta, não há passo que não seja risco. Saia por testemunha do meu pouco espanto o meu silêncio. A lástima, que pudera obrigar-me, também me ajudou a fazer mudo. Quem lhe diz que não folguei? Olhe, por duas razões: a primeira, porque todos os doentes querem ver doentes aos sãos; a segunda, porque do baixo não se cai. Melhor é ver a V. M. segura nas quedas, que arriscada nos voos. Não é nada disso, senão que, para o poder ver desde a baixeza deste meu estado, era necessário que decesse. Enfim, Senhora, V. M. se aquiete com haver feito seu ofício, porque ainda Domingo passado nos disse Nosso Senhor que as estrelas são as que caem e os sóis os que se escurecem, etc. (Carta 571, s.d., p. 544.)

O mesmo tom jocoso domina as cartas de parabéns, por natureza mais alegres:

A um amigo de parabéns de ũa filha:

---

[40] Cabe aqui recordar as palavras de apresentação da obra de António Luís de Azevedo, que observou que o seu autor não se valeu de estrangeirismos, mas de «palavras portuguesas antigas», «usadas com mediocridade», de forma a servirem de ornato (*Cartas Familiares*, p. 50).

[41] Margherita MORREALE, «Estudio preliminar» do *Galateo Español* de Lucas GRACIÁN DANTISCO, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1968, 47-49.

> Senhor, na casa de bênção antes nace a fêmea que o varão. V.M. é César mais discreto que César, que se ele queria ser César ou nada, V.M. já que não teve César, tem pouco menos que é muito mais que nada; e mais também tem nada, que muito bem nada e muito bem lograda seja. (Carta 334, de 1650, p. 340.)

Mas o mais notável é que D. Francisco Manuel de Melo também é capaz de versar, em tom leve e jocoso, o seu infortúnio pessoal, fazendo rir ou sorrir ao abordar problemas tão graves para ele como a escassez de alimento, ou a falta de cartas e visitas:

> N. esteve aqui ontem com os seus três filhos, que me pareceram muito bonitos. Adivinhou (como eu lhe disse) que não tinha mais de meu que três bocados de marmelada; por isso me não trouxe os outros. (Carta 65, de 1645, A um parente, p. 107.)

> Já se não passará sem mortificação esta Quaresma, havendo-se passado tantos dias dela sem que eu tenha novas de V. M.. Jejum d'alma é este, e que não pouco enfraquece o espírito carecer daquele ar que alenta e vivifica a amizade, qual o trato. (Carta 349, de 1650, A António Luís de Azevedo, p. 352.)

Observa-se, contudo, que gracejos e tom jocoso se reduzem no decurso do atormentado período de 1648 a 1650. Os que sobram, amargurados e mordazes, ferem os que o castigam:

> ... que V. M., por sua pessoa e pelos meios que lhe forem possíveis, queira ajudar esta minha pobre pretensão, lembrando ao Senhor Secretário dirija e alembre e disponha o despacho dela, porque de outra sorte eu ficarei aqui até que o eco da trombeta do Juízo Universal nos chame a todos, e confunda, como confundirá, aos que assim me tem julgado e não acabam ainda agora. (Carta 412, de 1650, a António Luís de Azevedo, p. 407.)

Versátil, D. Francisco Manuel de Melo é ainda capaz de tratar o seu sofrimento socorrendo-se da linguagem popular («… receo vir com os focinhos a terra e perder o que já tenho sofrido…», Carta 302, dirigida a Manuel Severim de Faria[42]) ou da língua conceituosa do tempo («Para isto só fui lembrado, para me não gozar de ser esquecido. Eis aqui, Senhor meu, a razão do meu silêncio sem razão», Carta 409, dirigida a um Professor de Boas Letras)[43].

Passemos, finalmente, à brevidade, marca evidente na curta extensão da grande maioria das cartas[44] e também qualidade do discurso rápido e conciso de muitas delas, de que já falámos e que mereceu o elogio do seu editor. Esta brevidade, associada à autonomia de cada uma das cartas (característica mais evidente na primeira edição das *Cartas Familiares*, já que a de Maria da Conceição Morais Sarmento, adoptando o critério da ordem cronológica das epístolas, faz das peças móveis um conjunto coeso e organizado numa progressão que lembra a de um diário íntimo), cria o aspecto fragmentário da obra.

Talvez entremos aqui no campo daquilo que pode mais interessar o leitor de hoje das *Cartas Familiares*, não especialmente motivado para o estudo do barroco. Fragmentação, descontinui-

---

[42] *Cartas Familiares*, 309.

[43] *Cartas Familiares*, 395.

[44] As mais longas transbordam, quase sempre, da noção de carta familiar e são, por exemplo, aquela em que D. Francisco Manuel de Melo aborda o seu projecto de publicação de uma Biblioteca Lusitana de Autores Portugueses, a Carta 414, ou aquela onde se refere a várias *antiguidades* de Portugal ou curiosidades da etimologia de alguns topónimos portugueses, a Carta 431.

dade, ruptura, incompletude, desordem, caos, são categorias caras ao paradigma contemporâneo e susceptíveis de cativar o leitor actual. Acresce que, nesta obra, à estrutura exterior fragmentada, resultante da justaposição de cartas diversas dirigidas a diferentes destinatários, corresponde, sob o ponto de vista temático, a emergência de um sujeito que frequentemente se declara perdido de si próprio, desarticulado ou despedaçado. De facto, as *Cartas Familiares* não são apenas percorridas pela oscilação contínua do seu autor entre a conformação e a revolta ou entre o desengano e a esperança teimosa e resistente que mais magoa, mas também, pela pungente experiência de uma identidade perdida e de uma essência aniquilada:

> Ando fora de mi há muitos tempos; e agora ando sem mi... (Carta 259, de 1649, A um Ministro, p. 273)
>
> Que posso eu dizer a V. M. de mi, se eu de mi não sei parte? (Carta 263, de 1649, A um amigo, p. 276)
>
> Conceda-me V. S. licença que lhe diga tenho hoje algũa saudade de mi (que é novo ter de saudades), (Carta 296, de 1649, A um ministro, p. 303)
>
> Eu confesso de mi que, havendo sido para pouco agora sou já para nada. Não ando gente estes dias; porém nem por isso deixam os desgostos de me tratar muito como a gente. Foram tantas neles as ocasiões de descontentamento que de todo me levaram de mi isso que de mi ainda havia. (Carta 240, de 1649, A ũa parenta sobre negócios familiares, p. 259.)

Assim, se é verdade que a correspondência de D. Francisco Manuel de Melo não está animada por uma pintura do mundo na sua riqueza e variedade (como sucede, por exemplo, nas cartas do Padre António Vieira, que daqui retiram grande parte do seu interesse), o que pode desapontar os leitores contemporâneos, nela permanece vivo, nítido e actual o retrato de um homem a quem não faltou tempo para explorar os meandros do eu até à experiência da sua dissolução.

É precisamente este aspecto de desvendamento de uma personalidade única e de pintura da sua vivência do sofrimento que tem interessado os críticos mais recentes das *Cartas Familiares*. António José Saraiva e Óscar Lopes, Andrée Rocha e Maria da Conceição Morais Sarmento valorizaram a correspondência de D. Francisco Manuel de Melo essencialmente enquanto «documento humano de experiência de vida»[45] e, pelo contrário, apontaram-lhe como pecha «as subtilezas conceptistas»[45] ou o «cansativo jogo malabar [de palavras e conceitos] que nem sempre entendemos à primeira»[47].

Mas, para os tempos de hoje, as *Cartas Familiares* ganham ainda mais interesse quando, superada a mera leitura autobiográfica, D. Francisco Manuel de Melo surge como figura paradigmática do homem preso nas malhas de uma sociedade pouco justa, mas consciente da sua inalienável liberdade interior (por isso afirmou na Carta 209, de 1649, dirigida e um Ministro «... saiba, Senhor meu, que estou solto e livre; porque a alma não está na Torre Velha», e na Carta 328, de 1650, dirigida a D. João Pereira: «Crea, Senhor D. N., que se o corpo está preso entre quatro paredes […], que o ânimo se não deixa compreender de tão limitados termos»[48]). Indo ainda mais longe, como o fez Andrée Rocha que sentiu a correspondência deste autor como uma tragédia, as *Cartas Familiares* cativam e abalam, hoje, porquanto configuram «a tomada de consciência do que há de inexpugnável no homem, mesmo quando colocado perante o absurdo discricionário»[49].

---

[45] São palavras de Maria da Conceição Morais SARMENTO na Parte II do Prefácio às *Cartas Familiares*, 33.
[46] António José SARAIVA e Óscar LOPES, *História da Literatura Portuguesa* (12ª edição), Porto, Porto Editora, 1982, 498.
[47] Andrée ROCHA, *A Epistolografia Portuguesa*, 146.
[48] *Cartas Familiares*, 230 e 329.
[49] Andrée ROCHA, *A Epistolografia Portuguesa*, 148.

Por último, mantém ainda bastante actualidade, nas *Cartas Familiares*, o retrato do escritor produzindo e divulgando a sua obra, aspecto que tem sido destacado por todos os críticos da obra, que nela recolheram abundantes informações acerca da produção de D. Francisco Manuel de Melo (datas de escrita, obras não impressas, projectos de redacção, etc.).

Neste ponto, o mais interessante parece-me ser o afecto que o autor demonstra pelas suas obras (a que chama «tesouros» na Carta 187, de 1648[50]) e a íntima relação que manifesta ter com elas. Chama-lhes «suas», chama-lhes «filhos» e chama-lhes «embaixadores», designação esta que revela também, sem dúvida, a finalidade retórica que lhes conferiu. É muito curioso observar, a este respeito, todo o cuidado que D. Francisco Manuel de Melo pôs na redacção da obra *D. Teodósio*, que desejava oferecer a D. João IV, certamente com o fito de obter o seu perdão: preocupou-se com a qualidade das fontes a consultar e a citar, com a escolha da língua – português ou castelhano – em que a redigiria, com a composição do emblema que pretendia colocar na sua abertura, etc.[51]. De resto, outras obras, como o *Fénix de África*, que enviou, com muitas expectativas, a vários correspondentes, ou a sua poesia – e refere-se muitas vezes ao *Panteon*, que acarinhava muito pelo facto de as suas disposições interiores se harmonizarem perfeitamente com o conteúdo melancólico do poema – mereceram-lhe igualmente cuidados desvelados.

A escrita histórica ou literária não se revestiu, portanto, apenas de uma finalidade pragmática para D. Francisco Manuel de Melo. Ela serviu-lhe de consolo na melancolia e de ocupação na ociosidade[52]. As próprias cartas funcionaram também como consolação das suas penas, segundo explicou a um amigo a quem se dirigiu em 1649[53].

Tais virtudes balsâmicas da escrita em nada afectaram a seriedade do seu trabalho de homem de letras. Para bem se documentar e para se inteirar das últimas produções literárias, mas também para apaziguar a sua sede de leitor, D. Francisco Manuel de Melo solicita a vários correspondentes (Francisco de Sousa Coutinho, D. Vicente Nogueira, entre outros) que lhe façam chegar obras de diverso teor, desde os tratados políticos à poesia. Com humor, pede também a D. João Pereira, no momento em que redigia a *Carta de Guia de Casados,* que lhe envie algumas cartas de namorados, para que possa pronunciar-se acerca de requebros[54]. O trabalho de redacção é moroso («Sempre escrevo, mas como risco em ũa hora o que em muitos dias debuxo, luz pouco a obra»[55]) e exige tranquilidade de espírito, condição nem sempre observada na sua vida atribulada, como deixam transparecer as suas lacónicas considerações acerca da escrita da obra *Daniel Perseguido*, que deixou inacabada: «Daniel anda por aqui e eu nada por ele; pouco por tudo»[56]. É certo, contudo, que a vasta produção literária do fidalgo, durante os anos de encarceramento, prova a extraordinária capacidade que ele tinha de escapar, por largos momentos, às suas aflições pessoais.

D. Francisco Manuel de Melo revela ainda nas *Cartas Familiares* o olhar atento com que seguia o percurso dos seus textos desde que saíam manuscritos das suas mãos até chegarem impressos às mãos dos leitores. Fala dos embaraços nos despachos das licenças do Paço, das censuras[57], dos

---

[50] *Cartas Familiares*, 211.
[51] *Cartas Familiares*, 246-249.
[52] *Cartas Familiares*, 248 e p. 278.
[53] *Cartas Familiares*, 293.
[54] *Cartas Familiares*, 329.
[55] *Cartas Familiares*, 280.
[56] *Cartas Familiares*, 370.
[57] Penso que se refere de facto à censura e não a críticas dos leitores, pois escreve a um Ministro: «V. M. os deixe cortar e retalhar, que eu estou já insensível, por virtude das cicatrizes passadas», (Carta 201, de 1649, 221). No parágrafo seguinte, refere-se ao embaraço nos despachos do Paço.

erros de impressão, das dificuldades de envio a amigos e correspondentes, do facto de ele próprio já não possuir exemplares impressos para oferecer, ou porque já todos se venderam (gastaram-se, segundo afirma, trezentos volumes de uma obra no dia em que foi publicada)[58], ou porque, diz, os perdeu («…porque os perdi pelo mundo em que andei perdido muitos anos…»)[59]. Por outro lado, é evidente, na sua correspondência, o seu desejo de ser informado acerca da recepção dos seus textos. D. Francisco Manuel de Melo destinava-os ao à edificação, instrução e recreio dos seus leitores e debruçava-se atentamente sobre as críticas que lhe eram feitas.

Eis o desvendamento dos círculos da produção, circulação e recepção literária do século XVII, onde já se afirmam os mecanismos, hoje consagrados, do autor que abre as portas do seu escritório, que descreve a sua arte poética e que atende às opiniões da crítica.

Do barroco à actualidade, são, portanto, vários e aprazíveis os caminhos de leitura e análise das *Cartas Familiares* de D. Francisco Manuel de Melo.

---

[58] *Cartas Familiares*, 238. Maria da Conceição Morais Sarmento crê que se tratará do *Fénix de África* (nota na p. 572).
[59] *Cartas Familiares*, 392.

Um historiador «esquisito»: a *Epanáfora Amorosa* de D. Francisco Manuel de Melo

Maria do Céu Fraga
Universidade dos Açores

Na obra de D. Francisco Manuel de Melo a *Epanáfora Terceira Amorosa*, datada de 1654, representa um texto muito distinto dos outros – mesmo das restantes relações com que foi agrupada num volume em 1660, sob o título *Epanáforas de vária história portuguesa*[1]. A diversidade, aliás, é a tónica do volume, mesmo se quase todas as narrativas se aproximam pelo seu carácter de contemporaneidade e se sente a unidade da perspectiva do autor, que viveu os episódios evocados e agora se preocupa em fazer o seu relato e análise: a *Epanáfora Primeira*, de natureza política, recai sobre as Alterações de Évora de 1637, a Segunda, *Trágica*, sobre o naufrágio da Armada Portuguesa em França, em 1627. Já a Quarta, *Bélica*, se ocupa do conflito do canal de Inglaterra entre as Armadas Espanholas e Holandesas, em 1639, enquanto a Quinta, *Triunfante*, trata da Restauração de Pernambuco em 1654.

A Terceira, a *Epanáfora Amorosa*, de que agora nos ocupamos, é sobre o Descobrimento da Ilha da Madeira, em 1420.

Normalmente D. Francisco, através de alguns parágrafos que cumprem a função de dedicatória ou prólogo, declara as intenções das suas obras. No caso da *Epanáfora Terceira*, dirige-se a um amigo para apresentar o seu texto como fruto da ocupação útil do tempo e anunciar a leveza do tema. Logo à partida, fala da dificuldade sentida em caracterizar a sua escrita, sabendo apenas que deseja «aliviar o ânimo, escrevendo algũa obra de mais divertimento que as passadas». As implicações que teria a escolha de um caminho (de um género?) já trilhado não lhe agradam: «confesso-vos que me acho medroso para Coronista, rudo para Poeta, confuso para Filósofo, melancólico para Moral; mas para tudo menos que para me achar ocioso»[2].

---

[1] Lisboa, na Officina de Henrique Valente de Oliueira, 1660. No presente trabalho, adoptámos a edição da *Epanáfora Terceira* feita por José Manuel de CASTRO (*Descobrimento da Ilha da Madeira. Ano 1420. Epanáfora Amorosa*, Lisboa, 1975), em livro que, além de ser profusamente anotado e indicar bibliografia útil, inclui também uma leitura da *Relação* de Francisco Alcoforado. Referir-nos-emos a ele simplesmente como *Epanáfora Amorosa*.

[2] *Epanáfora Amorosa*, 31-32.

Relembremos alguns momentos da *Epanáfora*, vendo nela o fruto do desejo de aliar, numa narrativa leve, sucessos motivados pelo amor e a escrita, mais grave e retoricamente regrada, dos sucessos de valentia. Resumindo imperfeitamente, uma primeira parte conta como o inglês Roberto Machim se apaixona por Ana Arfet, e com o auxílio de companheiros fiéis foge com ela de Inglaterra, com a intenção de passar a França. A inexperiência do grupo e as correntes marítimas fazem-nos aportar à Madeira, onde permanecem até que Ana, já debilitada pela aventura e pelo remorso, morre. Roberto não resiste à dor, e morre também, dias depois. Os companheiros abandonam a ilha, movidos pela esperança de regressar à pátria. No entanto, passam da escravidão do mar à dos homens, e são feitos prisioneiros em Marrocos. Na prisão, surge o elo de ligação entre esta primeira narrativa e uma segunda: na masmorra encontrava-se Morales, piloto experiente, natural de Sevilha («homem prático na arte da navegação»)[3].

Neste ponto, o autor faz um corte na sua narrativa, para passar a contar a saga marítima dos portugueses. Impõe-se a figura do Infante D. Henrique, o novo mapa do mundo que então se começa a desenhar, dando ocasião a que, de «entre as pessoas» que acompanham o Infante se passe a dar relevo a João Gonçalves Zarco. E o relato continua até que, por promessa e testamento do mestre de Calatrava (1416, filho do rei D. Fernando de Aragão) se resgatam muitos cativos de Marrocos. Reencontramos então o piloto João de Morales, em 1420, na armada de Gonçalves Zarco e a partir desse momento acompanhamos as naus na sua viagem de descobrimento, acompanhamos as calmarias e hesitações, ouvimos o discurso com que Zarco incita os marinheiros a prosseguirem a missão, e, vemo-los desembarcar na Madeira, reconhecendo Morales todos os vestígios da sua anterior estadia na ilha. Com eles regressamos, para assistirmos à recepção que a corte e o rei fazem a Gonçalves Zarco, sempre acompanhados pelos comentários laudatórios do autor, que declara a sua relação de parentesco com o navegador.

No *Hospital das Letras*, num excurso que se impõe pela autoridade de Justo Lípsio, D. Francisco distingue duas maneiras de escrever a História. Uma, inspirada por Tito Lívio, é «austera e incorrupta»: os factos e a cronologia impõem-se ao escritor que, de seu, poderá apenas dar o estilo. A segunda forma, pelo contrário, requer que o historiador «entreponha o seu estilo, quando refere as acções, e sobre elas levante discursos, como não sejam alheios ou prolixos». Os autores paradigmáticos desta forma de conceber a historiografia são Xenofonte e Tácito.

Esta segunda forma só será lícita a quem delimitar de tal forma a sua matéria que escreva sobre uma só acção. Ou, mais ainda, a quem se ocupar «da vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação de movimentos e transferência de república, a estes tais afirmo ser lícito e obrigatório salpicar de sentenças, observações e juízos a sua história, porém com tal siso e mesura que não seja o esmalte mais que o ouro, (sob) pena de degenerarem de historiadores a discursantes». A estes, é necessário que «o que faltou em riqueza à narração, supra a erudição em nosso [do leitor] proveito»[4].

---

[3] José Manuel de CASTRO traça uma perspectiva sumária e clara de «A lenda e a história na *Epanáfora Amorosa*» no livro indicado na n. 1, 99-109, referindo bibliografia importante que nos dispensamos de apontar aqui. Também Edgar PRESTAGE dedica as páginas 297 a 300 do seu indispensável *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço biographico* (Lisboa, Fenda, 1996, edição fac-similada da edição de 1914) à análise das supostas intenções políticas que teriam levado D. Francisco Manuel de Melo a compor esta *Epanáfora*. Mais recente, distingue-se o estudo de João David Pinto CORREIA, «Da História à Literatura. Ainda o Descobrimento da Madeira», em *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, CEHA, 1993, 201-206.

[4] Na edição de Jean COLOMÈS, *Le dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1970, 136 e ss., cit. 136 e 137.

A observação é tanto mais importante quanto é certo que, ao tomar para ocupação da sua pena o descobrimento da Ilha da Madeira, D. Francisco tomava um assunto que já fora tratado, tanto no campo da literatura como da historiografia.

E se não conhecia talvez os relatos de António Galvão e de Gaspar Frutuoso, inéditos na época, mas circulando manuscritos, D. Francisco Manuel tem nas mãos, e invoca em seu favor, a Relação manuscrita de Francisco Alcoforado, escudeiro do Infante D. Henrique[5]. Não esquece nem a narrativa do descobrimento escrita em latim pelo Pregador Padre Manuel Clemente, nem a Década I de João de Barros e conhece as rimas da *Insulana*, de Manuel Tomás (1635), a quem se refere elogiosamente no *Hospital das Letras*[6].

Com o testemunho do escudeiro do Infante procura «inculcar ao Mundo como verdadeira ũa história tão esquisita», uma história que, diga-se, qualquer um dos outros escritores tomara como pertencendo ao domínio da lenda e que, certamente, não consideraria factualmente verídica, mesmo se lhe atribuísse o fundamento de verdade histórica que em geral se concede à tradição.

Novo, sim, é o propósito de desenvolver a história deixando-se contaminar pelos processos mais comuns da literatura e, nomeadamente, da novela, no desenho das personagens e acontecimentos, e também na construção discursiva. Mas, tendo em conta que D. Francisco Manuel de Melo tem presente a noção de utilidade política dos seus escritos, e que a partir da verdade, memória e eloquência, «escreve sobre a realidade, não descreve a realidade»[7], facilmente se compreenderá que hibridismo serve aos seus propósitos, como, aliás, serve ao seu próprio ânimo de escritor, pouco propenso a aceitar cegamente os preceitos estabelecidos para cada género[8]. Os prólogos de muitas das suas obras o declaram, um pouco à maneira do que diziam os escritores de novelas pastoris ou como o Padre António Vieira no prólogo do 1º volume dos *Sermoens*: a variedade afasta o fastio da semelhança.

Como o próprio D. Francisco comenta, a recepção a *El mayor pequeño*, a sua biografia de S. Francisco de Assis, confirmava essa sua inclinação para o hibridismo: acusaram-no de ser «confuso para historiador e de afectado para moral», enquanto que a obra «para livro de oração, compreendia sobeja cultura, e, para relação, repreensível brevidade»[9].

Não admira assim que eleja como modo de escrever a história o de Tácito, e adopte, ao menos explicitamente, o Cardeal Guido Bentivoglio (1579-1644) como émulo, rasgando elogios à sua obra, mas sentindo que, ao tomar como tema a lenda do Machim e os feitos de amor, tem condições para vencer o modelo, «posto que sábio, velho e religioso». Polígrafo, o cardeal deve a sua fama de historiador sobretudo às *Relazioni* que escreveu no tempo da sua nunciatura na Flandres e em França[10]. Entre sucessos e ambientes muito diversos daqueles que surgem nas *Epanáforas*,

---

[5] Sobre uma possível identificação do manuscrito, veja-se Jean FONTVIEILLE, «A lenda de Machim», em *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, vol. III, 197-237.

[6] Nos dez livros da *Insulana*, a história de Ana Arfet e Roberto Machim, «descobridores», ocupa o segundo, sendo narrada pelo piloto castelhano (aí, João dos Amores) a Zarco, durante a viagem.

[7] Maria Tereza AMADO, «A historiografia barroca peninsular», em *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto – Governo Civil do Porto, 1991, vol. I, 103-111.

[8] A título de exemplo, vejam-se os comentários tecidos no *Hospital das Letras* a propósito da arbitrariedade da autoridade dos modelos épicos consagrados e às contradições que entre eles se encontram (cf. também Giacinto MANUPPELLA, «Uma sinfonia crítica imperfeita: o *Hospital das Letras* de D. Francisco Manuel de Melo», em *As Grandes Polémicas Portuguesas*, Lisboa, Verbo, 1964, vol. I, 238 y ss).

[9] Estas palavras de Lípsio, que merecerão a anuência do Autor, encontram-se no *Hospital das Letras*, 96.

[10] D. Francisco refere-se-lhe no *Hospital das Letras*, 95.

também na Relação *Della fuga di Francia* o amor apaixonado se mostra funesto, apresentando-se a história à reflexão do leitor, que é continuamente interpelado e guiado pelo escritor.

A *Epanáfora Amorosa* conta, pois, duas histórias. A possível unidade entre elas resulta mais da intenção didáctica e moralizadora que as percorre do que propriamente do entrecho ou de processos narrativos de composição. Nesse aspecto, a *Epanáfora* recorre aos artifícios mais comuns na novela da época, que, numa estrutura mais ou menos elaborada, faziam desenrolar várias narrativas paralelas, levando-as a interceptarem-se aqui e além, através da presença de personagens ou acontecimentos pertencentes a mais do que um plano narrativo.

A primeira destas histórias é uma história de amor, centrada na figura de Roberto Machim. A segunda narra um acontecimento histórico, enaltecendo a acção e qualidades do Infante D. Henrique e, sobretudo, de Gonçalves Zarco.

A primeira, ditada pelo Amor, tem um fim trágico; a segunda, pelo contrário, mostra a recompensa da virtude.

Em grande medida, é o contraste entre ambas, o choque entre o castigo e a recompensa, entre a imprudência e o heroísmo esclarecido, que propicia a mensagem, impedindo que a tónica final da Epanáfora seja a melancolia («A melancolia, ainda que seja negra, não dá boa tinta ao que escreve», ajuíza numa carta a um familiar, numa observação que, dirigindo-se em primeiro lugar à inspiração poética, se pode também alargar à escrita de cunho moralizante)[11].

Como desenhar a figura de Roberto de forma a que ele possa também ser, a seu modo, um herói? Como interessar o seu leitor? Em primeiro lugar, construindo Roberto como personagem literária, afastando-o temporalmente da sua época e recriando ideais da própria época de D. Francisco, misturando de uma forma pouco explicita os métodos da historiografia e os da criação literária. O historiador E. H. Carr, numa conferência proferida na Universidade de Cambridge, falava na «compreensão imaginativa»: um historiador pertence à sua época, está-lhe submetido pelas próprias condições da vida humana. Exige-se-lhe a descentração, exige-se, sob pena de, à moda romântica, a interpretação valer mais do que os factos, que ele seja capaz de recuar no tempo e de se situar na mentalidade e na vida do tempo que estuda[12].

Mas D. Francisco tem em vista menos a reconstituição de um episódio do que a lição que dele pode extrair para os seus contemporâneos, e, em particular, para os cortesãos do seu tempo. Levantam-se-lhe, portanto, preocupações de duas ordens. Tem de cativar o seu leitor, e ao mesmo tempo, deleitando-o, levá-lo a exercitar-se na procura da verdade. Ou seja, as personagens e as acções têm de oferecer vários níveis de análise, e através da análise da sua acção circunstancial deverá atingir-se um nível mais universal, que dá, ele sim, sentido ao grande teatro do mundo.

Roberto agirá «como homem discreto» (a expressão ocorre na página 36, ligada à paciência – ao fingimento prudente – com que o apaixonado Roberto forja os seus planos de fuga), mas esta característica, tão própria da época de D. Francisco, resistirá pouco tempo à paixão.

Desde o início, a personagem é apresentada como sendo um jovem nobre, de segunda ordem, é certo, mas que se destaca entre os mais e se aplica em «pensamentos mais altos». Resume o narrador: «Ânimo forte, juízo excelente, idade gentil, fortuna próspera, eram seus íntimos conselheiros: ajudando-se das partes pessoais, que em Roberto (não acaso) fizeram concurso»[13].

Captada (q. b.) a simpatia do leitor, o autor preocupa-se em fazer falar Roberto. Nos momen-

---

[11] *Epanáfora Amorosa*, 46, Cent. II, Carta 92 (Carta a um parente Sá da Costa, datada da Torre, 9 de Junho de 1646).
[12] Edward H. CARR, *A História*, Lisboa, Gradiva, 1986, 21.
[13] *Epanáfora Amorosa*, 35.

tos fulcrais da acção, Roberto mostrará, como qualquer herói de uma obra historiográfica da época, o seu talento oratório. Mas como se verá, nem sempre esse talento corresponderá à elevação moral e ao equilíbrio. No entanto, o ímpeto dos seus discursos será eficaz, no sentido em que conseguirá demover e levar à acção os companheiros, persuadindo-os de que a fuga com Ana constitui a vingança justa de um amor maltratado e ofendido pelos planos de casar a jovem com um nobre eleito pelos pais.

Ana, por seu turno, vê louvadas as suas qualidades pelo narrador com certo laconismo. Fica a saber-se que é social e economicamente superior a Roberto, o que não é, dentro da perspectiva adoptada pelo narrador, um pormenor displicendo. É uma «donzela fermosíssima», detentora de uma desusada harmonia entre os dotes de corpo e espírito.

Mas apesar do cunho literário do entrecho e, por conseguinte, da fantasia que se poderia esperar, cedo se faz ouvir o moralista da *Carta de Guia de Casados*. Nas novelas da época, a análise sentimental contemplava habitualmente quer a perspectiva masculina, quer a feminina, e assim na novela pastoril, por exemplo, com uma verosimilhança dada apenas pelas convenções do género, os escritores faziam ouvir a voz das pastoras que revelavam, com fina subtileza analítica, os seus estados sentimentais. Aqui, na *Epanáfora Amorosa*, é ao narrador que caberá fazer conseiderações sobre a essência dos sentimentos ou sobre o desenvolvimento da acção. E, diga-se, apesar de alguns excursos poderem parecer à sensibilidade dos nossos dias excessivamente empolados, a beleza formal e a conceptualização de outros torna-os atractivos ainda hoje. Como não lembrar as palavras de Prestage, quando, ao sancionar o trecho dedicado à analise da saudade, o inclui entre as razões por que esta relação «não é para desprezar»[14]?

De Ana, o narrador pouco dirá, rematando o seu elogio com a seguinte avaliação: «era esmalte de suas perfeições, seu recato».

Apresentadas as personagens, passará o autor a mostrar o verdadeiro agente: o Amor. Enganando as personagens, é ele quem lhes faz crer que merecem recompensa e que por momentos desculpabiliza o seu procedimento, matizando com traços de bravura os planos de fuga e a viagem até à Madeira.

Compreendida nas intenções que animam o autor, a morte de Ana seria inevitável. E de certa maneira, só quando é vencida pela «senhora dos mortais» que é a morte, Ana ganha verdadeira dimensão na narrativa. Os sentimentos de Roberto, que até esse momento eram contidos, e velada ou indirectamente expressos, soltam-se num discurso longo em que, como notou já José Manuel de Castro, se acumulam os elementos mais típicos do monólogo dramático e que poderia ter lugar, pelo encaminhamento e características retóricas, numa cena de tragédia[15].

É, pois, a uma personagem sem vida que Roberto dirige o seu discurso. A hesitação em que a análise se depara com sentimentos muito contraditórios e incompreendidos, conduz da culpa pessoal à nobilitação de uma luta interior escalpelizada em imagens muito do agrado do autor e da época. «Errei? Ou atrevi-me?», pergunta-se Roberto, para concluir afastando qualquer responsabilidade humana na morte de Ana: «As flores mais mimosas da Primavera são as que primeiro se acabam» (p. 51).

O excesso, a desmesura da paixão eram evidentes demais. D. Francisco sente necessidade de pôr na boca de um companheiro de Roberto «mais ancião que os outros e mais experimentado

---

[14] Veja-se a «Introdução», VII, que escreve para a sua edição das *Epanáforas* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, 3ª ed.). A passagem, que se encontra na p. 42 e ss. da *Epanáfora*, é uma das mais clássicas definições da saudade, e encanta Prestage a ponto de ele a transcrever parcialmente no seu estudo sobre *D. Francisco Manuel de Melo,* 277-278.

[15] *Epanáfora Amorosa,* 24-25.

nos sucessos do amor e do tempo» o discurso que leve à moderação e à aceitação das «tragédias de um mundo sempre trágico».

O pessimismo moralizador de D. Francisco expressa-se. O discurso que contrapõe ao de Roberto faz lembrar a um tempo o coro da tragédia clássica e os tópicos da pregação seiscentista, tão influenciada por Séneca.

A morte de Ana surge então como exemplar, como a morte dos condenados no Sermão ao enterro dos Ossos dos Enforcados pregado pelo Padre António Vieira: «a crueldade que se executa (se se executa) nos delinquentes é misericórdia». Mais do que espelho de fraqueza, Ana converte-se no exemplo a evitar e em aviso. A sua morte, como a de Roberto, aliás, responde ao «quare?» que tão presente esteve na consideração barroca do mundo. E que eles são exemplo a observar e a meditar, fica bem claro no próprio vocabulário empregue: *teatro* e *espectáculo* são palavras presentes na narrativa.

Os «sucessos de Amor» contados por D. Francisco não podiam ter um desfecho feliz. Gracián, responsável máximo pela noção de cortesia que enforma a obra de D. Francisco Manuel, lembrou que a paixão tem regras e que a fundamentar o amor deve estar, num primeiro passo, a racionalização da paixão. O amante deve perceber o seu estado e deve poder ter julgamento sobre a sua vontade. Ora Roberto não se acautelou, e se aos seus olhos parecia pertencer-lhe a condução da acção, a verdade é que, mesmo quando arquitecta os pormenores da fuga com Ana, não é senhor dos seus pensamentos.

A ilha da Madeira surge nesta narrativa como *locus amenus* e *conclusus*, oferecendo abrigo aos fugitivos ingleses. A descrição, literariamente bem conseguida, que dela se nos apresenta encerra os elementos mais característicos do desenvolvimento habitual dos tópicos, sendo que também «nenhum rasto de que fosse habitada se descobria» e cada nova observação, como «a imensa quantidade e simpleza dos pássaros[,] causava nova admiração nos homens e, nos pássaros, nenhum espanto sua companhia»[16].

Não se desenha, no entanto, a imagem do espaço idílico habitado pelo bom selvagem. Mesmo se o amor parece justificar os homens e mesmo se o narrador tem por vezes de refrear a sua compaixão, a queda e a sombra do pecado estão presentes na dissonância que se sente existir entre os enamorados, a razão natural e a lei divina. A lei humana tem a sua razão de ser na conformidade entre a divina e a natural; Roberto e Ana quebraram tanto a lei humana como a divina. Não se chega a apagar a noção de pecado, nem com o gesto do casal que, enquanto os companheiros procuram armar abrigos para se protegerem contra a possível inclemência de um clima desconhecido, «com singular devação levantou um altar para o crucifixo que Ana trouxera consigo», e que vem mostrar que, apesar de tudo, tem esperança no perdão divino.

O contraste entre as atitudes e os valores que animam as personagens da primeira e da segunda parte da *Epanáfora* é evidente. Na primeira, o ancião que discursou pedia e desejava esquecimento para o casal inglês: «As vozes que até aqui foram de escândalo, ou não passarão adiante, ou, se passarem, tu as verás trocadas de escândalo em piedade» (p. 53). Pelo contrário, para Gonçalo Zarco, herói da 2.ª narrativa, como para o Infante D. Henrique, a fama torna-se recompensa. Os seus ecos representam a consagração dos feitos, da obediência a um plano que transcende a vontade humana, como explica Zarco em discurso ao rei D. João: «O Infante como dedo índex da mão do Altíssimo, está apontando às veredas do universo (às nações mais incógnitas) por donde vossos vassalos caminham a conduzi-lo a vossa obediência»[17].

---

[16] *Epanáfora Amorosa*, 45.
[17] *Epanáfora Amorosa*, 75.

A figura central deste segundo núcleo narrativo é João Gonçalves Zarco. Por isso, as páginas finais falam não só das viagens subsequentes ao descobrimento e do povoamento da Madeira, mas também da biografia e linhagem do navegador. Nesse passo, D. Francisco mostra com orgulho o parentesco que o liga a Zarco.

O tom agora não é lírico. Os excursos do narrador sublinham o heroísmo das personagens, e no longo discurso com que Gonçalves Zarco se dirige ao rei, a presença camoniana sugere a conotação épica da situação:

> Contar-vos, senhor poderosíssimo, os trabalhos que passámos nesta peregrinação proluxa, ainda que breve, por mares nunca vistos e terras nunca descobertas, fora em algum modo prezar os serviços que nela vos fizemos. (p. 95)

As virtudes de Gonçalves Zarco são as mesmas que definem no tratado *Politica militar en avisos generales* o herói militar, numa época em que o valor guerreiro já não podia, por si só, definir o valor do cortesão. «El valor, la ventura, la ciencia, la constancia, la experiencia, la liberalidad, la limpieza, la humanidad, la ejecución, la salud» – recorro à enumeração tal como ela é apresentada por Paulo Silva Pereira, que sublinha muito justamente serem as principais características aqui apresentadas relativas ao carácter moral, à disposição de ânimo[18].

Porque nele reconhecem a prudência que manifestamente não poderiam descortinar em Roberto, os marinheiros encontram alento no discurso que lhes dirige quando as calmarias os desanimavam. É, pois, por acção directa de Zarco que o empreendimento conhece um bom fim.

«Conquistaram os gregos, aos Persas, os romanos, aos Gregos; porém os Portugueses, em vez de estados, conquistaram elementos». João Gonçalves Zarco é um herói para o qual não havia modelo, mas que, mediante comentários orientados do autor, se vai integrando no desenho típico do cortesão prudente e discreto. Daí nasce também o interesse da cena em que é recebido pelo rei e do seu discurso, marcando a integração do herói na corte, e dando ao narrador a possibilidade de acentuar como o favor do rei recompensa os bons serviços prestados por quem lhe obedece e nele confia. Ou seja, o narrador alia especularmente a fidelidade do cortesão e a grandeza do seu príncipe, à moda dos tratados, tão correntes na época, que fornecem «avisos» para a vida áulica.

Na viagem do descobrimento oficial, Morales reconhece cada local da ilha. Reencontram-se as sepulturas de Roberto e Ana, o altar e o crucifixo. Nas últimas páginas, João Gonçalves dá sepultura aos «desditosos amantes», ordenando a construção da igreja de Cristo Salvador. No entanto, mesmo se o narrador faz alguma observação, não se detém nela: a clave não é agora lírica, é heróica. Os elementos do passado constituem apenas uma ponte de coesão entre as duas narrativas, e esta segunda parte integra-se nos quadrantes mais habituais nas outras *Epanáforas* de D. Francisco. O ponto original da *Epanáfora Amorosa* encontra-se na conjugação da duas narrativas e na constituição novelesca da primeira.

Também por isso, pela liberdade que dá de efabulação literária, esta *Epanáfora* que não se cinge à narrativa de factos testemunhados permite a expressão mais inequívoca de muitas das características que norteiam D. Francisco, e que levam um historiador como Joel Serrão a considerá-lo exemplo perfeito da ambiência cultural e mental do seiscentismo português[19].

---

[18] Ver a dissertação de doutoramento de Paulo Silva PEREIRA, *D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do «cortesão prudente e discreto» na cultura barroca peninsular*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2007 (texto policopiado), 320 e ss.

[19] Joel SERRÃO, «Aproximação da mentalidade de D. Francisco Manuel de Melo», *Colóquio/Letras*, 33 (1976), 51-61. Este

Num poema muito conhecido[20], D. Francisco interpela o Mundo: «Quem enganas, ó Mundo, em teu teatro?», para concluir que o discreto não será ludibriado pelas aparências. No mesmo sentido, através da *Epanáfora Terceira*, apoiado na sua experiência e na autoridade que a própria vida lhe dá, tenta conduzir o leitor no longo caminho da cortesania. Para o fazer, numa época em que se discutia a utilidade dos livros de entretenimento, e se continuava a aceitar que a loucura de D. Quixote era devida às suas leituras, D. Francisco urde um episódio novelesco e integra-o num relato coeso, em que tomam lugar Vénus e Marte. Não se trata apenas do reconhecimento do valor literário da crónica histórica; é também a afirmação do valor universalizante da História.

Da sua formação jesuíta, entre muitos outros aspectos, vem agora a sobressair a ideia de que nada no mundo surge por acaso, e que a mão da Providência se estende, compassiva e justa, no mundo dos homens. Por isso, se dá à literatura uma função lúdica, não esquece a influência que pode desempenhar na constituição do presente.

A quem a saiba ler, a história apresenta casos tão significativos como a literatura, quando se considera a universalidade que podem ganhar – e essa é, em última análise, a justificação para que as fronteiras entre a relação histórica e a efabulação literária se possam esbater na pena de um historiador «esquisito» que tenha a erudição e a agudeza necessárias para compreender e interpretar o mundo e o homem.

---

estudo veio depois a ser integrado na «Introdução» à sua edição das *Epanáforas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. Na I parte deste prefácio, Joel Serrão sublinha o carácter totalizante que a História, compreendida como lição para a posterioridade, assume no universo cultural de D. Francisco, ao mesmo tempo que sublinha a harmonia conseguida na sua obra entre o historiador, o político, o poeta e o retórico.

[20] É o soneto XI de *A Tuba de Calíope*, «Dez figas para vós, pois com furtado», em *Obras Métricas* (Edição coordenada por Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Freitas Carvalho), Braga, Edições APPACDM, 2006, vol. II, 452.

O *Fidalgo Aprendiz* no Teatro Nacional D. Maria II

Maria Idalina Resina Rodrigues
Universidade de Lisboa

Representações ou adaptações modernizadoras da dramaturgia clássica nacional só de vez em quando as temos; bem gostaríamos que fossem mais frequentes, porque algumas merecem inegavelmente a nossa atenção, sejam elas excelentes, boas ou medíocres; pelo que às segundas respeita, encontramo-las para todos os paladares, modelos de teatro no teatro, de cortes ou colagens, de introdução de personagens modernas num elenco antigo, de reviravoltas na linguagem, de trocadilhos críticos, de alteração de guarda-roupa e espaços, etc., etc.

No caso d'*O Fidalgo Aprendiz* repetir ou refazer para o palco foi tarefa não muito apelativa, pelo menos até ao século XX. Ignora-se, suponho que não só eu ignoro, tudo, quanto a apresentações nos séculos XVII, XVIII e XIX, apesar de se conhecerem edições de 1665, 1676 e 1718, as duas últimas em figurino de teatro de cordel e de algumas hipóteses de utilização de uma edição de 1898, de Mendes dos Remédios.

No século passado o panorama melhorou consideravelmente: mais edições, sobretudo a partir de 1943, e subidas à cena, muito provavelmente a partir de 1905[1].

Na biblioteca do Teatro Nacional existe um exemplar manuscrito com marcas de trabalho dramatúrgico (várias indicações didascálicas e algumas alterações ao original, talvez com suporte na edição de 1898) que me foi facultado quando pedi o texto de uma representação de 1940, de que tinha informação segura[2]; ora sucede que foi ele encontrado a partir de uma ficha onde se remetia para o seu aproveitamento nas temporadas de 1904-1905, 1913-1914, 1930-1931, 1939-1940, 1941-1942, 1942-1943, 1943-1944, sendo que a sua datação recua realmente a 1905.

No entanto, algumas dúvidas me ficam quanto a esquecimentos ou euforias do mesmo modo que não posso garantir que este seja ainda o documento que serviu de base aos espectáculos da

[1] Sobre as edições, ler o cuidado trabalho de Evelina VERDELHO, na introdução à recente edição crítica de *O Fidalgo Aprendiz*, Coruña, Biblioteca – Arquivo Teatral Francisco Pillado Mayor, 2007.

[2] Agradeço esta e outras informações ao Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras de Lisboa.

década de quarenta (acho estranho que entretanto não tenha aparecido outra matriz para o acerto teatral).

Resta dizer que consultando a *História do Teatro Nacional*, de Gustavo Matos Sequeira[3], encontrei registo de apresentações ao público em Março de 1905[4], juntamente com o *Auto d'el Rei Seleuco*, de 1906, em resposta a uma imposição de montagem de peças de teatro clássico e de uma alusão a um espectáculo programado para 1931, com Nascimento Fernandes no protagonista, que não chegou a ser montado porque não houve possibilidade de «armar o cenário de Raul Lino»[5], e, evidentemente, das posteriormente organizadas pela Companhia Rey Colaço – Robles Monteiro.

Não há, pois, inteira coincidência entre os informes de Matos Sequeira e os da referida ficha, mas não deixemos de registar que o autor do volume alude a «reposições» diversas, sem inscrição de títulos, em 1913.

Assim sendo, e sem mais elementos, decidi-me a algumas observações sobre a dita versão de 1905 que pode, ou não, ter sido aproveitada a partir de 1940, ano em que o Teatro voltou à designação primeira, depois de ter sido Almeida Garrett, desde a implantação da República.

Antes, porém, facultarei uma breve listagem de outras mostras recentes da peça: 1985 no Seiva Trupe, 1987 no Teatro do Século, 1998 na Comuna, 2002, no Teatro de Portalegre, 2004, no Grupo de Teatro da Memória e 2005 no Teatro Animação de Setúbal, em muitos casos com espectáculos oferecidos em vários pontos do país[6].

* * *

Recuemos, então, agora até à primeira metade do século XX e retenhamos algumas linhas do leve trabalho para cena (não se trata de uma adaptação) do legado de D. Francisco Manuel de Melo.

As indicações de espaços multiplicam-se, as de vestuário restringem-se ou diferenciam-se no sentido da simplificação, afastando-se ligeiramente das seiscentistas.

Algumas alterações parecem acentuar o lado cómico, como, por exemplo, a substituição de Mestre Jacques por Mestre Esfola[7], a invenção de D. Gil para não confessar a falta de um coche («Oh! Emprestei-o a El-Rei.»)[8], a risota de Afonso e Beltrão perante os medos nocturnos do fidalgo, a troca de «fato» por «consciência»[9], a mudança de resposta a uma questão sobre onde se encontram («são») os criados: de «todos são dos seus logares» passa-se a «são donde foram nascidos»[10].

Relativamente a cortes, e para além de alguns cujo significado não fui capaz de detectar, (por exemplo, uma referência a Dom Sebastião nas várias edições consultadas) um me parece significativo de bom entendimento da reacção do público. A segunda jornada termina com a partida de D. Gil de junto de Brites, esquecendo o talvez desnecessário diálogo entre a jovem e a mãe.

---

[3] Gustavo de MATOS SEQUEIRA, *História do Teatro Nacional D. Maria II, II volume. Publicação comemorativa do centenário 1846-1946*, Lisboa, 1955.

[4] Gustavo de MATOS SEQUEIRA, *História do Teatro Nacional*, 449.

[5] Gustavo de MATOS SEQUEIRA, *História do Teatro Nacional*, 665.

[6] Houvera anteriormente uma adaptação de António Manuel COUTO VIANA, editada em 1955 e incluída em *Peças de Teatro*, da responsabilidade de J. A. Ribeiro, que percorreu o país no âmbito de uma Campanha Nacional de Educação de Adultos.

[7] *D. Francisco Manoel, O Fidalgo Aprendiz, Farça em 3 jornadas*, 1905, texto manuscrito, 6v; o confronto é feito com a edição de Mendes dos Remédios, Coimbra, França Amado, 1898, 14.

[8] *O Fidalgo Aprendiz*, texto manuscrito, 11v.

[9] *O Fidalgo Aprendiz*, texto manuscrito, 2; edição de Mendes dos Remédios, 5.

[10] *O Fidalgo Aprendiz*, texto manuscrito, 3; edição de Mendes dos Remédios, 8.

Consultando os programas dos três espectáculos da década de quarenta, recolhemos no primeiro, para além dum juízo de valor («um dos documentos mais curiosos da literatura dramática portuguesa»)[11], a informação de que com esta *farsa* se representou o auto do *Filodemo*, pelo de 1944, ficamos a saber que a exibição preencheu a primeira parte de uma récita clássica de um ciclo cultural, cuja segunda parte contou com *A Visita das Fontes*, com excertos do Padre António Vieira, com cantigas e com a declamação de um soneto, aparecendo a de 1943 apenas como uma reposição.

De 40 para 44 foram mínimas as alterações no elenco (João Villaret, Lucília Simões e Maria Lalande, entre outros, permanecem, sai Estêvão Amarante). Com mínimas alterações no elenco, o natural é que o texto base tenha sido o mesmo.

Fica ainda a informação de que estes espectáculos se inserem numa década em que o Teatro D. Maria apostou fortemente num reportório nacional, com especial atenção a Gil Vicente que, como sabemos, mereceu cenários e figurinos de Almada Negreiros.

Assim reza a introdução de Vítor Pavão dos Santos ao minucioso catálogo intitulado *A Companhia Rey. Colaço. Robles. Monteiro (1921-1974)*:

> De facto, neste período admirável de ressurgimento da dramaturgia portuguesa, são levadas à cena 116 peças de autores nacionais, 63 em estreia absoluta, incluindo dez revistas de Carnaval e quatro peças infantis.
>
> (…)
>
> Foi uma época prodigiosa, em que uma geração privilegiada de espectadores pôde tomar contacto com os seus clássicos, vivos no palco. Como nunca acontecera antes. Como nunca viria a acontecer depois[12].

* * *

Esboçadas estas breves incursões de D. Francisco na sala grande do D.Maria, passemos, então, às esperadas modificações de 1988.

Os dez anos da reabertura do teatro depois do grande incêndio de 1964 foram assinalados com a apresentação de diversas peças estrangeiras seguidas da *Trilogia Portuguesa* de Miguel Rovisco, o jovem dramaturgo que se suicidara no ano anterior, e de *O Fidalgo Aprendiz,* que veio a fechar a temporada de 1987-1988, com encenação de Varela Silva, figurinos de Octávio Clérigo e música de Fernando Guerra.

A informação do adaptador, Norberto Barroca[13], é a seguinte:

> O texto original foi reformulado no que diz respeito a expressões e formas gramaticais em desuso, sem que o seu conteúdo fosse alterado e manteve-se o verso e a consonância da rima[14].

Prevista a estreia para imediatamente a seguir aos feriados de Junho, a adaptação só chegou aos espectadores no dia 22, mantendo-se em cartaz até 31 de Julho e sendo recuperada de 21 de Outubro a 6 de Novembro.

---

[11] *Programa* do espectáculo.

[12] Vítor PAVÃO DOS SANTOS, *A Companhia Rey. Colaço. Robles. Monteiro, (1921-1974)*, catálogo coordenado por Margarida Palhinha, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Cultural/Museu Nacional do Teatro, 1987, 5.

[13] Norberto Barroca já fora responsável pela adaptação apresentada pelo Seiva Trupe.

[14] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, introdução.

O atraso ficou a dever-se a uma greve dos trabalhadores que os jornais da época referem, e foi antecedida de uma ida ao Parlamento e de protestos de vária ordem:

> Artistas do Teatro Nacional D. Maria II deslocaram-se ontem à Assembleia da República, com o objectivo de entregarem aos deputados um «dossier» relativo à situação actualmente vivida naquele teatro, em geral as condições de trabalho e salariais[15].

Os ajustamentos, um pouco na linha do *teatro no teatro*, incorporam-se, de facto, em todo o auto do qual respeitam relativamente a versificação, a divisão em três jornadas, embora repartidas por cenas, a unidade de acção e até a contenção num só dia do argumento; o vocabulário é, porém, actualizado com muita (demasiada?) frequência, o mesmo sucedendo a expressões feitas; há alguns cortes e acrescentos; o cenário principal concentra-nos no Rossio de hoje onde será montado um estrado.

Tendo apenas em conta o que a D. Francisco Manuel de Melo competia e Barroca modificou, registemos dois ou três exemplos avulsos de pequenas *emendas*.

Escrevera D. Francisco:

> Sou velho, já fui mancebo,
> cousa que, mal que lhes pês,
> virá por vossas mercês;
>
> Naci no lugar do Sebo
> faz hoje setenta e três[16].

Altera o texto moderno:

> Sou velho, já fui mancebo,
> coisa que, mesmo sem querer,
> vos virá a acontecer.
>
> Nasci no lugar do Sebo
> a idade não sei dizer[17].

Comunica-nos o aio Afonso Mendes no original:

> Vi el-rei D. Sebastião[18].

Escreve o adaptador:

> Vi el-rei D. Sebastião.
> Vi depois de sessent' anos
> chegar a Restauração
> e no trono o rei D. João[19].

---

[15] *Diário de Notícias*, 20 de Maio de 1988.

[16] O confronto, uma vez que não parece aceitável que Barroca tenha recorrido à edição de 1898, faz-se agora com a recente edição de Evelina Verdelho, o que se justifica por não se saber qual a edição base e por se ter verificado na análise de várias edições que o que fundamentalmente muda é a ortografia e não o vocabulário; os versos transcritos encontram-se na página 105, mas a editora moderna opta por «Lagar» em vez de «lugar», dando as suas razões.

[17] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 1-2.

[18] *O Fidalgo Aprendiz*, edição de Evelina Verdelho, 106.

[19] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 2.

Ou ainda:

> Isso sim, é o que importa
> ser ginete e ser sendeiro[20].

Versos trocados por:

> Isso, sim, é o que importa
> ser para toda a obra obreiro[21].

O mais significativo na obra preparada em 1988 não tem, porém, que ver com estas modificações pontuais porque, de facto, a principal estratégia do *autor* moderno consiste nos longos acrescentamentos que actualizam a problemática (*o tempo passou, os homens não mudaram*) ou indiciam um especial didactismo no dar a conhecer situações da vida de D. Francisco ou da história da dramaturgia nos séculos XVI e XVII.

Acompanhemos, pois, toda a versão, não sem lembrar que nela participaram actores como Raul Solnado (primeira actuação no D. Maria)[22], na personagem de Gil Cogominho, Rui de Carvalho, como D. Francisco Manuel de Melo e Fernanda Borsatti, como Isabel.

A enquadrar o auto há um prólogo e um epílogo.

No prólogo poderemos considerar duas partes: na primeira, cruzamo-nos com D. Francisco Manuel na prisão da Torre de Belém; escreve a D. João IV clamando a sua inocência e refresca para o público alguns passos da sua vida e dos seus conhecimentos dramático-literários (Lope, Tirso, Calderón, entre outros); clarificado fica ainda o seu intento de escrever uma *comédia à portuguesa*; na segunda parte, um grupo de actores com nomes de personagens vicentinas (Inês Pereira, Mofina Mendes, Aires Rosado e outras) repentinamente caídos em pleno século XX manifestam o seu desejo de representar uma peça, passam em revista modelos do teatro europeu e espaços de representação, acabando por eleger como uma das melhores comédias nacionais *O Fidalgo Aprendiz*, evidentemente, cujo protagonista lhes aparece como «a imagem de Portugal»[23], semelhança esta que frequentemente virá a ser reforçada em posteriores dizeres.

«É um fidalgo pobre como Portugal» insistirá o mesmo interveniente[24].

De seguida, muitas questões e longas respostas se incorporam, antes de mais, no decurso das lições dos Mestres (de esgrima, de dança e de poesia), em diálogos entre eles e o discípulo que transferem para a modernidade os questionáveis desejos de D. Gil.

Ouçamos um pouco do que, em pleno século XX, ele aprende do Mestre de esgrima:

> MESTRE ESGRIMA
> A arma para vencer
> hoje em dia, é o dinheiro.
> Fazer jogo financeiro,
> e esgrimir com saber…

---

[20] *O Fidalgo Aprendiz*, edição de Evelina Verdelho, 111.

[21] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado.

[22] Raul Solnado tinha representado o papel de Mestre de dança na Sociedade Guilherme Cossul. Informação em Leonor XAVIER, *Raul Solnado. A vida não se perdeu*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003, 272.

[23] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 11.

[24] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 12.

DOM GIL
E como devo fazer?

MESTRE ESGRIMA
Lutai com cabeça e siso!
E reparai que este aviso
nunca deveis esquecer:

Nunca deis nada a ninguém
e 'sgrimi c'os dedos todos.
E sempre com mui bons modos
embolsai o que convém.

DOM GIL
Mas não quero «pé de meia»,
já estou farto de poupar.
Quero na bolsa jogar
e ter sempre a bolsa cheia.

MESTRE ESGRIMA
Com arte deveis lutar,
que é golpe de economia,
atenção à mais valia
e ao 'scudo a flutuar;
ao oscilar cambial,
à galopante inflação,
à fiscal contribuição
e à crise conjuntural[25].

De seguida, um troço da animada conversa com o Mestre de dança:

DOM GIL
Pois sois Mestre mui minguado.
O que queria, de momento,
era outra dança, moderna.
Quero saber dar à perna
p'ra dançar no Parlamento.

MESTRE DANÇA
Quereis nas Côrtes dançar?

DOM GIL
Queria ser deputado,
ser dançador afamado
para saber legislar.

MESTRE DANÇA
Esse é bailado eloquente!

[25] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 13-14.

DOM GIL
Mas já os vi a dançar
o vira. Pois a virar
estão eles constantemente[26].

E, por fim, o que D. Gil confessa ao Poeta:

POETA
O que quereis, afinal?
O que vos posso ensinar
se vós já sabeis trovar?

DOM GIL
Queria ser intelectual!

Desses que sabem falar,
mas ninguém os compreende;
escrevem e ninguém os entende,
mas 'screvem p'ra comunicar.

Desses que deixam mensagem;
e que falam p'rós jornais;
passam férias em Cascais
e andam sempre em viagem.

Desses cultos, eruditos,
que escrevem com conteúdo
sobre nada e sobre tudo,
com transcendentes conflitos[27].

No entanto, outras expansões merecem ser sinalizadas: os comentários irónicos dos actores, no final das jornadas, o diálogo entre Brites e D. Gil, no encontro em casa desta, o prolongamento do posterior monólogo do protagonista, durante a noite, a caminho da rua de Isabel e, como atrás se adiantou, um epílogo, tal como o prólogo, inteiramente original.

Alguns versos das falas no encontro com a interesseira Brites:

DOM GIL
Ó meu Anjo e meu requebro!...
Se a cega fosseis vós,
eu era o guia!

BRITES
Tendes casa?

DOM GIL
Em Cascais!

---

[26] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 26.
[27] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 37.

BRITES
Tem piscina?

DOM GIL
Um oceano!

BRITES
E jardim?

DOM GIL
São todos municipais![28]

Por sua vez, no epílogo de 55 versos, participam o grupo de actores, as figuras de Isabel, de Afonso e de D. Gil, em falas individualizadas, e todos em conjunto num final apoteótico:

TODOS
Há muito quem queira ser
na sociedade aprendiz
e anda metendo o nariz
em tudo o que bem parecer.

Sempre houve neste país
o desejo de parecer
ter grandezas, ter saber,
sem se passar de aprendiz.

O tempo é que é juiz
que vem mostrar cedo ou tarde
que quem mais fizer alarde
não passa dum aprendiz.

Quando se quebra o verniz
a um chefe dirigente
vê-se logo de repente
que não passa de aprendiz.

Mesmo quem diz ser feliz,
de virtudes soberano,
nesta comédia de engano
não passa dum aprendiz.

E p'ró final ser feliz
aquilo que se deseja
é que nenhum de vós seja
mais um Fidalgo Aprendiz[29].

Assim esboçado o encadeamento de sequências desta actualização, façamos, então, saber que o espectáculo foi simultaneamente um estrondoso êxito de bilheteira e… um convite ao zurzir da

[28] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 54.
[29] *O Fidalgo Aprendiz*, texto dactilografado, 97. Na adaptação da Comuna repete-se este conjunto de estrofes.

crítica, crítica que, é preciso dizê-lo, não atinge tanto o texto quanto as outras componentes do espectáculo teatral (marcação de palco, recursos cénicos, critério usado na direcção de actores).

Abrangendo o que se considerou ser uma temporada «catastrófica», Fernando Midões escreve em 1 de Julho que a única nota positiva de todo o espectáculo iria para o trabalho de actor de Manuel Coelho, o Mestre de dança[30]. E regressando ao assunto, em 20 de Setembro, afirma que o D. Maria fechou a temporada com «chave de lata», com uma «mistela» que, «querendo evidenciar o protagonista, afundou-o e este não teve talento para se salvar a nado»[31].

Quanto a Lúcia Sigalho termina ela praticamente um artigo no *Tempo* de 7 de Julho com um desolado conselho: «Esta peça é a evitar»[32].

No entanto, embora as mais acutilantes censuras dos entendidos incidam sobre as vertentes não textuais, a verdade é que o resultado desta re-escrita do *Fidalgo* me merece algumas considerações, particularmente no que aos espraiados embrechamentos diz respeito.

Na primeira jornada as intervenções dos Mestres no diálogo com o pupilo pouco menos espaço ocupam do que aquele que é deixado para as falas seiscentistas; um bom exemplo é o do Mestre de esgrima que, enquanto aguarda o começo da lição, se derrama por mais de vinte estrofes, número bem superior ao das originais que as antecedem e ao das que se lhes seguem.

Ainda que mais comedidos, também os outros dois Mestres de 1988 debitam, antes da saída de cena, um conjunto de versos equivalente ao que recolhem de 1665.

Complementarmente, como a atitude crítica que estes desenvolvimentos supõem incide em aproximadas zonas dos males do Portugal da época, não só se arriscam elas a uma função de quase reforço, como aproximam os modos de falar das personagens, assim cortando a diversidade original, tanto mais que muito menos se prestam a gestos identificativos da matéria das explicações.

Além disso, dilatam excessivamente a primeira jornada, já de si razoavelmente extensa nas edições da *farsa*, com a agravante de secundarizarem as restantes onde a intriga, de facto, se desenrola e as réplicas se agilizam.

Não pode igualmente ficar sem uma referência menos positiva o aparecimento de figuras vicentinas, nomes bem conhecidos dos espectadores, a pronunciarem falas estranhas ao seu perfil original, retiradas de autores vários, mais antigos ou mais modernos, não importa. Não se atinge assim, relativamente a elas, o impacto didáctico que o adaptador parece ter desejado desde a sua introdução.

Por fim, e reconhecendo a subjectividade da afirmação, julgo que a parcela de ternura que o fidalgo nos poderia merecer ao recordar com amizade Afonso Mendes e D. Beltrão, afinal os seus traidores, se esbate no cantar final que, uma vez mais, o ridiculariza.

* * *

Se as outras modernas apropriações atrás elencadas foram, ou não, textualmente mais convincentes, não o sei dizer, porque, apesar das tentativas feitas, não tive possibilidade de as percorrer; com pareceres de especialistas também me não confrontei, porque eles rarearam nas publicações consultadas.

---

[30] *Diário Popular*, 1 de Julho de 1988.
[31] *Diário Popular*, 20 de Setembro de 1988.
[32] *Tempo*, 7 de Julho de 1988.

Uma só excepção encorajadora para os esforços modernizadores d' *O Fidalgo Aprendiz*, nos trazem alguns excertos de críticas ao espectáculo da Comuna, de 1998:

> [Peça] cheia de enxertos engraçados ora actualizando o português, ora piscando o olho à actualidade política, recuperou a rábula revisteira….Ao nível do melhor do que a Comuna tem feito[33].
>
> Bem humorado e actualizado… Cheio de mensagens e com destinatário[34].
>
> Pequena obra-prima do humor burlesco[35].

Trar-nos-á o ano do centenário alguma boa notícia?
Seria bom…

[33] *PÚBLICO*, 13 de Julho de 1998.
[34] *Expresso*, 18 de Julho de 1998.
[35] *PÚBLICO*, 9 de Outubro de 1998.

Apontamentos sobre D. Francisco Manuel de Melo, a História da guerra da Catalunha e os papéis da Restauração

Vanda Anastácio
Universidade de Lisboa

A *Historia de los movimientos y separación y Cataluña*[1] de D. Francisco Manuel de Melo tem sido geralmente considerada como uma narração feita em primeira mão de factos testemunhados pelo seu autor, apesar de este ter sido, de facto, cronista de uma guerra que praticamente não presenciou. Com efeito, tendo sido nomeado para assistir ao Marquês de Velez em Junho de 1640, Melo só permaneceu na Catalunha entre 25 de Novembro de 1640 e finais de Dezembro do mesmo ano, data em que, como se sabe, foi detido e enviado a Madrid para ser interrogado acerca do seu possível envolvimento na conspiração portuguesa que levou à Restauração[2]. Como recordou Estruch Tobella em anos recentes, a circunstância de a obra não narrar toda a guerra, suspendendo o relato em 1641, com a derrota dos castelhanos em Montjuic, longe de corresponder a uma interrupção motivada pela ausência de dados testemunhais, parece decorrer de uma intenção política e traduzir o desejo de terminar com a apresentação da derrota do exército castelhano como «um final exemplar», adequado aos objectivos de um texto que, como todo o discurso historiográfico produzido por D. Francisco Manuel, se apresenta como uma lição destinada a provocar no leitor uma reflexão moral[3].

O mesmo historiador demonstrou que, ao contrário do que fora afirmado por autores como B. N. Teensma[4], Jean Colomès e outros, para narrar os acontecimentos de que fala nesta sua obra,

---

[1] Clemente LIBERTINO [pseud. D. Francisco Manuel de MELO], *Historia de los movimientos y separación y Cataluña y de la guerra entre la Magestad Católica de Don Felipe el Cuarto, Rey de Castilla y de Aragón, y la Diputación General de aquel Principado. Dedicada, ofrecida y consagrada a la santidad del beatíssimo Padre Inocencio décimo, Pontífice Sumo Máximo romano*, Lisboa, 1645 [reed.: 1692 e 1696; trad. Francesa: 1654; 1ª ed. espanhola: 1808].

[2] Jean COLOMÈS, *La critique et la satyre de D. Francisco Manuel de Melo,* Paris, P.U.F., 1969, XXXV, sublinha que Velez recebeu a ordem de prisão de Melo juntamente com a notícia da Restauração de Portugal.

[3] Joan ESTRUCH Y TOBELLA «Las fuentes de *Guerra de Cataluña*, de D. Francisco Manuel de Melo» *Criticón,* Toulouse, nº 44 (1988): «La obra termina en 1641 con la batalla de Montjuich, aunque la Guerra se prolongaría hasta 1652. Ello puede ser debido tanto al deseo de centrarse en lo que él conoció más directamente como al de concluir su obra con un final ejemplar, la derrota del ejército castellano a las puertas de Barcelona, adecuado a sus propósitos políticos».

[4] Benjamin Nicolas TEENSMA, *Don Francisco Manuel de Melo, 1608-1666: inventario general de sus ideas,* Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1966; Jean COLOMÈS, *La critique et la satyre,* 175-251.

em grande parte escrita na prisão, D. Francisco Manuel não se limitou a relatar uma experiência pessoal, mas lançou mão das fontes impressas a que foi tendo acesso[5]. O facto de ter podido manter uma intensa comunicação com o mundo exterior durante os cerca de onze anos que permaneceu encarcerado encontra-se documentado na numerosa correspondência que D. Francisco escreveu nessa época, e explica que o autor tenha podido recorrer a esses materiais: apesar de ser prisioneiro de Estado pôde escrever e receber cartas, visitas e livros, bem como tecer, manter e alimentar redes de sociabilidade no exterior do cárcere, um aspecto estudado em artigo recente por Maria de Lurdes Correia Fernandes[6].

Como recordou Joel Serrão, algumas das fontes indirectas do texto da história das guerras da Catalunha são os modelos clássicos na forma de conceber, mas também de escrever a história: Salústio, Tito Lívio e Tácito eram historiadores que D. Francisco conhecia bem, muito provavelmente desde a juventude, ainda que mencione também autores mais modernos, como Diego Hurtado de Mendoza (1503-1575), cuja *Guerra de Granada* chega a citar[7]. Qualquer destes autores poderia ter sido lido por Melo em várias épocas da sua vida, mas não seria difícil voltar a consultar, então, as suas obras.

Mais directamente relacionadas com o tema que gostaríamos de desenvolver aqui, são as fontes contemporâneas de D. Francisco Manuel de Melo e, muito especialmente, a inclusão no seu discurso de adaptações reconhecíveis de passagens de quatro obras então muito recentes – três delas impressas em 1641 e uma em 1642 – um facto de que Joan Estruch Tobella deu conta num estudo de 1988[8]. São elas:

– *Proclamacion católica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande Rey de las Españas, y Emperador de las Indias nuestro señor. Los Conselleres Conseio de Ciento de la ciudad de Barcelona,* Impreso em Barcelona e agora em Lisboa por António Alvares, Impressor del Rey nosso Senhor, 1641[9].
– *Epitome de los principios y progresos de las guerras de Catalunha de los años 1640 1641 y señalada victoria de Montjuyque. Escrivelo el Pe Gaspar Sala Por mandado de los señores Deputados. En Barcelona. Por Pedro Lacavalleria. Anno 1641. E agora Impresso em Lisboa pello mesmo original, Por António Aluarez, Impressor del Rey nosso senhor. Anno 1641.*
– *Noticia Universal de Catalunha en Amor servicios y Finezas admirable, en agravios opresiones y desprecios sufrida, En constituciones privilegios y libertades valerosa, en alteraciones movimientos y debates disculpada, en defensas repulsas e evasiones encogida, En Dios Razón y Armas prevenida y siempre en su Fidelidad constante A los muy Illustres Conselleres, y Sabio Consejo de Ciento de la ciudad de Barcelona,* En Lisboa, por António Alvarez Impressor del Rey. 1641.

---

[5] Joan ESTRUCH TOBELLA, «Las fuentes de *Guerra de Cataluña...*». Este estudioso sublinha que entre os cinco livros que compõem a *Historia de los movimientos y separación de Cataluña* apenas os livros quarto e quinto se referem, em parte, a acontecimentos directamente presenciados por D. Francisco.

[6] Maria de Lurdes Correia FERNANDES, «Des sociabilités qui surmontent les distances. Autour du réseau des relations intellectuelles de Francisco Manuel de Melo» in *Arquivos do Centro Cultural Português,* Paris-Lisboa, 2005, 33-44.

[7] Joel SERRÃO, «Introdução» in.: D. Francisco Manuel de Melo, *Alterações de Évora: 1637*, Edição de Joel Serrão, Lisboa, Portugália, 1967.

[8] No mesmo trabalho, ESTRUCH Y TOBELLA avança, como possibilidade de fontes indirectas da obra de D. Francisco, os papéis de José PELLICER DE TOVAR, *Idea del principado de Cataluña* Anvers, 1642 e Alberto TORMÉ Y LIORI, *Miscelaneos históricos y políticos sobre la guerra de Cataluña desde el año 1639*, que circulava manuscrito.

[9] Deste opúsculo conserva-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, também, a versão editada em Barcelona: *Proclamacion católica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande Rey de las Españas, y Emperador de las Indias nuestro señor. Los Conselleres Conseio de Ciento de la ciudad de Barcelona, Barcelona, Sebastian y Iayme Mathevad, 1641.*

– *Apoyos de la verdad catalana contra las obieciones de una justificación, que se hizo en nombre del rey Catholico contra esta província com los cargos que injustamente se le impusieron per unos papeles volantes y descargo a ellos. de 1642.*

Estas fontes merecem a nossa atenção.

Com efeito, se quisermos caracterizar estes impressos, teremos que ter em mente «a guerra de tinta» (na expressão de Nuria Florensa i Soler[10]) que, tal como se verificava na Europa Central desde o início da Guerra dos Trinta Anos, acompanhou as lutas separatistas da Catalunha e de Portugal em 1640. Refiro-me às intensas campanhas de propaganda assentes em panfletos impressos de larga difusão que secundaram as campanhas militares, as negociações financeiras e as acções de espionagem e de contra-espionagem entre as partes envolvidas. Os contemporâneos designavam estes panfletos, simplesmente, por *papéis*. E é assim que D. Francisco Manuel de Melo se lhes refere, quando na sua *História da Cataluña* alude aos «papeles que se han escrito en Cataluña» que circulavam sobre os acontecimentos[11].

A importância dos *papéis da Restauração* para o estudo dos anos 1640 a 1668 tem sido referida por estudiosos como Artur Anselmo, Fernando Bouza Alvarez, Eurico Gomes Dias[12] e, muito especialmente, por João Francisco Marques, que estudou as colecções portuguesas inventariadas e pôde não só avançar números relativos aos papéis que terão circulado em apoio do partido português (pelo menos 783) mas também sublinhar a variedade de idiomas neles utilizados (português, castelhano, latim, neerlandês, francês, italiano e catalão)[13].

Tentei provar noutro lugar que uma parte muito considerável dos impressos portugueses teve o patrocínio directo do Duque de Bragança na sua produção e disseminação[14], uma interferência que explica a rapidez com que estes panfletos passavam pelas três instâncias do sistema de censura vigente em Portugal[15], bem como a ausência frequente da transcrição de licenças dos censores nos papéis que circularam nos primeiros anos que seguiram à aclamação, e está patente na correspondência trocada entre o soberano e os seus representantes nas cortes estrangeiras. Os dados em presença permitem ainda verificar que, apesar de se poderem identificar cerca de uma dúzia de impressores em actividade no reino, entre a aclamação de D. João IV e a morte deste, o mercado editorial português se encontrou dominado por um grupo de apenas seis, todos eles exercendo a sua

---

[10] Nuria FLORENSA I SOLER, «La republica catalana en la guerra contra Felipe IV: el Consell de Cent: más que un gobierno municipal», *Espacio, tiempo y forma*, Série IV, Historia Moderna, nº 12 (1999), 181-198 e também Nuria FLORENSA I SOLER, «La Republica catalana de 1641:un foc d'encendalls», *Butlletí de la Societat catalana d'Estudis Històrics*, nº 15 (2004), 75-88.

[11] Nos livros III, §39, IV, §113 e V §135. Citamos pela edição de Joan ESTRUCH TOBELLA: D. Francisco Manuel de MELO, *Guerra de Cataluña*, Barcelona, Fontamara, 1982.

[12] Artur ANSELMO, *Estudos de História do Livro*, Lisboa, Guimarães Editores, 1997, Fernando BOUZA ÁLVAREZ, *Imagem e Propaganda, Capítulos de Historia cultural del reinado de Felipe II,* Madrid, Ediciones Akal, 1998 e Fernando BOUZA ÁLVAREZ, «Cartas, traças e sátiras. Política, cultura e representações no Portugal dos Filipes 1580-1668», *Portugal no tempo dos Filipes*, Lisboa, Cosmos, 2000, 19-38, Eurico Gomes DIAS, «As primeiras Gazetas em Portugal: uma apresentação», *Gazetas da Restauração: [1641-1648]. Uma revisão das estratégias diplomáticas portuguesas (edição transcrita),* Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006, XIII-XXI.

[13] João Francisco MARQUES, *A Parenética Portuguesa da Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade,* 2 vols. Porto, INIC, 1989.

[14] Vanda ANASTÁCIO, «'Heróicas virtudes e escritos que as publiquem'. D. Quixote nos *papéis da Restauração*», *Revue der iberischen Halbinseln,* nº 28, Berlim, Instituto Ibero-Americano, 2007, 117-136.

[15] Em vez da duração média de um a dois anos entre a entrega de um original na tipografia e o seu aparecimento no mercado passou-se a intervalos inferiores a um mês, de semanas, ou até de dias em casos específicos.

actividade em Lisboa[16]. São eles: Paulo Craesbeeck, Lourenço de Anveres, Jorge Rodrigues, Domingos Lopes Rosa, Manuel da Silva e António Álvares (que se intitula «Impressor de el Rey»).

Uma parte dos *papéis* que estes profissionais publicaram nestes anos foi impressa «à sua custa», informação que pode ler-se nas páginas de rosto de muitas das suas obras, mas uma proporção significativa destas publicações foi estampada «à custa» de um tal «Lourenço de Queirós», cujo nome surge acompanhado pela indicação: «livreiro do Estado de Bragança». Uma primeira sondagem entre os impressos conservados na Biblioteca Nacional permitiu-nos verificar que o nome desta personagem se encontra expressamente mencionado em obras provenientes das oficinas dos mesmos seis impressores. A proximidade entre este livreiro e o rei (ou os círculos afectos à corte) é reivindicada pelo próprio Queirós em alguns dos paratextos das obras a que associou o seu nome[17]. Confirmam ainda esta proximidade, não só o facto de Queirós se identificar como «livreiro do Estado de Bragança» mas, também, os elementos dispersos por papéis desta época, relativos a outros privilégios que lhe foram concedidos pelo rei.

Note-se que o patrocínio real deste tipo de propaganda não constituiu um caso isolado no contexto europeu da época. Pela mesma época Filipe IV e o Duque de Olivares apoiaram a publicação de obras de propaganda contra Portugal e contra a Catalunha, e o profundo envolvimento da França nos conflitos peninsulares traduziu-se, também, no patrocínio directo de Luís XIII à criação e à disseminação de estampas e de *libelles* satíricos dentro e fora do espaço ibérico. A longa duração das guerras entre a Espanha e a França contribuiu mesmo para o aparecimento e difusão de uma personagem caricatural recorrente nos *papéis* franceses, chamada 'l'Espagnol'[18]. O empenhamento pessoal do monarca português foi secundado pelo envolvimento dos seus homens de confiança na produção de textos difundidos através dos circuitos de venda ambulante de folhetos e papéis: António Pais Viegas, Francisco Velasco de Gouveia, João Pinto Ribeiro, António de Sousa de Macedo, o Conde de Penaguião, etc., foram autores de papéis, o que nos parece revelador quanto à importância que era atribuída então à sua produção.

O que pretendemos sublinhar aqui é a participação de D. Francisco Manuel de Melo nesta *guerra de papel e de tinta* 'alimentando-a', por assim dizer, com pelo menos sete títulos, comparáveis aos *papéis de propaganda da Restauração* que acabamos de brevemente caracterizar pelos objectivos, pelo tom e pelo modo de produção e circulação. É ele próprio que esclarece, por exemplo, no *Hospital das Letras,* que a *Historia de los movimientos y separación y Cataluña,* (publicada em 1645, no momento em que caíra em desgraça junto de D. João IV), resultara de uma encomenda deste género, inicialmente feita pela facção espanhola e posteriormente destinada ao rei de Portu-

---

[16] Veja-se, Maria Isabel LOFF, *Impressores, Editores e Livreiros no século XVII em Lisboa*, separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa,* anos X-XII (1964-1966) e Margarida Ortigão RAMOS, *Tratamento bibliográfico de uma miscelânea de folhetos sobre a Restauração de Portugal 1641-1667,* (exemplar policopiado), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1980.

[17] É o caso, por exemplo, da Dedicatória a D. Teodósio, herdeiro da Casa Real, que figura no papel impresso em 1642 por Domingos Lopes Rosa intitulado *Regra Militar offerecida ao Sereníssimo Príncipe Dom Theodosio nosso Senhor. Com hua Relaçam do que fez a Villa de barcellos, depois que foy aclamado Rey, & Snõr Sua Magestade, atẽ o primeiro de Ianeiro 1642, Impressa á custa de Lourenço de Queirós Livreiro da Casa de Bragança,* Lisboa, na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642. Na qual se pode ler o seguinte: «esta Relação, me enviarão dous criados de V. A. para as imprimir, das quais a Relação vinha já offerecida a V. A. E assi me pareceo que cometia crime, em não buscar affectuosamente a mesma protecção; pois como Official tão antigo da Real Casa de Bragança, corre por conta de V. A. apadrinhar as obras, que saírem por ordem minha.»

[18] Vejam-se algumas reproduções desta caricatura em Alexandra Reis GOMES (coord.), *Estampa e caricatura política estrangeira sobre Portugal: a doação Rau,* Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2000 e em Helène DUCINI, *Faire voire, faire croire. L'opinion publique sous Louis XIII,* Champ Vallon, 2003. Sobre a problemática das guerras de panfletos políticos veja-se também Christian JOUHAUD, *Mazarinades: la Fronde des mots,* Paris, Gallimard, 1985 e Christian JOUHAUD, *La Main de Richelieu, ou le pouvoir cardinal,* Paris, Gallimard, 1991.

gal. Significativamente, ao referir o modo como começou a reunir materiais para compor o seu *papel* – alude, quer aos dados da sua experiência pessoal, quer aos escritos que circulavam então. Conta:

> Ora tinha El-Rei de Espanha ordenado ao general daquela guerra fizesse, pela pessoa mais hábil que no exército se achasse, pôr em memoria os progressos dela. Não sei porque causa fui eu o escolhido para este efeito, não sendo o mais ocioso da companhia; mas foi, sem falta, porque nasci em signo de tabalião. *Recolhi logo, a este fim com grande pureza subministradas, as relações de tudo, passando-me tudo o que se obrava, ou pelas mãos ou pelos olhos*[19].

Na narração que se segue, a obra é apresentada como um «serviço à república» e o seu último destinatário, apesar de a obra ter saído dedicada ao papa, o rei de Portugal:

> Porém, quando eu já me dispunha a dar princípio à minha história, eis que me mandou prender el-Rei [*de Espanha, entenda-se*], por português, sem mais delito que o nascimento. Andaram os tempos, cheguei á pátria donde, depois de muito bem pisado e acalcanhado, à imitação de nosso Ovídio em Ponto (e tanto que foi em o ponto mais cruel da minha vida), continuei a escritura começada desse livro. E porque a este tempo vagavam, pelo mundo, muitas falsas opiniões de um tão grave negócio, entendi fazer serviço á república, manifestando-o assim como ele fora e não como o ódio ou o amor, que são dous grandes pintores, o haviam pintado no lenço da eternidade, com mão diferente.
>
> Quando se começou, aquele livro era oferecido a El-Rei de Castela; quando se acabou devia oferecer-se a El-Rei de Portugal. Partiu na contenda o discurso, acolhendo-me à Igreja e fazendo que o livro fosse posto aos benditos pés da santidade de Inocêncio X, por mãos de Jerónimo Bataglino, cujo primeiro exemplar mandou se colocasse na Livraria do Vaticano[20].

Foi neste mesmo espírito que D. Francisco em 1646 respondeu com o *Ecco politico*[21] a um panfleto castelhano a que João Pinto Ribeiro também respondera em 1645[22] e, em 1647, engrossou a avalanche de papéis que deploram o atentado a D. João IV, com a publicação do *Manifiesto de Portugal*[23]. Tal como aconteceu com a maior parte dos autores portugueses de papéis partidários da Restauração (que usaram a situação de assimetria linguística explorando o acesso que esta lhes permitia à língua do inimigo), Melo redige estes textos em castelhano, um pormenor já notado por António Camões Gouveia em 1987[24]. A sua actividade panfletária continuou durante o reinado de D. Afonso VI, com a publicação de obras como as *Epanáphoras de varia história,* a *Declaracion que por el reyno de Portugal ofrece* e a *Demonstración que por el reyno de Portugal* ambas assinadas com o pseudónimo de 'Doctor Geronimo de Santa Cruz', publicadas em 1660, 1663 e 1664[25].

---

[19] Jean COLOMÈS, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo,* 94.

[20] Jean COLOMÈS, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo,* 94.

[21] *Ecco politico. Responde en Portugal a la voz de Castilla y satisface a un papel anonymo ofrecido al rey Felipe el IV. Sobre los intereses de la corona lusitana, y del occeanico, indico, brasilico, ethiopico, arábico, pérsico y africano império,* Lisboa, Paulo Craesbeeck, impressor das Ordens Militares, 1645.

[22] João Pinto RIBEIRO, *Desengano ao parecer enganoso que se deu a Felipe III contra Portugal*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645.

[23] *Manifiesto de Portugal escrito por D. Francisco Manuel*, Lisboa, Paulo Craasbeeck, 1647.

[24] António Camões GOUVEIA, «D. Francisco Manuel de Melo, polígrafo. Escrever, descrever, contar, falar e pintar», *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira,* Editorial Delta, 1987, 391-410.

[25] *Epanáphoras de vária história portuguesa a el rey Nosso senhor D. Afonso VI. Em cinco relações de sucessos pertencentes a este reyno, que contem os negócios públicos, políticos, trágicos, amorosos, bélicos, triunfantes,* Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, Impressor d'ElRey Nosso Senhor, 1660; *Declaración que por el reyno de Portugal ofrece el doctor Geronimo de Santa Cruz a todos los reynos y províncias de Europa contra las calumnias publicadas de sus émulos,* Lisboa, António Craasbeeck y Melo, 1663 e *Demonstración que por el reyno de Portugal agora ofrece el doctor Geronimo de Santa*

O facto de entre as fontes da sua história da guerra de Catalunha se contarem «papéis» deste tipo, permite caracterizar D. Francisco Manuel não só como *produtor* de impressos de propaganda, mas também, como *consumidor* destes. Este aspecto pode ajudar-nos a entender melhor, não só o modo como Melo encarou a escrita da tal história de «uma acção particular» a que se refere no *Hospital das Letras*[26] mas, também, a credibilidade que atribuía às informações veiculadas nesses papéis. Nesse sentido, talvez valha a pena recordar as observações que faz D. Francisco quando se refere, no mesmo diálogo, ao modo como devem ser narrados os episódios contemporâneos, que parecem pressupor a consciência da necessidade imperiosa de o historiador proceder à interpretação de fontes e de informações, suprindo deste modo a falta de distanciamento crítico inerente ao relato de acontecimentos próximos no tempo. Diz:

> Mas aqueles historiadores que se empregam na escritura de uma só acção, como se disséssemos a vida de um príncipe, o sucesso de uma guerra, a relação dos movimentos e a transferência de uma república, a estes tais afirmo ser *lícito e obrigatório* salpicar de sentenças, observações e juízos a sua história, […]

E ainda:

> aqueles que só pintam uma acção particular, como nela não possam concorrer as cópias da variedade e estranheza de eventos que as primeiras histórias compreendem, *é necessário que o que faltou de riqueza à narração, supra a erudição em nosso proveito*[27].

Recorde-se que, apesar de se tratar em grande medida de impressos compostos sob patrocínio, a informação incluída nas relações de acontecimentos políticos e militares e nos manifestos que circulavam então dentro e fora do espaço peninsular era apresentada como verdadeira, um aspecto patente no número considerável de títulos iniciados com expressões do tipo: «Verdadeira relação…» ou «Relaciò molt verdadera…», etc. Por outro lado, o curto espaço de tempo decorrido entre os acontecimentos e o seu relato ou o seu comentário nestes *papéis,* conferiu a estes últimos uma função noticiosa próxima do jornalismo (não é por acaso que se considera que o jornalismo português nasceu nessa época com a *Gazeta da Restauração*). Nesta ordem de ideias, os papéis sobre a revolta da Catalunha acima referidos constituíam, do ponto de vista de D. Francisco Manuel de Melo, o repositório de notícias mais actualizado de que poderia dispor.

O estudo exaustivo da forma como D. Francisco trabalha esses materiais excede os limites deste breve apontamento. Diga-se, contudo, que, como foi já observado por Tobella, a partir do cotejo entre estes textos e a *História de los movimientos y separación de Cataluña* de D. Francisco de Melo, se observa que o mais utilizado foi o *Epitome,* do qual o autor incluirá por vezes longas citações que vai adaptando ao seu estilo próprio, por meio do acrescentamento de reflexões, de aforismos, de considerações sobre os objectivos ou as consequências de determinadas decisões políticas ou, ainda, da atribuição de motivações ou de emoções às personagens envolvidas, no que se traduz não apenas numa forma subtil de tomar partido, mas, também, num modo de questionar e de se distanciar dos dados veiculados por essas fontes.

Cruz, a todos los reynos y províncias de Europa en prueva de la declaracion por el mesmo autor y por el mesmo reyno a todos los reinos y províncias de Europa ya ofrecida contra las calunias publicadas de sus émulos y en favor de las verdades por el tiempo manifestadas, Lisboa, António Craasbeeck de Melo, 1664. [*Relação dos sucessos da armada que a Companhia Geral de Comércio expediu ao estado do Brasil,* Lisboa, 1650]

[26] Jean COLOMÈS, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo*, 137.

[27] Jean COLOMÈS, *Le dialogue 'Hospital das Letras' de D. Francisco Manuel de Melo,* 137. Itálicos nossos.

Acontece ainda que as informações colhidas quer no mesmo *Epítome,* quer nos outros textos acima indicados surjam resumidas, ou truncadas pela eliminação de pormenores, e que D. Francisco combine e sintetize informações retiradas de mais de uma fonte. Inevitavelmente, a dependência destas relações é sobretudo visível quando o historiador conta acontecimentos que não presenciou, não sendo de estranhar que reproduza algumas das imprecisões transmitidas por estas: os erros que comete ao indicar a duração do cerco de Salses, por exemplo, ou o número de soldados pagos pela Catalunha nessa campanha foram claramente bebidos em *Apoyos de la verdad catalana.*

Note-se que as publicações de que se serviu constituem casos muito especiais no universo dos papéis da Restauração. Com efeito, trata-se de traduções para castelhano de papéis redigidos originalmente na Catalunha, em catalão, que foram trazidos para Lisboa em 1641 pelo embaixador do Principado, tendo sido impressos nesta cidade em castelhano e em português por ordem de D. João IV. É o que se pode deduzir do privilégio neles estampado sem variantes, onde se lê:

> Manda el Rey N. S. que pello Dezembargo do Paço se despache licença, & Priuilegio a Lourenço de Queiros liureiro, para fazer imprimir quatro livros sobre as cousas de Catalunha, que o Embaxador daquelle Principado presentou a S. Magestade, que offerecerá com esta portaria. Em Lisboa a 6. de Mayo de 641, Francisco de Lucena.

Papéis abarcados por este privilégio coincidem com fontes identificadas por Estruch y Tobella.

Estes materiais são peças relevantes da política de aproximação entre Portugal e a Catalunha tentada entre 1640 e 1645 pelos partidários da Restauração, iniciada poucos dias depois da aclamação de D. João IV, com o envio de mensagens e de embaixadas aos responsáveis pelo levantamento da Catalunha. Prova do empenhamento régio nessa aproximação é a singular rapidez com que, em 1641, se publicou a *Relaçam da viagem do Padre Mestre Ignacio de Mascarenhas à Catalunha.* Este relato da primeira embaixada portuguesa a estabelecer relações diplomáticas com as autoridades catalãs obteve, em apenas três dias, as licenças necessárias do Desembargo do Paço, do Ordinário e da Inquisição[28]. Mas, no caso dos papéis que aqui nos ocupam, o privilégio concedido a Lourenço de Queirós ilustra bem a proveniência de muitas das informações contidas nos *papéis*: os enviados, embaixadores, mensageiros, espiões, etc. que se movimentavam então dentro e fora do espaço peninsular[29].

A publicação de escritos dando notícias das vitórias do exército catalão ou da aliança franco-catalã em Lisboa, e dos feitos militares das forças portuguesas e dos progressos da sua diplomacia na cena internacional, em Barcelona, ocupou intensamente os prelos dos impressores ao serviço de ambas as causas, nos dois extremos da Península, entre 1641 e 1645. Tanto quanto pudemos apurar, deu origem a pelo menos quarenta títulos, redigidos em castelhano, catalão e português, várias vezes traduzidos e reimpressos numa e noutra cidade. Se do lado português é possível detectar a interferência directa do Rei, do lado catalão, como demonstrou Nuria Florensa i Soler,

---

[28] *Relação do sucesso que o Padre Mestre Inácio Mascarenhas teve na jornada que fez á Catalunha por mandado de S.M. D. João IV aos 7 de Janeiro de 1641*, Lisboa, na Off. de Lourenço de Anveres, 1641.

[29] Já Brito ARANHA no *Supplemento* ao *Diccionario bibliographico portuguez* vol. XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, 200 comentou, acerca deste acervo: «A série de opúsculos impressos em Barcelona, como se tem visto, não é pequena; além de notável por ser muito pouco vulgar, serve também de estudo relativo ao desenvolvimento que então já tinham, naquella parte da península hispânica, as artes graphicas. São bellíssimos alguns existentes na vasta collecção da biblioteca nacional de Lisboa.» Sobre o emprego de tácticas de espionagem no espaço peninsular durante estes anos veja-se Fernando CORTÉS CORTÉS, *Espionagem e Contra-espionagem numa Guerra Peninsular 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

foi o próprio *Consell de Cent* a financiar a impressão de propaganda escrita. Foi este organismo, por exemplo, que encomendou ao Padre Gaspar Sala Berart a escrita dos quatro opúsculos mencionados acima, que acabaram por ser reimpressos em Lisboa[30]. Por outro lado, tal como acontece no caso português, é possível identificar, na Catalunha, no mesmo período, um pequeno grupo de impressores que se colocaram ao serviço da causa catalã: Jaume Romeu, Jaume Mathevat, Gabriel Noguès e Pere Lacavallería dedicaram-se à tradução para castelhano e para catalão das relações e manifestos portugueses, e enviaram, para Portugal, notícias e relações em catalão e castelhano, não só de textos produzidos na Catalunha, mas também de panfletos franceses.

A leitura dos quatro papéis que iniciaram esta circulação de impressos entre as duas regiões peninsulares permite entender o modo como foi delineada inicialmente a estratégia editorial da facção catalã, apostada num ataque simultâneo em várias frentes na justificação da revolta e das lutas separatistas através de argumentos do foro do Direito, da Teologia e de natureza Político-Militar. Assim, *Apoyos de la verdad catalana* estrutura-se como uma resposta, no plano jurídico, aos argumentos postos a circular pela facção castelhana quanto à legitimidade jurídica e moral da revolta, apresentando excertos da propaganda oficial da coroa seguidos dos argumentos que os invalidariam; já na *Proclamação da Catalunha* os motivos de descontentamento do povo catalão são justificados pela passagem em revista da História do Principado, dos pactos que realizara no passado com outros reinos peninsulares e além-Pirenéus – nomeadamente com a França –, bem como dos direitos adquiridos ao longo dos tempos e do seu atropelo pelo governo de Filipe IV. Observe-se que, apesar das acusações de tirania, não há ataques directos ao monarca: a nível manifesto, os visados são os seus maus conselheiros: o nome mais citado é o do Conde Duque de Olivares, mas há também outros ministros e chefes militares acusados de instigarem o rei ao exercício da *tirania*.

Já a *Notícia Universal da Catalunha,* apesar de também se debruçar sobre a história da Catalunha, propõe uma visão providencialista dos factos. Aí a Catalunha é pintada como uma nação extraordinariamente católica, protegida por Deus, pelos santos e pelos mártires que nela nasceram e cujos túmulos abriga, descrevendo-a como uma comunidade predestinada para uma missão espiritual singular apenas realizável em liberdade, fora do jugo castelhano. Apesar da sua longa extensão, o seu tom e a sua estrutura recordam os dos sermões da época, apresentando como provas para os argumentos invocados, quer exemplos retirados da vida dos santos e mártires catalães, quer relatos de prodígios e de episódios maravilhosos atribuídos à interferência divina. Por fim, o *Epitome* relata o comportamento dos exércitos castelhanos em batalhas ocorridas na Catalunha e no Rossilhão, denuncia o comportamento despótico dos seus chefes militares, a crueldade e o comportamento sacrílego dos soldados, justificando deste modo a organização da oposição catalã ao governo central e terminando com a relação circunstanciada dos confrontos militares com Castela ocorridos até à batalha de Montjuique.

Todos estes textos se encontram semeados de comentários de carácter moralizante, muitas vezes feitos sob a forma de aforismos, de máximas, de paralelos com provérbios, através dos quais os seus autores vão *dando sentido* aos factos narrados, marcando-os como acontecimentos dos quais é possível extrair verdades de natureza moral ou teológica, num esforço interpretativo que muito se aproxima do tal modo de escrever «uma história particular» de que fala D. Francisco no *Hospital das Letras*.

---

[30] Nuria FLORENSA I SOLER, «La republica catalana en la guerra contra Felipe IV...», 181-198 e ainda, Núria FLORENSA I SOLER, «La Republica catalana de 1641: un foc d'encendalls», *Butlletí de la Societat catalana d'Estudis Històrics*, nº 15 (2004), 75-88.

Do ponto de vista do historiador que, ao tempo, desejasse ser isento e verdadeiro – e D. Francisco afirma, logo no início da sua História da guerra da Catalunha que «la verdade es la que dicta, yo quien escribe; suyas son las razones, mías las letras»[31] –, parece-nos que os relatos dos acontecimentos certificados pelos representantes dos dois povos peninsulares que se opunham ao poder central seriam certamente preferíveis a qualquer versão posta a circular por este último. Mas nas alusões que faz à informação retirada de *papéis*, Melo revela-se prudente, apontando lacunas – como quando menciona, no livro V, parágrafo 135 «un ayudante catalán, cuyo nombre ignoramos y aun lo callan sus relaciones» (p. 191) –, precisando referências – como no livro II, parágrafo 39: «Mr de Seriñan (a quien algunos papeles catalanes llaman Serniá)» – ou, mesmo, discutindo a verosimilhança dos dados referidos, como acontece no parágrafo 113, do livro IV quando diz:

> Algunos papeles que se han escrito en Cataluña y han llegado a mis manos, impresos y manuscritos, quieren que Espernan capitulase com el Velez sin dar noticia al magistrado de lo que pretendía hacer; pero no parece creíble que un hombre cuerdo y extrangero concertase la reducción de una ciudad sin consentimiento de sus ciudadanos[32].

Em jeito de conclusão, podemos dizer que, se é verdade que D. Francisco Manuel de Melo recorreu, para a escrita da sua história, a fontes ideologicamente enfeudadas, que apresentavam os factos de modo favorável a quem as encomendava, não é menos verdade que escolheu entre as opções possíveis aquelas que apresentavam a versão dos factos que considerou menos tendenciosa, a mesma que foi aceite pelos dirigentes do partido que defendia. Ainda assim, não nos parece que ao fazê-lo tenha fugido aos seus objectivos como historiador, pois, como ele próprio dirá:

> Ofrezco a los venideros un ejemplo, a los presentes un desengaño, un consuelo a los pasados. Cuento los accidentes de un siglo que les puede servir a éstos, aquéllos y esotoros com lecciones tan diferentes.

---

[31] ESTRUCH TOBELLA, *La Guerra de Catalunha,* I §5, 35.
[32] ESTRUCH TOBELLA, *La Guerra de Catalunha,* 155.
[33] ESTRUCH y TOBELLA, *La Guerra de Catalunha,* 15.

Algumas notas sobre o «amor», o «desengano» e o «artifício» nas *Obras Métricas* (1665) de D. Francisco Manuel de Melo

Zulmira Santos
Universidade do Porto

No início das «Segundas Três Musas de Melodino», na edição das *Obras Métricas*, de Lyon, 1665, os editores, Horacio Boissat e George Remeus, acentuavam:

> «Posso afirmar-vos da parte de quem o melhor sabe que, se bem o seu autor (como muitas vezes escreve) nunca de seus versos teve gosto, porque os mais foram escritos com desgosto e emendados sem tempo, todavia, se para alguns se mostrou inclinado, foi para estes, ou porque os compôs mais vizinho às últimas raias da mocidade, ou porque por isso mesmo tivessem maior desengano que artifício. Entendi vos devia fazer esta advertência, porque falta nela o autor na introdução que faz, assi às pessoas a quem dedica, como às que entrega suas Obras. Agora avisados dela, não estranheis, antes estimai a rara mudança do estilo, que de todo parece alheio, e diverso do que até agora deste autor tendes ouvido; louvável cousa sempre, ou seja abundância ou melhora, e concedida a poucos, ser grande mais que uma vez. Para o último terno castelhano vos convido, que não tardará em estampar-se»[1].

A passagem em causa, sobretudo pelo que se prende com a «inclinação» do autor pelas composições integrantes das *Segundas três Musas*, ele que «nunca de seus versos teve gosto», porque compostas «às últimas raias da mocidade» ou «porque tivessem maior desengano que artifício» – D. Francisco entende-os nas *Cartas Familiares* como esses «versos portugueses» que «parecem escritos há duzentos anos»[2] – convida à compaginação com a conhecida passagem do *Hospital das Letras* que brevemente evoco, na voz de Lípsio:

---

[1] Citaremos sempre pela edição das *Obras Métricas* (dir. por Maria Lucília Gonçalves PIRES e José Adriano de Freitas CARVALHO), Braga, APPCDM, 2006.

[2] «Eu tenho aqui um volume de versos portugueses, e tanto, que parecem escritos há duzentos anos. Desejo estampa-los limpamente e com o meu nome, à diferença dos castelhanos, que creo sairão à luz brevemente com algum suposto. Muito quisera que a impressão se fizesse nessa terra, mas à falta de correcção me detenho. Se a assistência de V. M. desse lugar à emenda e a alcançar o fim da obra, não me seria dificultoso mandar lá o original, bem castigado, para que V. M. dispusesse sua estampa; e com ele faria ir os efeitos do seu dispêndio» (*Cartas Familiares*. Prefácio e notas de Maria da Conceição SARMENTO, Lisboa, 1980, 249). V. também Antonio BERNAT VISTARINI, *Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco peninsular*, Palma, 1992.

> «as Musas são donzelas louçãs em a flor da idade porque verdadeiramente ela [a Poesia] é uma arte florida que pede sujeitos floridos em anos florescentes»[3].

Não vou, porém, centrar-me no desenvolvimento deste filão da ligação da *praxis* poética aos anos de juventude, de larga tradição secular, bastando recorrer, para atestar tal afirmação, à célebre passagem do Marquês de Santillana, no *Prohemio e Carta* ao Condestável D. Pedro:

> Porque, señor, así como el Apóstol dize, Cum essem parvulus, cogitam ut parvulus, loquebar ut parvulus. Ca estas tales cosas alegres e jocosas andan e concurren com el tiempo de la nueva hedad de juventud, es, a saber: com el vestir, com el justar, con el dançar e con otros tales cortesanos exercícios. E asy, señor, muchas cosas plazen agora a vos que ya no plazen o no devem plazer a mí»[4].

No sentir dos editores, inspirado, com toda a certeza, pela opinião do autor, que seguiu com toda a atenção este processo editorial, os versos das «Segundas três Musas» – «A Tuba de Calíope», «A Sanfonha de Euterpe» e «A viola de Talia» – teriam «maior desengano que artifício» o que poderia levar-nos a concluir, nem que seja apenas como motivo de reflexão sobre a poesia de D. Francisco, que os outros versos, de outras «musas», teriam mais «artifício» que «desengano». Aliás, na «Dedicatória que se achou com estas obras manuscritas», texto que, de resto, praticamente coincide com o de uma carta, datada de 28 de Outubro de 1648, com a indicação «A um amigo com os versos portugueses», o autor sublinha o carácter pouco «artificioso» desta produção, na moldura de uma «imitação» que o texto se encarregará de precisar:

> V. S. é tão português, e tão bom português, que não enjeitará a conversação destes consoantes, o[s] quais, ainda que meus, postos com pouco artifício e pesados em breves considerações, não sei se diga que (sobre serem os mais mimosos da casa) muito se parecem com aqueles a quem quiseram imitar[5].

Versos, assim, feitos «com pouco artifício», mas «pesados em breves considerações», que D. Francisco integra na senda da evocação do «grave estilo de nossos antepassados», que pretende «ressuscitar»:

> Não aquele cuja aspereza já para muitos foi desagradável, como no antigo Mena condenou o grande Sá; mas aqueloutro donde, como o diamante que reluz por entre os golpes da luva, vai cintilando por entre as frases naturais, engraçadas e facilíssimas[6].

Numa leitura que presumimos que o texto suporta, até porque a argumentação ocorre repetida, seria legítimo concluir que D. Francisco entende os versos «portugueses» como menos «artificiosos», porque feitos de «frases naturais, engraçadas e facilíssimas», na imitação do «grave estilo dos nossos passados» – que a alusão a Sá de Miranda contribui para enquadrar no século XVI[7] – interpretação que os editores corroboram, ao acentuarem, como no início referi, em contexto de «advertência», que os versos das «Segundas Três Musas» possuíam «maior desengano que artifício» e que,

---

[3] A. Correia de Oliveira lembra a passagem que Cervantes no *Quijote* dedica a este tema, apresentando a poesia e as musas como donzelas. (D. Francisco Manuel de Melo, *As Segundas três Musas*, ensaio crítico, selecção e notas de A. Correia de OLIVEIRA, Lisboa, 1945, 39).

[4] Marquês de SANTILLANA, *Comedieta de Ponza., sonetos, serranillas y otras obras* (ed. de Regula Rohland de Langbehn. Estúdio Preliminar de Vicente Beltrán), Barcelona, Crítica, 1997, 12-13.

[5] *Obras Métricas*, 437.

[6] *Obras Métricas*, 439.

[7] V. Maria Lucília Gonçalves PIRES, «Ecos Literários nas *Obras Métricas*», XXVII.

alusão não menos importante, tal se entendia como uma «rara mudança de estilo, que de todo parece alheio, e diverso do que até agora deste autor tendes ouvido». Tendo em conta que «o que até agora» se tinha ouvido só poderia ser, numa interpretação restritiva, a parte referente às primeiras três musas ou, quando muito, a edição prévia de «Las tres musas» de 1649 (Lisboa, na Oficina Craesbeeckiana, por Henrique Valente de Oliveira) que, pela coincidência textual, devem, neste enquadramento hermenêutico, funcionar como a mesma obra, as «musas portuguesas» representariam, assim, uma «mudança de estilo» concretizada em mais «desengano» que artifício», na senda da evocação do estilo dos poetas portugueses do século XVI, com toda a probabilidade, sobretudo de Sá de Miranda e de Camões, se recordarmos que D. Francisco estava ligado por laços de amizade a dois editores de Camões – Faria e Sousa e António Álvares da Cunha – e seguiu de muito perto a edição das obras de Sá de Miranda, em 1651[8].

Convirá não ignorar que a configuração das *Obras Métricas*, na esteira de uma prática de organização dos versos que o *Canzoniere* de Petrarca havia divulgado, materializada, como é óbvio de diferentes e várias maneiras, parece implicar, pela ordenação paratextual, uma sintaxe narrativa que aqui se materializa numa espécie de movimento ascendente de «perfeição» de musa para musa: os dois paratextos que acompanham «Las tres musas del Melodino» anunciam – embora não tendo sido expressamente redigidos para a edição das *Obras Métricas*, pois que o primeiro, «Al Señor Juan Rodriguez de Vasconcelos y Sosa, embora assinado «El impressor», repete a dedicatória da edição de 1649, e o segundo, intitulado «Con el original de estos versos se halló esta carta que sirva de sú introduction», passa por ter sido aproveitado para a função prologal – um programa poético que salienta a dificuldade discursiva em fazer versos, «vos sabéis cuánta sazón pide la plática de las musas […], «Si os dijese no hay en todo letra a mi gusto […], sobretudo, nas palavras de D. Francisco, em «lenguaje extrangero» que «tampoco es favorable al que compone», sublinhando alguma juvenil inconsciência que o teria levado a imitar o estilo «cândido de los Vegas, lo severo de los Leonardos, lo culto de los Góngoras y Hortensios». Esta interpretação permite perceber que os editores expendam sobre as «musas portuguesas» as considerações acima equacionadas. Enquanto o «estilo» das primeiras três musas seria «artificioso», o das segundas sê-lo-ia menos, «[…]consoantes, os quais, ainda que meus, postos com pouco artifício e pesados em breves consideração […]» – por isso os editores solicitavam aos leitores que não estranhassem antes estimassem a diferença – e, enquanto estas teriam mais «desengano», as terceiras, «El tercer coro de las musas del Melodino», apelidadas pelo editor de «joya de mi oficina», embora escritas pelo mesmo autor – «Escribiolas el próprio Melodino y con la mesma pluma, mas tan superiormente cortada […]» – atingiriam tal grau de perfeição que parece que todas as outras teriam servido de ensaio para chegar à redacção destas[9]. A existência de uma sintaxe paratextual pode, assim, explicar que o texto da «Epístola a los lectores por un aficionado del autor y del estudio poético», que as antecede, subscrito por «El Cándido, Académico Generoso», nome usado na Academia dos Generosos

[8] A. da Costa PIMPÃO, «A Lírica camoniana no século XVII. Faria e Sousa e Álvares da Cunha», *Escritos diversos*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1972; V. AGUIAR e SILVA, «Notas sobre o cânone da lírica camoniana (II)», *Camões. Labirintos e Fascínios*, Lisboa, Cotovia, 1994, 73-100; Maria Lucília Gonçalves PIRES, «Ecos Literários nas *Obras Métricas*», *Obras Métricas*, XXVII. Rita MARNOTO.

[9] «Son otras las obras que ofrezco a V. Excelencia, mas no es el autor otro ni otro el animo que se las dedica. Escribiolas el proprio Melodino y con la mesma pluma mas tan superiormente cortada que, según el juicio de los práticos, parece que el poeta solo para escribir estas ha escrito las otras». *Obras Métricas*, 804. Sobre a forma «cancioneiro» v. Rita MARNOTO, «O 'livro de poesia'. O cancioneiro petrarquista e a edição das *Obras* de Sá de Miranda de 1595», *Revista Portuguesa de História do Livro*, VIII, nº 15, Lisboa, 2004 e «A forma cancioneiro e a edição das Rhythmas de 1595» in *Sete Ensaios Camonianos*, Coimbra, CIEC, 2007, 225-252.

por Frei André de Cristo, enfatize «los conceptos sutiles, las locuciones altas, las voces selectísimas que no podrán escurecer los más desaficionados, si hay algunos […][10], ostentando um conceito de poesia tributário da agudeza verbal e de um sábia e «discreta» forma de exercer e exercitar a capacidade de «engenho»[11].

Aliás, esta espécie de «Prólogo» ecoa, de algum modo, as palavras, ou as preocupações, do livreiro Estêvão Lopes, ao editar, em 1598, pela segunda vez, as *Rimas* de Camões. Aqui, apelando à qualidade poética de um texto produzido por «admiravel engenho», o editor enfatiza o quanto «espanta a agudeza de seus cõceitos, como obriga propriedade das palavras, como enleva o encarecimento das razões. Que alteza tem de sentẽças, que metaphoras, que hipérboles, que figuras tã Poéticas?»[12], visando não apenas a «novidade» da presença de composições que justificavam a indicação «Accrescentadas nesta segunda impressão», mas também o enaltecimento de uma técnica retórico-compositiva que elevava Camões ao estatuto de autor modelar. Talvez não seja sem razão que Frei André de Cristo evoca, no final dos comentários sobre o virtuosismo poético de D. Francisco Manuel de Melo, o verso de Camões: «Porque quem não sabe a arte não a estima»[13], aludindo a uma espécie de «consciência» técnica que não é para todos, no sentido algo exclusivo, em que, como dizia D. Francisco, «não fiz livro em muitas horas para se ler em ũa hora»[14].

A função prologal destes paratextos parece, assim, comportar uma funcionalidade específica que se orienta para a «captatio» do leitor, evidenciando, pelas diferenças anotadas pelos editores através dos testemunhos do autor e de palavras autorizadas como as de André de Cristo, uma competência «poética» apta para gerir e harmonizar um leque de vozes poéticas e literárias de cariz diferenciado, capaz de encontrar a «mutua correspondência entre los metros, estilos e asuntos»[15].

«Artifício», «desengano» e «amor»

A lição dos paratextos permitiria, então, concluir que se as primeiras três musas possuiriam mais «artifício», as segundas mais «desengano» e menos «artificio», porque feitas de «frases naturais, engraçadas e facilíssimas» e as terceiras seriam uma espécie de culminar de perfeição de prática poética, revelando, assim, um autor capaz de sintetizar diferentes «estilos» e uma obra preparada para agradar a diferentes públicos, não só de diversas naturezas em termos de erudição, mas, quem sabe… talvez, também, em termos de nacionalidades, procurando conferir às *Obras Métricas* potencialidades de leitura que ultrapassavam fronteiras para além das ibéricas, como seria óbvio ao tempo e natural num autor tão «cosmopolita» como D. Francisco Manuel de Melo[16].

---

[10] *Obras Métricas*, 805.

[11] Permitimo-nos remeter para Zulmira C. SANTOS, «O conceito de poesia de D. Francisco Manuel de Melo», *Obras Métricas*, XXIX-XXXVI.

[12] *Rimas de Luís de Camões acrescentadas nesta segunda impressão. Dirigidas a D. Gonçalo Coutinho,* Em Lisboa, Por Pedro Crasbeeck, Anno de MDXCVIII. A custa de Estêvão Lopes mercador de libros (cito pela rep. Fac-similada da ed. de 1598, com Estudo Introdutório de Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Braga, Universidade do Minho, 1980 «A D. Gonçalo Coutinho)».

[13] *Obras Métricas*, 809: «Con lo que solo acreciento que estimes este libro, porque parezcas persona digna de estimación, según la sentencia de nuestro Camoens: *Porque quem não sabe a arte não a estima*». Lucília G. PIRES, «Ecos literários nas *Obras Métricas*», Obras Métricas, XXVI.

[14] D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares*, 24 de Março de 1650 (prefácio e notas de Maria da Conceição Sarmento, Lisboa, 1980).

[15] *Obras Métricas*, 807.

[16] Giacinto MANUOPELLA, «Acerca do cosmopolitismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo». Sep. de *Brasília*

Procurando reflectir sobre as implicações que o «artifício» e o «desengano» eventualmente comportam no tratamento da temática amorosa, haverá que ter em conta que, se pensarmos nas composições que expressamente desenvolvem o amor como tema maior, encontraremos alguma concentração nas primeiras três musas que integram, justamente, na primeira, «El arpa de Melpomene», um conjunto de «Sonetos amorosos»[17], na segunda, «La Cítara de Erato», um grupo de «romances» também assim denominados[18] e na terceira, «La tyorba de Plymnia», um breve grupo de «madrigais»[19], para além de outras composições mais esparsas que adiante se examinarão, enquanto as segundas apresentam apenas em «A Tuba de Calíope» – que é por sua vez a primeira da segunda parte – um conjunto mais disperso de sonetos assim apelidados (distribuídos com outros ditos «moral», «laudatório»…) e as terceiras, «El Tercer Coro», diluem, sobretudo na sétima, «La lira de Clío», que é, justamente, a primeira da última parte, um grupo de sonetos de temática amorosa, não directamente identificados como tal, mas submetidos a uma epígrafe que contribui para a sua inclusão em tal «apartado». Haverá que acautelar a evidência de que a temática amorosa, entendida em sentido geral – a beleza feminina, por exemplo…, se dissemina por toda a obra, umas vezes mais em contexto moral ou moralizante outras de forma circunstancial[20]. Aqui, com muitas limitações, procuraremos equacionar alguns comentários reflexivos no campo da articulação das composições que, de um modo ou de outro, isto é, pelo título ou pela epígrafe, se apresentam nas *Obras Métricas* como expressamente «sobre o amor», com a forma como cada grupo de musas se apresenta ao leitor nos termos paratextuais que acima examinámos.

Voltando ao «artifício» e ao «desengano» – duas palavras-chave da estética barroca – cuja prevalência os editores entendem como marca da distinção entre as segundas e as primeiras três musas, deve assinalar-se que o «artifício» releva essencialmente do universo formal, marcado pelo investimento numa técnica retórico-compositiva que se concretiza «em altos conceitos, sólidas doutrinas, /sutis ideias, frases elegantes/raras sentenças, flores peregrinas/vivos exemplos regras abundantes»[21], para citar apenas uma das muitas passagens em que a obra de D. Francisco, por alheia ou própria voz mergulha nesta questão, enquanto o «desengano» se inscreve predominantemente em área temática. E se o «desengano» se foi tornando, na poesia de finais do século XVI, um tema constante que a produção discursiva posterior, em prosa ou em verso, quase transformou em presença obsessiva, ao «artifício» reservam as reflexões teóricas do tempo, nem sempre coincidentes, nem em cronologias nem em juízos – de Gracián[22] a Tesauro[23] ou, até em data anterior, a Peregrini[24] –, um lugar especialmente importante, já amplamente demonstrado[25]. Gracián cita em várias

---

(1960), vol. IX, Coimbra; Maria de Lurdes Correia FERNANDES, «Des sociabilités qui surmontent les distances. Autour du réseau des relations intelectuelles de Francisco Manuel de Melo» in *Arquivos do Centro Cultural Português,* Paris-Lisboa, 2005, 33-44.

[17] *Obras Métricas*, 53-94.

[18] *Obras Métricas*, 190-216. «Amorosos. Amor, miedo, y ocasión».

[19] *Obras Métricas*, 300-304.

[20] Como, por exemplo, na «Viola de Talia» as «Quintilhas XXV», «*Foi travesso assunto académico galantear com uns olhos que choravam e riam juntamente*», *Obras Métricas*, 714-715.

[21] «Banquete métrico», *Obras Métricas*, 792.

[22] Baltasar GRACIÁN, *Agudeza y Arte de Ingenio* [1648], Ed. de Ceferino Peralta, J. M. Ayala y José Mª Andreu, Zaragoza, PUZ, 2004.

[23] Emanuele TESAURO (1592-1657], *Il Cannocchiale aristotelico o sia idea dell'arguta et ingeniosa elocutione che serve a tutta l'arte oratória, lapidaria e simbólica, esaminata co' Principii del divino Aristotele*, 1654.

[24] Matteo PEREGRINI [1595 ca – 1652], *Delle acutezze, che altrimenti spiriti, vivezzi, e concetti volgarmente si appellano*, In Genova, Per Gio. Maria Farroni, Nicolò Peasagni & Pier Francesco Barbieri, 1639. Citarei pela edição preparada por Erminia Ardissino, Torino, Ed. Res, 1997.

[25] Apenas como exemplo de uma ampla bibliografia, Andrea BATTISTINI, *Il Barocco. Cultura, miti, immagini*. Roma,

ocasiões a importância estruturante do «artifício», Tesauro e Peregrini reconhecem-lhe uma função fundamental no contexto das «argutie humane»[26], se bem que Peregrini alerte para o uso «excessivo» «delle acutezze»[27]. Deste ponto de vista, D. Francisco, poeta e homem do seu tempo, não ignora o fascínio, salientado por Tesauro, ao discorrer sobre as potencialidades da metáfora, de «vedere in un vocabulo solo, un pien teatro di meraviglie»[28].

O «desengano», como prática «temática» que o aparato paratextual associou sobretudo às musas portuguesas, haverá que lê-lo nas muitas composições em que o poeta não apenas dá conta de apontamentos circunstanciais das suas vivências quotidianas, acentuando formas de «conviavilidade» cortesãs – do agradecimento, ao pedido, à celebração de nascimentos – pontuadas por um conjunto de rituais de corte que, traduzindo o seu envolvimento nesse quotidiano, deixam, no mesmo movimento marcas de alguma amargura, sublinhando a importância da salvação e a efemeridade da vida terrena[29]. São muitas as composições que, nas «Segundas três musas», incorporam reflexões de natureza moral sobre a vida humana e os seus contextos que, de algum modo, sustentam a rede argumentativa dos respectivos paratextos, quando evocam Sá de Miranda, certamente também na prática de uma poesia de carácter sentencioso, veiculando, nas palavras de Maria Lucília Gonçalves Pires, «idêntica lição de prudência e temperança, e uma sabedoria construída sobre uma visão pessimista do homem e da sociedade»[30]. E se a maioria destas composições incorpora «A Sanfonha de Euterpe», não há dúvida que «A Viola de Talia» recolhe muita da poesia dita «circunstancial», eivada, muitas vezes, por referências a falta de cartas de amigos, a pequenos favores não retribuídos, a promessas não cumpridas, acentuando uma dimensão da sociabilidade cortesã a que estas composições não são alheias e que certamente contribuiu para perceber porque comportam mais «desengano», embora não ignorem, na brevidade de muitas delas, modos de concretizar a «agudeza»[31].

Em todo o caso, talvez possa aceitar-se que a relativa concentração de versos expressamente ditos «amorosos», nas primeiras três musas, permite considerar a hipótese de que os poemas em que o amor se faz tema nuclear se deveriam mais ao «artifício», no sentido de uma prática poética tida como «exercício de dizer», muitas vezes «à maneira de», e daí a referência explicita a «que de todo lo ageno estilo no es poco precioso el robo que hemos hecho […] Lo candido de los Vegas, lo severo de los Leonardos, lo culto de los Góngoras y Ortensios […], texto que, como é sabido,

---

Salerno Editrice, 2000; Aurora EGIDO, *De la mano de Artemia. Literatura, emblemática, Mnemotecnia y Arte en el siglo de Oro*, Barcelona, Ed. UIB, 2004.

[25] Emanuele TESAURO (1592-1657], Il *Cannocchiale aristotélico o sai idea dell'arguta et ingeniosa elocutione che serve a tutta l'arte oratória, lapidaria e simbólica, esaminata co' Principii del divino Aristotele*, 1654, 82-83. Cito pela reprod. anast. da 5.ª impressão, Torino, MDCLXX, preparada pela Editrice Artística Piemontese, 2000. M. PEREGRINI: «come il translato, il noema, l'anfibologia e la finzion palese sieno gli artificii principali onde si formano i fonti delle acutezze (*Delle Acutezze*, Cap. VIII, 81)

[27] «Propone venticinque cautele per l'uso delle acutezze», Matteo PEREGRINI, *Delle acutezze, che altrimenti spiriti, vivezzi, e concetti volgarmente si appellano*, Cap. XII, 124-154.

[28] Emanuele TESAURO, Il *Cannocchiale aristotélico o sai idea dell'arguta et ingeniosa elocutione che serve a tutta l'arte oratória, lapidaria e simbólica, esaminata co' Principii del divino Aristotele*, «Trattato della metafora», Capitolo VII, 267.

[29] J. A. de CARVALHO, «Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Melo», sep. de Brotéria, vol. LXXVIII (1964), 277-291 e 423-438 e «Poesia de circunstância e circunstâncias sociais» in Francisco Manuel de MELO, *Obras Métricas* (dir. por Maria Lucília Gonçalves PIRES e José Adriano de Freitas CARVALHO), Braga, APPCDM, 2006, LI-LXIV. Maria de Lurdes Correia FERNANDES, «O Tempo do Desengano. Das aparências da vida à verdade da morte nos *Relógios Falantes* de D. Francisco Manuel de Melo», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 2, (2005), 343-364.

[30] Maria Lucília Gonçalves PIRES, «Ecos literários nas *Obras Métricas*», *Obras Métricas*, XXVIII.

[31] José Adriano de Freitas CARVALHO, «Poesia de circunstância e circunstâncias sociais», *Obras Métricas*, LXIV.

já se encontrava na edição de 1649. De resto, a lógica argumentativa desse prólogo deixa perceber essa alusão a um exercício poético, quando evidencia a ligação – ainda que ténue, em termos discursivos –, a um estado de juventude sensível ao aplauso e ao reconhecimento: «Residía allá entonces, cuando a los consonantes fue afable el aplauso. Yo era mozo, deseábale»[32].

Uma leitura, ainda que rápida, dos «Sonetos amorosos» e dos «Madrigais» de «El Arpa de Melpomene» detecta imediatamente o uso de um «saber» que releva simultaneamente da «erudição», pelo conhecimento de um leque temático tributário do «amor», e da já referida técnica retórico-compositiva, reveladora de um virtuosismo que adequa «*subtis ideias, raridade* … de *palavras, frequência* de *agudos conceitos, ornados de razões pomposas*»[33]. Um «artifício» que não dispensava a eufonia, o ritmo métrico e alguma ostentação de capacidade para verter o tema em esquemas estróficos diversos, no seio de um cânone clássico, antigo e novo, que se vai configurando, nas consequências do Renascimento, em temas, formas e conteúdos, desafiando a capacidade de «inventio», a composição e a «dispositio» face aos modelos antigos.

No conjunto de «Sonetos amorosos», de «El Arpa de Melpomene», D. Francisco evidencia uma capacidade de construção, verso a verso, tema a tema, quase como prova de um trabalho aturado, resultante do estudo, de muitas e variadas leituras, como se tecesse uma tela de múltiplos e diferentes fios, atestando um virtuosismo poético que, efectivamente, parece, como registavam os editores, relevar mais do «artifício», no sentido da erudição e da técnica, que do «desengano». Neste vasto grupo de sonetos, o poeta percorre a escala dos diferentes temas proporcionados pela pauta amorosa, como se de um pequeno «cancioneiro» se tratasse, no quadro de alguma sintaxe textual, e não deixa de chamar a atenção o facto do primeiro soneto do grupo, «Con sus versos», sintetizar uma espécie de programa poético inicial de temática amorosa, com alguma função prologal de relação autor/leitor: o autor solicita às suas «Letras, lenguas de amor menos dichosas» que pronunciem as suas «verdades ofendidas», antecipando um itinerário de «dulces afectos y ansias rigurosas, /suspiros mudos, quejas comedidas»[34]. Não se trata, efectivamente, de uma «história de amor» ou de «amores», no sentido da «imitatio vitae», numa espécie de biografia poética forjada, mas de um conjunto em que as Lísis, Elisas, Cíntias, Filis, Célias, Amarílis, Clóris, Gerardas… facultam o exame da paixão amorosa, numa moldura em que o amor é «artifice ingenioso» e em que o poeta diz: «Lhoro, espero, obdezco y desconfío, / creo, dudo, prometo y dificulto»[35]. A beleza da dama, os seus olhos, as ondas douradas do seu cabelo, na lição de matriz petrarquista aprendida em Garcilaso, Sá de Miranda, Camões ou Gôngora[36], espraiam-se por estes «sonetos amoroso» que não ignoram a mudança e o fluir do tempo, acenando a uma perenidade que mantém escrita nas ruínas «tu nombre inmortalmente impreso»[37], o diálogo da memória e do silêncio[38], o sofrimento amoroso, pela prática da eckfrasis, imitando Garcilaso na égloga III, ao descrever, nas margens do Tejo,

---

[32] *Obras Métricas*, 13. O facto de Talia ser a musa da comédia justificava, certamente, a integração destes poemas criadores de «cenários», eivados de uma suave ironia marcada pelo «desengano». V. sobre as musas, no conjunto de uma ampla bibliografia, Júlio VÉLEZ-SAINZ, *El Parnaso español: Canon, mecenazgo y propaganda en la poesia del siglo de oro*, Madrid, Visor Libros, 2006, Cap. I. «Peregrinación al Parnaso español (historia cultural del Parnaso), 29-60.

[33] Jean COLOMÉS, *Le dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo.* Texte établi d'après l' édition princeps et les manuscrits, variantes et notes, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1970, 15.

[34] *Obras Métricas*, 53

[35] *Obras Métricas*, 53.

[36] M. Lucília Gonçalves PIRES, «Ecos literários nas *Obras Métricas*» in D. Francisco Manuel de MELO, Obras Métricas, ed. cit., XXIII-XXVIII.

[37] *Obras Métricas*, 57.

[38] *Obras Métricas*, 58.

tapetes bordados pelas ninfas[39]. E ainda a ausência, a tristeza[40], a instabilidade da fortuna[41], a suspeita, a noite e a aurora, mas também alguma circunstancialidade como marca de uma produção poética de cariz cortesão: «Mandóse celebrar, por ley, la hermosura de dos señoras que concurrieron juntas a un balcón, sin preferir ninguna ni hablar de amor» ou «Peinábase la dama»[42]. Existe amor correspondido, amor negado, amor esquecido, a passagem inevitável e obsessiva do tempo, a efémera beleza feminina (Viéndose mujer la que se vió niña)[42], mas também a barroca «ocasião», a fonte, a abelha e, esporadicamente, a rosa[44]. O lirismo de D. Francisco não é como o de Camões, um lirismo de memória em que passado e presente se confrontam, muitas vezes dolorosamente, numa espécie de diálogo de longa duração. Nem se encontra em D. Francisco a temática da «transformação dos amantes», apesar das diferentes ocorrências dos olhos das várias figuras femininas, umas vezes luminosos, outras de lágrimas cheios. Nem a imagem da amada pintada ou reflectida na alma do amante, nem sequer o tão ficiniano tema da imagem que se grava e difunde através do sangue que a transporta a todos os membros do corpo. Grande parte dos «Sonetos Amorosos» de «El Arpa de Melpomene» interrogam a figura feminina, criando o cenário de um diálogo em que o poeta pergunta, explica, pede, repetindo um conjunto de temas que apresenta sob formas lexicais diversas, prova de um virtuosismo poético que parece querer pôr-se à prova.

E embora a temática do amor se encontre, como se disse, também em sonetos, odes, canções e décimas dispersos por outras musas – de «A Tuba de Calíope», a «A Lira de Clío» – pertencentes, respectivamente às segundas e terceiras musas, é nas primeiras que converge a maioria de composições directamente identificada como tal e, sobretudo, é aqui que existem dois núcleos articulados de versos assim qualificados: os oitenta e dois «Sonetos Amorosos», em «El Arpa de Melpomene», os dezanove «Amorosos» romances de «La cítara de Erato», os oito «madrigais» de «La Tiorba de Polymnia» e um conjunto de «Décimas», «coplas» e «letrillas» da mesma musa em que a temática amorosa também prevalece, num grupo que integra apenas seis «décimas» mais circunstanciais[45], num conjunto de vinte, uma «Letrilla Al Santísimo Sacramento»[46] e outra «De los Reys»[47] em nove e ainda doze quintilhas. Neste sentido, parece claro que a produção que faz do amor tema central se encontra en «Las Três Musas del Melodino y primera parte de sus versos» em núcleos não apenas identificados como «amorosos», mas, mesmo quando assim não é, em conjuntos que a mesma temática torna homogéneos em termos de funcionalidade, no contexto da sintaxe organizativa das *Obras Métricas*, como se os «primeiros versos», que o autor aproxima – não importa, neste contexto argumentativo, se com razão – dos anos de juventude, do tempo de «exercício» de imitação de outros poetas, relevassem mais do universo do «artifício», no sentido de um trabalho poético que procurasse um domínio perfeito das estratégias de «dizer», uma espécie de exercício

---

[39] *Obras Métricas*, 61, Soneto LXXXIV. Sobre a *Egloga III* de Garcilaso, Aurora EGIDO, «El tejido garcilasista en la *Egloga III*», *De la Mano de Artemia*, 81-97.

[40] *Obras Métricas*, 66.

[41] *Obras Métricas*, 68.

[42] *Obras Métricas*, 83.

[43] *Obras Métricas*, 86.

[44] Vítor Aguiar e SILVA, *Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa*, Coimbra, 1971, 398-468. Maria Lucília G. PIRES, *Poetas do período barroco*, Lisboa, 1985, 32-39.

[45] Décimas XXXV – «A D.A.D.M. por unos versos con que alabó un tiro del P. su señor»; Décimas XXXVI – «Toreó un caballero, su nombre Aries […]»; Décimas XXXVII «A la fábula de Cipariso […]»; Décimas XXXVIII «En alabanza del libro, Amores divinos […]; Décima LI «En devoción de animas»; Décima LII «Favor de una banda de humo […]».

[46] Letrilla LVII, *Obras Métricas*, 322-323.

[47] Letrilla LVIII, *Obras Métricas*, 324-326.

cortesão, de prova de aptidão para uma produção poética amorosa de matriz palaciana, que acaba por ter uma espécie de contraponto em textos como a Carta a D. António Álvares da Cunha. na ocasião de seu casamento, inserta em «A Sanfonha de Euterpe»[48]:

«Quem levado dos enganos
Busca a mulher por prazer,
Em passando os verdes anos
Vão-se os bens ficam os danos,
Foge o amor, fica a mulher.

Mas quem por regras morais
Da cristã filosofia
Ama e escolhe os bons sinais,
Gosto e amor crece então mais
Quanto crece a companhia.

Ar sereno, vista pura,
O rosto belo e prezado, mal pecado, pouco dura;
Buscai n' alma a fermosura,
Nunca sereis enganado.

A temática amorosa parece, assim, relevar de uma «arte de palácio», ritualizada, muito próxima, em termos de concepção, dessa difícil «Arte da Galanteria» de D. Francisco de Portugal que Manuel de Melo tanto admirava: «Que hacer una copla era entendimiento, y muchas es parto de necedad […], el galan no ha de ser poeta, mas ha de hazer versos, aunque no sea màs que por no pedillos emprestados […]»[49].

Desse ponto de vista, é uma produção poética muito inscrita no seu tempo, nos dias do viver palaciano de um grupo a que D. Francisco sempre se orgulhou de pertencer e também da prova textual evidente da integração numa República das Letras perfeitamente transnacional. Aliás, a linguagem codificada destes versos de amor, que não era para todos, mas para os que pertenciam aos círculos áulicos, como detentores de um saber que passava também pela aptidão e capacidade de construir composições poéticas de temática amorosa, não deve desligar-se de uma espécie de «campo poético» comum a esses grupos e daí que muitas dessas composições pareçam efectivamente relevar, mais do «artifício», como diziam os editores das «Segundas três Musas», na acepção do elaborado, de uma «agudeza» gracianesca ou como dirá Emmanuele Tesauro, numa espécie de expansão do título de *Il Cannocchiale Aristotélico* de «l' ldea dell'arguta et ingeniosa elocutione che serve à tutta l'Arte oratoria, Lapidaria e simbolica». Por tudo isso, estas composições merecem ser revisitadas, ainda que não pareçam tão envolvidas por aquele pessimismo antropológico, para usar uma expressão de Maria Lucília Gonçalves Pires, que torna outras obras mais atractivas, pela mundividência, pela náusea do fluir do tempo, ou na muito presente poesia «sacra», pelo arrependimento, pela culpa, pela preocupação com a salvação ou, na poesia que José Adriano de Carvalho, designou como «circunstancial», com o quotidiano, com a rede de relações, também clientelares, feita de parentes, amigos ou conhecidos.

---

[48] *Obras Métricas*, 588. «A Dom António Alviz da Cunha na ocasião do seu casamento».
[49] D. Francisco de PORTUGAL, *Arte de Galanteria* En Lisboa, En la Emprenta de Ivan de La Costa, 1652, 71.

Esta poesia em que o amor se faz tema – hoje de difícil leitura – porque joga simultaneamente na produção e recepção do conceito, identificando por vezes um com outro que à primeira vista pode parecer inconciliável, comporta um duplo processo que vela e desvela, fragmenta e reúne, quase obrigando o leitor a participar da capacidade inventiva do autor, experimentando o prazer decifratório, para citar de novo Tesauro «d'involar col proprio ingegno cio che l'ingegno altrui furtivamente nasconde». O «engenho» exibido com a novidade das invenções e a consequente maravilha do leitor são quase privilégios aristocráticos de um grupo que, na afirmação dos ideais de corte, identifica a superioridade intelectual e cultural da consciência literária, chamemos-lhe assim, para simplificar, com a hegemonia social e o nascimento.

Segunda Parte

Outros artigos e recensões

Do Amor e da *Soledad* no *Amadís de Gaula*: ressonâncias no teatro vicentino

Helena Lourenço
Investigadora associada do Instituto de Estudos Medievais
Universidade Nova de Lisboa

1. O ideal amoroso presente no *Amadís de Gaula*

Quando o lirismo trovadoresco emudeceu, do canro passou-se à escrita e a prosa passou a estar consignada à historiografia e/ou à literatura religiosa. No entanto, criaram-se condições favoráveis à introdução de novos géneros literários, como a Matéria da Bretanha, na Península Ibérica[1].

Entre outras figuras que podem ter fulcral influência para o advento da matéria artúrica em solo ibérico destacamos o rei Afonso X e o seu bisneto D. Pedro, conde de Barcelos. O primeiro, como é do conhecimento geral, dava provas de um conhecimento deste assunto em algumas das suas composições poéticas.

Tradição familiar ou simples importação devido a novos contactos com outras culturas e mundos desconhecidos, o certo é que a Matéria da Bretanha, isto é, o conjunto de lendas bretãs escritas em torno da figura do rei Artur e dos cavaleiros da Távola Redonda, impôs novas temáticas e determinou um novo ciclo literário.

Escrita no norte de França e no sul de Inglaterra, a Matéria da Bretanha viria a repercutir-se um pouco por toda a Europa: Holanda, Itália e Alemanha são alguns dos países que cultivaram esta literatura, em que se verifica como que a transposição do pensamento próprio do amor cortês versado pelos poetas medievais.

Quer isto dizer que não foi somente na poesia que as influências do amor cortês se fizeram sentir, dado que no ciclo cavaleiresco se continuava a evidenciar a impossibilidade do amor, a idealização da amada numa relação de vassalagem subvertida e incompatível com o quotidiano real.

De Acordo com Ana Sofia Laranjinha[2], este tipo de romance divide-se em três grandes ciclos: o greco-latino ou clássico, o ciclo carolíngeo e o ciclo bretão ou artúrico.

---

[1] Para um conhecimento aprofundado desta questão, *vid.* a bibliografia publicada pelo Grupo de Estudos Medievais da UP, dirigido pelo Professor José Carlos Miranda.

[2] Ana Sofia LARANJINHA, *A escrita romanesca no ciclo Pseudo-Robert de Baron*, Porto, 2005 (dissertação de doutora-

O ciclo bretão tornou-se conhecido na Península Ibérica por volta de 1170, ou seja, cerca de trinta anos depois da fundação de Portugal, embora seja o ciclo do *post-vulgata* o mais conhecido. Não devem ainda ser esquecidos os romances de Chrétien de Troyes, isto porque foram pioneiros na recriação do mundo bretão em língua vulgar, unindo temas distintos como o amor, a cavalaria e a religião[3].

Torna-se, muitas vezes, difícil separar a realidade histórica da cavalaria da ficção literária que se formou em torno deste estrato[4]. O bom cavaleiro deveria ganhar inúmeros duelos, seria detentor de um sentimento fraternal para com os companheiros e seria, sobretudo, um apaixonado solitário e sofredor, movendo-se entre o amor e o heroísmo.

O *Amadís de Gaula*, romance provavelmente escrito no último quartel do século XIII, cuja versão conhecemos refundida e acrescentada (livro quarto) em finais do século XIV por Garcí Rodriguez de Montalvo, de Medina del Campo[5], é filho desta simbiose temática e cultural e torna-se expoente máximo dos valores cavaleirescos e palacianos peninsulares.

Com efeito, a obra apresenta traços próprios do amor cortês patentes nas cantigas de amor, nomeadamente a dificuldade em se afirmar a vivência plena do amor, a constante proibição, os diversos obstáculos e as provações. Com este novo modelo reacende-se a discussão em torno do verdadeiro estatuto da mulher na sociedade medieval, isto porque perpassam, em quase todos os textos medievais, opiniões contraditórias quanto à figura e ao papel do sexo feminino. Nos romances de cavalaria tende-se a atribuir um papel secundário à mulher, uma vez que esta literatura sendo composta por homens se destinava aos homens[6]. Contudo, atente-se no seguinte tópico: homens de guerra, como Tristão e agora Amadís, que nas suas infâncias tinham sido brutalmente arrancados às mães, isto é, ao primeiro contacto com a feminilidade, depois desse afastamento viam no feminino um terreno de nostalgia e estranheza.

Talvez por este motivo, a figura de Isolda viria a ocupar um papel de relevo nestes romances, uma vez que, retratando as sempre difíceis e tempestuosas relações entre homem e mulher, faria nascer o conceito de amor louco, o «amour fou», do desejo, dessa força misteriosa, desse impulso torrencial, forte e rebelde que empurra dois a se tornarem um. Esta figura colocou pois Homem e

---

mento). A autora sustenta a opinião de que o romance de cavalaria se divide em três distintos momentos: clássico (centrado na narração de algumas lendas míticas, nomeadamente o «Romance de Tróia» e a lenda da fundação de Lisboa), carolíngeo de origem francesa (ciclo da «Chanson de Roland») e o ciclo bretão (novelas sentimentais que dão continuidade ao ideal cavaleiresco do amor, nas quais o herói oscila entre o varonil, o heróico e o sentimental).

[3] O universo do rei Artur, na obra de Chrétien de Troyes, foi soberbamente resumido nas palavras de Michel Zink acerca desta figura na obra *Dictionnaire des Mithes Littéraires* de Pierre de BRUNEL, Paris, Éditions du Rocher, 1988, 185: «Tous ces romans suivent un schéma analogue, appelé à s'imposer bien vite à l'ensemble de la production romanesque: un jeune chevalier se révèle à lui-même comme aux autres et découvre le sens de son destin, le plus souvent au fil d'une errance emblématique de son cheminement intérieur, et à travers l'expérience de l'aventure et de l'amour».

[4] Do ponto de vista da relação entre história e literatura, o tema da cavalaria designa a expressão idealista que é proposta ao cavaleiro no momento da sua investidura. Cavaleiros eram jovens homens que tinham o privilégio de envergar uma armadura, numa cerimónia solene de entrega de armas, e de lutar contra os mais horrendos obstáculos e perigos em nome da paz e da honra. Existe uma obra de Ramon LLULL, *Libro de la Orden de Caballeria*, que apresenta a forma como a cavalaria surgiu em finais do século VIII no reinado de Carlos Magno, sendo os séculos XI e XII apontados como o período áureo. Llull mostra ainda o poder da Igreja na ordem, descreve os cerimoniais da entrega de armas e todos os procedimentos levados a cabo pelos jovens cavaleiros, normalmente entre os doze e os treze anos (o jejum no dia anterior à cerimónia, a confissão, entre outros). *Vid.* Ramon LLULL, *Obras Literarias*, ed. de Miguel Batlori e Miguel Caldentey, Madrid, 1948.

[5] Juan Bautista AVALLE-ARCE levantou a hipótese do Amadís ter sido redigido entre 1284-1295. Vid. «El Amadís primitivo», in: *Actas de Congreso Internacional de Hispanistas*, VI, 1977, 79-83 e «El nacimiento de Amadís», in: *Essays on Narrative Fiction in the Iberian Península in Honour of Frank Pierce*, ed. R.B. Tatte, Oxford, The Dolphin Book, 1982, 15-23.

[6] *Vid.* José Manuel LUCÍA MEGÍAS e Emílio José SALES DASI, *Libros de Caballerías Castellanos*, Madrid, Ediciones El Laberinto, 2008.

Mulher num mesmo plano de igualdade perante o desejo, então negado às mulheres, elevando a condição feminina não só no ideário das relações amorosas, como também na realidade social[7].

Uma das questões que continua por responder acerca do *Amadís* radica no problema da autoria, em grande parte porque se desconhece o texto original.

No «Prólogo» da obra, Montalvo esclarece os leitores acerca do seu papel, não se assumindo como autor, mas sim ao que hoje denominaríamos por revisor linguístico e tradutor do manuscrito encontrado[8]:

> corrigiendo estos tres libros de Amadís, que por falta de los malos escriptores, o componedores, muy corruptos y viciosos se leían, y trasladando y enmendando el libro cuarto con las Sergas de Esplandián su hijo, que hasta aquí no es en memoria de ninguno ser visto, que por gran dicha paresció en una tumba de piedra, que debaxo de la tierra en una hermita, cerca de Constantinopla fue hallada, y traído por un úngaro mercadero a estas partes de España, en letra y pargamino tan antiguo, que con mucho trabajo se pudo leer que por aquellos que la lengua sabían[9].

Alguns autores, nomeadamente Rodrigues Lapa, defendem a autoria lusa, ao passo que outros garantem a autoria castelhana. Ainda assim, ambas as posições são infrutíferas, levando a que esta discussão esteja longe de chegar a um consenso ou a um final e o enigma continua por ser desvendado[10].

Em qualquer caso, o *Amadis* é uma obra peninsular, contemporânea ainda da primeira fase da poesia de corte medieval, e mais representativa do que a *Demanda do Graal* da galanteria palaciana peninsular idealizada nas cantigas de amor[11].

---

[7] Vid. Madeleine LAZARD, *Images Littéraires de la femme à la Renaissance*, Paris, PUF, 1985.

[8] Sobre este assunto *Vid. Amadís de Gaula 1508. Quinientos Años de Libros de Caballerías. Estúdios en homenaje a J. M. Cacho Blecua*, ed. J. M. Lucía e María Carmen Pina, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 2008.

[9] Cita-se pela edição do *Amadís de Gaula* de Juan Manuel CACHO BLECUA, Madrid, Cátedra, 1987-1988, 224-225.

[10] *Vid.* Manuel Rodrigues LAPA, «A questão do Amadís no contexto peninsular», in: *Grial. Revista Galega de Cultura*, nº 27, Vigo, 1970, e *Amadis de Gaula Selecção, Tradução, Argumento e Prefácio*, Lisboa, Colecção Textos Literários, 1962.

Indiscutivelmente escrito em solo ibérico, três argumentos são utilizados para defender a origem portuguesa da obra, o cronista Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica de D. Pedro de Meneses*, menciona Vasco de Lobeira como o verdadeiro autor do *Amadís*; António Ferreira, nos *Poemas Lusitanos*, concebe dois magníficos sonetos referentes ao episódio de Briolanja atribuindo a autoria da obra também a Vasco de Lobeira; o *lais* dedicado a Leonoreta presente no *Amadís* encontra-se no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e é da autoria do trovador das cortes de D. Afonso III e de D. Dinis, João de Lobeira, que supostamente teria iniciado a novela, escrevendo os dois primeiros livros.

De Espanha chegam também três fortes argumentos que justificariam a autoria castelhana do *Amadís*. A recompilação de Rodríguez Montalvo; os dados mais antigos referentes ao texto são de autores castelhanos; Pedro Ferruz, poeta do *Cancionero de Baena*, faz também algumas alusões à obra.

Um dos mais acérrimos defensores de que o *Amadís de Gaula* seria uma obra de autoria portuguesa foi Teófilo Braga. Carolina Michaëlis referencia-o no prefácio da obra *Romance de Amadis* de Afonso Lopes Vieira, para posteriormente concluir: «se o Amadis deixou de pertencer a Portugal, continuou, ainda assim, a ser português pelo lirismo tão bem revelado na combinação preciosa entre a alma suave e a valentia heróica.»

Não obstante a multiplicidade de argumentos (alguns dos quais insuficientes para resolver o enigma criado em torno da origem da obra), «nenhuma prova apareceu até hoje capaz de dirimir a polémica entre os que defendem a tese da autoria portuguesa e os que defendem a da autoria castelhana [...].Em qualquer caso, o *Amadís* é uma obra peninsular, contemporânea ainda da primeira fase da poesia de corte medieval, e mais representativa do que a Demanda do Graal da galantaria palaciana peninsular idealizada nas cantigas de amor» (António José SARAIVA e Óscar LOPES, *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª ed., Porto, Porto Editora, 2001, 97-98).

Para além de Afonso Lopes Vieira, verifica-se ainda a predilecção pelo *Amadís de Gaula* em Lope de Vega e Pérez de Montálban, e são relativamente numerosas as referências ao jovem cavaleiro entre os poetas castelhanos da segunda metade do século XIV e da primeira metade do século XV. Mais tarde, Cervantes afirmaria (ironicamente ou não) no *Quijote* tratar-se do melhor romance de cavalaria de sempre.

[11] António José SARAIVA e Óscar LOPES, *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª ed., Porto, Porto Editora, 2001, 97-98.

Afonso Lopes Vieira, na recriação e adaptação da obra, esboçaria a sua opinião acerca desta problemática, referindo-se ao amor de Amadis como o «português amor»:

> Senhores ouvide o Romance de Amadis, o Namorado. Escreveu-o um velho trovador português, mas depois um castelhano, trocando-lhe a língua e o jeito, da nossa terra o levou. Porém as mais nobres mentes de Espanha já por nosso o dão.
>
> Em Portugal tem a segunda pátria o espírito heróico e amoroso da Távola Redonda.
>
> E o conto é o do amor mais fino e fiel, de português amor, rendido como ele é só[12].

A repercussão da obra foi de tamanha dimensão que, desde a data da primeira edição em Saragoça (1508) até 1586 em Sevilha, foram reproduzidas cerca de 19 edições em castelhano e, dois anos após a publicação dos quatro volumes iniciais do texto, Montalvo acrescentaria um quinto volume denominado *Las Sergas de Esplandián*.

A propósito da imensa popularidade que o *Amadís de Gaula* gozou em Espanha, nos séculos XVI e XVII, Laura Gallego[13] levantou uma questão pertinente: porque alcançou esta obra e os demais romances de cavalaria tamanho sucesso se apenas vinte por cento da população se encontrava alfabetizada?[14]

A resposta radica na transmissão oral, na recriação de personagens e episódios mais significativos e num outro aspecto fundamental para a compreensão do romance: desde o momento da criação propriamente dita até à fixação do texto realizada por Montalvo ocorreram inúmeras recriações literárias da obra, isto é, muitos foram os leitores-autores que transformaram, a seu gosto, o *Amadís de Gaula*.

Assim sendo, supõe-se que as alterações do texto foram em maior número antes da publicação de Garci Rodríguez de Montalvo. Por exemplo, o desfecho do episódio amoroso entre Amadís e Briolanja conheceu algumas variações anteriores à edição do Regedor e uma das mais conhecidas foi sugerida pelo infante D. Afonso de Portugal, que se deixou seduzir pela comiseração que Briolanja lhe despertava. De acordo com esta figura histórica, Amadís não deveria ignorar Briolanja, deveria sim aceitá-la e amá-la[15].

Partindo de uma reinterpretação de diversas fontes literárias e folclóricas e de um discurso ideológico subjacente à caracterização das personagens, o *Amadís de Gaula* começa com a narração dos amores interditos do rei Périon com Elisena. Desta ligação proibida nasce o protagonista: o ínclito cavaleiro Amadís, lançado às águas marítimas, de forma a esconder o crime cometido pelos pais, e que ainda em criança se torna pajem de Oriana, a quem entregará o seu coração.

Feito cavaleiro, cedo se torna no mais temível e invencível de todos. Amadís é o protótipo do cavaleiro-amante que busca incessantemente a perfeição, não só dos actos como também dos sentimentos, ou seja, mostra um lado cortês semelhante ao ideal de amor da poesia trovadoresca, manifestado no serviço amoroso a Oriana e ainda na forma apaixonada e sublimada com que esse

---

[12] Afonso Lopes VIEIRA, *Romance de Amadis*, 5ª ed., Lisboa, Ulmeiro, 1998, 33.

[13] Laura GALLEGO, «La difusión oral del *Amadís de Gaula*», in: *Tirant*, nº 2, 1999 (boletim da Universidade de Valência sobre a ficção cavaleiresca, disponível no sítio http:/parnaseo.uv.es).

[14] *Vid*. ainda Daniel EISENBERG, «Who read the romances of chivalry?», in: *Romances of chivalry in the Spanish Golden Age*, Newark, Delaware/Juan de la Cuesta, 1982, 89-118. O autor apresenta o mesmo ponto de vista salientado por Laura Gallego e sugere que a leitura destes romances seria feita pela alta nobreza e alguns membros da burguesia.

[15] Montalvo, no capítulo XL do primeiro livro, salienta que a história de amor entre Briolanja e Amadís havia merecido um interesse especial do «señor infante don Alfonso de Portugal» que, descontente com o desfecho infeliz entre o par, ordenava para «de outra guisa poer».

serviço é prestado. Todavia, não deixa de ser pertinente salientar o seu lado mais sensual, associado a uma forte carga erótica, que não se desprende dos conceitos de honra e sinceridade.

O *Amadís de Gaula* descreve, pois, o amor com uma finalidade a alcançar, com um objectivo bem definido e sugerido, mais próximo da cantiga de amor do que da cantiga de amigo, e com algumas raízes na bravura dessa figura legendária que povoou o imaginário colectivo de toda a Idade Média: o rei Artur.

A dimensão literária da obra está ainda ligada às tradições, temas e motivos do sobrenatural (crenças populares, bruxarias, pequenos milagres, sonhos premonitórios[16]) que se iam enraizando na religião cristã. Por exemplo, aquando da sua penitência na Penha Pobre, Amadís sonha, de uma forma muito precisa, com o que acontecerá posteriormente e salienta inclusive as personagens intervenientes para o desenlace do seu isolamento:

> y en aquel dormir soñava que estava encerrado en una cámara que ninguna vista tenía, y no hallando por do salir, quexávasele el coraçón; y pareçiale que su cormana Mabilia y la Donzella de Denamarcha a él venían, y ante ellas stava un rayo de sol que quitava la escuridad y alumbrava la cámara, y que ellas le tomavan por las manos y dezían: «Señor, salid a este gran palacio»; y semejávale que havía gran gozo, y saliendo veía a su señora Oriana, cercada alderredor de una gran llama de fuego, y él, que dava grandes bozes, diziendo: Santa María, acórrela!, y passava por medio del fuego, que no sentía ninguna cosa, y tomándola entre sus braços la ponía en una huerta, la más verde y hermosa que nunca viera[17].

Andalod explicará o significado desse sonho referindo-se à chama do amor e consequente estado de sofrimento em que o cavaleiro se encontra. Mais surpreendente ainda é a descrição sensualista e de grande conotação erótica que nos fornece acerca do campo verde, numa clara alusão à relação sexual.

Durante o período medieval existiam mecanismos que apontam para a convivência, mais ou menos tolerada, de cultos, práticas e símbolos pagãos, de que se foi apropriando a civilização ocidental com o objectivo de conciliar as tensões individuais e colectivas às quais a religião não conseguia dar resposta[18]. Assim sendo, um dos motores indispensáveis ao desenvolvimento da intriga romanesca é a matéria de cariz sobrenatural que, no seguimento das lendas troianas e arturianas, permite a narração das «cosas admirables fuera de la orden de natura», numa «continuada maravilla» no dizer de Juan Manuel Cacho Blecua.

Este aspecto pode ser interpretado como a projecção de um espelho idealizado da época de Montalvo, uma vez que encorajava as ambições de um império que se pressentia memorável.

Ainda que intricado nos demais aspectos sociopolíticos, o *Amadís de Gaula* é um texto verdadeiramente mágico, sobretudo nas abordagens que apresenta para com os temas do amor e da *soledad*. Por esta razão, Carolina Michaëlis de Vasconcelos defendeu que o tema nuclear da obra seria o «amor-adoração»: «Amor-adoração à portuguesa, de modo algum mole e derretido, antes obstinado como expansão incoercível das forças de carácter, que o verdadeiro cavaleiro que ama, conscientemente submete às leis da Ordem»[19].

---

[16] *Vid.* Eloy GONZÁLEZ, «Función de las profecías en el *Amadís de Gaula*», in: *Nueva Revista de Filología Hispánica*, 31, 1982, 282-291.

[17] *Amadís de Gaula*, 708.

[18] *Vd.* Rafael MÉRIDA JIMÉNEZ, *«Fuera de la orden de natura». Magia, milagros y maravillas en el «Amadís de Gaula»*, Kassel, Edition Reichenberger, 2001.

[19] Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, *A Saudade*, 29.

Funcionando como um microcosmos dentro da vastíssima produção literária do ciclo bretão, o *Amadís* concentrava as principais tensões ideológicas, estéticas e narrativas da novela de cavalaria, transformando-se num verdadeiro «fenómeno de massas», pois fazia coincidir o fantástico, o sobrenatural com o destino individual das personagens.

Quer isto dizer que propunha vários modelos de heroísmo: o dos cavaleiros andantes (leais guerreiros e amadores) e o das donzelas (mulheres apaixonadas e cientes do seu poder feminino). Estes modelos, quase sempre impossíveis ao alcance humano, combinavam a noção de esforço (individual e/ou colectivo) das personagens com a ideia de recompensa.

No seu conjunto, o triunfo do amor representava-se por dois grandes ideais: a virtude e a ordem estabelecida socialmente, sendo por isso regra de conduta e idealização da realidade da época.

2. As temáticas da *soledad* castelhana e do amor

Tema central da obra, o amor não é apenas espiritual, é físico e anterior ao casamento, isto porque, como já observámos, encontramos no texto a breve descrição de uma relação física consumada antes do matrimónio. De acordo com Jorge de Sena, «o *Amadís de Gaula* (…) não representa necessariamente um "realismo" que seria lusitano no erotismo franco e na realização sexual (…), mas antes as raízes laicas do cavalheirismo que não forçosamente aceitaria as convenções do amor cortês, sem deixar de aderir a ideias de castidade ou, sobretudo, de reflectir realidades medievais do casamento como união de amantes segundo o direito natural»[20].

Sendo a valentia e a generosidade os principais móbeis para conquistar Oriana, Amadís representa uma concepção ideológica criada em torno do código da honra, código que continuará a figurar na representação do discurso feminino ao longo dos tempos e que encontrará a sua expressão máxima durante o Romantismo.

Neste contexto, vale a pena compreender a densidade psicológica da personagem Oriana e do seu papel na economia narrativa da obra em estudo, uma vez que esta parece sentir a mesma ansiedade amorosa de Amadís, o mesmo desejo de união, daí a entrega tão natural e espontânea, ainda que anterior ao casamento.

Mas Oriana não hesitará em repudiar Amadís julgando-o traidor dos seus sentimentos e anseios, pois deixa-se conduzir pela paixão exacerbada que nutre pelo cavaleiro e não pela razão. Em torno desta inexistente traição (a Sem-Par acreditou que foi enganada pelo Donzel do Mar e Briolanja), criou-se um dos mais belos momentos de todo o texto e um dos episódios nucleares: o isolamento de Amadís na Penha Pobre. O jovem cavaleiro, a quem o ermitão Andalod denominou Beltenebros[21], inicia uma longa penitência para que um dia Oriana o perdoe e volte a amar.

Acerca do amor alheio ao casamento como instituição privilegiada da moral cristã, escreve também António José Saraiva o seguinte:

> o amor nada tem a ver com o casamento, as ligações dos casais enamorados do Amadis são alheias ao estatuto matrimonial: o casamento do rei Perion com Elisena vem a ocorrer na fase avançada da estória, muito depois do nascimento de Amadis. Quanto a este, casa com Oriana muito depois de se

[20] Jorge de SENA, *Amor e outros verbetes*, Lisboa, Edições 70, 1992, 47.

[21] «Yo vos quiero poner un nombre que será conforme a vuestra persona y angustia en que sois puesto, que vos sois mancebo y muy hermoso y vuestra vida está en grande amargura y en tinieblas; quiero que hayáis nombre Beltenebros» (*Amadís de Gaula*, 709).

> ter dado o respectivo ajuntamento carnal, mas esse casamento é mantido secreto, de modo que os esposos, durante quase toda a narrativa, são considerados amantes[22].

Esta entrega sexual das personagens femininas da obra tem, pois, um significado matrimonial radicado no segredo e é a forma de salvação perante a sociedade astuta. Como notou Denis de Rougemont[23], a verdadeira originalidade do romance de cavalaria é a expressão do amor físico, a posse física de uma mulher real e não apenas o impulso da paixão.

A discrepância entre as leis da sociedade e as leis de Deus tornam a honra feminina numa dupla vivência: a honra pública, a que vive segundo as condutas sociais, e a honra privada, a que vive íntima e secretamente com o seu amado.

De acordo com James Donald Fogelquist:

> En la sociedad del *Amadís*, al igual que en la sociedad cristiana del Medioevo, una promesa mutua de fidelidad entre hombre y mujer constituye ante Dios un matrimonio válido. Por lo tanto tras la concesión de un juramento de este tipo, la mujer no pierde su honra ni para sí ni ante Dios al unirse carnalmente con su amante[24].

Associado ao conceito de honra encontramos os conceitos de honestidade e de sinceridade, pois parece existir da parte do cavaleiro e da amada uma forte preocupação para com certos valores de índole moral e social, valores esses que vão repetindo ao longo do texto.

O casamento é, portanto, a solução mais viável aos amores clandestinos e proibidos. Cessam as aventuras para dar lugar à constituição familiar e consequente paz a que qualquer casal enamorado aspira.

Para os leitores do século XV, os amores de Amadís e Oriana representavam uma das numerosas variações que um mesmo padrão vinha revelando ao longo da história literária: a defesa da mulher com a mesma subtileza e intensidade dos cantares de amigo e de amor trovadorescos, ou seja, uma reacção contra os velhos costumes feudais.

Na leitura que se faz ao mundo sentimental do *Amadís*, enquanto continuação do modelo bretão, deve-se ter em conta os fundamentos do amor cortês, o *fin amor* dos provençais, o amor delicado, mas excessivo, assente na ideia de serviço. Embora a obra de Montalvo represente a continuação do ideal da Matéria da Bretanha, a primeira versão conhecida do texto foi concluída quando a ficção literária criada em torno de Artur e dos seus cavaleiros tinha desaparecido. Por este motivo, esta figura mítica da literatura «n'est plus que le garant de valeurs chevaleresques menacées et déjà désuètes que l'on justifie en les projetant dans le passé»[25].

Assim, ocorre como que uma evolução e transformação dos códigos de amor corteses e da Matéria da Bretanha. O amor prende-se aos conceitos de lealdade, de fidelidade inocente, pueril e ingénua. Desde a sua adolescência Amadís é leal aos seus sentimentos por Oriana e prova dessa fidelidade é o facto de em circunstância alguma questionar essa mesma lealdade e perfeição amo-

---

[22] António José SARAIVA, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, vol. I, Lisboa, Gradiva, 1996, 46.

[23] Denis de ROUGEMONT, *O Amor e o Ocidente*, 2ª ed., Lisboa, Vega, 1999.

[24] James Donald FOGELQUIST, *El Amadís y el género de la historia fingida*, Madrid, Ediciones José Porrúa Turanzos, 1982, 83. *Vid.* Arnault de la CROIX, *L' Érotisme au Moyen Âge*, 2ª ed., Paris, Tallandier, 2003; Sylvia ROUBAUD, "La Forêt de longue attente: amour et mariage dans les romans de chevalerie", in: *Amours légitimes, amours illégitimes en Espagne (XVIe-XVIIe siècles)*, Paris, Université Paris-Sorbonne, 1983.

[25] Michel ZINK, *Dictionnaire*, 188.

rosa da Sem-Par. Às palavras de Gandalín, «puede ser que Oriana os tiene errado» responde Amadis «Oriana, mi señora, nunca erro en cosa ninguna»[26].

A consumação desta absoluta fidelidade culminará com a celebração do matrimónio, fazendo com que a paixão que os une subsista na linguagem sagrada do amor.

Desta feita, o *Amadís de Gaula* concede desenvolvimento e dinamismo às relações humanas, sem se afastar do mito cortês do heroísmo, isto é, a superação de inúmeros obstáculos, o culto e serviço a uma mulher de perfeição inalcançável.

Este dinamismo é oriundo da proximidade ao texto de Tristão e Isolda, mas com uma variação: a figura do rei traído é agora retratada na figura do rei-pai, isto é, daquele a quem cabe o direito de escolher o marido indicado para a filha, daquele que aplica a justiça ao reino. É ainda esta figura que pode condenar à morte toda a mulher que, fora do casamento, mantenha relações sexuais. Considera James Donald Fogelquist que «por esta razón, en la obra de Montalvo, el amor del protagonista, aunque ilícito, deja de ser un amor adúltero en el sentido estricto de la palabra»[27].

Veja-se que no texto em estudo o significado de «adultério» remete para toda a relação ilegítima mantida entre homem e mulher punível pelas leis reais[28], conceito que faz com que a honra da mulher funcione como reflexo de um mesmo valor social – a família –, valor que não parece encontrar semelhante destaque nos textos ingleses e franceses.

Especula-se que numa das recompilações levadas a cabo se tenha ignorado o suicídio de Oriana no final do terceiro livro. Este final trágico teria que ver com o amor obsessivo da jovem por Amadís quando soube que Espandian, seu filho, o tinha assassinado[29].

Omitindo este episódio, Montalvo pôde dar seguimento à narração dos feitos heróicos e sobrenaturais do modelo de cavaleiro fiel e suprimir tudo o que fosse próximo aos desenlaces trágicos de Tristão e Isolda ou Ulisses e Penélope.

Mais uma vez, a explicação para este aspecto é fundamentada por James Donald Fogelquist:

> Montalvo armoniza el espíritu de su obra com el nuevo dinamismo de la Castilla victoriosa de los Reys Católicos de fines del siglo XV. El triunfo de los amantes está perfectamente de acuerdo, así, com el optimismo intelectual que la victoria final sobre Granada produjo en el refundidor y los cronistas de fines del siglo XV[30].

Devemos salientar que o reinado dos Reis Católicos coincide com uma fase de grande expansão castelhana, em que a nobreza tinha grande influência social e uma enorme riqueza. Estas duas figuras da monarquia espanhola souberam reorganizar o país e atenuar uma situação financeira catastrófica.

---

[26] *Amadís de Gaula*, 703.

[27] James Donald FOGELQUIST, *El Amadís*, 103.

[28] As leis reais que condenavam à morte toda a mulher que tivesse relações íntimas fora do casamento não existiam literalmente nos códigos legais castelhanos medievos. Segundo James Donald Fogelquist «se trataba, más bien, de una invención literaria que reflejaba hondas preocupaciones culturales que tenían que ver con la honra femenina y la integridad de la familia.» (*El Amadís*, 105).

[29] A. D. DEYERMOND apresenta os argumentos da tese de Maria Rosa Lida de Malkiel, a propósito do suicídio de Oriana, na página 286 do primeiro volume da *Historia de la literatura española* publicada em Barcelona pela Ariel e com data da 20ª edição de 2003: «Hasta un descubrimiento reciente, el *Amadís* primitivo se conocía sólo a través de las referencias de otros escritores, y se creia que Montalvo había ampliado el original, añadiendo el personage de Esplandián, hijo de Amadís y Oriana. María Rosa Lida de Malkiel sugirió, no obstante, que Esplandián existía ya en la versión primitiva, y que esta versión terminaba trágicamente, matando Esplandián a su proprio padre a quien no había reconocido, y suicidándose Oriana al saber lo que pasó. Esta teoría fue confirmada pocos años después por el hallazgo de un fragmento manuscrito del libro III, copiado hacia 1420, que contiene ya a Esplandián».

[30] James Donald FOGELQUIST, *El Amadís*, 96.

Numa clara alusão a Galaaz, filho de Lancelote, Esplandian não mata o pai, mas torna-se no exemplo de cavaleiro ideal, protótipo bélico do reinado então vigente que dava mostras de superar todos os períodos de crise. Por isso, não devem causar nenhuma estranheza estas alusões dissimuladas às figuras dos Reis Católicos, uma vez que logo no «Prólogo» da primeira edição lhes são feitas inúmeras referências. Quer isto dizer que este tipo de produção literária não se colocou à margem das realidades políticas, éticas e religiosas da vida peninsular do século XVI[31].

Toda a estrutura narrativa da obra, bem como as personagens e suas diversas proezas, são condicionadas pelo amor, mostrando uma conexão entre este conceito e o de aventura que já se encontrava presente na *Historia Regum Britanniae*.

Assim sendo, a temática do amor serve não só de estímulo à actividade exterior do cavaleiro, como também de recompensa, e concentra uma forte emoção erótica, sensual dentro das convenções complexas e estereotipadas do amor cortês na tardia Idade Média. Desta emoção advêm dois dos princípios mais significativos da obra: o conflito e a tensão amorosa, nos quais ganha novamente especial relevo a formosa Oriana.

Por oposição à «senhor» superior e inacessível dos cantares de amor, Oriana oferece o seu amor de forma espontânea e livre, sem pudores. Amadís encontra nela o objecto de inspiração para a realização da sua heroicidade, a força motivadora para superar adversidades e mostrar a sua autenticidade. Paralelamente a este papel, Oriana é a mais perigosa das aventuras para o cavaleiro, dado que, pelo amor, Amadís deve resistir a todas as tentações que surgem ao longo do seu percurso de cavaleiro e que podem colocar em perigo a lealdade para com a jovem infanta.

Além de inesperado, arrebatado, carnal, o amor é ainda sofrimento e causa de longas ausências e separações entre os amantes, como se pode também verificar no episódio da Penha Pobre, no qual o protagonista, revelando-se poeta, confirma a enorme dedicação amorosa que tem por Oriana e aspira à morte.

Note-se que se conhecem escassos traços físicos destas personagens: Amadís é esforçado, valente, leal, belo (daí o nome Beltenebros, numa alusão à sua beleza e ao profundo estado de desgosto em que se encontrava) ao passo que Oriana é extremamente formosa. Quer isto dizer que as características físicas que lhes atribuímos resultam da idealização projectada através dos seus actos, das suas proezas e atitudes.

O tratamento do tema do amor no texto de Montalvo tem ainda que ver com o espaço e o tempo da narrativa. Com efeito, muitos dos encontros amorosos entre o Donzel do Mar e a Sem-Par têm lugar durante a Primavera e realizam-se quase sempre em contacto com a natureza que os convida a exaltar a sua paixão. Este aspecto encontra-se bem patente no capítulo XXXV do primeiro livro, quando Oriana entrega a sua virgindade ao cavaleiro:

> Y desviando de la carrera se fueron al valle, donde hallaron un pequeño arroyo de agua y yerva verde muy fresca (...) assí que se puede bien dezir que en aquella verde yerva, encima de aquel manto, más por la gracia y comedimiento de Oriana que por la desemboltura ni osadía de Amadís fue hecha dueña la más hermosa donzella del mundo[32].

---

[31] María Carmen MARÍN PINA, num artigo intitulado «Ideologia del poder y espiritu de cruzada en los libros de caballerías del reinado fernandino», da obra *Fernando II de Aragón, el Rey Católico*, publicada em Saragoça pela Institución Fernando el Católico (1996), expõe a ideia de que muitos romances de cavalaria publicados neste período defendiam as ideias políticas, sociais e culturais do Rei Católico, não só a nível nacional, como também a nível internacional.

[32] *Amadís de Gaula*, 573-574.

Por esta razão, Blecua denominou o espaço do *Amadís* com sendo «primaveril», eco do mundo natural, do paraíso perdido, sendo a época privilegiada, a «estação de amores». Com efeito, as aventuras de Amadís situam-se num tempo maravilhoso, que diz respeito ao passado e fazem com que se atribua maior relevância ao tema do amor do que aos feitos guerreiros.

Associado ao tema do amor encontra-se a *soledad*, quer significando «solidão» quer «desejo amoroso», isto é, significados muito próximos da «suidade» ou «soydade» presentes no lirismo galego-português. De acordo com Carolina Michaëlis, «soledad em castelhano teve e tem, de facto e de direito, todas as acepções da antiga *suidade* e da *solidão* moderna: sítio ermo; falta de companhia; carência de uma pessoa que carinhosamente nos sirva de amparo e alívio»[33].

Karl Vossler defende que a *soledad*, o abandono e a ausência têm efectivamente um valor sentimental, daí que traduzam a queixa, a tristeza e a nostalgia. Este autor reconhece o étimo latino *solitatem-solitas*, defendendo que se trata de um neologismo ibérico: «Así, pues, nos parece el vocabolo español *soledad* un neologismo erudito, nacido por influencia de la lírica galaico-portuguesa de la Edad Media»[34]. *Soledad* é, assim, nostalgia do ser amado, sentimento de abandono, de busca profunda do eterno através do amor.

Com efeito, a *soledad* surge, no *Amadís*, como carência, solidão, sofrimento, advindo da separação amorosa e do desejo. Desde o início da narrativa, a ideia de coita de amor aparece associada à *soledad*, à ausência do ser amado, como se verifica nos excertos seguintes:

> Pero antes fabló con él Darioleta, diziéndole la gran cuita y soledad en que su amiga dexava (...)
> Assí que Elisena quedó con mucha soledad y co gran dolor de su amigo[35].

A mesma ideia encontra-se também no capítulo seguinte, aquando do apartamento dos amantes:

> Partindo el rey Perión de la Pequeña Bretaña, como ya se vos contó, de mucha congoxa era su ánimo muy atormentado, así por la grand soledad que de su amiga sentía, que la mucho de coraçón amava, como por el sueño que ya oístes, que en tal sazón sobreviniera[36].

Elisena e Perion, pais de Amadís, são pois os primeiros a despertar para a *soledad*, ou seja, para a solidão proveniente da separação amorosa.

De forma semelhante ao que encontramos na poesia galego-portuguesa, nem sempre a expressão da *soledad* se faz de uma forma explícita. Veja-se, a título de exemplo, a alegria experimentada por Oriana ao receber notícias de Amadís, sossegando-a e despertando no seu íntimo velhas recordações:

> Ella tomó la carta, mas assí le tremían las manos con la grande alegría, que la carta se le cayó, y desque el coraçón se le fue más assossegando, abrió la carta y falló el anillo que ella con Gandalín a Amadís embiara cuando con Dardán se combatió en Vindilisora, el cual muy bien conosció y besóle muchas vezes, y dixo:
> – Bendita sea la hora en que fueste fecho, que con tanto gozo y plazer de una mano a otra te has mudado[37].

---

[33] Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, *A Saudade Portuguesa*, Lisboa, Guimarães Editores, 57.
[34] Karl VOSSLER, *La Soledad en la Poesía Española*, Madrid, Visor Libros, 2000, 13.
[35] *Amadís de Gaula*, 242.
[36] *Amadís de Gaula*, 248-249.
[37] *Amadís de Gaula*, 771.

O amor aumenta quando os dois amantes se encontram separados, desfeitos por uma traição que Amadís não cometeu. Esquecido na Penha Pobre, a ausência cresce dentro do coração angustiado e a *soledad* torna-se como que uma privação, uma carência inigualável. O jovem cavaleiro não parece demonstrar uma vocação como a do ermitão, mas sim um profundo desespero interior. Considera Manuel Rodrigues Lapa que «a sua soledade como ermitão é uma violência ao seu amor mundano, ao seu profundo e inconsciente amor da vida. Às razões do ermitão Andalode, que são a própria voz da religião católica, opõe Amadis as razões do seu amor, da sua religião. São duas atitudes irredutíveis»[38].

Também Vossler defende a seguinte ideia: «La retirada sentimental del amante incomprendido a la soledad no es, fundamentalmente, más que la configuración novelesca de un lugar común de los trovadores, que el rendido servidor ofrece arrepentido a su dama»[39].

Este autor considera ainda que a *soledad* mais não é que uma atitude do espírito, de comunhão com a natureza intrínseca do homem, ou seja, «la afirmación de la negacíon de los estados sociables y estilos de vida social»[40], uma noite mística.

Com efeito, a *soledad* de Amadís, isto é, a solidão profunda de quem ama um ser ausente, mas vivo através da memória feliz que se tem dele, encontramo-la, posteriormente, trabalhada, por exemplo, por Bernardim Ribeiro, sempre com o mesmo tom dorido e sob o signo da tragédia.

Em suma, na obra são representados diferentes modelos do comportamento amoroso, desde o amor enquanto prazer físico, secreto e omisso, até ao amor puro e sublimado sob o «mito da *soledad*»[41], do desejo e da lembrança.

A recepção do *Amadís* foi, como já aqui se observou, tão intensa que acabou por condicionar a mentalidade afectiva do final da Época Medieval, uma vez que apresenta o tema do amor nas suas mais variadas acepções (pueril, ingénuo, proibido, saudoso, matrimonial, adúltero). O leitor da obra parecia ser convidado a escolher o caminho que mais lhe aprazia, ainda que a publicação de Montalvo fosse rica em posições de cariz moral.

Muitos foram certamente os navegadores portugueses e espanhóis que se inspiraram no modelo de conduta e nas proezas do jovem Amadís. Mesmo assim, nos séculos XVI e XVII, a leitura dos romances de cavalaria viria a encontrar alguns obstáculos da parte do clero, sobretudo porque causava algum impacto no comportamento social e moral da sociedade.

Contudo, as posições da religião não fizeram com que se perdesse o interesse por estes textos. Julga-se que, no ano de 1533, Gil Vicente representou em Évora a tragicomédia *Amadís de Gaula,* na qual recuperou muitos dos traços característicos da lírica e da prosa medievais, para glosar o episódio da Penha Pobre.

3. Ressonâncias da novela de cavalaria no teatro: a tragicomédia *Amadís de Gaula* de Gil Vicente

Quando Mestre Gil representou a tragicomédia *Amadís de Gaula* já a sua produção teatral estava muito avançada. Trata-se da segunda tragicomédia impressa no livro terceiro da *Copilaçam* de 1562 e foi a segunda vez que o autor encontrou num romance de cavalaria elementos para uma peça de teatro.

---

[38] *Amadís de Gaula*, 287.

[39] Karl VOSSLER, *La Soledad*, 39.

[40] Karl VOSSLER, *La Soledad*, 31.

[41] *Vid.* António Cândido FRANCO, «*Amadís de Gaula* ou o mito da soledade», in: *Actas do III Colóquio Luso-Galaico sobre Saudade*, Porto, Zéfiro, 2009, 95-116.

Alguns anos antes, o dramaturgo havia brindado os espectadores da corte com *Dom Duardos*, recuperando algumas personagens de um outro romance de cavalaria. Partindo do *Primaléon* castelhano, Gil Vicente explora os amores de Dom Duardos, príncipe de Inglaterra, com Flérida, filha do imperador Palmeirim de Constantinopla.

A peça viria a conhecer um estrondoso sucesso. Ainda hoje, permanecem vivos os seguintes versos:

> En el mes era de abril
> de mayo antes un día
> cuando lírios y rosas
> muestran más su alegría
> en la noche más serena
> Que el cielo hazer podía (...)[42].

O dramaturgo sabia que o seu teatro era muito apreciado na corte, tendo obtido a condição de «artista da corte»[43]. O próprio El-Rei D. João III era um conhecedor inato das novelas de cavalaria e um espectador desejoso do teatro vicentino. Na corte, as representações levadas ao palco por Gil Vicente eram motivo de festa. «Festa realizada então nessa corte e tempo, o século XVI, em todo o seu sentido de sagrado e na sua mais alta forma de beleza e alegria como jamais atingido na história portuguesa»[44].

As peças comprovam que Mestre Gil tinha conhecimentos de castelhano, por isso, a leitura da obra de Montalvo não lhe deve ter causado quaisquer transtornos, só aguçou ainda mais o interesse pelo romance de cavalaria, texto de uma leitura bastante acessível naquela época. Para além do castelhano, Gil Vicente dominava ainda o saiaguês, dialecto leonês muito utilizado pelos poetas e dramaturgos Juan del Encina e Lucas Fernández.

Nos séculos XV e XVI, verificou-se em Portugal um uso quase generalizado da língua castelhana pelos poetas portugueses, nomeadamente por Luís de Camões, Pêro Andrade de Caminha, André Falcão de Resende, Garcia de Resende, entre outros, o que proporcionava um imenso bilinguismo cultural, que pode ser explicado pelas alianças matrimoniais entre os países peninsulares e também pela simples razão da língua portuguesa se encontrar em pela evolução[45].

Quer *Dom Duardos* quer *Amadis de Gaula* originam um marco no percurso dramático do autor[46], uma vez que Mestre Gil foi capaz de, na fase da *inventio*, levar a cabo «uma criteriosa e cuidada selecção da matéria diegética, de modo a simplificar a acção e a pôr em relevo os significados que pretendia atribuir ao seu próprio texto, confiado às intervenções do diálogo dramático»[47]. A *dispositio* facilitaria, numa fase seguinte, esta coerente arrumação de ideias e sequências narrativas.

---

[42] Gil VICENTE, *Tragédia de Dom Duardos*, in: *Copilaçam de todolas obras*, II vol., edição de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, IN-CM, 1983, 74.

[43] Sobre o autor, a época e a cultura *vid.* o recente estudo de José Augusto Cardoso BERNARDES, *Gil Vicente*, Lisboa, Edições 70, 2008.

[44] Dalila Pereira da COSTA, *Gil Vicente e a sua época*, Lisboa, Guimarães Editores, 1989, 143.

[45] Pilar VÁZQUEZ CUESTA, *La lengua y la cultura portuguesas en el siglo del Quijote*, Madrid, Espasa Calpe, 1986.

[46] Paul TEYSSIER em *Gil Vicente – o autor e a obra* fala numa «renovação da arte de Gil Vicente», 2ª ed., Lisboa, ICLP, 1985, 87.

[47] Aníbal Pinto de CASTRO, «As dramatizações vicentinas da novela de cavalaria», in: *Gil Vicente 500 anos depois*, Actas do Congresso Internacional realizado pelo centro de estudos de teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, Lisboa, IN-CM, 2003, 19-20.

Mesmo assim, deve ser destacado o «engenho vicentino em adequar uma estrutura já existente e muito mais conhecida do público à função de transmitir directamente, pela oralidade, novos valores semânticos»[48], isto é, o magnífico poder de síntese pertencente ao dramaturgo quando colocou o discurso narrativo muito próximo ao texto dramático.

Repare-se que Gil Vicente centrou toda a sequência narrativa do segundo livro de Montalvo, desde a chegada de Amadís à corte de Lisuarte, passando pela consequente transformação de vida do jovem cavaleiro em Beltenebrós (variação de Beltenebros do texto em prosa) até à recuperação do seu antigo estatuto social (quando finalmente se desfaz o mal-entendido criado entre si e Oriana), isto é, condensou em poucos versos cerca de oito capítulos da versão castelhana.

Não deve ser motivo de estranheza a recuperação de um dos episódios mais notáveis do *Amadís de Gaula* – o isolamento e posterior mudança de identidade do protagonista sob acusação de infidelidade por Oriana –, dado que as encenações de episódios sentimentais estavam em grande voga na corte. Na audácia e perspicácia caracterizadoras do seu espírito, Gil Vicente glosa esta parte do romance, não descurando o ideal cavaleiresco, a temática da saudade amorosa (a *soledad* ibérica) e o erotismo do texto original.

Note-se que em vez dos mil e um perigos a superar pelos cavaleiros, em vez das proezas e façanhas por eles realizadas em mares tormentosos e terras longínquas, encontramos nesta tragicomédia apenas uma grande aventura: a do amor.

A intriga cavaleiresca apresenta-se quase como um «jeu d'amour et du hasard», uma vez que a peça evidencia a mística do amor cortês, a idealização da amada que permitia conduzir o cavaleiro à vitória em combate, bem como o tema da separação amorosa e consequente sublimação do desejo próprios deste código literário.

Mais do que uma narração de feitos cavaleirescos, encontramos a expressão de sentimentos e de estados de alma, ou seja, um «idealismo amoroso», muito apreciado pela sociedade de quinhentos, oriundo da combinação «de uma audácia e heroicidade a toda a prova, em perigos e guerras, e, na paz, de mesura discreta, suave melancolia e sentimentalidade meiga, qualidades que estavam em contraste abençoado com a bárbara rudeza de costumes, documentada em numerosas façanhas registadas nos *Livros de Linhagens*»[49]. Este aspecto permite explicar a utilização frequente de monólogos como meio de expressar sentimentos e não de vangloriar proezas cavaleirescas, bem como evidenciar a «aventura do amor».

3.1. *A aventura vicentina do amor*

A temática do amor foi presença constante nas peças vicentinas. No *Auto das Fadas* (1527?), Gil Vicente colocava na boca de um Frade um longo discurso acerca do amor, muito próximo do tema virgiliano *Amor vincit omnia* («o amor tudo vence»), e destacava o papel quase sobrenatural que cabia à mulher.

De acordo com esta personagem, três seriam os motivos que justificavam o poder feminino: o olhar, a gentileza e as ilusões transmitidas pelas suas palavras. Através deles, resultava o sofrimento do amador que lhe prestava serviço; este não deveria sequer hesitar perante inúmeros perigos e inclusive perante a morte. Todo aquele que amava em silêncio sofreria a dobrar, não só porque não confessava os seus sentimentos, como também porque os ocultava. À semelhança do que

[48] Aníbal Pinto de CASTRO, «As dramatizações», 20.
[49] Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, *A Saudade*, 17-18.

acontecia com esta personagem, nem mesmo o inferno permitiria suportar as dores provocadas pelo amor.

A mulher tinha, no teatro de Gil Vicente, a função primordial de desencadear o amor e de estimular a dor provocada por esse sentimento, ou seja, sendo a paixão um sentimento não correspondido, tendia-se a glorificar o sofrimento, como acontece na *Tragicomédia Amadís de Gaula* em que Oriana tem como papel despertar pela sedução o amor e assumir-se soberana perante os caminhos desse sentimento.

Como já se salientou, a novela de cavalaria foi motivo de inspiração para o dramaturgo, dado que, apresentando nas suas peças a figura do cavaleiro como aquele que arrisca a vida em feitos gloriosos, que luta com o propósito de alcançar a eterna glória e o doce amor da sua dama, Mestre Gil colocava ao serviço da política expansionista de quinhentos todos os que combatiam por Deus e pelo monarca.

Através da recriação do texto de Montalvo, Gil Vicente delimitava claramente as funções do cavaleiro: a guerra e o serviço ao rei, dois tópicos recorrentes da concepção cavaleiresca medieval.

Amadís, verdadeiro modelo da cavalaria, era a «flor dos esforzados», demonstrando que lutava porque era leal e honrado:

> Las armas al caballero,
> al fuerte ser venturoso,
> mucha honra al esforçado[50].

Servindo-se da temática amorosa, próxima aos paradigmas do amor-cortês, Gil Vicente mostra um Amadís em sofrimento, mas dedicado ao seu amor (nem a indiferença nem a indignação de Oriana o demovem dos seus sentimentos). Na verdade, só através dos feitos guerreiros o cavaleiro podia aspirar ao amor da mulher amada. Sofrer, ser franco e firme no amor e no serviço que prestava à dama que amava seriam condições essenciais ao bom cavaleiro.

À semelhança do que acontecia no texto de Montalvo, é a Oriana, a «hermosura soberana», que Amadís presta serviço, sem lhe interessar a fama e a glória das suas proezas, e numa situação de perigo será ela quem invocará para se proteger.

À figura feminina cabia a turbulência de emoções, o ciúme e a inquietação amorosa que permitiriam definir o verdadeiro amor como um afecto impetuoso e irracional e, por esta razão, a Oriana do texto vicentino faz lembrar a donzela que desabafa à confidente as dores de amor e lamenta a ausência do amigo:

> El Donzel del Mar, hermana,
> contino bivió comigo,
> si amores trae consigo,
> en su seso está Oriana,
> que yo quiérole como amigo
> y no áss. Mas cierto es
> que muchas veces me hallo
> tocada de no sé qué es,
> pero es dolor que callo[51].

---

[50] Gil VICENTE, *Tragicomédia de Amadís*, in: *Copilaçam de todolas obras*, II vol., 77.
[51] Gil VICENTE, *Tragicomédia*, 83.

Existe um romance anónimo, anterior ao texto de Montalvo, que concentra também a acção do episódio da Penha Pobre, realça a importância de Mabília e apresenta os mesmos tópicos do discurso amoroso, no qual o tema da separação surge como *leitmotiv* para exaltar a paixão que atormenta e o amor que os une. Como em Tristão e Isolda: «A separação dos amantes resulta assim da sua própria paixão e do amor que eles têm por ela, muito mais do que do seu contentamento, mais que do seu objecto vivo»[52].

Jamais poderemos saber se o dramaturgo o conheceu. No entanto, parece ter alguma importância para a compreensão do tema do amor no teatro vicentino, daí que se o apresente na íntegra:

> Después que el esforçado
> amadis que fue de gaula
> por mandato de su señora
> la hermosa oriana
> partio de la peña pobre
> do la donzella le hallara
> vino se a miraflores
> donde oriana estaua
> puesta en muy grande cuyta
> por aquel que tanto amaua
> tan lastimada de passiones
> que la vida le faltara
> si no fuera por mabilia
> que mucho la consolava
> quando se vieron los dos
> los dos que tanto se amavan
> no ay lengua que contasse
> de la gloria que gozavan
> abraçados por gran rato
> que ninguno de balava
> trasportados del dulçor
> que su vista les causava
> como aquellos que el amor
> por ygual los soguzgava
> en cabo uno en si tornava
> y con muy grande alegria
> el vno al otro hablava
> contando las graves penas
> quel ausencia les causava
> mas si congoxas passaron
> en el prazer se les tornara[53].

Encontramos, pois, a mesma ideia de formosura e lealdade dos protagonistas, a ideia de sofrimento causada pela separação, os longos desabafos de Oriana a Mabília, figura que lhe chama a atenção para a forma como fala com Amadís e porque razão insiste em ser altiva e severa.

Estes aspectos fazem com que predominem na peça inúmeras imagens que traduzem a intensidade da paixão, nomeadamente o «morrer de amor», o «mal de amor» já conhecidos do lirismo

---

[52] Denis de ROUGEMONT, *O Amor*, 36.
[53] Laura GALLEGO, «La difusión».

trovadoresco. Por exemplo, insiste-se muito na metáfora da chama que arde, no amor como ferida da alma e tormento, daí as sábias palavras de Mabília:

> Amistad que da dolor
> es amor tan de verdad,
> que no puede ser mayor[54].

Verifica-se ainda nesta peça vicentina a ausência de traços físicos na descrição do par amoroso, repetindo-se um dos tópicos de alguns poemas medievais que também fora recuperado por Montalvo: a beleza de Oriana é, para o jovem cavaleiro, um verdadeiro purgatório e um paraíso para a sua dor de amar.

Em Gil Vicente o que interessa ao amor não é a condição social, mas sim o sentimento verdadeiro, por isso Dom Duardos finge ser de condição social inferior para conquistar a amada e também por este motivo Amadís, julgando-se socialmente inferior à jovem infanta, dedica-lhe todo o seu amor desde tenra idade, algo que conhecemos pelas palavras da jovem donzela presentes nos seguintes versos:

> porque el amor verdadero
> el más firme es el primero,
> y dende su mocedad
> siempre fue mi cavallero[55].

e não hesita isolar-se espiritualmente na Penha Pobre quando Oriana o acusa de traição.

Com efeito, a Sem-Par vai acreditar nas mensagens do anão e, consumida pelo ciúme, interrogar-se-á sobre a verdadeira lealdade que o cavaleiro lhe havia jurado. Quanto a esta figura, que não se encontra na recriação de Montalvo, devemos salientar que a sua presença tem como motivo quebrar o idílio amoroso entre Amadís e Oriana.

Para além desta dissemelhança, também a denominação Beltenebros apresenta uma variação: ao passo que na novela é o ermitão que nomeia Amadís, na tragicomédia de Gil Vicente é o próprio que efectua a mudança de nome.

Seguindo o mesmo estilo dos trovadores, «o cavaleiro, à maneira provençal, "servia" a sua dama, dirigindo-lhe todos os pensamentos e actos, pagando-lhe o "serviço" com sofrimento. O seu "cuidado" reflectia-se na sua tristeza e os suspiros e gemidos demonstravam o seu padecer e a sua dor»[56].

Destacamos, por esta razão, o amor de natureza divina, ideal, dos afectos sentidos, longe da realidade e das situações quotidianas. Amadís diz-se dividido em duas partes: a espiritual, que entrega a Oriana, e a material, que entrega ao seu destino.

Como observou António José Saraiva, «Os heróis deste teatro romanesco, aqueles que dão o título às obras ou que constituem o assunto de cada uma, são estranhamente desprovidos de qualquer realidade»[57].

Quanto à temática da *soledad*, há claramente no teatro vicentino a tentativa de passagem do período medieval para o renascentista, isto é, entre a antiga e moderna forma de sentir a «soidade»

---

[54] Gil VICENTE, *Tragicomédia*, 84.
[55] Gil VICENTE, *Tragicomédia*, 96.
[56] Maria Leonor García da CRUZ, *Gil Vicente e a sociedade portuguesa de quinhentos*, Lisboa, Gradiva, 1990, 229.
[57] António José SARAIVA, *Gil Vicente e o fim do teatro medieval*, 4ª ed., Lisboa, Gradiva, 1992, 120.

e a «soledad», na qual ganha especial relevo o motivo dos ciúmes de Oriana e as dúvidas que a consomem quando Amadís está ausente. Daí as expressões:

> porque nunca ausencia vi
> que el amor turasse allá.
> Exemplo es verdadero
> que ausencia aparta amor.
> Oh, traidor cavallero!
> Cavallero traidor!
> Quién supiera esto primero![58]

Oriana é, pois, uma mulher consciente dos seus sentimentos, das suas armas de sedução, mas representa também o desconcerto feminino do ciúme, do orgulho ferido na iminência de uma traição.

Assim, a *soledad* presente nesta Tragicomédia é, como no texto de Montalvo, consciência de exílio da alma, da terra; é dor das promessas de amor vividas em silêncio a dois; é a nossa comum alma ibérica tentando quebrar as amarras do passado que se viveu em felicidade, mas que pode convergir em doce tristeza; é amor como *fatum* do qual não se pode fugir.

[58] Gil VICENTE, *Tragicomédia de Amadís*, 97.

La epístola de Montemayor a Sá de Miranda: texto y contexto

Juan Montero
Universidad de Sevilla

La fama literaria de Jorge de Montemayor en la segunda mitad del XVI no voló exclusivamente en alas de *La Diana*, sino que buena parte de su impulso se debió al éxito de los libros poéticos que el lusitano fue publicando en la década de los cincuenta: las *Obras* (*s.n.*, pero Medina del Campo, Guillermo de Millis, ¿1553?), el *Segundo cancionero* y el *Segundo cancionero espiritual* (ambos como volúmenes independientes en Amberes, Juan Lacio, 1558)[1]. La simple mención de esos títulos ya permite apreciar que Montemayor era un escritor bastante conocido cuando publicó (Valencia, [viuda de Joan Mey], 1559) su no menos exitosa novela pastoril[2]. Popularidad que no hizo sino incrementarse tras su muerte, acaecida en el Piamonte a principios de 1561, merced a las constantes ediciones tanto de *La Diana* como de su cancionero poético amoroso. Si hasta 1624 la novela, con más de treinta impresiones, en España y fuera de ella, llegó a ser el tercer libro de prosa de ficción más veces

[1] La identificación de la edición de Medina del Campo como *princeps* de *Las obras* se debe a Jaime Moll, del que se espera un trabajo sobre el tema. La noticia la ha difundido Juan MONTERO, «Sobre imprenta y poesía a mediados del XVI (con nuevos datos sobre la *princeps* de *Las obras* de Jorge de Montemayor)», *Bulletin Hispanique*, 106 (2004), 93-94; y vid. más abajo la n. 6. El libro, que tenía una sección profana y otra religiosa, se imprimió de nuevo en Amberes, Juan Lacio, 1554 y en Estella, Adrián de Amberes, 1556; la parte profana se publicó de manera independiente como *Las obras de amores* (Zaragoza, [Esteban de Nágera], 1554). Una profunda revisión de ambas secciones, con supresión, corrección y añadido de poemas, dio lugar respectivamente al *Segundo cancionero* y al *Segundo cancionero espiritual*. Este último volumen fue condenado en el Índice inquisitorial de Valdés (1559) y no volvió a imprimirse como tal en la época –aunque sí lo fueron un par de extensos poemas suyos. El otro volumen de 1558 volvió a imprimirse (pero amputado de la extensa *Historia de Alcida y Silvano*) con el título de *Cancionero* (Zaragoza, viuda de Bartolomé de Nágera, 1562), edición a la que siguieron otras seis hasta 1588. Hemos realizado un estudio de conjunto de la transmisión impresa y manuscrita de la poesía de Montemayor que aparecerá en el *Diccionario Filológico de la Literatura Española (siglos XVI y XVII). Textos y transmisión* que está publicando la ed. Castalia, bajo la dirección de Pablo JAURALDE POU.

[2] Del éxito de *La Diana* se ocupan, entre otros, Maxime CHEVALIER, «*La Diana* de Montemayor y su público en la España del siglo XVI», en *Creación y público en la literatura española* (eds. Jean-François Botrel y Serge Salaün), Madrid, Castalia, 1974, 40-55; Ricardo SENABRE, *Literatura y público*, Madrid, Paraninfo, 1987, 84-97; Eugenia FOSALBA, *La* Diana *en Europa. Ediciones, traducciones e influencias*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, 1994.

impreso en el Siglo de Oro[3], el cancionero, en sus diferentes avatares editoriales, no fue menos que el segundo en el apartado de libros poéticos en el XVI, tras las *Obras* de Boscán y Garcilaso.

Dicho esto, se hace preciso señalar que la producción poética de Montemayor comprende, además de los libros ya enumerados, una serie de poemas sueltos que circularon en la época, ya manuscritos, ya impresos, ya de ambos modos a la vez. No se trata, ni mucho menos, de poemas ocasionales o de poca monta. Es el caso, por ejemplo, de la epístola en verso que dirigió a Sá de Miranda, composición que ha sido importante a la hora de establecer las líneas maestras de la biografía de Montemayor antes de 1554.

En un trabajo precedente hemos abordado el estudio de este poema en el marco de la producción epistolar de Montemayor[4]. El rasgo específico del texto radica en la posición que adopta el sujeto poético respecto de su interlocutor: no la de igual a igual característica de la epístola horaciana en la tradición hispánica inaugurada por Boscán, Hurtado de Mendoza (don Diego) y Garcilaso, sino la de inferioridad propia del discípulo que se dirige a un maestro, o del poeta novel que busca la sombra protectora del autor consagrado[5]. En este sentido, el poema resulta bastante similar a la epístola que dirigió Montemayor a otro Hurtado de Mendoza (don Juan) y que va impresa, junto con la respuesta del corresponsal, al final de la sección devota de las obras. Todo indica que la expectativa de Montemayor era hacer otro tanto, en la sección amorosa del cancionero, con su carta a Sá de Miranda, que debió de componer a lo largo de 1552, pero la respuesta del destinatario se demoró (y bien que se excusa por ello en los vv. 7-9), ya que solo fue redactada, seguramente en 1553, después de la aparición de las *Obras* del autor de *La Diana*[6]. Esta fue seguramente

---

[3] El cálculo es de Keith WHINNOM, «The problem of the *best-seller* in Spanish Golden-Age literature», *Bulletin of Hispanic Studies*, 57 (1980), 193.

[4] Juan MONTERO, «Montemayor y sus corresponsales poéticos (con una nota sobre la epístola a mediados del XVI)», en *La epístola. Actas de los V Encuentros Internacionales sobre Poesía de los Siglos de Oro* (ed. Begoña López Bueno), Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2000, 187-190.

[5] Se ocupa de este tipo de epístola en el marco portugués Saulo NEIVA, *Au nom du loisir et de l'amitié. Rhétorique et morale dans l'épître en vers en langue portugaise au XVIe siècle*, París, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999, 132-146. Sá de Miranda, aunque retirado desde tiempo atrás en la comarca de Basto (Entre Douro e Minho), ejercía desde allí un importante magisterio sobre los poetas más jóvenes (A. Ferrreira, D. Bernardes, P. de Andrade Caminha, etc.). Su obra, además interesaba en la corte, como prueba la petición que le hizo el príncipe D. João para que le remitiese un códice con sus escritos, petición que el poeta satisfizo en tres sucesivas entregas a lo largo de 1551-1553. Tras estar un tiempo ilocalizable, el códice se conserva hoy en la Biblioteca Nacional de Francia, ms. Port. 112, según indican José CAMÕES e Isabel Pinto CARLOS, «Sá de Miranda a quatro mãos», *Românica*, 15 (2006), 13. Al hilo de esta cita, quisiera agradecer al prof. Camões (Centro de Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa) la generosidad y saber con que ha atendido mis consultas sobre diversos aspectos del presente trabajo.

[6] Es lo que se deduce de los vv. 22-27 de la respuesta de Miranda, pasaje en el que se alude a Montemayor como poeta reconocido tanto en la materia amorosa como en la devota. En cuanto a la fecha de la primera epístola, matizamos aquí lo dicho en Juan MONTERO, «Montemayor y sus corresponsales poéticos», 187, donde proponíamos la datación 1553/1554. La referencia que sirve de marco para esa datación la proporciona el propio texto, ya que Montemayor declara (v. 118) que escribe siendo criado de la casa de doña Juana de Austria, pero puede concretarse todavía más si tenemos en cuenta las referencias a una ausencia de amor (v. 110) cuya causa es una partida inminente del poeta (vv. 131-132, donde llama *vida* a su amada). Todo indica que el escritor, que estaba sirviendo como músico de capilla a las hijas de Carlos V al menos desde 1548, se está refiriendo ahí a su próximo regreso a Portugal como aposentador de la casa de doña Juana, tras la boda de esta con su primo el príncipe D. João, el 6 de diciembre de 1552. La comitiva partió desde Toro el 24 de octubre de ese año, pero la partida estaba prevista desde enero, cuando se celebraron los desposorios por poderes (el 11 de enero en Toro, el 30 en Lisboa). Por esos meses debió preparar Montemayor para la imprenta un texto de su cancionero, pues se conserva manuscrita una aprobación del mismo fechada en Medina del Campo el 22 de septiembre; vid. Narciso ALONSO CORTÉS, «Sobre Montemayor y *La Diana*», *Boletín de la Real Academia Española*, 17 (1930), 354-356. El libro se publicó finalmente a finales de 1552, o más probablemente en 1553; antes, en cualquier caso, del 2 de enero de 1554, fecha del fallecimiento prematuro del príncipe lusitano, ya que el volumen va dedicado al regio matrimonio y no hay en

la razón por la que la carta a Miranda no entró a formar parte del volumen de 1553. Luego, cuando en 1558 Montemayor reelaboró su sección amorosa para transformarla en el *Segundo cancionero*, debió juzgar que ya era tarde para recoger un carteo en el que se había representado a sí mismo como poeta primerizo –de hecho, en las tres epístolas que incluye ese volumen Montemayor aparece como un poeta «que ha tomado conciencia de su reconocimiento público como tal»[7].

La epístola de Montemayor: testimonios y edición

Excluida, como queda dicho, de las impresiones del cancionero, esta epístola no circuló en letra de molde hasta años después de la muerte de su autor (†1561) y de su destinatario (†1558). Fue en el volumen titulado *As obras do celebrado lusitano, o doutor Francisco de Sà de Miranda* (Lisboa, Manoel de Lyra, 1595), ff. 61v-64v, junto con la respuesta de Miranda, también en castellano («Montemayor, que a lo alto del Parnaso», ff. 64v-67v)[8]. Por lo que sabemos, ambos poemas gozaron también de alguna circulación manuscrita en la época. Hasta nosotros ha llegado al menos un testimonio del carteo, el recogido en el códice F. G. 4413 de la Biblioteca Nacional de Lisboa, ff. 100r-102r y 102v-105r, cartapacio de poesías varias que, según dice su portada, recopiló Luís Franco Correa entre 1557 y 1589 y que tiene particular importancia para la transmisión de la obra de Camões[9]. La recuperación editorial de uno y otro poema por parte de la crítica moderna se lo debemos a Vasconcellos en su edición de las *Poesias* de Miranda[10]. De ahí proceden, directa o indirectamente, la mayoría, si no todas, las citas de algunos pasajes del poema de Montemayor que aducen habitualmente los estudiosos cuando trazan la biografía del autor de *La Diana*. Desde entonces para acá, el poema no ha vuelto a editarse[11].

él eco alguno de la desgracia ocurrida. Un razonamiento similar vale para la epístola de Miranda: en ella se alude a doña Juana de Austria como «princesa nuestra» (v. 138) y se omite cualquier referencia a la muerte de D. João. La fecha de 1553 es, por tanto, la que mejor le conviene.

[7] Juan MONTERO, «Montemayor y sus corresponsales poéticos», 190.

[8] Las sucesivas ediciones de las obras poéticas de Miranda suprimieron, sin embargo, la epístola de Montemayor, empezando por la segunda (Lisboa, Vicente Alvarez, 1614), en la que la respuesta de Miranda va encabezada así: «A Jorge de Montemaior em resposta de outra que lhe escreveu que debe andar impressa nas suas obras» (f. 128v). En cuanto al uso del castellano como lengua literaria por parte de ambos corresponsales, vid. *La littérature d'auteur portugais en langue castillane*, volumen monográfico de *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 44 (2002), que incluye nuestro artículo «Jorge de Montemayor, castillan d'élection» (75-84).

[9] Hemos manejado la edición facsímil: *Cancioneiro de Luís Franco Correa 1557-1589*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*, 1972. Para la descripción y estudio del códice, vid. Carolina MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, *Poesias de Sâ de Miranda*, Halle, Max Niemeyer, 1885, LX-LXV; Jorge DE SENA, «O cancioneiro de Luís Franco Correia», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 13 (1978), 105-125; y Dinah Moraes Nunes RODRIGUES, *Os Cadernos de Poesia de Luis Franco Correa*, Dissertação de mestrado, Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978. De Luís Franco Correa (o Correia) se sabe que fue militar y compañero de armas de Camões. Tras pasar largo tiempo en la India, regresó a Lisboa a mediados de la década del 70 y participó ocasionalmente en la vida literaria. Entre las obras que le adjudica Diego Barbosa MACHADO (*Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Ignácio Rodrigues, 1752, III, 97*b*) figura este apunte: «Traduzio em latim a Cançao de Jorge de Montemayor, que comesa: *Ojos que ya no veis quien os miraba*». Pero la única traducción al latín que se conoce hasta hoy de ese poema, impreso en el libro I de *La Diana*, es obra de André de Resende (vid. John R. C. MARTIN y Ron KEIGHTLEY, «An Unknown Latin Version and Spanish Translation of Diana's First Soliloquy in Montemayor's *Diana*», *Euphrosyne*, 16 (1988), 225-244.

[10] Carolina MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, *Poesias*, 454-461 (carta de Sá de Miranda) y 653-657 (carta de Montemayor).

[11] La llamada *Poesía completa* de Montemayor en la Biblioteca Castro (Madrid, Turner/Fundación José Antonio de Castro, 1996) no recoge, en efecto, los poemas que no se integraron en el cancionero. Algunos de ellos, como la epístola de que aquí se trata, sí figurarán en la *Poesía selecta* que, preparada por Juan MONTERO y Elizabeth RHODES, publicará en breve la editorial Castalia.

El interés de editar ahora la carta de Montemayor se justifica por partida doble. De un lado, una nueva edición servirá para hacerla más accesible en su integridad a los estudiosos. De otro, esto permitirá plantear algunas cuestiones relativas al texto y su transmisión que no fueron abordadas en su día por D.ª Carolina. La eminente investigadora realizó en su libro una labor bastante completa, ya que editó el poema siguiendo la versión impresa en las *Obras* de Miranda, y también anotó con bastante fidelidad las variantes del códice lisboeta –que no son pocas, como se verá. Por nuestra parte, nos proponemos ahora rematar su trabajo ofreciendo un texto crítico de la composición, fundamentado en el análisis de las variantes entre los dos testimonios.

Por lo que sabemos de las dos fuentes que transmiten el texto, el testimonio impreso (*M*) se presenta, en principio, como más autorizado que el manuscrito (*F*). La razón es bien sencilla: hemos de creer que el origen del texto impreso en 1595 no es otro que el poema (posiblemente en una copia autógrafa) remitido por Montemayor a su destinatario. Conservada entre los papeles de Miranda, la epístola del autor de *La Diana* habría engrosado luego el apógrafo que –se sabe– fue utilizado como original de imprenta en el taller de Manoel de Lyra[12]. Por el contrario, carecemos de cualquier referencia que nos ayude a determinar la proveniencia de la copia manuscrita. El cotejo y análisis de las variantes apunta una hipótesis, pero sin llegar a probarla: que no deriva del mismo texto que llegó a manos de Miranda[13]. Podemos suponer simplemente que Montemayor dio a conocer el poema mediante alguna otra copia a personas más o menos próximas, y que así llegó a conocerlo Franco Correa, quien acabó por recogerlo en su cartapacio. Y ahí lo tenemos finalmente, aunque falto de los vv. 140 a 151, tal como lo puso en limpio un copista poco cuidadoso, al decir de Vasconcellos[14].

El cotejo de ambos textos arroja, como queda dicho, un número considerable de variantes[15]. No faltan, entre ellas, los errores singulares de uno u otro testimonio. En el texto impreso los localizamos en los vv. 5, 100 y 102, mientras que los del cartapacio, más numerosos, se encuentran en los vv. 10, 22, 23, 44, 49, 57, 66, 81, 82, 90, 115, 117, más la mentada omisión de los vv. 140 a 151, que acarreó la manipulación del v. 139 para convertirlo en improvisado cierre del poema. Naturalmente, hay también casos dudosos, en los que no es posible decidir con seguridad si hay o no error, o en qué consiste exactamente, como ocurre por ejemplo en el v. 119. También se da algún caso de cierta coincidencia en el error por parte de ambos testimonios, como ocurre en el v. 68, pero sin que llegue a constituir propiamente un error conjuntivo.

Así las cosas, el dato más llamativo del cotejo es sin duda la abundancia de lecciones aparentemente adiáforas, algunas de las cuales afectan a versos completos o casi: 39, 45, 48, 78, 80, 104, 105. Particular interés revisten aquellas que se presentan encadenadas, como ocurre en los vv. 79--81, 92-94 y 104-105. Especialmente en estos casos, la existencia de la doble lectura lleva a sos-

---

[12] La noticia queda reseñada en la ed. de 1595 mediante un curiosísimo documento (reproducido en Carolina MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, *Poesias*, LXII-LXXIV) que va al final del volumen y que se titula «Auto da aprovação destas obras», en el que se levanta acta notarial de que don Jerónimo de Castro, que es el promotor de la edición, tiene en su poder un manuscrito autógrafo de las obras de Miranda y que de él se ha sacado la copia empleada para la impresión. Nótese, en cualquier caso, que los textos del cartapacio de Miranda (actualmente perdido) sufrieron dos copias, con sus inevitables deturpaciones, antes de llegar al público: la del códice apógrafo y la que llevaron a cabo los componedores de la imprenta de Manoel de Lyra.

[13] En buena ley de crítica textual, esa hipótesis debe ser probada aduciendo errores separativos (cf. Alberto BLECUA, *Manual de crítica textual*, Madrid, Castalia, 1983, 52-57). Pero en este caso se trata simplemente de un convencimiento derivado del gran número de *lectiones singulares* que presentan ambos testimonios y de lo que sabemos de la historia de su transmisión.

[14] Carolina MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, *Poesias*, LXI.

[15] Para el cotejo de *M* nos servimos del ejemplar R/6220 de la Biblioteca Nacional de Madrid. No puede descartarse que otros ejemplares de la edición presenten correcciones en imprenta no incorporadas en este.

pechar que pudiera tratarse, no de meras alteraciones derivadas del proceso de transmisión, sino de verdaderas variantes redaccionales, hipótesis que no sorprenderá a quienes están familiarizados con la obra poética de Montemayor, ya que el lusitano revisó no pocos de sus textos, incluso después de haberlos publicado. La prudencia crítica obliga, con todo, a no descartar que pueda tratarse de innovaciones de copista destinadas a subsanar deficiencias, reales o presuntas, de la transmisión, como ocurre de hecho en los vv. 44 y 139. Sea como fuere, las lecciones de F resultan en esos tres lugares menos logradas que las de M, siendo el caso más claro es el de los vv. 104-105, por su condición de redundantes. De manera que, si efectivamente se tratase de dobles redacciones, nos inclinaríamos a pensar que *M* nos da la versión definitiva y *F* la primitiva.

Sea, pues, en razón de la cronología textual *F* → *M*, o sea simplemente por la mayor autoridad del impreso, está claro que el texto crítico debe establecerse privilegiando las lecturas de *M* en los casos de adiaforía y presuntas dobles redacciones. Esto no significa, sin embargo, que las variantes de *F* carezcan de interés, ni mucho menos. Desde luego, hay que incorporarlas a la edición en aquellos casos en que, existiendo una evidencia razonable de error en *M*, las lecturas de *F* resuelvan el problema (así hemos procedido en los vv. 5, 100, 102 y, con más riesgo, en el 119). Y su presencia en el aparato crítico será útil, asimismo, para obtener una visión más matizada de *M*, permitiéndonos intuir que, bajo lecciones aparentemente correctas, puede haber en realidad descuidos de transmisión, como podrá verse en los comentarios del aparato crítico en vv. como 26, 28, 48, 69, 74, 82, 123 y 128. Quizá el futuro hallazgo de algún nuevo testimonio del poema podría aclarar la cuestión.

Sobre esta base ofrecemos, pues, nuestro texto crítico del poema. Para lo cual procedemos a una modernización de conjunto (grafías, acentos, puntuación) pero conservando, cuando ha sido necesario, la reducción de grupos consonánticos, el peculiar timbre de algunas vocales átonas o la particular acentuación de ciertos nombres propios. En el aparato crítico prescindimos, en principio, de las peculiaridades gráficas de los testimonios. Cuando, por algún motivo, es conveniente dejar constancia de la lección en su literalidad, la añadimos en cursiva entre paréntesis. Tampoco hemos anotado las variantes mínimas sin repercusión léxica (vgr.: las que afectan al timbre de las vocales átonas).

EPÍSTOLA A FRANCISCO DE SÁ DE MIRANDA

Ahora es digna cosa, oh pluma mía,
que os afinéis, mostrando mis conceptos
con arte, ingenio, estilo y melodía;
confórmense a la causa los efectos,
prevenga luego aquí la eterna mano 5
con términos sutiles y discretos.
No escribo la grandeza de Octaviano,
no los triunfos de César, no la gloria
que en conquistar ganó Alejandre Magno,
no las pompas de Dario, no la historia 10
del divino Cipión, no la riqueza
de Antioco, ni de Manlio la vitoria;
no escribo a Cicerón, que en sutileza
con su pluma llegó al sumo grado,
ni del poeta heroico la viveza. 15
A otro blanco tiro, que ha tirado

la barra tanto más que siempre anda
en la corte de Apolo sublimado:
a Francisco de Sá el de Miranda
escribo, aunque a mi ingenio le parece 20
que a más de lo que puede se desmanda.
Y si a vos, pluma mía, os enflaquece
el temor de la empresa, en fin fortuna
en los mayores casos favorece.
Estad ya sin temor de cosa alguna, 25
que, por bajo que sea nuestro estilo,
la causa lo alzará, que es cual ninguna.
Y pues mi ingenio veis que en esto afilo,
que es sin comparación, podéis creerme
que Atropos no podrá cortarme el hilo. 30
En fin, Señor ilustre, he de meterme
so tu amparo y favor, por sublimarme,
y al mundo podré luego anteponerme.
¿Qué pierdes de tu ingenio en levantarme?
¿Ha de menguar por dicha tu gran ciencia 35
por la pequeña mía acrecentarme?
¿Puedes perder de todos la obediencia?
¿Puedes perder que Fama en todo el mundo
publique tu alto estilo y gran prudencia?
¿Puedes dejar de ser el más profundo 40
en ciencia, erudición que alguno ha sido?
¿O tu ingenio podrá hallar segundo?
No, cierto, que tan alto te ha subido
que te pierdo de vista, y no es posible
poder dejar de ser lo que ha sido. 45
Pues luego claro está que te es posible
hacerme rico a mí sin quedar pobre,
que ¿quién podrá vencer al invencible?
Harás que a poca costa tuya cobre
tal arte, tal ingenio y fundamento 50
que oro vuelva yo mi bajo cobre.
Doyte cuenta de mí, que es argumento
de me hacer tan tuyo como digo,
aunque me falte aquí merecimiento.
De mi vida el discurso yo me obligo 55
a contártelo en breve, aunque más breve
fortuna se mostró para comigo.
Comigo se estrechó, y no se mueve
a me subir a más que a un cierto grado,
y a me pasar de allí jamás se atreve. 60
No en la estudiosa Atenas fui criado,

ni aun en la insigne y grande Babilonia,
ni la superba Troya he paseado;
ni en la justa y real Lacedemonia,
ni en la bélica Tebas, ni en Cartago, 65
ni en la grande París, Sena o Bolonia,
ni en la triunfante Roma, hondo lago
de tantos hechos de armas, sangre y fuego,
que en África, Asia, Europa hizo estrago:
riberas me crié del rio Mondego, 70
a do jamás sembró el fiero Marte,
del rey Marsilio acá, desasosiego.
De ciencia allí alcancé muy poca parte
y por sola esta parte juzgo el todo
de mi ciencia y estilo, ingenio y arte. 75
En música gasté mi tiempo todo;
previno Dios en mí por esta vía
para me sustentar por algún modo.
No se fió, Señor, de la poesía,
porque vio poca en mí, y aunque más viera, 80
vio ser pasado el tiempo en que valía.
El río de Mondego y su ribera
con otros mis iguales paseaba,
sujeto al crudo amor y su bandera.
Con ellos el cantar ejercitaba, 85
y bien sabe el amor que mi Marfida
ya entonces sin la ver me lastimaba.
Aquella tierra fue de mí querida;
dejela, aunque no quise, porque veía
llegado el tiempo ya de buscar vida. 90
Para la gran Hisperia fue la vía
a do me encaminaba mi ventura
y a do sentí que amor hiere y porfía.
Allí me mostró amor una figura;
con la flecha apuntando dijo: ¡aquella!, 95
y luego me tiró con fuerza dura.
A mi Marfida vi, más y más bella
que cuantas nos mostró naturaleza,
pues todo lo de todas puso en ella.
Es *mar* de perfición y gentileza; 100
fida por la más fiel que nadie vido,
suma de lealtad, de fe y firmeza.
Mas ya que el crudo amor me hubo herido,
le vi quedar tan preso en sus amores
que yo fui vencedor siendo vencido. 105
Allí sentí de amor tales dolores

que hasta los de ahora no creía
que los pudiera dar amor mayores.
Pero después que un mal en mí porfía,
el cual se llama ausencia, es cuasi nada 110
el otro grave mal que antes sufría.
En este medio tiempo la estremada
de nuestra Lusitania gran princesa,
en quien la Fama siempre está ocupada,
tuvo, Señor, por bien de mi rudeza 115
servirse, un bajo ser alevantando
con su saber estraño y su grandeza,
en cuya casa estoy ora, pasando
con mi cansada musa el tiempo en esto:
ora de amor y ausencia estoy quejando, 120
ora mi mal al mundo manifiesto;
ora ordeno partirme, ora me quedo,
en una hora mil veces mudo el puesto;
ora, a hurto de Amor, me finjo ledo;
ora me veo tan triste que me muero; 125
ora querria morirme y nunca puedo.
Mil veces me pregunto qué me quiero
y no sé responderme ni sentirme:
en fin me hallo tal que desespero.
Si con tu musa quieres acudirme, 130
gran Francisco de Sá, darasme vida,
que de la mía estoy para partirme.
De tu ciencia en el mundo florecida
me comunica el fruto deseado,
y mi musa será favorecida. 135
Pues entre el Duero y Miño está encerrado
de Minerva el tesoro, ¿a quién iremos
si no es a ti, do está bien empleado?
En tus escritos dulces los estremos
de amor podremos ver muy claramente 140
los que alcanzar lo cierto pretendemos.
Dejar debe el arroyo el que la fuente
de agua limpia y pura ve manando,
delgada, dulce, clara y excelente.
Muy confiado estoy, de ti esperando 145
respondas a mi letra por honrarme,
pues de escrebirte yo me estoy honrando.
No quiero importunarte ni alargarme,
que do hay prolijidad no falta vicio.
Escríbeme, Señor, por consolarme, 150
que a mí harás merced, a Dios servicio.

Testimonios: *F M*
F = Biblioteca Nacional de Lisboa F.G. Cod 4413 (*Cancioneiro de Luís Franco Correa*), ff. 100r-102r.
M = Francisco de Sá de Miranda, *Obras*, Lisboa, Manoel de Lyra, 1595, ff. 61v-64v.

Tít. Ao senhor Francisco de Sá de Miranda, Iorge de Monte Mayor S. *M* : Epístola de Monte Mayor a Francisco de Sá de Miranda *F*

2 os afinéis *M* : t'afines *F* [Aunque en el resto del poema las referencias a la pluma se hagan mediante *vos*, el empleo de *tú* en *F* no puede considerarse erróneo, ya que ambas formas podían combinarse.

5 prevenga *F* : prevengan *M* [Error de *M*, ya que el sujeto es *la eterna mano* (de Apolo o de las Musas, se entiende), que comunicará al escritor la inspiración necesaria para su tarea. Cf. infra: «previno Dios» (v. 77).

9 conquistar *M* : batallas *F* [La adiáfora de *F* hace sospechar que la de *M* es error por: *conquistas*.

10 historia *M* : gloria *F* [*F* comete error por reiteración de la rima del v. 8.

11 Cipión] Scipión *M F* [Adoptamos la forma *Cipión* (y no *Escipión*) por analogía con *ciencia* a partir de *sciencia*.

22 pluma *M* : oh pluma *F* [*F* es hipermétrico.

23 empresa *M* : pena *F* [Error de *F* por sustitución trivializadora.

26 nuestro *M* : vuestro *F* [La lección de *F* podría ser la correcta, ya que mantiene la separación gramatical y lógica entre el sujeto poético y la pluma, en tanto que metonimia de la capacidad creativa.

28 esto *M* : otro *F* [Nuevamente parece mejor la lectura de *F*: el ingenio de Montemayor se afila ('se dispone a mejorarse') merced al trato con *otro*, en este caso el de Miranda.

30 hilo *M* : filo *F*

32 so tu amparo y *M* : debajo tu *F* [Estilísticamente resulta mejor *M*.

33 y al mundo podré luego *M* : y luego podré al mundo *F*

39 publique tu alto estilo y gran prudencia *M* : pregone de tus dichos la excelencia *F*

43 te ha *M* : has ya *F*

44 no es posible *M* : es imposible *F* [Aunque evita la coincidencia de la rima con el v. 46, la lección de *F* hace que el verso sea hipermétrico, razón por la que nos inclinamos a pensar que es innovación de copista.

45 poder dejar de ser lo que ha sido *M* : dejar de ser aquello que hubo sido *F* [La fatigosa sintaxis de *M* encaja en el *usus scribendi* de la época.

48 quién podrá vencer al *M* : a quién podrá temer el *F* [La lección de *F* parece encajar mejor en el contexto: Miranda no corre ningún riesgo favoreciendo a un poeta primerizo.

49 costa *M* : cuesta *F* [Error de *F*

51 que oro] En la lista de erratas del impreso, sin embargo: *que en oro*. Pero la corrección no es imprescindible.

53 me hacer *M* : quedar por *F*

54 falte *M* : falta *F*

57 mostró *M* : estrechó (*estreycho*) *F* [Error de *F* por atracción del v. 58.

60 jamás] ya más *M F*

62 insigne *M* : antigua *F*

66 Sena *M* : Scena *F* [*Sena* era en la época denominación habitual de Siena.

68 hechos de armas *em.* : hechos en armas *M* hechos, armas *F* [Enmendamos porque *M* es hipermétrico y *F* no hace buen sentido.

69 África, Asia *M* : Asia, África *F* [La lección de *F* mejora la prosodia del verso.

71 a do jamás *M* : adonde no *F*

74 juzgo *M* : juzga (*yulga*) *F* [Tampoco puede descartarse que la lección de *F* deba ser interpretada: *juzgá* –la típica forma de imperativo con apócope de la *d* final. De una u otra manera, la lección de *F* podría ser la correcta, ya que Montemayor está sometiendo su trayectoria a la consideración de Miranda.

75 y estilo *M* : estilo *F*

78 me sustentar por algún *M* : que de vivir tuviese un *F*

79 la *M* : mi *F*

80 porque vio poca en mí, y aunque más viera *M* : porque muy poca es, y aunque más fuera *F*

81 vio ser pasado *M* : pasa de presto *F* [La concordancia de los tiempos pide que la lección de *F* fuese: *pasó*.

82 El río de *M* : El caro (*charo*) rio *F* [La lección de *F* es mejor estilísticamente. De todos modos, es muy posible que haya en *F* error por: *claro rio*. Este sintagma es frecuente en Montemayor y lo encontramos aplicado al Mondego en pasajes como este: «ni el claro rio Mondego celebrado» (*Poesía completa*, 681).

86 y bien sabe el amor *M* : y sabe el crudo amor *F* [La lección de *F* repite un sintagma que ya está en el v. 84, pero no está claro si es inadvertencia del autor o error del copista.

88 tierra *M* : patria *F*

89 veía *M* : vía *F*

90 llegado *M* : llegase *F* [La lectura de *F* debe ser error de copista por: *llegarse*, que tiene valor de adiáfora.

91 Hisperia *M* : Hesperia (*Esperia*) *F* [El cierre de la vocal átona no puede considerarse error.

92 a do me encaminaba *M* : do me encaminó luego *F*

93 que amor hiere y *M* : de amor cuánto *F*

94 Allí me mostró amor *M* : Mostrome luego en ella *F* [La reiteración de *amor* en los vv. 93 y 94 hace sospechosa la lección de *M*. Pero la de *F* tiene, por su parte, un par de inconvenientes: la distancia que hay entre *ella* y el término a que se refiere (*Hisperia*, v. 91), y el eco molesto que se produce entre el pronombre y el *aquella* del v. 95, en posición de rima.

100 Es *F* : El *M* [Es error obvio de *M*.

101 nadie *M* : alguno *F*

102 suma de lealtad, de fe y firmeza *F* : suma lealtad de fe y de firmeza *M* [Así en la lista de erratas de *M*; en el poema: *suma lealtad de fe y firmeza*. Cualquiera de las dos es errónea.

104 le vi quedar tan preso en *M* : quedó tan preso él de *F*

105 que yo fui vencedor siendo *M* : que no fui solo yo della *F*

108 pudiera *M* : podía *F* [La lección de *F* hace eco con el *creía* del v. anterior.

110 se llama *M* : llaman *F*

115 tuvo *M* : túvose *F* [Error de *F*.

117 estraño *M* : estraña (*estranha*) *F* [Error de *F*.

118 ora *M* : ahora *F*

119 el tiempo *F* : ora *M* [La lectura de *M* tiene aspecto de *difficilior* y podría ser un simple error por: *con mi cansada musa la hora en esto*, pero la frase resultante (*pasando … la hora*) parece anómala. Por eso, es preferible pensar que hay en *M* una duplografía inducida por la presencia de *ora* en los vv. 118 y 120.

122 partirme *M* : partidas *F* // me quedo *M* : quedo *F*

123 en *M* : y en *F* [La lección de *F* remata mejor el período sintáctico.

126 y nunca *M* : mas no *F*

127 qué me *M* : yo qué *F*

128 ni *M* : ni aun *F* [Estilísticamente resulta mejor *F*, por lo que es posible que haya habido omisión en *M*.

137 quién *M* : dó *F*

139 En tus escritos dulces los estremos *M* : y nadie llegar pudo a tus estremos. *F* [Aquí concluye la copia manuscrita. Es lógico pensar que el verso ha sido manipulado para que sirva de cierre al poema.

150 Escríbeme [Así en la lista de erratas de *M*; en el poema: *Escribe*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO CORTÉS, N., «Sobre Montemayor y *La Diana*», *Boletín de la Real Academia Española*, 17, 1930, 353-362.

BLECUA, A., *Manual de crítica textual*, Madrid, Castalia, 1983.

CAMÕES, J. y CARLOS, I. Pinto, «Sá de Miranda a quatro mãos», *Românica*, 15, 2006 9-41.

CHEVALIER, M., «*La Diana* de Montemayor y su público en la España del siglo XVI», en Botrel, J.-F. y Salaün, S., eds., *Creación y público en la literatura española*, Madrid, Castalia, 1974, 40-55.

FOSALBA, E., *La* Diana *en Europa. Ediciones, traducciones e influencias*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, 1994.

MONTEMAYOR, Jorge de, *Poesía completa*, ed. J. B. de Avalle Arce, con la colaboración de E. Blanco, Madrid, Fundación José A. de Castro, 1996.

MONTERO, J., «Montemayor y sus corresponsales poéticos (con una nota sobre la epístola a mediados del XVI)», en B. López Bueno, ed., *La epístola. Actas de los V Encuentros Internacionales sobre Poesía de los Siglos de Oro*, Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 2000, 181-198.

____ «Jorge de Montemayor, castillan d'élection», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 44, 2002, 75-84 (volumen monográfico *La littérature d'auteur portugais en langue castillane*).

____ «Sobre imprenta y poesía a mediados del XVI (con nuevos datos sobre la *princeps* de *Las obras* de Jorge de Montemayor)», *Bulletin Hispanique*, 106, 2004, 81-102.

____ en prensa, «Jorge de Montemayor. *Cancionero*», en Jauralde Pou, P., dir., *Diccionario Filológico de la Literatura Española (siglos XVI y XVII). Textos y transmisión*, Madrid, Castalia.

NEIVA, S., *Au nom du loisir et de l'amitié. Rhétorique et morale dans l'épître en vers en langue portugaise au XVIe siècle*, París, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999.

RODRIGUES, D. Moraes Nunes, *Os Cadernos de Poesia de Luis Franco Correa*, dissertação de mestrado, Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.

RUIZ CABELLO, F. M., «Sobre Jorge de Montemayor, poeta y cantor en la corte española», *Philologia Hispalensis*, 14, 2000, 127-142.

SENA, J. de, «O cancioneiro de Luís Franco Correia», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 13, 1978, 105-125.

SENABRE, R., *Literatura y público*, Madrid, Paraninfo, 1987.

VASCONCELLOS, C. Michaëlis de, *Poesias de Sâ de Miranda*, Halle, Max Niemeyer, 1885.

WHINNOM, K., «The problem of the 'best-seller' in Spanish Golden-Age literature», *Bulletin of Hispanic Studies*, 57, 1980, 189-198.

El pasado y la memoria como fuentes de moral en *La cabeza del cordero*, de Francisco Ayala

Fernando Larraz
Universidad Autónoma de Barcelona

Quienes dominan una vez se convierten en herederos de todos los que han vencido hasta ahora.
La empatía con el vencedor siempre les viene bien a quienes mandan en cada momento.
Para el materialista histórico, con lo dicho ya es bastante.
Quien hasta el día de hoy haya conseguido alguna victoria desfila con el cortejo triunfal en el que los dominadores actuales marchan sobre los que yacen en tierra.
Como suele ser habitual, al cortejo triunfal acompaña el botín.
Se le nombra con la expresión de bienes culturales.
(Walter Benjamin, *Tesis VII Sobre el concepto de Historia.)*

No es de extrañar que *La cabeza del cordero* fuera el libro de Francisco Ayala al que el Régimen franquista opuso mayores barreras para ser editado y distribuido. Hasta marzo de 1974, veinticinco años después de su primera edición en Buenos Aires, no pudo venderse legalmente en España[1]. Francisco Ayala explicaba esta intransigencia en una entrevista concedida al diario *Informaciones* de Madrid, publicada el 13 de junio de 1974, donde razonaba lo siguiente:

[1] Seix Barral, que venía reeditando varias de las obras de Ayala, presentó a depósito su edición de *La cabeza del cordero* el 17 de abril de 1972 sin hacerla pasar antes por el trámite de la consulta voluntaria. De esta manera, eludían el «consejo» vinculante que habría llenado de tachaduras el libro, pero se arriesgaban a un secuestro de la edición, como de hecho ocurrió. El informe del censor denunciaba que «esta obra ha sido ya denegada varias veces, no solamente su edición en España, sino su importación. Ahora, en el ejemplar presentado, han rectificado algo pero solamente algo. En general, subsisten las razones que ocasionaron las denegaciones anteriores. Revisado nuevamente el texto, con la mayor benevolencia posible, hay tres párrafos inadmisibles totalmente. Son los tachados en las págs. 67-79 y 99. Corresponden a una de las calumnias asquerosas levantadas por los rojos contra el Ejército nacional: los asesinatos en los hospitales de Toledo. De autorizarse así la edición, el que suscribe cree que hay riesgo de que intervenga en el asunto el Ministerio del Ejército» (Archivo General de la Administración, expediente de censura 4722/72). Los cuentos más conflictivos fueron «La cabeza del cordero» y «El tajo», al que corresponde el pasaje aludido por el lector de la censura. No fue hasta las postrimerías del franquismo, en febrero de 1974, cuando, por orden directa del director general de Cultura Popular, Ricardo de la Cierva, se «liberaron» los tres mil ejemplares de aquella primera edición española del libro que la editorial había conservado en sus almacenes.

> Muchas personas no han dejado de manifestarme su extrañeza por la especial demora con que ha llegado a publicarse en España *La cabeza del cordero*, dado el carácter nada partidista de este y de los demás relatos que componen el libro. Creo que precisamente la resistencia que ha encontrado se debe a su índole en apariencia neutral. Se trataba, como usted sabe, de una obra en que la guerra civil aparece tratada de una manera oblicua. La mirada del narrador prescinde de lo anecdótico de la contienda ideológica y persigue, básicamente, ofrecer una imagen viva de sus gravísimas implicaciones éticas y morales en el ámbito de la sociedad española. Tal vez, por ello, sus efectos críticos resulten más devastadores y lacerantes[2].

En aquellas palabras se daba por sentado que la censura franquista solía actuar con un comportamiento racional, aplicando criterios uniformes y estables, y que la perspicacia de sus lectores era capaz de detectar cualquier connotación hostil oculta en los discursos narrativos. En realidad, la censura tendía a obrar de un modo arbitrario y chapucero, con resultados a veces imprevisibles en los que se pasaban por alto acusaciones veladas a las instituciones del Régimen[3]. Sin embargo, convenimos con el autor en que el distanciamiento literario alcanzado en este libro y, particularmente, en el cuento del que toma el título da lugar a lecturas que van más allá de una indagación histórica limitada a los acontecimientos de la guerra civil y la imposición de un régimen fascista en España y que, precisamente por ello, las apelaciones morales que se derivan de la narración son, por agudas y difícilmente refutables, intolerables para los vencedores.

«La cabeza del cordero», el cuento que cierra el libro homónimo que Francisco Ayala publicó

---

[2] Gustavo FABRA BARREIRO, «Francisco Ayala: Narrativa y ensayos ejemplares», *Informaciones*, Suplemento *Informaciones de las Artes y las Letras*, 309 (13 de junio de 1974), 1-2.

[3] Así lo han explicado muchos de los estudiosos del fenómeno censor en la España franquista y aun algunos de sus responsables. Sin duda, una de las ventajas de los autores del interior sobre los exiliados, desde el punto de vista de la recepción de sus obras, era un mayor conocimiento de las tretas para superar la vigilancia, entre las cuales estaba aplicar una cierta dosis de autocensura. También «disfrutaban» de un mayor margen de negociación que, en algunos casos, como en el de Cela, podía llegar a convertirse en un intercambio de favores. Ayala fue el narrador exiliado que más trató de negociar con las autoridades de la censura, de lo cual resultó que fuera el autor que tuvo una penetración más temprana en el campo editorial nacional (su obra *Historia de macacos*, de 1955, fue la primera obra narrativa de un autor exiliado publicada en España durante el franquismo). En 1964, a propósito de la publicación de sus *Obras completas*, el propio Ayala se dirigió al Ministro de Información, Manuel Fraga, preguntándose «si no habrá llegado el momento de que una casa editorial de Madrid o de Barcelona publique mis narraciones coleccionadas en un solo volumen, para ponerlas al alcance de los lectores a quienes este tipo de literatura interesa. Tal edición, como digo, no tendría sentido para mí a menos que pueda hacerse sin supresiones, que por lo demás – seguro estoy – ni usted ni el Sr. Robles Piquer [director general de Cultura Popular] considerarán indispensables, pero que en cambio algún subordinado de menos amplio criterio pudiera creerse obligado a proponer. Le agradezco mucho la atención que ha prestado a este asunto, que me interesa, según comprenderá, por razones objetivas tanto como personales; y espero tener oportunidad de volver sobre él cuando en junio próximo vaya a Madrid». Fraga le respondía que «con verdadero gusto contesto a su carta del día 30 de Marzo, para decirle que he dado las necesarias instrucciones a fin de que sus narraciones sean examinadas con un espíritu tan amplio como el que en todo momento se procura tener hacia la obra de los intereses españoles. Le aseguro que así se hará y le daré cualquier noticia sobre este tema lo antes que me sea posible. Estoy seguro que Vd. comprenderá que en ésto como en otras materias es muy conveniente proceder con cuidado si queremos evitar errores que tan perjudiciales han sido a nuestro país en los tiempos contemporáneos» (Archivo General de la Administración, expediente de censura 3407/64). Y en 1966, al respecto de la edición de *De raptos, violaciones y otras inconveniencias*, Jorge Cela Trulock, de la editorial Alfaguara, había escrito al jefe de la sección de orientación bibliográfica, Faustino Sánchez Marín para informarle de que «Paco Ayala es una reconquista, en primer lugar de Camilo José [Cela] con su revista *Papeles* [*de Son Armadans*], y después de Alfaguara. Reconquista es. Ayala de espaldas a España quiere publicar, pero publicar aquí, y creo que esos trozos no convenientes, al ser únicamente algo fuertes, no más que otros muchos a los que no se les ha puesto reparos, quizá no deberían ser quitados. Es agradable ver que este tipo de personas vuelvan a lo suyo de nuevo. Sería una pena por tan poca cosa no ayudar a su vuelta». Finalmente, el libro fue autorizado con cinco tachaduras (Archivo General de la Administración, expediente de censura 4246/66).

en 1949, es un relato anegado de sutiles implicaciones morales: la historia, los objetos y lugares, los recuerdos... todo aparece lastrado por un poderoso trastorno de culpa que resiste a la pretendida actitud frívola con que el protagonista afronta la realidad. José Torres, narrador y representante de una casa de exportaciones que se encuentra de viaje de negocios en la ciudad norteafricana de Fez, es invitado por unos extraños que dicen pertenecer a la rama marroquí de los Torres, expulsados de España siglos atrás y que se muestran empeñados en encontrarse con su pariente español, de cuyo viaje han tenido conocimiento casualmente. A través de las diversas conversaciones mantenidas a lo largo de la jornada, el protagonista va distinguiendo en sus anfitriones numerosos rasgos físicos y personales de sí mismo, lo cual, unido a la coincidencia de los apellidos y una misma procedencia geográfica –como él, los Torres africanos son oriundos de Almuñécar–, lo lleva a considerar verosímil el parentesco. Esa conciencia le produce sentimientos que van socavando la autosuficiencia de ánimo que había adoptado ante la inesperada circunstancia. Su desprevenido atisbo al pasado –provocado por los requerimientos de sus familiares a que refiera la historia reciente de su rama familiar y por el relato que ellos hacen de la suya propia– se presenta narrativamente a través de sucesivas y fugaces analepsis que producen en él una revelación de su propia identidad reprimida y le causan simultáneamente vértigo, temor, curiosidad y atracción. A través de estos recuerdos, se van tejiendo líneas que relacionan los pasados de las dos ramas de los Torres que, pese a las abundantes omisiones e imprecisiones, conforman ante el lector sendos relatos de sus respectivas memorias.

La jornada que limita el tiempo de la historia, que por ser festiva el protagonista había dispuesto para conocer tranquilamente la ciudad, sigue con el paseo, la comida y la sobremesa que comparte con su primo, con cuya contemporaneidad progresista Torres simpatiza. Ayala, salvando la traducción de José/Yusuf, refuerza esta similitud dándoles un mismo nombre. En ambos hay una acusada renuencia a indagar en el pasado, pues entienden que su posibilidad de progresar y medrar socialmente no reside en la memoria: «el joven Yusuf parecía más interesado en saber acerca del presente que de especie alguna de antiguallas; más de los Estados Unidos que de España» (174)[4]. Cuando los dos primos regresan a la casa de los parientes al atardecer, tal como José Torres se había visto obligado a prometer, la cena está preparada: la carne de un cordero troceada y presentada en una bandeja alrededor de la cabeza del animal. Con tal manjar los Torres africanos pretenden agasajar a su invitado, pero a este le repugna el grasiento alimento y, sobre todo, la visión de la cabeza del cordero sobre la bandeja.

A lo largo de la cena, los deseos de la anfitriona de conocer la historia familiar de su invitado y por informarle de la suya propia se hacen más insistentes. Las imágenes del pasado que Torres ofrece a sus parientes permiten al lector conocer paulatinamente la peripecia del protagonista durante la guerra civil. Sin embargo, esta no se revela de una vez pues prevalecen los silencios y las resistencias. La memoria personal va apareciendo bajo la forma de imágenes inconexas que el protagonista de «La cabeza del cordero» rescata a regañadientes de la parcela domeñada del recuerdo y cuya yuxtaposición desordenada impide dotarlas de un significado coherente. Pronto le surge al lector la sospecha de que es el mismo Torres quien no quiere racionalizar los recuerdos mediante una forma narrativa.

Únicamente cuando durante la noche, ya solo en el hotel, el protagonista se desvela y cesa el control sobre su memoria, se manifiesta con toda su crudeza la actuación de José Torres durante

[4] Todas las referencias a «La cabeza del cordero» se refieren a su primera edición: Francisco AYALA, *La cabeza del cordero*, Buenos Aires, Losada, 1949. Entre paréntesis, cito el número de página.

la guerra civil. En aquellos años, a fin de mantener indemne su posición laboral, Torres no había dudado en liderar el comité obrero que tomó a su cargo la empresa en la que trabajaba. La influencia de este puesto de responsabilidad sindical podría haber sido suficiente para salvar a su indiscreto tío Jesús de la muerte a manos de los revolucionarios. Pero, actuando por prudencia y temor, había preferido callar incluso delante del cadáver mancillado de su tío. Tras la entrada del ejército franquista en Almuñécar[5], justificó su afiliación sindical como una estrategia para preservar la propiedad de la empresa en manos de sus antiguos dueños, al tiempo que el sacrificio de su tío Jesús le servía de credencial familiar y lo convertía en víctima subsidiaria del terror rojo. Tampoco entonces quiso arriesgar su posición en el nuevo Régimen nacionalista interviniendo a favor de su otro tío, Manuel, cuyo republicanismo lo había llevado a prisión, ni intentó salvar a su primo Gabriel de la ejecución a causa de un malhadado azar.

Este argumento encierra una visión intelectual de la guerra civil española en la que los acontecimientos y anécdotas son trascendidos con notable sutileza en una visión superior del conflicto humano. Como ha notado Daniel E. Gusltad, una atenta lectura de los cuentos de *La cabeza del cordero* «reveals themes much more universal than the causes and events of the Spanish Civil War»[6]. La violencia, motor universal de la historia, aparece como una cuestión resuelta con la producción incesante de triunfadores y de damnificados, una segregación perpetua entre los que son capaces de sobrevivir a los conflictos sin atender a ningún compromiso con los derrotados y aquellos a quienes, por el contrario, el tiempo inflige una irremediable degeneración. Cada acontecimiento violento de la historia, en la interpretación que Francisco Martínez hizo de estos cuentos de Ayala, produce «el desfase radical entre el ritmo de la vida individual y el ritmo histórico» y, como consecuencia, «éste se acelera atropellando a aquél»[7]. Subyace a todo ello una *hobbesiana* visión de la vida en común según la cual la historia queda representada como un reequilibrio continuado de la convivencia –llámese familia, sociedad o nación– rota después de cada descalabro gracias al monopolio de la violencia ejercido por quienes han salido victoriosos del conflicto. Pero este reequilibrio ya sólo sirve para confirmar la posición de privilegio y poder de los que han vencido por el uso de la fuerza. Queda de todo ello, irremediablemente, una serie de pulsiones irresistibles hacia la agresión mutua que únicamente se dominan mediante la dócil aceptación de los papeles asignados y heredados por las víctimas.

Torres representa bien al grupo de supervivientes gracias a su capacidad de sobrellevar los embates sin caer en los riesgos que encierran las prescripciones ideológicas y los códigos morales. Desde un punto de vista ideológico, no quiso identificarse ni con el bando de los ganadores ni con el de los derrotados de la Guerra Civil, sino que su mala conciencia proviene, precisamente, de su capacidad para «brujulear» (194), término con el que el narrador expresa su facultad para encontrar siempre nortes ocasionales que guíen su comportamiento hacia el objetivo de maximizar su bene-

[5] No hay que dejar de recordar aquí que las dos tomas de Almuñécar, en 1489 a manos de los Reyes Católicos y en 1939 a manos del ejército franquista, dieron lugar a sendas represiones descritas en este cuento. El escudo de Almuñécar, por cierto, representa las cabezas de tres piratas berberiscos hundiéndose en el mar por la acción defensiva de los cristianos. No es preciso explicitar las conexiones de estas cabezas con las demás cabezas de inocentes que aparecen en el cuento y que quedan simbolizadas en su título, «La cabeza del cordero».

[6] Daniel E. GULSTAD, «Babel, Roots, and Exile in Francisco Ayala's *La Cabeza del Cordero*», *Revista Hispánica Moderna*, 2, XLIII (1990), 192-205. El propio Ayala, en el proemio del libro, explica que «el tema de la guerra civil es presentado en estas historias bajo el aspecto permanente de las pasiones que la nutren; pudiera decirse: la guerra civil en el corazón de los hombres» (14).

[7] Francisco MARTÍNEZ, «Dialéctica del poder y la libertad en "Los usurpadores" y "La cabeza del cordero", de Francisco Ayala», *Diálogos Hispánicos de Amsterdam*, 9 (1990), 13-22.

ficio personal. Gracias a esta actitud, que en su particular modelo de racionalidad responde a un imperativo de prudencia, no dejó que su serenidad fuera vencida por el horror cuando distinguió el cadáver de su tío Juan asesinado por las masas ni tuvo reparos morales en asumir la dirección de la empresa en la que trabajaba cuando esta pasó a manos de un comité obrero. Aquella actitud le permitió también, una vez acabada la guerra, desentenderse de la suerte de su tío Manuel, en prisión primero y desterrado después. Traidor, por tanto, a sus dos tíos, el nacionalista y el republicano, la rapacería se convierte para él en un modo razonable de sobrevivir al desastre.

Por su parte, los Torres africanos son el resultado de una cadena de derrotas iniciadas con la toma de Almuñécar por los cristianos y seguida por su expulsión de la Península. Su genealogía es un compendio de destierros, ejecuciones y oprobio entre los que destaca la historia, intercalada en el relato principal, de Torres *el Evadido*, un ascendiente remoto que fue víctima del tirano contra el que pretendió conspirar. Y sólo dos o tres generaciones antes, la familia había conocido un efímero éxito social gracias al abuelo en cuyo retrato José Torres cree identificar sus propios rasgos, pero cuyo talento no halló continuidad en los demás miembros de la rama familiar.

El sensacional corte que la historia establece entre unos y otros, entre los muertos y los vivos, los derrotados y los vencedores, las víctimas y los usurpadores, los exiliados y los arraigados –todos ellos, «ramas derivadas de un mismo tronco» (155)– se refleja en este cuento en la incomunicación radical entre Torres y sus parientes. El contacto entre los musulmanes y el español es una perpetua incapacidad de comprenderse y de intercambiar su información con fluidez. A ello los han llevado sus respectivas condiciones de náufragos y supervivientes de la circunstancia histórica. Los Torres de África hablan con un lenguaje anacrónico, «un castellano arcaizante y literario» (153); «sus embrolladas historias» (166) resultan incomprensibles para el español y se sienten atraídos por un pasado de grandeza después del cual todo había sido degeneración. Ven en el Torres español su futuro no realizado ante el cual el presente de vencedores y vencidos supone una premonición del fracaso de la reunificación familiar. De hecho, para los Torres africanos, «esta pobreza fue uno de los argumentos que más habían pesado en la discusión de la víspera sobre si me invitarían o no a visitarlos» (156). El Torres de España, por el contrario, afronta la vida con autocomplacencia y sentimiento de superioridad –«me sonreí de su puerilidad» (155)–, pero también con una irremediable incomodidad ante la desgracia de aquel linaje extraño pero perteneciente a su propia estirpe –«forzado a improvisar de prisa y corriendo una actitud seria, decorosa, deferente, conveniente, caía en la más envarada decencia, y me sentía ridículo» (154)–.

Este desnivel no es provocado sólo por las circunstancias, sino que está inducido por un recelo del protagonista que lo previene ante el reconocimiento. Desde el principio, se resiste a aceptar la consanguinidad con sus huéspedes: «no un razonamiento fundado, sino una impresión así, arbitraria pero muy poderosa, quería cerrar el paso a la eventualidad de ese parentesco, y me parece que se hubiera defendido incluso contra la pura evidencia» (157). Y todo ello, porque en ellos «algo nuestro se desvivía por hablarme» (159) y ese «algo» no era sino una sorda acusación moral contra él. De ahí la alteridad esencial del relato, que marca la doble relación dialéctica que ha señalado Thomas Mermall: «(1) la dialéctica subjetiva entre un yo consciente y su otro yo inconsciente o subconsciente; y (2) la dialéctica objetiva entre un yo y un otro semejante pero no reconocido como tal; alguien visto como ajeno al yo»[8].

[8] Thomas MERMALL, «El texto icónico: la alegoría de la realidad del otro en los relatos de Francisco Ayala», *Hispanic Review*, 51 (1983), 43-61.

Esta imposibilidad de comunicación, rotos los hilos culturales, segregada la familia por la misma mecánica fatal de la historia, se acrecienta durante la cena en que es servido el cordero. Los códigos revientan, el invitado no sabe cómo comportarse y los anfitriones «no estaban menos azorados» (183). Torres es incapaz de comprender a su tía cuando habla y su tía es incapaz de seguir la historia en boca de Torres. Gulstad habla de una Torre de Babel a partir del apellido de los personajes, ya que «these divisions are all breakdowns in communication»[9]. La mesa es demasiado incómoda, el manjar que le ofrecen resulta repulsivo y el protagonista se siente atrapado y no encuentra el modo de salir de aquella caída en sus recuerdos. Pese a su carácter generalmente adaptable a cualquier circunstancia, se ha convertido en aquella casa en un extraño. Este «tajo» entre huésped y anfitriones es la consecuencia de una usurpación que late en todo el cuento: los vencidos son víctimas de una usurpación de la tierra, de la riqueza y del bienestar físico y moral. El antepasado del joven Yusuf fue víctima de «el usurpador Abdelahmed» (181), pero también lo es de una estirpe de usurpadores a la que pertenece su primo José Torres, quien a su vez se ha apropiado sucesivamente de las posiciones de sus tíos para poder salir a flote.

La historia coloca en posiciones inconciliables a los supervivientes y a los derrotados. No en vano, las víctimas son puestas en un mismo plano de identidad: en su tía, José Torres encuentra «un parecido atroz con mi tío Manuel. Descubrimiento que, a decir verdad, fue para mí harto desagradable» (163-164) por traerle recuerdos de aquel pariente exiliado «a quien tantos años hacía que no había visto, ni maldita la gana, pues me separaban de él, no sólo el océano, sino también mares de sangre...» (164). Aquel parecido le revela que su recién descubierta tía es miembro de su misma estirpe y, por cierto, de la sección más denostada y voluntariamente olvidada de ella. Como su tío Manuel, sólo un acto de voluntad la ha enajenado en su conciencia de su condición de familia propia. A Torres le repelen los significados de esa manera de gesticular y de hablar asociados a su recuerdo. Le repugna también la imagen de su tío Manuel porque el relato nos dará noticia de que, inserto en él hay un complejo de culpa que se ha querido cubrir de justificaciones y acusaciones. Posteriormente, los ademanes de la Torres la asemejan, en el recuerdo del protagonista, a su tío Jesús, también víctima de la guerra, a causa de su fanatismo y de su verborrea. Nunca, en cambio, se le aparecen similitudes con sus propios padres, de los que casi nada nos dice. Él, en cambio, guarda un enorme parecido físico con el único ganador que en la rama africana había habido desde su expulsión de España, «Mohamed ben Yusuf, el mejor hombre de toda la familia, aquel que logró restituirle aquí, en África, la importancia que antes había tenido en Andalucía» (169)[10].

La tía incita a la memoria de Torres, esperando relatos de esplendores y fugaces declives, con un provechoso balance final que contraste con su propia decadencia irrefrenable. Torres se ve en la obligación de relatarle los recuerdos que le están viniendo a la mente: el cadáver de su tío Jesús, por ejemplo. Aquellas preguntas por su pasado, con las que la africana pensaba dar ocasión a Torres de exponer con detalles su éxito en la vida, sin embargo, tienen un resultado macabro en el ánimo del protagonista: «arruinado estaba ya, sí, definitivamente estropeado, el humor espléndido con que yo había comenzado mi día. ¡Dios me valga: que qué había sido de nosotros!» (171). Porque al remover el pasado aparecen los espectros indeseables de él y se le malogra la perspectiva del presente.

---

[9] Daniel E. GULSTAD, «Homecoming and Identity-Quest in Ayala's *La Cabeza del Cordero*», *Hispanófila*, 103 (1991), 1-16.

[10] Nos diferenciamos así de la interpretación ofrecida por Nelson R. Orringer, quien entendió que «el retratado, no cabe duda, muestra a José el perfil moral de su mejor yo, de aquel Torres que habría podido ser de haber tomado sobre sí la jefatura, durante la guerra civil, de su rama de la familia. Si se hubiera atrevido a cruzar líneas ideológicas, movido por consideraciones más humanas, con sus dotes de comerciante acaso habría salido, a lo mejor, como Mohamed ben Yusuf»: Nelson R. ORRINGER, «Responsabilidad y Evasión en *La Cabeza del Cordero* de Francisco Ayala», *Hispanófila*, 52 (1974), 51-60.

La guerra civil aparece en el discurso narrativo de «La cabeza del cordero» como el reflejo de la misma dinámica de la historia, de la cual José Torres es un cínico superviviente. Y porque lo es, las respectivas actitudes de sus dos tíos durante aquellos días que ahora le fuerzan a recordar le resultan igualmente rechazables. El compromiso político de su tío Manuel le parece característica propia de un «energúmeno» y su prisión y exilio y el de sus hijas es una pena razonable a pagar. Por su parte, la «violencia inocentona» (166) y «el ardor ingenuo» (167) de su tío Jesús y su fatal verborrea no le parecen dignas de conmiseración, sino muestras de que, como actor de la historia, era «tonto» (167). La guerra y el azar (el peso ideológico y el cinismo impertérrito) ponen al individuo ante un conflicto en que lo primero es el dilema entre intervenir o sobrevivir que Torres quiere despojar de todo significado moral, pues según él no hay más imperativo que el de existir y existir en las mejores condiciones.

Entre Torres y su memoria hay efectivamente un desencuentro peligroso, tan peligroso como el que existe entre él mismo y sus familiares. Su relato nos lo muestra como un extraño entre los de su generación. Por una parte están los hijos de su tío Juan, combatientes en el bando nacionalista, quienes desde su condición de héroes victoriosos contemplan con desprecio la cobardía de su primo, incapaz de salir en defensa de su padre durante el «terror rojo». En cuanto a Gabriel, hijo de su tío Manuel, falleció porque el azar y su bonhomía lo obligaron a cargar con una culpa que no era suya. Las hermanas de Gabriel sufren el exilio en alguna república americana que Torres no se ha permitido averiguar. Por todo ello, para Torres, la guerra no ha significado sino una prueba de astucia, de cálculo de posibilidades personales que contrasta con la situación de sus primos. Ahora, pese a su satisfacción, desea que la guerra comparezca en su conciencia como «un pretérito consumado»[11] sobre el que tiene una serie de percepciones claras e inequívocas. Sin embargo, como pertinaces rescoldos de un pasado insuficientemente apagado, la mente del protagonista fabrica visiones de las víctimas a las que él ha querido tapar con un manto de argumentos justificativos. El pasado del individuo, pasado remoto –representado en sus parientes desterrados– y pasado próximo –representado en sus dos tíos por él abandonados–, posee una fuerte capacidad de invocación que el protagonista ha pretendido acallar.

La lectura moral de «La cabeza del cordero» es aneja a una interpretación de la sociedad del naciente franquismo que Ayala supo entrever con suma nitidez desde su exilio porteño, muy probablemente gracias a sus estrechos y constantes contactos con españoles del interior y a sus lecturas de la literatura peninsular. Con este cuento, Ayala pudo desmentir el tópico de la imposibilidad de escribir sobre España desde el exilio que numerosos críticos franquistas vertían con sospechosa frecuencia. El personaje José Torres es un prototipo sumamente veraz de una generación de tibios apolíticos que, con una visión darwinista y amoral de la realidad social, pretendían reaccionar al fracaso de los grandes proyectos políticos de los turbulentos años treinta. Justificaban su completa desmovilización aduciendo que las quimeras comunistas y falangistas habían producido el baño de sangre y, de este modo, iban copando los más altos puestos del poder económico y dotando a la sociedad española de una clase burguesa pudiente, capitalista, no militantemente

[11] Así se refiere Francisco Ayala en el proemio a este libro al modo como presenta la guerra civil en «La cabeza del cordero»: «Tampoco en las dos novelas de corte paralelo, *El regreso* y *La cabeza del cordero*, se presenta la guerra en su actualidad, sino ya como un pretérito consumado. Han pasado después de ella diez años; pero sigue estando ahí, gravita inexorablemente sobre uno y otro protagonistas y, distintos entre sí como lo son, tanto en carácter como en circunstancias, ambos remiten a ella su destino respectivo. Están sus vidas engarzadas en la guerra; más aún: la guerra está hecha con sus vidas, con su conducta; sin embargo, el enorme acontecimiento los abruma y provoca en ellos ese horror que, en las pesadillas, nos producen a veces nuestros propios pasos; en los espejos convexos, los rasgos de nuestra propia fisionomía» (15).

franquista, pero beneficiada por las indigencias y por las coyunturas y condiciones a las que el régimen se veía obligado para subsistir. Por todo ello, la curiosidad que el mundo despierta en José Torres está en función de la gama de oportunidades que le ofrece para medrar. Representa una clase social y una generación que formaría la mesocracia arribista de los años cincuenta y sesenta a la que se enfrentaron algunos de los más militantemente vencedores (los hijos del tío Juan) tanto como los vencidos (el tío Manuel). Los miembros de este grupo social, pendientes de escalar posiciones, pretendían desmitificar el heroísmo y la ideologización para justificar su indiferencia de sobrevivientes naturales de las circunstancias.

Caracteriza a José Torres su apelación a un modelo de racionalidad que ha construido a su medida y que le permite sortear los peligros de su conciencia. Francisco J. Ávila habla, jugando con el apellido del protagonista, de «una torre racional y cínica, construida con falaces argucias supuestamente a prueba de toda incursión de recuerdos acusadores»[12]. El axioma que rige este aparato argumental es la necesidad irrenunciable de sobrevivir a cualquier precio. Es una razón, por tanto, instrumental, autónoma de cualquier principio imperativo que trascienda a su propio beneficio, lo que en sociología se ha llamado racionalidad de los medios (Weber) o razón instrumental (Escuela de Francfort). Los principios de este modelo de racionalidad están muy claros para el personaje: «quien lo analice fríamente y no sea un perfecto animal comprenderá y justificará mi manera de proceder. A mí, la conciencia nada tiene que reprocharme a la luz de la razón» (195). Esta luz de la razón ofrece una visión cómplice del devenir temporal y alumbra la «misericordia del tiempo» que «todo lo mitiga» (192). La concepción de la historia que tiene Torres es sumamente ejemplarizante. Los acontecimientos le demuestran que están respaldados por una necesidad trascendental con la que fuerzan la realidad hasta hacerla racional. La muerte de su primo Gabriel, por ejemplo, aun debiéndose a un azar, evitó las «barbaridades» que habría cometido si «por casualidad le hubiese tocado estar en zona roja, como me tocó a mí» (176). A su tío Manolo, intuye, con el exilio «se le quitarían las ganas de hacer el energúmeno» (178). Frente a esta impostada visión idealista de la historia, la representación de esta como ejemplo de barbarie es un riesgo que acomete al personaje a raíz de su encuentro con los inesperados parientes. Con esta ocasión, el pasado se revela como una fuente de temores profundos y atávicos que no dan respuesta racional al actual reparto de posiciones. De ahí el sentimiento de miedo que se despierta cuando se ha puesto en marcha el mecanismo de la memoria. Los verdugos, entre los que, por omisión, se encuentra José Torres, tienen un rechazo casi inconsciente hacia el recuerdo. Para él, «a nadie le gustaba hurgar en el pasado de la familia; no había interés o gusto» (157). El tiempo ya no es cómplice sino traidor. No es un tiempo que únicamente incluye el futuro y aleja al sujeto del pasado (tiempo que todo lo mitiga) sino que contiene también una persistente memoria acusadora que se ha enquistado en la identidad del individuo. En cambio, las víctimas, como su tía, tienen una inocente necesidad de saber para hallar una lógica que dé razón de su indigencia actual. Por ello, renuncian a proseguir haciendo la historia sin apelar a las venturas de las que un azar les privó, a las potencialidades y utopías de un pasado imposible, para lo cual ansían disponer de suficientes datos del pasado con el que urdir una memoria que explique su fracaso histórico.

El modelo justificativo de racionalidad con que Torres aspira a anular todo prejuicio moral le produce un reparador sosiego y una autoconciencia de armonía con el mundo que manifiesta con un ánimo escéptico y mordaz. Con ese espíritu afronta la aventura del encuentro con sus auto-

[12] Francisco J. ÁVILA, «El pasado presente de la Guerra Civil y su materialización en *La Cabeza del Cordero*: Maestría y "penosas perplejidades" de Ayala», *Letras de Deusto*, 64 (1994), 29-49.

proclamados parientes. Pero al mismo tiempo, es tan frágil que exige una incesante cautela para no quebrar. La acechan peligros asociados, sobre todo, con el pasado y con códigos reprimidos de una moral casi natural. Por ese motivo, Torres se asusta ante su osadía, aun antes de imaginarse las consecuencias de la peripecia en que se ha adentrado: «sólo entonces caí en la cuenta de la ligereza que había cometido» (153) aceptando la invitación de sus parientes. Precisamente, su modelo de racionalidad va a naufragar circunstancialmente cuando someta sus bases a los embates de la memoria. La razón que guiaba los actos de José Torres se reblandece, se rebela contra su promotor porque quedan resquicios por los que se cuela la mala conciencia inconsciente.

Así, llega el momento clave del cuento, el empacho que el protagonista sufre una vez acostado en la cama de su hotel. Lo vivido a lo largo del día excede en su imaginación la categoría de anécdota y va tomando un aire progresivamente peligroso, «insufrible, casi» (190). En el desvelo que sigue a la indigesta cena, aquellos reparos de la conciencia cobran la forma fantasmagórica de la cabeza del cordero que le roe las entrañas y le produce un insufrible desasosiego. El subconsciente de Torres ve simbolizado en aquella cabeza el sacrificio de los inocentes: es la cabeza de su tío Jesús, que él vio y negó; y la cabeza de aquel «Torres el evadido, llamado también el del ángel» (180) que estuvo expuesta después de degollado a modo de escarmiento y con la que acabaron pronto las alimañas. Es asimismo la cabeza de su primo Gabriel, ejecutado por asumir una culpa de la que no era responsable. Sus anfitriones, en su inocencia, pueden solazarse con la comida del cordero, mientras que el narrador sufre porque le parece intragable, porque para él ha adquirido el significado de un holocausto en el que no compartió la suerte de las víctimas sino la de los verdugos y, por tanto, es cómplice de tanta desgracia, de la que es beneficiario por herencia. No es irrelevante la coincidencia de los nombres de sus tíos (Jesús y Manuel) con el de Cristo, víctima de los pecados humanos según la tradición cristiana, tal como lo ha señalado Daniel Gulstad[13]. El protagonista había temido que le ofreciesen la cabeza del cordero, pero, afortunadamente para él, sus anfitriones no lo habían hecho. Traduciendo la clave simbólica, los parientes habían evitado el ajuste de cuentas. Pero esto no bastaba para que la cabeza, con todas sus connotaciones significativas, le estragase el estómago, convertido en receptáculo de su sensibilidad moral.

Ante estas acechanzas, el protagonista hace un esfuerzo sobrehumano por expulsar aquella culpa que, bajo la forma de la cabeza del cordero, «me arañaba con sus dientes en las paredes del estómago, y me producía náuseas» (198). Como señaló Nelson Orringer, «lleva su conciencia insaculada en una película de tejido visceral; interpreta valores trascendentes a través de reacciones estomacales»[14], lo cual no es sino un modo de transposición o de evasión de responsabilidades. Todo se deforma en la noche y las atenciones y la comida ofrecidas por sus familiares adquieren un aspecto grotesco, dantesco, de pesadilla. El pasado se asimila a los parientes recién conocidos: el retrato que le ha presentado su tía le trae a la memoria el cuadro de su «tío muerto, allí tirado en aquel desmonte, junto a otras muchas víctimas, para que la chusma se solazara en hacer comentarios, y hasta en darle con el pie. Y yo, ahí delante, fingiendo indiferencia» (191). Todo lo cual le ofrece una clave de su identidad: las caras de los muertos y su fingida «indiferencia» (191).

Lo que durante el día carece de implicaciones morales («es necesario sobrevivir», «hice lo que pude»...), ahora se deforma, y, mediante la deformación, ofrece nuevos significados que lo degradan ante su propia memoria. La indigestión se convierte en una pugna entre una razón impostada, artificial, que le habla de planes empresariales y le justifica que «mi proceder durante ese turbio

[13] Daniel E. GULSTAD, «Homecoming and Identity-Quest».
[14] Nelson R. ORRINGER, «Responsabilidad y Evasión».

periodo fue razonable; el único sensato, en definitiva» (192) y que es la que regía el día del protagonista, cuando «era capaz de hacerle frente al recuerdo» (192); y, de otro lado, las quiméricas visiones nocturnas, cuando, como en el cuadro de Goya, el sueño de la razón produce monstruos. «Lo malo es que, por la noche, cuando uno ha tenido la mala pata de desvelarse, la razón se oscurece, se turba el juicio, y todo se confunde, se corrompe, se tuerce y malea. Entonces, aun las cuestiones más simples adquieren otro aspecto, un aspecto falso; vienen deformadas por el aura de la pesadilla, y no hay quien soporte...» (195). Tal pesadilla no es sino un escarmiento por no estar prevenido ante el pasado. En la serenidad que sigue al vómito, Torres concluye que no se puede aceptar el reto de asomarse al pasado. Tampoco debe dejar descansar el modelo de racionalidad asumido para su tranquilidad de ánimo ni suspender la vigilancia –por hacerlo había permitido que sus pasos lo encaminaran inadvertidamente a Fez y no a Marraquech, destino idóneo para sus negocios– que lo salvaguarda ante el acecho acusador de la memoria y de la conciencia moral.

En conclusión, la historia narrada en «La cabeza del cordero» supone una honda reflexión moral sobre el casi fatal papel de la historia como ejecutora de injusticias. La posición de privilegio heredada por quienes detentan un poder (económico, cultural, ideológico, social, político...) esconde una violencia ancestral de la que son culpables. Así lo denuncia el reproche mudo de las víctimas y la silenciada acusación de la memoria. Frente a tales reivindicaciones, todo privilegio se manifiesta como una usurpación ilegítima ante la cual únicamente cabe prevenirse con un código de comportamiento que justifique tal violencia, acomodándose de la manera más conveniente a las ventajas de la circunstancia personal. Queda de la lectura de esta historia una interpelación a la actuación del lector como sujeto histórico y una radical refutación de la ideología historicista. Como ha dicho Daniel Devoto, «una vez aprehendidos los trasfondos del relato de Ayala, se comprende perfectamente la sensación de opresión, de oprobio casi, que deja su lectura»[15].

[15] Daniel DEVOTO, *Textos y contextos*, Madrid, Gredos, 1994, 525.

Recensões

La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español (José del Valle, ed.), Madrid, Iberoamericana / Frankfurt am Main, Vervuert, 2007, 198 p.

Fruto del coloquio «El español como ideología en la era de la globalización» organizado por José del Valle en 2005 en el seno del King Juan Carlos I of Spain Center de la New York University, el conjunto de trabajos reunidos en el libro propuesto pretenden explícitamente analizar y reflexionar sobre la «dimensión ideológica» de las actuales políticas de promoción del español. *La lengua, ¿patria común?*, como indica su editor, intenta acercarse a un tema «vasto», no exento de polémica y, consecuentemente, espacio propicio para la convivencia de diferentes visiones desde el campo académico. El libro es en gran medida una constatación de esto último.

Abre la obra José del Valle (Graduate Center / City New York University) con «Glotopolíca, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español», estudio preliminar, altamente revelador acerca de la temática del libro. El autor describe y analiza las herramientas metodológicas presentes en este y en otros trabajos del volumen, el corpus utilizado, el objeto de estudio y, finalmente, los objetivos perseguidos. Noción principal del trabajo, y notoria por sus varias interpretaciones a lo largo del libro, es *ideología(s) lingüística(s)*, entendida esta como, por ejemplo, «sistemas de ideas que articulan nociones del lenguaje, las lenguas, el habla y/o la comunicación con formaciones culturales, políticas y/o sociales específicas» (pp. 19-20). El corpus analizado está directamente vinculado a los discursos emanados de agencias centrales en la planificación de la política lingüística del español, la Real Academia Española (RAE), el Instituto Cervantes (IC) y los Congresos Internacionales de la Lengua Española (CILE), designadamente. En relación al objeto de estudio, el período de análisis se centra en las décadas posteriores a la instauración de la democracia en el Estado español formalizada con la Constitución de 1978.

El siguiente trabajo, «La lengua, patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispánico», también de José del Valle, asume las herramientas metodológicas del capítulo anterior así como los otros elementos antes considerados para, tras presentar la nueva realidad española posterior a 1978, alcanzar el objetivo central: conocer y *deconstruir* los «discursos que emergen de los espacios institucionales en los que se diseña e implanta la promoción del español» (p. 31). Refiriendo la capacidad generadora de polémica de las políticas lingüísticas de las otras lenguas del Estado español distintas del español, el autor constata que la política lingüística del español, tanto en lo que se refiere a su corpus como a su estatus, ha merecido una menor «atención crítica» que ha posibilitado la «*invisibilidad*» de su carácter político y económico. En este sentido, el autor relaciona directamente la política lingüística del español de las últimas décadas con la «creciente participación española en los principales foros de la política internacional […] y en la pugna por los tesoros del mercado económico global» (p. 36). Es en este contexto en el que el autor detecta una *ideología lingüística*, denominada *hispanofonía*, en la cual el Estado español desempeña un papel central a través de las políticas gubernamentales, instituciones o empresas, pero sobre todo desde la RAE y el IC. Destacando la relación entre los objetivos económicos españoles en América Latina y la *hispanofonía*, se subrayan cuatro elementos, *ideologemas*, centrales de esta ideología lingüística: como (i) «*lengua de encuentro*» el español se promueve como instrumento de comunicación que «posibilita un diálogo y una convivencia armónica propios, aparentemente, de una patria común» (p. 41); como (ii) «*lengua universal*» se substantiva su presencia en Brasil y EE.UU, principalmente; la lengua española como (iii) «recurso económico»; y, en contraste con el «particularismo reaccionario» asociado al catalán, gallego y euskera, la (iv) idea del español como lengua distante de las «premi-

sas del nacionalismo lingüístico» (p. 46), *panhispánica*. Estos *ideologemas* conformadores de la *hispanofonía* sirven en la práctica, según el autor, para fundamentar la política lingüística del español «en varios frentes»: en el Estado español frente a los discursos propios de las lenguas *minoritarias*; en la comunidad de hispanohablantes legitimando la centralidad española; y, por último, en los competitivos mercados lingüísticos internacionales frente a lenguas como el francés.

En «De la lengua del mestizaje al mestizaje de la lengua: reflexiones sobre los límites de una nueva estrategia discursiva», Mauro Fernández (Universidad de A Coruña), al analizar los discursos sobre el español originados principalmente en los CILE, detecta, en línea con lo expuesto por José del Valle, otro *ideologema* de la *hispanofonía*: el español como «lengua mestiza». Como cabía esperar, en el amplio espacio hispanohablante, su uso y significado es muy diverso, pero también extenso e intenso especialmente en los CILE y en intervenciones de destacados agentes lingüísticos asociados a la RAE. El autor se pregunta cuáles son los intereses políticos o económicos que subyacen a la exaltación del *mestizaje de la lengua*. Sin ser taxativo, detecta en el discurso institucional de la *lengua mestiza* estrategias ya experimentadas por otras lenguas como el inglés y que no parecen, en última instancia, impugnar la necesidad, ampliamente consensuada (especialmente entre los agentes de la política lingüística del español), de la unidad del idioma, así como «raramente proviene de un intercambio entre iguales voluntariamente consentido» (p. 80).

José del Valle en «La RAE y el español total. ¿Esfera pública o comunidad discursiva?» analiza las estrategias de autolegitimación de la RAE en el ámbito de elaboración de la *hispanofonía*. Recurriendo a nociones teóricas como *esfera pública*, *comunidad discursiva* o *hegemonía*, el autor afirma que la RAE frente a los discursos centrados en la pureza del idioma de otros tiempos, aboga ahora por un «prescriptivismo moderado», abrazando la variación y el cambio al tiempo que intenta distanciarse de la acusación de elitismo con afirmaciones del tipo «El pueblo es el dueño absoluto del lenguaje». En esta línea de modernización de su imagen y saliendo al paso de la acusación de eurocentrismo, la RAE otorga un lugar central a la denominada *Política Lingüística Panhispánica*, escenificación de un encuentro entre iguales al promover la colaboración permanente entre las 22 Academias. Ésta, el cultivo de la relación con los medios o, por ejemplo, la espectacularidad de los CILE contribuyen a la creación de una *esfera pública* de la RAE, cuyo objetivo final sería la obtención de *legitimidad* y *autoridad*. Así mismo, la RAE ha funcionado en los últimos años como un instrumento destacado en las políticas de los sucesivos gobiernos españoles decididos a apoyar el creciente protagonismo del capital español en América Latina. Por otra parte, la RAE, no considerando real el peligro de fragmentación derivado de la diversidad dialectal, sí parece atenta a la hipotética aparición de divergencias ideológicas (exitosas) que podrían focalizar al Estado español como un «miembro no sólo interesado sino también privilegiado de la comunidad lingüística fraternal» (p. 96). Contra este peligro la RAE interviene, como si de una *esfera pública* se tratase, es decir, un espacio democrático en donde estuviesen representados todos los actores de la amplia comunidad de hispanohablantes.

Un análisis más concreto es el presentado por José del Valle y Laura Villa (Lehman College y City College of New York) bajo el título «La lengua como recurso económico: *Español S.A.* y sus operaciones en Brasil». Los autores analizan la intensa campaña de promoción del español en Brasil desde la última década del siglo pasado y su relación con el objetivo de la política lingüística del español de incorporar el «valor económico a la imagen pública del español y la organización de un sector empresarial destinado a la explotación de este recurso» (p. 100). La introducción de esta lógica mercantil en agencias como el IC persigue crear y desarrollar una industria en el ámbito de la enseñanza de ELE, así como activar el consumo de productos culturales (no exclusivamente) *en* español. En el caso brasileño concurren, además de la constitución de Mercosur en 1985, el ya citado interés económico español por América Latina para el cual el Estado español, a través de sus diferentes instrumentos, no escatimó esfuerzos *diplomáticos* con el objetivo de vencer los obstáculos internos a la introducción del español en el sistema educativo (la concesión del Premio Príncipe de Asturias a Fernando H. Cardoso es analizada en este sentido). Se cargan así las tintas en el *iberoamericanismo* del que una supuesta *fraternidad hispano-brasileña* sería expresión.

Esta *fraternidad* no implica necesariamente la reciprocidad, es decir, la promoción del portugués en el Estado español. La posición excéntrica de éste en la comunidad hispanohablante, el hecho de que Mercosur sea una organización regional así como la convergencia de intereses de otros países (Argentina, por ejemplo) contribuyen al surgimiento de problemas concretos entre la *ideología lingüística mercantil* y la de la *hispanofonía*. Además, la presencia musculada del IC en Brasil, especialmente su protagonismo creciente en el sis-

tema educativo brasileño, se considera como una entrega parcial de soberanía a «cambio de un codiciado valor internacional» (p. 122). Por otra parte, al igual que ha pasado con el inglés, la promoción del español en Brasil coincide con una intensa proyección empresarial española, lo cual parece indicar que ésta se sirve de la primera para mejorar su imagen en Brasil.

En «La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato» Kathryn A. Woolard (Universidad de California), a partir de las nociones teóricas *autenticidad* («lengua propia») y *anonimato* («lengua de ningún lugar»), analiza discursos sobre el español, lengua *hegemónica*, y el catalán (el gallego y el vasco), lengua *minoritaria*. La autora detecta que los discursos sobre el español se asocian a la noción de *anonimato*, mientras que el catalán, muchas veces, es censurado al asociarse a la noción de *autenticidad*. La contradicción aflora en el caso de los discursos sobre el español en EE.UU, en los que es la *autenticidad* de los hispanos, frente al *anonimato* del inglés, la ideología invocada generalmente. Esto describe una relación de dependencia completa entre la *autenticidad* y *anonimato*, no sólo en las lenguas *hegemónicas*, como el español, sino también en las *minoritarias*, como el catalán.

Ángel López García (Universitat de València), en su estudio «Ideologías de la lengua española: realidad y ficción», con escasos recursos metodológicos y en abierta disensión con los trabajos anteriores, discute la propiedad y adecuación del uso de *ideología lingüística* en el ámbito del español; sí, en cambio, detecta «ideas sobre la lengua española». Recurriendo aleatoriamente a autores y textos dispersos, señala las siguientes «ideas»: «como icono o instrumento de comunicación" (p. 144), "como índice o síntoma la lengua del pueblo» (p. 145), «el español como símbolo: la lengua de la cultura, de la nación y del progreso» (p. 146). Según el autor, desde 1978, la *ideología unificada de la lengua española* ha proyectado los esfuerzos de los defensores del español fuera del espacio peninsular, rehuyendo así «estériles luchas fraticidas» pues en el ámbito interno la *guerra* del idioma está *ganada* por el español, «coiné» aceptable y aceptada. Por otra parte, se rechaza una «ideología lingüística imperialista» del español asociada al IC, la RAE o la Monarquía, pues «lo que les une es el deslumbramiento ante la creciente demanda de español en el mundo, un fenómeno reciente y casi eruptivo» (p. 159). Por último, relacionando el caso del español con el inglés, el autor propone, para sustantivar la conjunción de *pragmatismo* (mercantil) e *ideología* sobre el español, la noción *ideología emolingüística*, como una «ideología que se justifica por la venta de un producto» (p. 160).

Cierra el volumen el capítulo «Por una reconstrucción de la idea de la lengua española» de Luis Fernando Lara (Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios del Colegio de México) que, situándose explícitamente en la «periferia americana», realiza un recorrido diacrónico sobre las ideas acerca del español. Realzando las diferencias históricas y a pesar de las mismas, el autor concluye que las prácticas hispanoamericanas confluyeron con las españolas al enfocar la lengua como una estrategia «políticamente uniformadora de los países» (p. 175). En la actualidad, «contra» el inglés, la defensa de la lengua tiene como eje central la *unidad* de la misma, «aunque predomine una concepción centralista metropolitana» (p. 136), a la cual ha contribuido especialmente la RAE. En este sentido, el autor no reconoce la pareja «español de América» / «español de España», ya que los dos elementos del par son en sí extraorinariamente diversos. Rechaza también la existencia de «españoles nacionales» y resalta que la «idea de la lengua necesita [...] desligarse del nacionalismo y recuperar su característica de medio de comunicación entre todos los pueblos que forman los Estados hispánicos» (p. 181).

Desde un punto de vista más analítico que descriptivo, *La lengua, ¿patria común?*, además de ser expresión de la diversidad de enfoques sobre el vasto y polémico asunto de las *ideologías* del español, ofrece en casi todos los trabajos que lo componen un conjunto de herramientas metodológicas sólido, capaz de afrontar con éxito los objetivos que se han propuesto los autores. En general, las coincidencias (poco casuales probablemente) en la definición del objeto de estudio o la delimitación del corpus alimentan la lectura y comprensión de los textos, así como la pertinencia de los mismos. En este sentido, la constante invocación del IC, la RAE, los CILE o la propia Monarquía parecen indicar un saludable consenso sobre, por lo menos, cómo perspectivar este complejo asunto y cuáles son los actores principales. Los trabajos de José del Valle, solidificando la distancia con respecto al objeto de estudio, se notabilizan al evidenciar lo, en numerosísimas ocasiones, *invisible*. En contrapartida, en los dos últimos trabajos, la descripción y análisis del funcionamiento de las *ideologías* del español parecen haber cedido terreno a la valoración más ideológica o, tal vez, más especulativa.

Concluyendo: la actualidad y pertinencia de la materia presentada tiene obviamente alta rentabilidad en ámbitos académicos tan dinámicos como la enseñanza de ELE, a veces tan poco inmunes a las inercias *invi-*

sibles. Del mismo modo, estudios como los presentes pueden significar un estímulo académico en otros espacios geohumanos; piénsese en la *Lusofonía*, mentada lateralmente en *La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*.

Carlos Pazos Justo

Perfiles de la traducción hispano-portuguesa, II (Xosé Manuel Dasilva, ed.), Vigo, Editorial Academia del Hispanismo (Publicaciones Académicas, Biblioteca Luso-Hispánica), 2008, 211 p.

O livro em apreço é o II volume de uma obra cujo primeiro volume foi publicado em 2005, obedecendo ambos a uma mesma organização tripartida. Numa primeira parte, «Estudios», reúnem-se seis estudos sobre tradução hispano-portuguesa, a saber: de Ana Belén Cao Martínez, «Al margen. Hacia un estudio de la literatura portuguesa traducida al español en el siglo XIX»; de Carmen Mª Comino Fernández de Cañete, «Primera aproximación al vizconde de Benalcanfor y a su traducción de *Don Quijote de la Mancha*»; de María Jesús Fernández García, «Sobre las traducciones al español de *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett»; de Pere Comellas, «Os erros de tradução como pistas didácticas»; de Rogelio Ponce de León Romeo, «Gramática y traducción en la historia de la enseñanza-aprendizaje del portugués en España: la *Gramática elemental de la lengua portuguesa* (Heidelberg 1911) de Francisco Carrillo Guerrero» e, finalmente, de Xosé Manuel Dasilva, «Miguel Torga através dos prólogos das suas traduções». Na segunda parte, «Textos críticos clásicos», reúnem-se também seis estudos de diversas épocas, com os traços comuns de incluírem teorização em torno da tradução, e de poderem ser, hoje, considerados clássicos: de Mendes Leal, «Introdução» (da *Revista Peninsular*, data original: 1855); de João de Castro Osório, «As obras portuguesas em castelhano e a razão deste florilégio» (de *Florilegio das Poesias Portuguesas Escritas em Castelhano e Restituídas à Língua Nacional*, data original: 1942); de Aquilino Ribeiro, «Nota introdutória» (de *D. Quixote de la Mancha,* data original: 1954), de João Mendes, «O Quixote em português» (data original: 1954); de José Bento, «Problemas da tradução da poesia espanhola em português» (1981); finalmente de Manuel de Lucena, «Introdução» (*Moradas do Castelo Interior*, 1988). Na terceira e última parte, «Comentarios bibliográficos», o organizador assina dois textos: um sobre «Dos ediciones recientes de *Amor de perdição*», e um outro de resposta a uma recensão a uma antologia por si organizada: «*Babel entre nós*. A propósito dunha recensión».

O autor, Professor Titular na Facultade de Filoloxía e Tradución da Universidade de Vigo, tem uma vasta bibliografia na área, sendo ele próprio um tradutor experiente e é responsável por vários projectos editoriais em torno da tradução, sobretudo, no caso que nos importa, luso-hispânica.

No que concerne à primeira parte do livro, começa com um minucioso e cuidado estudo de Ana Belén Cao Martínez sobre a literatura portuguesa traduzida para espanhol durante o século XIX (pp. 13-58). Segue-se uma abordagem de Carmen Mª Comino Fernández de Cañete à tradução do Visconde de Benalcanfor do *Don Quijote de la Mancha*, de 1877 (pp. 59-68). O estudo de María Jesús Fernández García, «Sobre las traducciones al español de *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett» (pp. 69-92) coloca a interessante questão da importância da fortuna tradactulógica de um autor para a sua inclusão no cânone, tentando em seguida explicar por que razão Romualdo de Lafuente, que não era tradutor, se interessou pela obra de Almeida Garrett, sendo um dos dois tradutores das *Viagens* para o espanhol, em 1861, já que o livro de Garrett só voltaria a ser traduzido em 2004. Quanto ao estudo de Pere Comellas, escrito em português, «Os erros de tradução como pistas didácticas» (pp. 69-111), chama a atenção para as virtualidades pedagógicas do estudo dos erros recolhidos em traduções do português para o espanhol e elenca as principais zonas de dificuldade para os aprendentes de duas línguas tão próximas: os tempos verbais (por exemplo: o pretérito perfeito português e a sua correspondência em espanhol), a colocação dos clíticos, as regências preposicionais, as expressões idiomáticas e colocações, os falsos amigos, os deícticos (com especial atenção dada às formas de tratamento). Este mesmo assunto volta curiosamente a merecer a atenção no estudo seguinte, de Rogelio Ponce de León Romeo, «Gramática y traducción en la historia de la enseñanza-aprendizaje del portugués en España: la *Gramática elemental de la lengua portuguesa* (Heidelberg 1911) de Francisco Carrillo Guerrero» (pp. 113-127), espécie de manual para o ensino do português, cujo autor inclui pequenos apontamentos perspicazes sobre as especificidades do uso das formas de tratamento em português, de cariz pragmático, com a particularidade

de distinguir já o que se dizia em Portugal e as fórmulas mais usadas no Brasil. Aliás, a atenção de Francisco Carrillo Guerrero às diferenças entre o português falado em Portugal e a variante brasileira é destacada por Rogelio Ponce de León, que sublinha a importância da obra por si estudada para a história do ensino do português em Espanha. Por fim, temos o estudo de Xosé Manuel Dasilva, de novo escrito em português, «Miguel Torga através dos prólogos das suas Traduções» (pp. 129-146), fundamental para o conhecimento não só das ideias de Torga sobre a tradução, mas também para completar o retrato do iberismo de Torga, para melhor conhecer a relação entre o seu universalismo e a sua portugalidade. Tendo em conta a atenção municiosa que Torga dava à edição e à tradução das suas obras, criando uma relação por vezes muito especial com os seus tradutores e tecendo comentários teóricos sobre a tradução, o trabalho de Xosé Manuel Dasilva é uma aportação muito interessante para um melhor conhecimento do escritor português. O estudo tem, como apêndice, os três prefácios de Torga a traduções castelhanas da sua obra.

Na segunda parte da obra, o editor reúne, como foi dito, textos variados, publicados originalmente entre 1855 e 1988, que têm em comum o facto de incluírem reflexões sobre a tradução luso-hispânica. Mendes Leal, que tinha substituído o então recentemente falecido Garrett na tarefa de prefaciar a *Revista Peninsular*, glosa o tema do desconhecimento indesculpável das literaturas portuguesa e espanhola e da necessidade de as duas nações irmãs se conhecerem melhor. João de Castro Osório explica as vantagens de verter para português uma antologia de poesias portuguesas escritas em castelhano. A «Nota introdutória» de Aquilino Ribeiro à sua tradução do *D. Quixote de la Mancha,* de 1954, parece-nos muito interessante, por reflectir nas opções de tradução que Aquilino teve de fazer para restituir os diferentes registos do original, sendo a leitura do seu texto completada, de forma muito feliz, com a do de João Mendes, «O Quixote em português», também de 1954, que se debruça criticamente sobre a tradução de Aquilino Ribeiro, pondo em causa algumas das opções aquilinianas, sobretudo no que concerne ao registo usado nas réplicas atribuídas ao próprio D. Quixote. O mesmo tipo de reflexão sobre opções de tradução fazem quer José Bento, no texto «Problemas da tradução da poesia espanhola em português», quer, finalmente, Manuel de Lucena, em «Introdução» (*Moradas do Castelo Interior*, 1988). O primeiro mostra, com exemplos concretos, revelando fina sensibilidade às coisas poéticas, o cuidado que a matéria poética exige e merece. O segundo relata um longo percurso quase autobiográfico de humilde e trabalhosa aproximação ao texto de Santa Teresa de Ávila, ressaltando, entre outros aspectos muito interessantes, as dificuldades de tradução que advêm, quer da complexidade da matéria a traduzir, quer da proximidade armadilhada entre as duas línguas vizinhas.

Por fim, o livro reúne dois comentários bibliográficos da autoria do organizador do livro. O primeiro dá conta de duas recentes edições de *O Amor de Perdição* de Camilo Castelo Branco, a de Ivo Castro (2007) e a de Aníbal Pinto Castro (2006), mostrando como duas perspectivas editoriais diversas podem, no entanto, completar-se, fornecendo aos leitores elementos e informações de diversa índole mas de igual importância para o conhecimento mais aprofundado da obra. O último comentário é uma resposta de carácter polémico a uma recensão feita por Antón Palacio Sánchez à antologia organizada por Xosé Manuel Dasilva, *Babel entre nós. Escolma de textos sobre a tradución en Galicia*.

Apesar de haver alguns pequenos problemas pontuais na translineação, advindos, cremos, da digitalização de originais, o volume agora publicado é essencial e por isso vivamente recomendado para quem se interesse pela tradução em geral e pela luso-hispânica em particular. Os estudos reunidos na primeira parte são de qualidade inegável e os textos clássicos seleccionados para a segunda parte têm incontestável importância antológica nesta área.

Isabel Margarida Duarte

Abstracts / Resúmenes

António de Oliveira, *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*

D. Francisco Manuel de Melo, cosmopolita y cultivador de saberes múltiples, se inició pronto en las materias de Historia, pero sólo tardíamente se afirmó como historiador. Las vicisitudes de la vida en prisión, además del gusto personal y de las tendencias del momento, lo condujeron, sobre todo, hacia la historia de su tiempo o de un pasado poco lejano. El patrón de la verdad quedó marcado por la experiencia formada en los campos y mares de la guerra del turbulento siglo XVII, sin, no obstante, dejar de recurrir a otros testimonios. Aun siguiendo el objeto historiográfico común, D. Francisco revela una acentuada inclinación hacia la historia social y se encuentra atento a las nuevas tendencias culturales, llegando a ensayar la matematización de lo real en la elaboración del conocimiento histórico.

PALABRAS CLAVE: FRANCISCO MANUEL DE MELO – SIGLO XVII – HISTORIOGRAFÍA

António de Oliveira, *D. Francisco Manuel de Melo, the historian*

D. Francisco Manuel de Melo, a cosmopolitan who cultivated many fields of interest, was captivated by the study of history at a young age, but it was only late in life that he was acknowledged as an historian. Caught up by the historical events, together with his personal interests and the trends of his time, he became especially absorbed by the study of contemporary history and the history of previous decades. The fidelity of his narratives is based on his own experience in the battlefields on land and at sea during the turbulent 17th century, although he also used other historical accounts. Although D. Francisco followed the common object of historiography, his work reveals a clear predisposition for social history and openness to new cultural trends, going as far as to apply mathematical concepts of reality in the development of historical knowledge.

KEIWORDS: FRANCISCO MANUEL DE MELO – 17th CENTURY – HISTORIOGRAPHY

Isabel Almeida, *Las sutiles líneas de la humana disimulación*

El *Tácito Português. Vida e morte, ditos e feitos de D. João IV*, de D. Francisco Manuel de Melo, es una obra incompleta y suscita preguntas de diversa índole. Teniendo en cuenta el valor polémico del modelo prontamente designado en el título (Tácito), se procura relacionar este texto con otros ejemplos de tacitismo (sobre todo el *Tácito Español*, de Baltasar Álamos de Barrientos, y *Le Tacite françois*, de René de Ceriziers), para concluir que las preferencias de D. Francisco, y muy especialmente la relevancia atribuida a la *similitudo temporum*, constituyen fortísimos indicios del malestar que impregna la *Vida […] de D. João IV*. Siguiendo la lección de Margarida Vieira Mendes, se defiende la necesidad de apreciar este texto barroco a la luz de circunstancias que lo individualizan.

PALABRAS CLAVE: TÁCITO – HISTORIA – POLÍTICA

Isabel Almeida, *The subtle lines of human dissimulation*

D. Francisco Manuel de Melo's *Tácito Português. Vida e morte, ditos e feitos de D. João IV* is an unfinished work that raises a number of questions. Considering the controversial aspect of the model clearly referred to in the title (Tacitus), this study attempts to establish a relationship between this work and other examples of Tacitism (namely *El Tácito Español*, by Baltasar Álamos de Barrientos, and *Le Tacite françois*, by René de Ceriziers), concluding that D. Francisco's choices, particularly the emphasis given to the *similitudo temporum*, constitute strong evidence of the dysphoria that characterizes the *Life of […]. D. João IV*. In line with Margarida Vieira Mendes, this study advocates that this baroque text has to be analysed in light of the specific circumstance that distinguish it.

KEYWORDS: TACITUS – HISTORY – POLITICS

Luís Fardilha, *El poema «Thetis Sacra»: una incursión de D. Francisco Manuel de Melo en el género épico.*

El modelo organizativo de las *Obras Métricas* permite comprobar que Francisco Manuel de Melo reserva a textos de especial relieve la zona final de cada uno de los tres conjuntos en los que divide las nueve Musas por las que distribuye su producción poética. Teniendo presente este principio estructural, el presente trabajo propone que el poema «Thétis Sacra», que cierra el conjunto de obras en verso publicadas en Lyon en 1665, constituye el embrión de lo debería haber sido el único poema épico compuesto por el Melodino. La posibilidad está fundamentada con un análisis del texto, en el que se ponen en evidencia las marcas genealógicas que permiten encuadrar este poema en el ámbito de la poesía heroica seiscentista.

PALABRAS CLAVE: FRANCISCO MANUEL DE MELO – *THETIS SACRA* – *OBRAS MÉTRICAS*

Luís Fardilha, *The poem «Thetis Sacra»: an approach by D. Francisco Manuel de Melo to the epic genre*

The structural organization of the work *Obras Métricas* shows that Francisco Manuel de Melo left his most singular poems for the final part of each one of the three groups of poems into which he divided the nine Muses that inspire his poetical production. Based on this structure, this article puts forward that the poem «Thétis Sacra», which concludes his poetical work published in Leon in 1665, constitutes the core of what should have been the single epic poem composed by the Melodino. This hypothesis is based on an analysis of the text emphasizing the literary marks that characterize this poem as part of 17th century heroic poetry.

KEYWORDS: FRANCISCO MANUEL DE MELO – *THETIS SACRA* – *METRICAL WORKS*

Mafalda Ferin Cunha, *Las* Cartas Familiares*: obra barroca, obra moderna.*

Este texto pretende presentar algunas de las más relevantes marcas textuales de las *Cartas Familiares* (1664) de D. Francisco Manuel de Melo, relacionándolas estrechamente con la estética y la poética barrocas. Pretende así mismo detectar los motivos que garantizaron el favor de esta obra entre el público del seiscientos y aquellos que explican su favor entre los críticos y lectores del tiempo presente.

PALABRAS CLAVE: EPISTOLOGRAFÍA – ESTÉTICA Y POÉTICA BARROCA – RECEPCIÓN

Mafalda Ferin Cunha, *The* Cartas Familiares*: a Baroque yet modern work*

This article has a dual aim: firstly, to present some of the most relevant textual features of the *Cartas Familiares* (1664), by Francisco Manuel de Melo, focusing on their relation to Baroque aesthetics and poetics; secondly, to detect the motives that may have contributed to the favourable reception of this work by 17th century readers, as well as by present-day readers and critics.

KEYWORDS: EPISTOLOGRAPHY – BAROQUE AESTHETICS AND POETICS – RECEPTION

Maria do Céu Fraga, *Un historiador «esquisito»: la* Epanáfora Amorosa *de D. Francisco Manuel de Melo.*

En la obra de D. Francisco Manuel de Melo la *Epanáfora Terceira amorosa*, fechada en 1654, representa un texto muy distinto de los otros – incluso de las restantes relaciones con las que fue agrupada en un volumen en 1660, bajo el título *Epanáforas de vária história portuguesa* –. La diversidad, de hecho, es la tónica del volumen, aunque casi todas las narrativas se aproximan por su carácter de contemporaneidad y se siente la unidad desde la perspectiva del autor, que vivió los episodios evocados y ahora se preocupa por hacer su relato y análisis: la *Epanáfora Primeira*, de naturaleza política, recae sobre las Alteraciones de Évora de 1637, la Segunda, *Trágica*, sobre el naufragio de la Armada Portuguesa en Francia, en 1627. A su vez, la Cuarta, *Bélica*, se ocupa del conflicto del canal de Inglaterra entre las Armadas Española y Holandesa, em 1639, mientras la Quinta, *Triunfante*, trata de la restauración de Pernambuco en 1654.

PALABRAS CLAVE: FRANCISCO MANUEL DE MELO – *EPANÁFORA AMOROSA* – HISTORIA

Maria do Céu Fraga, *A «strange» historian:* Epanáfora Amorosa, *by D. Francisco Manuel de Melo.*

D. Francisco Manuel de Melo's work *Epanáfora Terceira amorosa*, written in 1654, is a very distinct text from the bulk of his work – including the collection of texts published in a single volume in 1660 under the

title of *Epanáforas de vária história portuguesa*. In fact, the distinctive feature of this volume is diversity, even if almost all narratives share the same historical period and the author's common views, as he experienced in first hand the stories described, and his concern is to narrate and analyse them: the political nature of *Epanáfora Primeira* narrates the 1637 political movement known as «Movimentações de Évora», the Second narrative, *Trágica*, describes the destruction of the Portuguese fleet in France, in 1627. The Fourth, *Bélica*, is a narrative of the English Channel conflict between the Spanish and Dutch fleets in 1639, while the Fifth, *Triunfante*, narrates the 1654 Revolution of Pernambuco.

KEYWORDS: FRANCISCO MANUEL DE MELO – *EPANÁFORA AMOROSA* – HISTORY

Maria Idalina Resina Rodrigues, *El* Fidalgo Aprendiz *en el Teatro Nacional D. Maria II.*

El artículo estudia la versión del *Fidalgo Aprendiz* de 1905 que puede, o no, haber sido aprovechada a partir de 1940, año en el que el Teatro volvió a la primera designación, después de haber sido Almeida Garret, desde la implantación de la República. Se analizarán, así mismo, otras muestras recientes de la pieza: 1985 en el Seiva Trupe, 1987 en el Teatro do Século, 1998 en la Comuna, 2002 en el Teatro de Portalegre, 2004 en el Grupo de Teatro da Memória y 2005 en el Teatro Animação de Setúbal, en muchos casos con espectáculos ofrecidos en varios puntos del país.

PALABRAS CLAVE: FRANCISCO MANUEL DE MELO – *FIDALGO APRENDIZ* – TEATRO

Maria Idalina Resina Rodrigues, *The production of* Fidalgo Aprendiz *in the D. Maria II National Theatre*

The study analyses the 1905 version of the work *Fidalgo Aprendiz* that may or may not have been used for the play's productions after 1940, the year when the National Theatre was renamed D. Maria II replacing the name of Almeida Garrett, given following the proclamation of the Portuguese Republic. The study also analyses more recent productions of Francisco Manuel de Melo's play: in 1985 by the «Seiva Trupe» Theatre Company, in 1987 by the «Século» Theatre, in 1998 by the «Comuna» Theatre, in 2002 by the Theatre of Portalegre, in 2004 by the «Memória» Theatre Group, and in 2005 by the «Teatro Animação» of Setúbal, most of which toured the country.

KEYWORDS: FRANCISCO MANUEL DE MELO – *FIDALGO APRENDIZ* – THEATRE

Vanda Anastácio, *Apuntes sobre D. Francisco Manuel de Melo, la História da guerra da Catalunha y los papeles de la Restauración.*

En este trabajo se intenta enfatizar la importancia que tuvo, tanto para D. Francisco Manuel de Melo como para sus contemporáneos, la literatura panfletaria producida en el ámbito de la guerra de la Restauración. Se llama la atención sobre el hecho de que D. Francisco no solamente participó en la guerra de panfletos que acompañó las campañas militares en la Península produciendo panfletos en favor del partido portugués, sino que se «alimentó» de tales materiales al escribir su *Historia de las guerras de Cataluña.*

PALABRAS CLAVE: FRANCISCO MANUEL DE MELO – HISTÓRIA DA GUERRA DA CATALUNHA – RESTAURACIÓN

Vanda Anastácio, *Notes on D. Francisco Manuel de Melo, the history of the Catalan Revolt and the role of the Restoration*

This work seeks to emphasize the significant role played by pamphlet literature produced during the Portuguese and Catalan revolts in D. Francisco Manuel de Melo's work, as well as how it influenced his contemporaries. Attention is drawn to the fact that D. Francisco not only took part in the production of this written propaganda during the Portuguese Restoration, but was also a reader who made use this type of text when he wrote his History of the Wars in Catalonia.

KEYWORDS: FRANCISCO MANUEL DE MELO – HISTORY OF THE CATALAN REVOLT – RESTORATION

Zulmira Santos, *Algunas notas sobre el «amor», el «desengaño» y el «artificio» en las* Obras Métricas *(1665) de D. Francisco Manuel de Melo.*

Este artículo estudia el tema del amor en las composiciones de las *Obras Métricas* (1665) de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), procurando mostrar las incidencias del «amor profano» y del «amor sagrado», a fin de clarificar el peso de esta temática y la forma como el autor la desarrolla.

PALABRAS CLAVE: BARROCO – AMOR PROFANO – AMOR SAGRADO

Zulmira Santos, *S*ome notes about «love», «disappointment» and «literary artifice» in D. Francisco Manuel de Melo's Obras *Métricas* (1665).

This article is a study about the subject of love in D. Francisco Manuel de Melo's [1608-1666] work *Obras Métricas* (1665), attempting to identify the occurrences of «profane love» and «sacred love» and thus understand the importance of this subject and how it is expressed by the author.

KEYWORDS: BAROQUE – PROFANE LOVE – SACRED LOVE

Helena Lourenço, *Del Amor y de la* Soledad *en el* Amadís de Gaula*: resonancias en el teatro vicentino.*

Envuelto en el enigma de la autoría, el *Amadís de Gaula* se presenta como una obra de importancia capital para la representación de los temas ibéricos del amor y de la soledad, ganando especial relevancia en el teatro de Gil Vicente.

PALAVRAS CLAVE: AMOR – SOLEDAD – CABALLERÍA – GIL VICENTE

Helena Lourenço, *The subjects of Love and Solitude in* Amadís de Gaula *and their reflections in Gil Vicente's plays*

Shrouded in the mystery of authorship, the *Amadís de Gaula* is considered a work of vital importance for the representation of the Iberian themes of love and *soledad* (solitude), which take on particular relevance in the drama of Gil Vicente.

KEYWORDS: LOVE – SOLITUDE – CHIVALRY – GIL VICENTE

Juan Montero, *Epístola de Montemayor a Sá de Miranda: texto y contexto.*

La epístola en verso de Sá de Miranda a Montemayor es un documento de gran interés para el conocimiento de la biografía del autor de *La Diana*, así como de la representación que hacía de sí mismo como autor en los inicios de su carrera poética. El presente trabajo contextualiza dicha composición en la trayectoria literaria de Montemayor y ofrece una edición crítica y anotada del poema, a partir de las dos fuentes que lo han transmitido.

PALABRAS CLAVE: MONTEMAYOR – SÁ DE MIRANDA – EPÍSTOLA EN VERSO – REPRESENTACIÓN AUTORIAL – EDICIÓN CRÍTICA

Juan Montero, *Montemayor's epistle to Sá de Miranda: text and context*

Montemayor's verse epistle to Sá de Miranda is a highly relevant document in understanding the biography of the author of *La Diana*, particularly his self-image as a poet in the early phase of a literary career. This study analyses the aforementioned epistle within Montemayor's biographical context, presenting a fully annotated critical edition based on the two extant sources of the poem.

KEYWORDS: JORGE DE MONTEMAYOR – SÁ DE MIRANDA – VERSE EPISTLE – AUTHORIAL SELF--IMAGE – CRITICAL EDITION

Fernando Larraz, *El pasado y la memoria como fuentes de moral en La cabeza del cordero, de Francisco Ayala*.

El cuento «La cabeza del cordero», de Francisco Ayala, narra la desasosegante relación que su narrador, José Torres, mantiene con su memoria, depositaria de hondos complejos de culpa tanto heredados como resultantes de su propio comportamiento. Este trabajo explica la concepción moral de Torres acerca de la historia como justificación de su oportunismo y de su cínica conducta durante la guerra y analiza cómo se representa esta concepción moral en el discurso narrativo.

PALABRAS CLAVE: HISTORIA – GUERRA CIVIL – CULPA – MORAL – EXILIO

Fernando Larraz, *El pasado y la memoria como fuentes de moral en la La cabeza del cordero, de Francisco Ayala*.

Francisco Ayala's short story, «La cabeza del cordero», describes the uneasy relationship between the narrator José Torres and his memory, filled with a deep guilt complex inherited and resulting from his own actions. This paper describes how Torres views history through the eyes of morality, thus justifying his opportunistic and cynical behaviour during the war. The study also analyses how this moral concept is represented in the narrative discourse.

KEYWORDS: HISTORY – CIVIL WAR – GUILT – MORALS – EXILE

Livros recebidos

Actas do Congresso Internacional dos 75 anos de A Selva (coord. Carlos Castro), Ossela, Centro de Estudos Ferreira de Castro, 2007, 504 p.

ÁLVAREZ, Eloísa, Antonio SÁEZ DELGADO (eds.), *Eugénio de Castro y la cultura hispánica (Miguel de Unamuno, Rubén Darío, Eugenio d'Ors, Francisco Villaespesa…). Epistolario, 1877-1943*, Mérida, Junta de Extremadura. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Consejería de Cultura, 2007, 569 p.

Bibliografía analítica da lingua galega (2004) (dir. Francisco García Gondar), Santiago de Compostela, Xunta de Galicia. Secretaría Xeral de Política Lingüística / Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades (col. Cadernos da BILEGA 1), 2006, 398 p.

DASILVA, Xosé Manuel, *Babel Ibérico: Antologia de textos críticos sobre a literatura espanhola traduzida em Portugal*, Vigo, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo, 2008, 406 p.

España y Portugal en la tradición gramatical (eds. Marina Maquieira e Mª Dolores Martínez Gavilán), León, Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinares (col. Contextos 18), 2008, 293 p.

FEIJÓ, João de Morais Madureira, *Ortografia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa – 1734 –. Edição semidiplomática com índice de todas as formas* (eds. Telmo Verdelho, João Paulo Silvestre e Isabel Prates), Aveiro, Universidade de Aveiro, 2008, 395 p.

GIL, José, *Portugal hoy. El miedo de existir*, Badajoz, Editora Regional de Extremadura (Col. Plural / Ensayo), 2008, 165 p.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, José Miguel BAÑOS BAÑOS, Antonio LÓPEZ FONSECA, *Ex Castro: Cartas desde la prisión papal de Sant' Angelo entre los humanistas de la Academia Romana y su alcaide, Rodrigo Sánchez Arévalo (Introducción, edición crítica, traducción y notas)*, Madrid, Ediciones Clásicas, 2008, 328 p.

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, Pilar SAQUERO SUÁREZ-SOMONTE, José Joaquín CAEROLS PÉREZ, *Ars moriendi. El* Ars moriendi *en sus versiones latina, castellana y catalana: introducción, edición crítica y estudio*, Madrid, Ediciones Clásicas, 2008, 196 p.

JIMÉNEZ RUIZ, José, *Fronteras del romance sentimental*, Málaga, Universidad de Malaga (Analecta Malacitana, Anejo XLII), 2002, 310 p.

LUPETTI, Monica, *Didattica del portoghese europeo. Note storico-metodologiche e bibliografiche*, Pisa, Tipografia Editrice Pisana (col. Strumenti per lingua portoghese 3), 2005, 74 p.

Magnum miraculum est homo. José Vitorino de Pina Martins e o Humanismo (coords. Maria das Graças Moreira de Sá, Isabel Almeida e Cristina Sobral), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008, 108 p.

MENESES, João Rodrigues de Sá de, *Die Platane. Liber de platano* (eds. Roger Friedlin e Agelika Lozar), München, Wilhelm Fink (Humanistische Bibliothek. Texte und Abhandlungen 37), 2008, 132 p.

MESSNER, Dieter, *Miscelánea lexicológica iberorrománica*, Salamanca, Luso-Española de Ediciones, 2007, 440 p.

Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa (orgs. Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa e Maria Filomena Gonçalves), São Paulo, Cultura Académica (Série Trilhas Linguísticas 11), 2007, 237 p.

Os programas de português dos ensino básico e secundário. Actas das III Jornadas Científico-Pedagógicas de Português (coord. Cristina Martins), Coimbra, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, 272 p.

SÁNCHEZ, Pedro, *Arte de grammatica, pera em breve saber latim. Edição Facsimilada* (Estudo introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes), Vila Real, Centro de Estudos em Letras. Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro (col. Linguística 3), 2008, xliii + 324 p.

SÁEZ DELGADO, Antonio, *Espíritus contemporáneos. Relaciones literarias luso-españolas entre el modernismo y la vanguardia*, Sevilla, Renacimiento (Col. Iluminaciones 39), 2008, 171 p.

SEVYLLA DE JUANA, Pedro, *Del elevado vuelo del halcón*, Madrid, Incipit Editores, 2008, 390 p.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A todos os artigos é feita a exigência de originalidade. Não deverão ultrapassar as 25 páginas, com 30 linhas por página. Serão apresentados em suporte digital acompanhado de uma cópia em papel. O texto irá em corpo 11 (de preferência letra do tipo Garamond). As notas de rodapé serão em corpo 9. Se o autor desejar destacar citações no corpo do texto, deverá utilizar o corpo 10 nas mesmas.

Não se aceitam negritos nem sublinhados; os excertos ou expressões a destacar irão em itálico ou entre aspas (« »). Caso seja necessário utilizar aspas dentro de aspas, recorrer-se-á a outros tipos («“ ‘ ’ ”»).

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) No texto:

Os títulos serão indicados em itálico. Caso seja mencionada uma obra antiga no corpo do texto os dados relativos à impressão podem ser indicados entre parênteses: *Os Lusíadas* (Lisboa, António Gonçalves, 1572)

A supressão de uma parte do texto indicar-se-á com reticências entre parênteses.

B) Nas notas:

Monografias: Nome APELIDO(S), *Título*, lugar de edição, editorial, ano.

Deve especificar-se a localização do excerto ou ideia a destacar, indicando o volume em que se encontra (no caso de se tratar de uma obra com vários volumes), assim como as páginas.

Ocasionalmente, pode ser importante incluir o nome do coordenador, tradutor, etc..; nestes casos, serão indicados a seguir ao título, entre parênteses: Ex: Andrea ALCIATO, *Emblemas* (ed. Santigo Sebastián), Madrid, Ediciones Akal, 1985.

Caso se trate de uma colaboração editorial, indicar-se-ão os nomes das diferentes editoras separados por barras: /

As edições facsimiladas costumam citar-se como uma monografia, mas se interessar destacar a introdução ou estudo(s) preliminar(es), citar-se-á como se se tratasse de uma parte de uma obra:

Justo GARCÍA MORALES, «Introducción», em Juan de YCIAR, *Ortographia Pratica*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia/Instituto Bibliográfico Hispánico, 1973, 9-17 (ed. or. Zaragoza, Bartholomé de Nágera, 1548)

Obra colectiva: Nome APELIDO(S), «Título do artigo», em *Título do Livro* (ed., trad., coord., etc.), lugar de edição, editorial, ano, vol. página(s).

Artigos de revista: Nome APELIDO(S), «Título do artigo», *Título da revista*, volume e número (ano), páginas.

Em todos os casos, nas referências seguintes da mesma obra/artigo indicar-se-á o nome do autor e o título abreviado da obra/artigo, seguido do número da(s) página(s).

Arquivos e bibliotecas: Na primeira ocorrência aparecerá o nome completo, seguido da abreviatura entre parênteses. Nas menções seguintes só se indicará a abreviatura: Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL).

C) Em bibliografia

Não é necessário incluir a lista bibliográfica no final do artigo, uma vez que a referência completa aparece em nota de rodapé na primeira vez que aparece citado. Se os autores considerarem pertinente oferecer essa lista, as referências serão encabeçadas pelo apelido (ou apelidos) do autor em maiúsculo:

VITERBO, Joaquim de Sousa, *A Literatura Hespanhola em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915. Em caso de artigos, indicar-se-ão no final as páginas iniciais e finais.

Os artigos para edição, as obras para recensão, as revistas enviadas para permuta, as recensões e artigos bibliográficos serão dirigidos, até 31 de Outubro de 2008, à:

Redacção da *Península. Revista de Estudos Ibéricos*
Instituto de Estudos Ibéricos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s.n.
4150-564 Porto (Portugal)
e-mail: ibericos@letras.up.pt